



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Administração

Camila Álvares dos Reis

**DA “VAGABUNDAGEM” AO DIREITO À CIDADE:
uma análise da “Gestão do Cotidiano” da
População em Situação de Rua de Belo Horizonte**

Belo Horizonte

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Administração

Camila Álvares dos Reis

DA “VAGABUNDAGEM” AO DIREITO À CIDADE:

uma análise da “Gestão do Cotidiano” da

População em Situação de Rua de Belo Horizonte

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, como requisito obrigatório para a obtenção de grau de Mestra em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Armindo dos Santos de Sousa Teodósio

Belo Horizonte

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

R375d	<p>Reis, Camila Álvares dos</p> <p>Da “vagabundagem” ao direito à cidade: uma análise da “Gestão do Cotidiano” da população em situação de rua de Belo Horizonte / Camila Álvares dos Reis. Belo Horizonte, 2019.</p> <p>203 f.: il.</p> <p>Orientador: Armindo dos Santos de Sousa Teodósio</p> <p>Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração</p> <p>1. Pessoas desabrigadas – Aspectos sociais - Belo Horizonte. 2. Vadiagem. 3. Capitalismo. 4. Espaços públicos - Belo Horizonte. 5. Política pública. 6. Exclusão social. 7. Sociologia urbana. 1. Teodósio, Armindo dos Santos de Sousa. II. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.</p> <p>CDU: 301.18(1-21)</p>
-------	---

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Administração

Camila Álvares dos Reis

**DA “VAGABUNDAGEM” AO DIREITO À CIDADE:
uma análise da “Gestão do Cotidiano” da
População em Situação de Rua de Belo Horizonte**

Prof^o. Dr. **Armindo dos Santos de Sousa Teodósio** (orientador) - PPGA / PUC Minas

Prof^o. Dr. **André Luiz Freitas Dias** (avaliador) - Polos e Cidadania / UFMG

Prof^o. Dr. **Fábio Bittencourt Meira** (avaliador) – PPGA / UFRGS

Prof^a. Dra. **Regina de Paula Medeiros** (avaliadora) – PPGCS / PUC Minas

Belo Horizonte, 25 de março de 2019.

Às minorias...

AGRADECIMENTOS

O que seria de nós se não fossem as sincronicidades que inexplicavelmente nos colocam em situações inimagináveis...?

Muitos participaram desse árduo processo e por isso tenho muito a agradecer. Entre incertezas, inquietudes, receios e burocracias ou entre coisas muito boas ou muito ruins, se não fossem os: sujeitos, objetos, dissociações, compartilhamentos, bons retornos e até mesmo as decepções e os surtos (que fazem parte do crescimento e é inerente ao processo da Pós-Graduação e da existência humana), esta dissertação e os possíveis resultados dela não sairiam. Por isso, aos que contribuíram com a despressurização nesse período, agradeço.

Agradeço também, pela existência de um fomento à pesquisa no Brasil, pois, sem subsídio, muitos brasileiros se limitariam a apenas sonhar em entrar na universidade. Sendo assim, esse primeiro agradecimento direcionado se estende aos presidentes Lula e Dilma por manterem e ampliarem programas sociais, pois foram estes que me permitiram tirar os meus pés da senzala e colocá-los em diversas universidades em todo o país.

Em segundo lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) por esse relevante apoio financeiro. Busquei fazer jus à quantidade de investimento financeiro que foi investida na minha permanência na Pós-Graduação nesses dois anos, mas, mesmo me dedicando ao máximo, sinto que qualquer retorno da minha parte será insuficiente para demonstrar o quão sou grata por receber uma bolsa de estudos *Stricto Sensu*. Agradeço também à coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG), em especial aos professores Roberto Patrus - que me deu uma boa avaliação na entrevista durante o processo seletivo - e Marcelo e Toninho, que concordaram com a minha permanência no PPGA e me permitiram dedicar inteiramente ao conhecimento. A eles minha gratidão eterna, porque sem dúvida, esse apoio foi essencial para a minha evolução como pesquisadora.

Agradeço a PUC Minas por ser o espaço mais bonito (em todos os sentidos do termo), que eu pude frequentar nesses últimos oito anos; ao Laboratório de Pesquisas do PPGA do Coração Eucarístico, que se tornou a minha segunda casa e me aconchegou desde a Iniciação Científica durante esses últimos três anos e meio; ao Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social (NUPEGS), nosso grupo de pesquisa que potencializou vários *insights*; à dupla Pedro e Paola, da secretaria, que sempre foram gentis em atender os meus pedidos burocráticos e urgentes, e também ao Diego e Marcelo da secretaria do Programa de Pós-Graduação em

Psicologia (PPGP); os seguranças da PUC Alan e “seu” Silvio, e à Claudete, que cuida com carinho do nosso espaço. À vocês, agradeço pelos bons encontros.

Aos colegas que partilharam desde os conflitos internos, as angústias dos prazos e as risadas debochadas em meio ao processo eleitoral, agradeço pela companhia, principalmente ao Gustavo Abreu, Mathieu Fruleux, Dani Viegas, Aline Rodrigues, Mari Caeiro, Gi Cordeiro, Vivi Cordeiro, Marinette Fraga, Cláudia, Vander Aguiar, Gabi e Fabi, entre alguns outros que também frequentavam a salinha de estudos ou fizeram parte disso.

Aos meus amigos que são muitos e que não fazem ideia do quanto foram importantes nesses dois anos, cito e agradeço especialmente à Kellen, Gu Mello, Ícaro, João, Well e Tetê, que me tiraram do computador para viver para além da pesquisa.

Aos meus mestres da Psicologia que foram significativamente relevantes pela constituição de um novo “Eu”, agradeço pelas reflexões. Preciso citar em especial os meus queridos mestres Matusalém de Brito, por me aceitar na Iniciação Científica do Cefet e o Luiz Guilherme Maflé, por apoiar as minhas loucuras na Monografia. Vocês foram os primeiros passos dessa trajetória. Agradeço também às minhas fontes de inspiração em didática: Eliane Mussel, pela expressividade, criatividade e dinamismo em sala de aula e à Lu Kind, por me cativar com sua forma poética de ser.

À minha mãe, que não faz ideia do que eu estou fazendo e do quanto isso representa para mim - mas que sempre ofereceu apoio incondicional -, agradeço por ser a minha força.

Ao Gu, meu cúmplice e amigo, que me acalmou, me aguentou e partilhou dessa experiência estando ao meu lado todos os dias desde o início dessa loucura, compreendendo as minhas ausências, oscilações de humor e crises, com toda a delicadeza e paciência que um bom ariano poderia ter, agradeço-lhe por suportar esse processo e por não me abandonar no meio dele. Muito obrigada por estar...

Não posso deixar de fazer menção a outros fatores que fizeram parte de toda a minha caminhada, por isso preciso citar as minhas soberanas fontes de inspiração: Gilles Deleuze, que me ensinou a enxergar a potência em todas as coisas; Sigmund Freud e Jacques Lacan, por me ensinarem a ler por trás do discurso e prestar atenção na linguagem; Tuomas Holopainen, Tarja Turunen e Liv Kristine, pela possibilidade de desconexão desse mundo através da arte, mesmo que por alguns instantes; e ao Netflix, a melhor fonte de regulação de energia para dar continuidade às centenas e intermináveis revisões necessárias em trabalhos intermináveis. *Merci, Danke, Kiitos e Takk.*

Agradeço também o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro por me acolher, pausar as minhas doenças e também por acolher as pessoas em situação de rua; e à minha psicanalista Fabrizia, por manter a minha sanidade mental durante o mestrado.

Por último e não menos importante, agradeço ao meu querido orientador Téo por me dar a possibilidade de saber sobre a academia (suas delícias e desgraças), os autores, a história do meu país, o presente e o passado da minha cidade e por me permitir evoluir, sempre com carinho, paciência e também impaciência, mas sempre com generosidade única, que nem sei como cabe no peito. Nada disso seria possível sem o seu apoio, por isso gratidão é o que define, porque, por mais clichê que possa parecer, não existem palavras para descrever o quanto sou grata por toda essa experiência. Em meio a tantas pessoas talentosas, algumas falantes de três línguas, você me permitiu entrar para a Iniciação Científica e tudo começou ali. Você alterou a plaquinha de direção no meio da minha caminhada e serei eternamente grata pelo universo de porquês que mantém em mim. Só gratidão!

Termino me sentindo na obrigação de pedir desculpas por, de certa forma, me comportar como uma *voyeur/stalker*, observando em muitos momentos a População de Rua de uma forma indiscreta e indelicada. Ao mesmo tempo, preciso agradecer a todos que me concederam a possibilidade do encontro, além de mostrarem que são sujeitos que possuem suas dificuldades e necessidades, mas também criatividade, felicidade, potencialidade e complexidades, análogas a qualquer ser humano.

“Enfim, não há no mundo exagero mais belo que a gratidão”.

Jean de la Bruyere

A Cidade
Chico Science

*E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs*

*A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce [...]*

*A cidade se encontra prostituída por aqueles que a usaram em busca de uma saída
Ilusora de pessoas, de outros lugares, a cidade e sua fama vai além dos mares
E no meio da esperteza internacional, a cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos, sempre uns com mais e outros com menos[...]*

Homem do Centro da Cidade
Pense HC

*Me levante, pois estou no chão.
Ninguém olha, ninguém dá atenção.
Me levante, pois eu quero ver o mundo daí de cima.*

*Você não quer ver as coisas como são, os humanos se matando.
Ninguém mais quer ver o mundo que eu vivo, pouca gente saiu vivo daqui.*

Vai ser sempre dessa forma, esconder o que deforma, o que a mentira diz real

*A vergonha não descansa, no colo de quem alcança, a virtude de encarar,
mas se Deus quiser eu vou chegar lá.*

*Eu esperava ver o meu país olhando pra mim.
Eu esperava poder caminhar, sem medo de errar.
Eu esperava sair desse lugar, mas só conheço aqui.
Eu esperava poder esperar, algo pra planejar.*

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as práticas da População em Situação de Rua (PSR) de Belo Horizonte, chamada aqui de “Gestão do Cotidiano”, entendidas como táticas e estratégias desenvolvidas como meio de sobrevivência em uma cidade capitalista. A perspectiva da investigação contou com aporte teórico, sociológico e filosófico, com inspiração marxista de base teórica em sua maioria estruturalista, articulado à Etnometodologia como método de pesquisa, entendida como uma referência para a compreensão de interações sociais por meio de metodologias criadas pelo próprio grupo ou atores investigados, mediante uma observação da pesquisadora. Nesse processo, a reflexividade e o interpretativismo foram essenciais para a análise do conteúdo. Os capítulos foram divididos com o objetivo de compreender a População em Situação de Rua como um fenômeno urbano, por isso foi considerado as estruturas que envolvem o capitalismo e a produção hegemônica do espaço nesse sistema e o nível as questões interacionais da PSR que, quando analisadas de forma dialética, são explicitadas através da problemática que envolve a ocupação delongada do espaço público urbano. A análise dos dados foi elaborada buscando-se reflexividade a partir de três vivências de campo, nas quais foi possível concluir que os mecanismos de controle da cidade reforçam a ideia de institucionalização, por isso os gestores públicos buscam criar abrigos, não para a PSR, mas para manter a higienização e gentrificação da cidade. A análise de Belo Horizonte levanta algumas questões que a configuram e que interessam a este trabalho como: o que é uma cidade no contexto atual? Para quê e para quem ela é planejada? O que leva as discussões que atravessam outros conceitos como o de Território, Espaço, Lugar, Paisagem e Não Lugar, que permitem compreender a ocupação do espaço público e as configurações entre exclusão, reconhecimento e justiça, que são reproduzidas pelas formas de apropriações da cidade. Tudo isso leva ao estigma da PSR como vagabundos por não estarem atrelados ao trabalho formal do modelo capitalista. Não consumindo para acumulação e se apropriando do espaço de forma não convencional exibindo um corpo precário e usando o tempo livre desvinculado do que é aceito pela sociedade, eles executam uma gestão do cotidiano alternativa como meio de existência na cidade, ressignificando os objetos, os espaços, o sentido de trabalho e a vagabundagem, questionando assim, uma cadeia de direitos, inclusive o direito à cidade, conquistada por meio de diversas resistências.

Palavras-chave: Pessoas em Situação de Rua, Gestão do Cotidiano, Cidade, Vagabundagem, Direito à Cidade.

ABSTRACT

This research analyzes the practices of the Population in Street Situation (PSR) of Belo Horizonte, called here "Management of Daily Life", understood as tactics and strategies developed as a means of survival in a capitalist city. The initial focus sought to understand how this management in the urban environment occurs. The research perspective included a theoretical and sociological and philosophical contribution, with a Marxist inspiration based on the theoretical majority, together with Ethnomethodology, as a research method, understood as a methodological model as a reference for understanding social interactions through methodologies created by my own group or actors investigated, through observation of the researcher. In this process, reflexivity and interpretivism were essential for analysis. The chapters were divided with the objective of understanding the Population in the Situation of Rua as an urban phenomenon, so it was considered the level of the structures that involve capitalism and the hegemonic production of space in this system and the level that involves the interactional issues of PSR which, when analyzed in a dialectical way, are explained through the problem that involves the extended occupation of the urban public space. The data analysis was elaborated by means of reflecting the reflexivity of the documents produced in from three field experiences, in which it was possible to conclude that the control mechanisms of the city reinforce the ideas of institutionalization, so public managers seek to create shelters, not for PSR, but to maintain sanitation and gentrification of the city. The analysis of Belo Horizonte raises some questions that configure it and that interest this work as: what is a city in the current context, for what and for whom it is planned, which leads to discussions that cross other concepts such as Territory, Space, Place, Landscape, and Non-Place, which allows us to understand the occupation of the public space and the configuration of exclusion, recognition and justice, which are reproduced by the forms of appropriation of the city. All this, which leads to the stigma of the PSR as vagabonds, because they are not tied to formal work, in the implication of the capitalist model. As they do not consume for accumulation and for making the appropriation of space in an unconventional way, exhibiting a precarious body and appropriating a free time and idleness unrelated to the permissive, perform a daily management of the part as a means of an existence in the city, reaffirming the objects, spaces, sense of work and the sense of vagabondage and questioning a chain of rights, including the right to the city.

Keywords: Homeless, Daily Organizing, City, Vagrancy, Right to the City.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: A vivência Etnometodologica.....	106
---	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Espaços das posições sociais e espaços dos estilos de vida.....	80
Figura 2: Os influenciadores de Garfinkel na construção da Etnometodologia.....	101
Figura 3: Planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte	116
Figura 4: Planta de Belo Horizonte	116
Figura 5: Bairros que circulam a Avenida do Contorno.....	117
Figura 6: “Feira do Rolo” na Praça da Rodoviária de Belo Horizonte.....	122
Figura 7: Negociação na “Feira do Rolo” de Belo Horizonte	123
Figura 8: O deslocamento da “Feira do Rolo”	124
Figura 9: Controle ostensivo à permanência de Pessoas em Situação de Rua	125
Figura 10: Arquitetura “antimendigo” na Avenida Afonso Pena.....	126
Figura 11: Práticas de controle físico e simbólico no centro de Belo Horizonte	127
Figura 12: Pedras sob a passarela.....	128
Figura 13: PSR dormindo em uma estrutura montada para a proteção da chuva.....	134
Figura 14: Estrutura montada com lençõs	135
Figura 15: O “Habitar” da PSR	136
Figura 16: Serviço de acolhimento institucional para a população de rua	136
Figura 17: Declaração do Prefeito da Cidade.....	137
Figura 18: A “Casa da Árvore”	138
Figura 19: PSR dormindo na Unidade de Pronto Atendimento	139
Figura 20: O Banho do Amor.....	142
Figura 21: Banho no Bueiro	143
Figura 22: Comércio Informal de Rua no Bairro Floresta.....	147
Figura 23: Escambo e venda a “qualquer negócio” no Centro de Belo Horizonte	148
Figura 24: O comércio da mini-lata.....	150
Figura 25: O carrinho da Pessoa em Situação de Rua.....	153
Figura 26: O café de Rua – Especial de Natal.....	155
Figura 27: Chapolin Challenge na Praça da Estação.....	157
Figura 28: Abertura da etapa final do Fórum Técnico	160
Figura 29: Votação do Plano Estadual da Política para a População Rua.....	160
Figura 30: O Natal da População de Rua de Belo Horizonte	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Os cinco conceitos chave da Etnometodologia	103
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG	Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais
BH	Belo Horizonte
CAD ÚNICO	Cadastro Único para Programas Sociais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FAROL	Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade da UFMG
FUNDAMIGO	Fundação Espírita Divino Amigo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MG	Minas Gerais
MSU	Movimentos Sociais Urbanos
NUPEGS	Núcleo de Pesquisa em Ética e Gestão Social
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PNPSR	Política Nacional para a População em Situação de Rua
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PPGP	Programa de Pós-Graduação em Psicologia
PSR	Pessoa em Situação de Rua e População em Situação de Rua
PUC/MG	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
SEDPAC	Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e
Cidadania	
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UPA	Unidade de Pronto Atendimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	31
2	REFERENCIAL TEÓRICO	45
2.1	Sociedade de controle, “Capitalismo Hardcore” e o sistema metabólico das cidades contemporâneas	45
2.1.1	<i>Sociedade de controle dos corpos</i>	45
2.1.2	<i>“Capitalismo Hardcore” e a acumulação por espoliação</i>	46
2.1.3	<i>O Metabolismo Urbano.....</i>	50
2.2	Território, espaço, paisagem, lugar e o não-lugar na gestão das cidades.....	54
2.2.1	<i>O espaço social em Fraya Frehse e Henry Lefebvre</i>	55
2.2.2	<i>A ocupação do “Não Lugar”</i>	60
2.2.3	<i>Apropriações simbólicas (no e do) espaço urbano</i>	61
2.3	A gestão do cotidiano da população em situação de rua.....	64
2.3.1	<i>Moradores de Rua, População em Situação de Rua ou Pessoa em Situação de Rua?</i>	64
2.3.2	<i>Quem são essas Pessoas em Situação de Rua?.....</i>	66
2.3.3	<i>O Corpo precário como sinal de exclusão</i>	68
2.3.4	<i>Os “Gadgets” como norteadores da virtude capitalista.....</i>	70
2.3.5	<i>O Management versus Organizing.....</i>	71
2.3.6	<i>O Organizing da População em Situação de Rua em Certeau</i>	72
2.3.6.1	<i>O condicionamento das práticas e as variadas táticas e estratégias de sobrevivência para a “Gestão do Cotidiano” da População em Situação de Rua.....</i>	74
2.4	Da “vagabundagem” ao “direito à cidade”	79
2.4.1	<i>Os Capitais como forma de apropriação do espaço social</i>	79
2.4.2	<i>A exclusão social por meio da “desqualificação” do homem urbano.....</i>	82
2.4.3	<i>O Estigma de habitar a Rua</i>	85
2.4.4	<i>A “liberdade” como uma condição do “eu trabalhador”</i>	89
2.4.5	<i>Tempo Livre versus “Vagabundagem”</i>	94
2.4.6	<i>Direito à Cidade.....</i>	96
2.4.7	<i>Reconhecimento, Redistribuição e Justiça Social</i>	97
3	PERCURSO METODOLÓGICO	101
3.1	A estratégia de pesquisa e o método de investigação.....	101
3.2	A aproximação com o campo.....	103
3.3	A vivência etnometodológica	105
3.3.1	<i>A prática, a indicialidade e a noção de membro.....</i>	106
3.3.2	<i>A reflexividade.....</i>	112
4	ANÁLISE DOS DADOS	115
4.1	Os atores sociais entre “Belo e o Horizonte” e a dialética espacial.....	115
4.2	“As Vagabundagens”: Táticas e Estratégias na “Gestão do Cotidiano”	129
4.2.1	<i>A comida.....</i>	129
4.2.2	<i>A “moradia”.....</i>	133
4.2.3	<i>O banho e os meios de higiene</i>	140
4.2.4	<i>O uso de substâncias químicas como uma necessidade.....</i>	144
4.2.5	<i>A mobilização de recursos na Gestão do Cotidiano.</i>	145
4.2.6	<i>A mendicância como recurso financeiro.....</i>	153

4.3	Direito à Cidade.....	154
4.3.1	<i>A Redistribuição.....</i>	154
4.3.2	<i>A Participação.....</i>	159
4.3.2.1	A participação na elaboração de Políticas Públicas	159
4.3.3	<i>Reconhecimento.....</i>	163
4.4	Síntese da análise dos dados	165
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	167
	REFERÊNCIAS	175
	ANEXO 1: CARTA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA DE MINAS GERAIS, DIRECIONADA AO PODER PÚBLICO DO ESTADO.....	187
	ANEXO 2: DOCUMENTO APROVADO NO FÓRUM TÉCNICO ESTADUAL DA POPULAÇÃO DE RUA.....	189
	ANEXO 3: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO (ABRIGOS) DA CIDADE	201

1 INTRODUÇÃO

A População em Situação de Rua (PSR) é um fenômeno social que tem despertado preocupação e gerado esforços de pesquisas e intervenções em diferentes campos de conhecimento, tanto no contexto acadêmico quanto em distintos órgãos encarregados do desenho e implementação de políticas públicas, que são atravessados também por ações de organizações da sociedade civil (OSCs).

Bursztyn (2000) afirma que viver no meio da rua não é um “problema” novo e sugere que se esse fator não for tão antigo quanto à própria existência das ruas e da vida urbana, é pelo menos uma questão que surge junto ao nascimento das cidades no início do capitalismo. As ruas, como consequência das mazelas das cidades industriais da era pós-Revolução Industrial, se tornaram locais de sobrevivência e ali se expressavam as condições de privação que findava o sistema servil. Naquele momento não se tinha interesse em prestar atenção nas classes despossuídas, mas, ao mesmo tempo em que esta população era privada de vivenciar o novo mundo do mercado, o resultado direto desse descaso era a falta da habitação, comida e trabalho, o que levava a misérias e pobreza. Lefebvre (2011) relata que, por falta de opção, essas pessoas despossuídas acabavam trabalhando e vivendo no meio da rua, por estarem em patamares inferiores aos circuitos econômicos que davam acesso aos processos de geração de riqueza, que eram os melhores trabalhos e que possibilitavam melhores condições de consumo. É nesse momento e por essas questões que surgem as contradições sociais existentes até hoje nas cidades urbanas. De acordo com Andrade, Costa e Marquetti (2014), as pessoas em situação de rua habitam as cidades desde que o Brasil era colônia, quando iniciou-se o processo de libertação dos escravos.

A existência de pessoas que habitam as ruas em condição provisória, continuada ou definitiva, é, portanto, uma realidade que se materializa em distintos países, sejam eles centrais ou periféricos. O que nos chama a atenção ao fato desse fenômeno não ser apenas uma questão brasileira e, talvez por isso, esse seja o motivo para o tema ser recorrentemente investigado e questionado em muitos países. Ao mesmo tempo, essas pesquisas possuem recortes muito específicos, apontando que, além disso ser uma questão complexa e de difícil análise, se mostra também uma temática que possui diversas nuances.

Essas nuances perpassam questões de gênero, processos migratórios, conflitos sociais e econômicos, vícios, questões emocionais e de saúde mental, entre muitos outros fatores que pedem esforços de diversas lentes epistemológicas e linhas de conhecimento para compreenderem esse fenômeno.

Na tentativa de levantar o maior número de pesquisas sobre a PSR no Brasil e no mundo, realizou-se uma Revisão Sistemática “Assistemática”. É considerada assistemática devido à impossibilidade de catalogar detalhadamente todos os dados levantados em razão do prazo de entrega desta pesquisa. Entretanto, todos os artigos encontrados foram organizados por palavras chave, em uma nuvem, e minimamente analisados por meio de leitura transversal. O objetivo principal dessa revisão consistia em localizar lacunas na literatura, por ser um tema muito investigado, e para constatar se existem estimativas de pessoas em situação de rua no mundo. Contudo, a partir dessa análise, entendemos essa possibilidade de pesquisa como uma lacuna teórica e localizamos apenas as duas pesquisas (relatadas abaixo) que trabalham na mesma perspectiva.

Fazel, Khosla, Doll e Geddes (2008) são pesquisadores com formação em Psiquiatria e Saúde Pública e tiveram interesse em uma mensuração quantitativa sobre a População de Rua, focada em questões psíquicas e/ou psiquiátricas. Esse estudo teve um foco maior em países como os Estados Unidos e Reino Unido, onde constataram que existiam cerca de 380 mil pessoas no Reino Unido e 740.000 mil nos Estados Unidos vivendo em situação de rua. Porém, vale ressaltar que esses dados estão obsoletos, pois foram coletados há 10 anos, o que demonstra uma necessidade de novos levantamentos, que podem até existir, mas não com longas escalas e grandes amostras.

Priebe *et al.* (2013) também fizeram uma grande pesquisa focada em algumas capitais da Europa, sendo elas: Vienna, Bruxelas, Paris, Berlim, Dublin, Amsterdã, Varsóvia e Londres; para compreender se estas cidades possuem bons avanços em relação a serviços para essa população. Essas pesquisas possuem um foco parecido com o anterior por investir em públicos usuários de álcool e drogas, e os resultados encontrados apontam, basicamente, que todas as cidades possuíam serviços específicos aos grupos de PSR, junto a trabalhadores do sexo e imigrantes, e forneciam basicamente serviços de assistência médica e social.

Através da Revisão Sistemática “Assistemática”, foi possível perceber que existe um maior interesse nas áreas da Ciências Sociais, Antropologia, Direito, Psicologia, Serviço Social e áreas da Saúde como a Medicina e a Enfermagem, em investigar a PSR (seja no Brasil ou no mundo), pela quantidade de artigos encontrados em periódicos científicos dessas áreas.

A maioria dos trabalhos publicados estão relacionados à saúde desses indivíduos e como prevenir e efetuar tratamentos; os serviços oferecidos a essas pessoas, que são conhecidos como “substitutivos” ou de “redução de danos” como os consultórios de rua e a abordagem dos técnicos; os trabalhos assistenciais desenvolvidos por instituições, que são em sua maioria

instituições religiosas; ou sobre a necessidade de “tratamento”, acolhimento ou recolhimento dessas pessoas.

É notório o recorrente interesse da Psicologia Social e Clínica em investigar a PSR. Geralmente esses estudos são realizados separando essas pessoas por especificidades, como: pessoas com questões de saúde mental, problemas com álcool e drogas, adolescentes infratores, LGBTQSx de rua, idosos, adultos ou crianças. Essas discussões voltadas a questões específicas e chegam (mais uma vez) a uma mesma conclusão, que é a necessidade de acolhimento e recolhimento dessas pessoas das ruas, pelos diversos tipos de violências que diariamente sofrem, e por não poderem “habitar” o espaço urbano.

Tentando resgatar textos do campo de conhecimento da Administração sobre a PSR por meio de sítios eletrônicos usuais dessa área, como o *Tree of Science*, *SciELO* e *Spell* (com o intuito de localizar pesquisas mais atuais e relevantes no campo de pesquisa), foi possível perceber que não existem muitos estudos sobre essa temática nessa área, mesmo nos estudos organizacionais, que aglutinam uma visão mais crítica e reflexiva dentro da Administração.

A maioria dos estudos encontrados nessas bases estão focados nos mesmos âmbitos citados e não são, necessariamente, da Administração. Também mencionam os “problemas” que são vivenciados pela PSR, entre outras questões que os atravessam, como: o abuso de substâncias químicas, os problemas mentais e de comportamento dos “infratores” que circulam pelos centros urbanos, as possíveis soluções com a retirada dessas pessoas das ruas, tais como constam as pesquisas de Cochran, Stewart, Ginzler e Cauce (2002); Cohen, Teresi, Holmes e Roth (1988); Fazel *et al.*, (2008); Johnson e Cnaan (1995); McCay, Carter, Aiello, Quesnel, Langley *et al.* (2015); Pearson, Locke, Montgomery e Buron (2007); Priebe *et al.* (2013); Tsemberis, Gulcur e Nakae (2004), entre outras.

É válido ressaltar que existe uma preocupação de saúde pública no que se refere às PSR devido à precariedade dos modos de vida e da perda de consciência em relação aos cuidados básicos que levam esses indivíduos a terem problemas relacionados, por exemplo, à tuberculose, HIV e de saúde mental. Nesse sentido, são necessárias estratégias e ações de prevenção de doenças, que constituem um dos elementos que impulsionam pesquisas com esse foco nas áreas da saúde, como apontam as pesquisas de Bottil *et al.* (2009); Brasil (2006); Brito, Parra, Facchini e Buchalla (2007); Castañeda-Hernández, Bolívar-Mejía e Rodríguez-Morales (2013); Ferreira (2010); Matraca, Araújo-Jorge e Wimmer (2014); Moquillaza-Risco, León, Dongo e Munayco (2015); Varanda e Adorno (2004); Rizvi e Kunik (2013), entre outras.

As pesquisas das Ciências Sociais, sobretudo a Antropologia, enfatizam as práticas e descrições do cotidiano dessas pessoas, como pode ser constatado nos estudos de Barragán-

Rodríguez (2010); Frehse (2016b); Rui, Martinez e Feltran (2016) e Silva (2010), entre outras.

A Psicologia, em muitos estudos, enfatiza os motivos que levam a PSR a morar nas ruas e quais são as carências e necessidades que a cerca. Outros artigos discutem a identidade desses sujeitos e como esta identidade é constituída, além de mencionar como são “acolhidos” pelas ruas e pelas políticas públicas. Dentro da Psicologia Clínica Aplicada, que tem maior interesse na saúde física e mental desses indivíduos, também pode-se encontrar um interesse recorrente de investigar esse tema, como pode ser constatado através das pesquisas de Andrade, Costa e Marquetti (2014); Bottil *et al.* (2009); Dias *et al.* (2015); Fazel *et al.* (2008); Macerata, Soares e Ramos. (2014); Raffaelli (1999); Sousa e Bechler (2008). O Direito, por sua vez, contribui com literatura que aponta lacunas na conquista da cidadania, emancipação e direitos. Como exemplo, temos o “Cadernos de Direitos Humanos” da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais (2016), que fundamenta práticas para a constituição de direitos dos cidadãos do estado, como os textos sobre o direito de mães em situação de rua tem de permanecer com seus bebês, ou ainda, sobre o direito da PSR ter pertences, conforme indicam as pesquisas de Dias *et al.* (2014) e Karmaluk *et al.* (2018), além de muitas outras.

Na maioria dos casos, as pesquisas mencionam que a PSR deve ser reinserida nos modos de vida aceitáveis aos padrões instituídos pela sociedade. Ou seja, essa revisão teórica realizada nos mostrou que poucas são as pesquisas que discutem esse tema de forma crítica e sem buscar elencar uma série de "receitas" para uma postura e atitude aplicáveis a PSR. Isso denota a necessidade de ampliar o olhar sobre a realidade desses indivíduos também no nível macro, considerando não apenas seus direitos como cidadãos das cidades, mas o que impacta esses direitos. A pesquisa de Honorato e Saraiva (2016) foi uma das poucas pesquisas encontradas na Administração que problematiza tanto as questões mais estruturais da realidade urbana, quanto as questões do cotidiano.

É relevante resgatar como parte dessa revisão o texto de Passador (1993). Este foi um dos primeiros pesquisadores no campo de conhecimento da Administração a trabalhar a pobreza como um fenômeno de origem distributiva, considerada por ele como intra-social. Isso levaria a múltiplas formas de estratificação e exclusão e que, conseqüentemente, produz camadas marginalizadas, levando ao contingente dos mendigos urbanos, termo usado por ele naquela época. Naquele momento, Passador já situava a relação da mendicância ligada à questão espacial, associadas a fatores econômicos, políticos, sociais, culturais e estruturais.

Após revisitar o acervo sobre essa temática, concluímos que é relevante discutir esse tema na Administração. Isso porque não existem muitas pesquisas nessa área sobre esse assunto, até então, e por acreditarmos que é relevante avançar para além do que já foi discutido,

buscando analisar as práticas desenvolvidas pela PSR para, compreender como vivenciam a cidade. Dessa forma, pode-se pensar talvez em estratégias que possam auxiliá-los, mas de maneira adequada, eficiente e não hierárquica, distanciando-se da literatura e também da intervenção social decorrente de políticas públicas e da ação de organizações da sociedade civil que acabam por agir de forma invasiva, hierárquica e opressora, desconsiderando o direito de auto-determinação da PSR.

Quando se trata de pesquisas sobre esse fenômeno, Moradores de Rua, População em Situação de Rua ou Pessoas em Situação de Rua são os termos atuais mais usados para nomeá-los. No entanto, pelo fato do ato de “morar na rua” ser uma condição constitutiva desses sujeitos, o termo atualmente considerado adequado para nomeá-los é o de Pessoas em Situação de Rua, por ser uma situação considerada como provisória.

Prates, Prates e Machado (2011) alegam que é ignóbil considerar um sujeito como alguém da rua. Dizer que “um sujeito é de rua, seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento” (Prates *et. al.*, 2011, p. 194), por isso, essas pessoas não podem ser consideradas como “moradores de rua”, mas sim como “pessoa em situação de rua”, sendo esta uma condição que pode ser modificada. O termo População em Situação de Rua também é usualmente empregado por gestores públicos, numa tentativa de categorizá-los situacionalmente.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), no Brasil não constam dados oficiais sobre a População em Situação de Rua. Essa ausência de dados, que é justificada pela dificuldade operacional em contabilizar uma população sem domicílio fixo (condição da complexidade da população), prejudica a ampliação de políticas públicas que viabilizem a diminuição do desamparo dessas pessoas, tais como o “desconforto ante as intempéries, a insalubridade e a insegurança, que gera iniquidades no acesso aos serviços” (IPEA, 2016, p. 2246). Conforme o Cadastro Único para Programas Sociais (Cad Único) do Governo Federal, pode-se estimar um número de 101.854 pessoas em situação de rua no Brasil, mensurados até o ano de 2015. É válido ressaltar que atualmente várias notícias têm informado que há uma estimativa de 7 mil pessoas na condição de PSR somente em Belo Horizonte, mas esses dados apresentam problemas de confiabilidade.

Considerado todo esse contexto, partiremos, portanto, de uma reflexão de Frehse (2016a) que nos questiona: “como as materializações físicas ou representações simbólicas de relações simultâneas entre bens materiais e/ou imateriais interferem (ou não) em modos de agir, sentir e pensar socialmente?” (p.147). Essa é uma boa reflexão para iniciar uma discussão sobre as diversas representações que possui um espaço público em uma cidade urbana, principalmente

quando este espaço é ligado a um público que geralmente é deixado à margem da sociedade, como é o caso da PSR. Essa condição tem implicações para a conquista e o exercício do chamado Direito à Cidade. Com isso, a pergunta central que se constitui o problema desta pesquisa é: quais as implicações da “Gestão do Cotidiano” da PSR sobre seu direito à cidade?

Parte-se dessa pergunta após revisitar a literatura e observar que a PSR é visualizada como pessoas que vivem em um espaço que é considerado como não-lugar. Trata-se de um local que não pode ser povoado, e essas pessoas estando envoltas a precariedade devido ao rompimento dos laços sociais tradicionais como o trabalho, a família, a escola e a moradia, entre outros, permitem que os gestores públicos criem políticas públicas, implementadas e desenhadas de forma hierárquica e tecnocrática que indiretamente produzem, reproduzem e reforçam estereótipos e preconceitos através de idealizações urbanísticas higienistas. Com isso, acaba-se por produzir uma gestão do espaço urbano na qual o objetivo de tratar o “problema” dos centros urbanos, ou seja, a PSR, resulta na não escuta dessas pessoas, impondo modos de vida que fragilizam seu o direito à cidade.

Nesse sentido, destaca-se como pressuposto de que é em decorrência dessas estratégias burocráticas, tecnocráticas e especializadas, idealizadas e implementadas de forma impositiva, que não há muitos avanços nas interações dos diferentes órgãos públicos, OSCs e também com os cidadãos que praticam ações de voluntariado e filantropia voltadas à PSR com as próprias pessoas em situação de rua. Essa realidade pode ser observada na difusão de abrigos, que condicionam a permanência em seu interior apenas se não houver o uso de drogas, fazendo com que muitas pessoas prefiram ficar nas ruas a ter que aceitar a imposição de ter que entrar no abrigo às 17h sem nenhum tipo de substância.

Outro tipo de estratégia que foi cogitada pela gestão pública em São Paulo em 2017, por exemplo, foi a de fazer a internação compulsória de algumas pessoas para tratamento de seus vícios, com o objetivo de reinserí-las no mercado de trabalho através da rede Mc Donald’s. Mas isso apenas se apresentassem uma dentição completa, o que se mostra uma política restritiva e impositiva, na medida em que nega a possibilidade de escolha sobre sua própria condição, além de ser em si arbitrária, uma vez que exclui direitos.

Após 2012, foram realizadas algumas estratégias controversas de interação do poder público com a população em situação de rua em Belo Horizonte (Santos & Soares, 2017). Houve também, em contrapartida, algumas conquistas para essas pessoas depois da mobilização de movimentos dos Direitos Humanos do município. O resultado foi a determinação através da 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), da proibição da retirada dos pertences dessa população, considerando esta uma infração aos seus direitos. Essa proibição

não é levada tão a sério e depende dos gestores que estiverem na governança da cidade, mas essa determinação foi considerada uma conquista.

Belo Horizonte, na condição de metrópole, reúne uma série de elementos que a transformam em um contexto relevante para a presente pesquisa. Tem uma nova gestão na prefeitura, que assumiu com a proposição de resolver efetivamente e definitivamente alguns dos problemas da cidade. Deve-se ressaltar aqui, que a PSR é vista como problema para a gestão pública local. Trata-se de um município que se destaca na região Sudeste do país com grandes números de circulação de população em situação de rua, inclusive muitos deles vindos de São Paulo, o município brasileiro que abriga o maior número dessa população. Nos relatos de algumas pessoas em situação de rua, mencionou-se que Belo Horizonte oferece uma boa política pública para PSR quando comparada à São Paulo. Apesar dessa “fala” proveniente do campo de pesquisa, é possível observar um paradoxo ao perceber a quantidade de questões que ainda carecem de atenção, como a revisão da lógica dos abrigos, o acompanhamento estatístico, o auxílio à documentação e o acompanhamento efetivo dessas pessoas, entre muitas outras dificuldades e de violações de direitos que as cercam.

Belo Horizonte também tem uma ligação histórica entre a PSR e a catação de materiais recicláveis. Foi com o intuito de criar trabalho para a PSR que surgiu a ASMARE, uma das cooperativas mais antigas do Brasil e que está ligada ao Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis e a movimentos políticos favoráveis ao trabalho cooperativado. Alguns atuais funcionários da ASMARE são ex-moradores de rua, mostrando que o trabalho na cooperativa possibilitou a vinculação da PSR a um trabalho sem regras muito formais. Isso, além de trazer uma possibilidade para muitas dessas pessoas no início dos anos 1990, se estende até o momento como uma opção para muitas pessoas que se dedicam ao trabalho da reciclagem.

Após a abertura de muitas cooperativas no Brasil, a catação foi reconhecida como uma profissão e hoje a ASMARE tem relações de colaboração com a prefeitura de BH, possibilitando uma integração da coleta seletiva com os catadores organizados e desorganizados. Contudo, vale ressaltar que essa não é uma opção para todas as PSR, uma vez que nem todas as pessoas visualizam nos resíduos sólidos uma opção para sobrevivência. Mesmo assim, justifica-se mencionar o valor histórico em pesquisar BH por ter ações antigas que demandam o acompanhamento dos avanços e/ou retrocessos nesse âmbito, no que tange a realidade das PSR.

Outro critério levado em consideração para pesquisar Belo Horizonte foi decorrente de uma observação realizada através de um ensaio fotográfico, com o intuito de registrar a gestão do cotidiano das pessoas em situação de rua. Na tentativa de resgatar essas fotos, percebeu-se que existe uma concentração de pessoas em situação de rua dentro da Avenida do Contorno, que é a avenida que demarca a área central de BH, criada com o intuito de ser a rua que circularia a capital de Minas Gerais antes desta começar a crescer desenfreadamente.

Desse modo, propomos como objetivo geral desta pesquisa analisar as práticas da PSR como meio de compreender de que forma a “Gestão do Cotidiano” impacta o “Direito à Cidade” desta população que vive em Belo Horizonte. Os objetivos específicos são:

- a) Caracterizar a lógica espacial dos espaços urbanos da cidade;
- b) Analisar as relações da PSR e os poderes instituídos que regulam a dinâmica urbana, quer seja do Estado, mercado ou OSCs;
- c) Caracterizar a Gestão do Cotidiano da População em Situação de Rua; e
- d) Compreender as implicações da vagabundagem sobre o Direito à Cidade.
- e) Os conceitos centrais desta pesquisa são: “Gestão do Cotidiano”, “Vagabundagem”, “Direito à Cidade” e “Espaço”.

O termo “**Gestão do Cotidiano**” adotado na presente investigação carrega o princípio da Gestão utilizada no campo de conhecimento da Administração, porém em seu sentido ampliado, para além da Gestão Administrativa, Gestão do Tempo, Gestão de Pessoas, entre outras concepções, tendo a pretensão de usar o conceito junto à noção de Cotidiano em Certeau (1994). Nessa perspectiva tenta-se, com isso, compreender como os atores pesquisados vão *organizando* sua rotina e como fazem a Gestão do dia-a-dia, utilizando estratégias e recursos que estão disponíveis ou que são criados para sobreviverem no meio urbano. Aqui também cabe destacar que a opção epistemológica e ontológica reside na compreensão do fenômeno social da Gestão como um rol de práticas e atividades que só podem ser compreendidas em sua amplitude e complexidade na inserção das realidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais específicas. Em suma, opta-se pela visão oposta ao do chamado *Management*, que concebe a Administração como estratégia e prática organizacional ahistórica, apolítica, desvinculada da cultura e guiada fundamentalmente pela maximização do auto interesse a partir de bases economicistas de interação dos mercados na sociedade.

O termo Cotidiano é utilizado por Certeau (1994), que enxerga o espaço como uma constituição de práticas, apropriações, vivências e simbolizações, compondo um espaço vivido com um sentido muito singular. Nessa composição dos dois termos, propomos a noção de “Gestão do Cotidiano”, que será caracterizada através da pesquisa de campo. A partir dessa

opção teórica, o intuito é examinar como são organizadas as estratégias para as necessidades básicas, como almoçar, tomar banho, dormir, guardar seus pertences e se esquivarem de conflitos e violências e conquistarem vagas nos abrigos; buscarem auxílios de políticas públicas e OSC; conseguirem roupas, mochilas e dinheiro para o tabaco, a bebida, entre outras coisas. Além disso, busca-se constatar como fazem para irem de um local ao outro, quando necessitam chegar até as instituições que fazem acolhimento e doações, ou quando precisam chegar a outros estados, gerenciando muitas vezes o dinheiro que recebem do Bolsa Família, do Bolsa Moradia ou através da mendicância, observando as suas práticas de sobrevivências: como escambos, trabalhos manuais (hippie), trabalhos informais (flanelinhas), compra e venda de objetos para geração de renda (roupas e sapatos usados) e a coleta de materiais recicláveis com os carrinhos de supermercado. Para essa compreensão, estabeleceu-se contato não apenas com algumas pessoas em situação de rua, mas também com representantes de organizações públicas e da sociedade civil, questionando a forma como essas instituições visualizam essas pessoas e o significado que atribuem ou não a elas, sobretudo quanto à ideia de vagabundagem. Foram consultados os chamados “burocratas do nível da rua”.

O termo burocratas do nível da rua, mobilizado por Araújo Filho (2014) em seus estudos, diz respeito e agrega todos os trabalhadores do setor público e também de organizações da sociedade civil que lidam diretamente com o público implicado pelas políticas públicas. Esses burocratas no âmbito urbano são geralmente policiais, assistentes sociais, fiscais, psicólogos e agentes técnicos, entre outros, que têm a função de colocar a política pública vigente em prática. Por esses atores serem os que de fato lidam com as pessoas em situação de rua, se faz relevante observar as suas práticas e interações com essa população.

Sobre a “**Vagabundagem**”, parte-se do imaginário social que enxerga as pessoas em situação de rua como vagabundas. A partir desse preconceito enraizado, pretende-se, nesta pesquisa, refletir sobre o significado atribuído à vagabundagem. Para tal, questionaremos os motivos de serem vistos dessa forma, buscando compreender se o fato de estarem fora de algumas ordens sociais, como o trabalho formal e a família, entre outras convenções sociais, e o fato de se envolverem em formas alternativas de sobrevivência, desconstruindo até mesmo o sentido de trabalho e o sentido de viver a vida no âmbito convencional dos modos de vida hegemônicos dentro da ordem capitalista.

O termo vagabundagem é levantado na discussão como tentativa de inversão do olhar atribuído ao sujeito da rua, assim como é feito com o movimento “A marcha das Vadias”, que propõe a desconstrução do termo vadia (geralmente atribuído à mulher que faz uso do próprio corpo como propriedade particular, desconstruindo todo o processo histórico do patriarcado que

é jogado sobre a mulher...) para aproximar o olhar do estigma criado sobre aquele que habita a rua e que é conhecido como aquele que não “trabalha” e não quer trabalhar.

No que se refere ao “**Direito à Cidade**”, o termo é mencionado com o intuito de levantar questionamentos sobre a destituição dos direitos da PSR, levantando questões sobre os processos de gentrificação e higienização que acontecem nas cidades brasileiras e que atravessam essa discussão por ressaltar a mercadorização espacial, com o objetivo de compreender como esses processos prejudicam essa população.

O conceito de **Espaço** foi proposto como opção teórica por levar em conta as práticas grupais e sociais que compõem o sentido geográfico de ocupação, sem desconsiderar a materialidade espacial e sua perspectiva histórica que possibilitam a apropriação “do” e “no” espaço. Além disso, o conceito relaciona toda a discussão sobre as práticas produzidas pela PSR por meio da Gestão do Cotidiano, tendo também conexão com a noção de Vagabundagem no contexto urbano e com o Direito a Cidade.

Nessa perspectiva, as escolhas teóricas caminham para um viés sociológico/filosófico, com inspiração marxista de base estruturalista, em sua maioria. Optou-se por enveredar-se por teóricos marxistas e não diretamente seguir a obra de Marx (pensamento marxiano em si), por ele não se apropriar de discussões que caminham para a lógica espacial do urbano que está intimamente ligada à industrialização, mas que Marx não conseguiu problematizar em seus escritos da forma como fizeram e fazem pensadores posteriores como Lefebvre (2011).

Lefebvre (2011) afirma que no tempo de Marx o único problema que se apresentava era o da moradia, estudado naquele momento por Engels, “mas o problema da cidade ultrapassa enormemente o da moradia” (Lefebvre, 2011, p.85-86). Para Lefebvre, as obras de Marx, “(notadamente *O Capital*) contêm preciosas indicações sobre a cidade e particularmente sobre as relações históricas entre cidade e campo” (p. 85). Entretanto, não há em sua obra um aprofundamento crítico das noções espaciais em relação ao capitalismo e à expansão econômica derivada da esfera industrial e seus impactos em relação à espacialidade no urbano para os cidadãos.

As contribuições de Lefebvre fornecem um quadro teórico para a compreensão da sociedade pós-fordista, o que aponta que não é tanto mais a fábrica o problema, mas, sobretudo, o espaço urbano em suas ambiguidades como elementos estruturadores da sociabilização. Essas ideias vão de encontro às questões sobre a exploração, das lutas sociais por meio de construções desiguais e contraditórias, que legitimam os debates sobre uma sociedade urbana livre e efetivamente democrática *versus* a ordem pré-estabelecida de organização em meio aos padrões do que se entende por cidade urbana (Colosso, 2016).

Dessa forma, os capítulos foram articulados com o objetivo de apresentar a PSR como um fenômeno urbano, por isso foi considerado o nível estrutural que envolve o sistema econômico hegemônico: “O Capitalismo Hardcore” e divisões e atribuições espaciais derivadas das escolhas culturais baseadas em uma cidade urbana com foco em centralidade, acumulação e higienização/ gentrificação para mais acumulação e geração de riquezas. Em consequência, estes fatores produzem escalas de desigualdades, sendo este o primeiro capítulo do referencial teórico 2.1.

O segundo capítulo deste trabalho, 2.2, conduzirá a escolha pelo conceito de Espaço. Ele engloba tanto a dimensão estrutural, quanto aciona as relações sociais que se articulam à problemática de habitar o espaço público urbano que, nesse caso em específico, está ligada ao fato da PSR estar em um local que não pode ser ocupado e que possui diferenças analíticas em termos teóricos entre “território, espaço, paisagem, lugar e não lugar”.

O capitalismo e a produção espacial como produto de práticas “no” e “do” espaço geram a “Gestão do Cotidiano” da PSR, que irá apresentar quem são essas pessoas e como elas lidam com o espaço urbano. Este será o capítulo 2.3.

O capítulo 2.4 analisa como a ausência de Capitais (culturais, econômicos e sociais) excluem e produzem uma segregação social que estigmatizam as pessoas em situação de rua por meio da ideia do *Habitus* burguês e do “Eu trabalhador”. Este capítulo está relacionado à qualificação do homem que se liga ao trabalho e que se expressa por meio da liberdade contingenciada na medida em que a “liberdade” só é possível se estiver ligada ao trabalho formal e ao consumo, em que até mesmo o tempo livre e o ócio são produzidos por meio destes dois últimos. A vagabundagem se instaura por meio desses processos, principalmente no que tange ao conceito do trabalho *versus* o que chamamos aqui de trabalho informal², que é um trabalho duas vezes informalizado por meio de um comércio de rua realizado pela própria população de rua para a PSR. A exclusão surge, nesse sentido, na impossibilidade de ter direitos, em uma dinâmica na qual até mesmo a PSR internaliza e se reconhece como um “vagabundo(a)”, identificando-se à um estigma no qual se vincula a uma ideia de um “nada”, que, por não fazer “nada”, não produzir “nada” e não acumular “nada”, também não se pode ter nada, nem direitos. Esse último capítulo faz menção às necessidades de redistribuição e reconhecimento para uma justiça social e uma nova produção de cidade, que seria uma cidade criada de acordo com o desejo dos nossos corações (Harvey, 2013, p. 34).

Entendemos que as dimensões epistemológicas estão interligadas. Sabemos que Certeau não é estruturalista, mas as noções de táticas e estratégias em Certeau permitiram a compreensão da Gestão do Cotidiano ligada a dimensões instituídas, lidas aqui através de

autores estruturalistas. Foram utilizadas algumas citações de Gilles Deleuze, por exemplo, ciente que ele também é um autor pós-estruturalista, mas respeitando os limites da mistura epistemológica, por interpretar que a esquizoanálise critica rigorosamente o engessamento de análises. Buscou-se aqui exatamente ampliar as possibilidades, na medida em que a ideia era mapear as controvérsias e contradições.

Nesse sentido, este trabalho se apoia tanto na teoria crítica, quanto nos estudos organizacionais. A intenção é demarcar tanto a cidade que possui um sentido particular para cada um, na perspectiva pós estruturalistas, como também apontar a cidade para aqueles que podem e não podem comprar, num viés estruturalista de base marxista.

Para discutir a cidade capitalista foram utilizadas, principalmente, as ideias de David Harvey, Luc Boltanski, Eve Chiapello e do Fabio Meira, enfatizando essencialmente a ideia do “Capitalismo Hardcore”.

Os autores centrais, utilizados para discutir as noções espaciais foram Fraya Frehse e Henri Lefebvre - com o método regressivo-progressivo -, tendo em vista que Frehse é uma socióloga que possui várias pesquisas sobre a interação dos cidadãos em praças brasileiras. A aproximação à Frehse se fez relevante, principalmente, por ela mencionar em muitas de suas pesquisas a interação da PSR com as praças de São Paulo. Por isso, em alguns momentos, considerou-se mais relevante essa aproximação que faz leituras por meio do Lefebvre, do que com o próprio Lefebvre, pela necessidade de priorizar um autor contemporâneo que investiga o urbano no mesmo contexto cultural da presente pesquisa.

Certeau considera as práticas do cotidiano como um conjunto difícil de delimitar e menciona que essas práticas podem ser chamadas de procedimentos, operações e técnicas. Compreende também o cotidiano como apropriações, por isso a utilização desse autor se fez necessária para compreender as práticas dos atores no meio da cidade no que se refere à Gestão do Cotidiano.

O conceito de *Habitus* e os Capitais em Bourdieu foram utilizados para relacioná-los à figura do *Habitus* do burguês, que é um formato de *Habitus* configurado como um espelho a ser seguido na construção das categorias de comportamentos sociais, mesmo que de forma velada. Essas ideias foram articuladas ao conceito de Estigma, de Erving Goffman, que fecha a discussão sobre a desqualificação do homem pelo “não trabalho” e a relação que esta desqualificação tem com o conceito de vagabundagem, por estar relacionada ao “Tempo Livre” e à “Ociosidade”, discutidas aqui com Theodor Adorno. Trouxemos Nancy Fraser e Alex Honneth para discutirmos a Redistribuição, Participação e Reconhecimento, necessárias para a justiça social, que levam à noção de um direito à cidade numa perspectiva mais reivindicatória

de direitos, que complementa a noção de Direito à Cidade em Lefebvre.

Vale ressaltar que estamos cientes sobre a crítica que Certeau realiza sobre Bourdieu, quando menciona que a sua operação é pragmática por se basear em categorizações. Entretanto, o próprio Certeau afirma que o interesse de Bourdieu se mantém no modo de geração das práticas, considerando o “*exis, ethos, modos operandi*, senso comum e natureza” (Certeau, 1994, p. 126), e por isso que, não necessariamente, essas estruturas são como fórmulas estáticas, objetivas e de aprendizagens.

Por considerar a soma de ideias, utilizamos, principalmente, a noção de táticas e estratégias em Certeau e a noção de *habitus* em Bourdieu, para compreender a PSR na interação com a cidade. Por isso, pensamos os conceitos como complementares e acreditamos que a mistura epistemológica seja pertinente.

A Etnometodologia foi escolhida como método de pesquisa por acreditarmos que essa é a maneira mais adequada de articular método e teoria diante da presente proposta de pesquisa. Esta abordagem possibilitou observar as interações sociais do grupo ou atores investigados por meio do acompanhamento das suas próprias metodologias. Esta é, portanto, uma pesquisa qualitativa. A pesquisadora ficou em campo de 2016 a 2019, sendo os dados oficiais de 2019; mas todo o levantamento produzido, as notas de campo, fotografias, reportagens e material coletado, desde então, foram utilizados. Para analisar os dados, realizou-se a reflexividade e o interpretativismo.

As entrevistas coletadas foram como diálogos. Isso para quebrar a ideia de uma entrevista investigativa, fato que provocava o afastamento de algumas pessoas da PSR; mas houve também entrevistas estruturadas e em alguns momentos gravações, mesmo que esta não tenha sido a prioridade.

Aqui vale pontuar uma diferença necessária sobre Etnometodologia e Etnografia. Para Bispo e Godoy (2014) existem algumas diferenças entre os métodos. Enquanto a etnografia está preocupada em descrever detalhadamente os fatos, a etnometodologia está preocupada em compreendê-los, por isso o etnometodólogo não segue padrões convencionais, mas, ao mesmo tempo, contribui para a obtenção de informações de forma mais natural, permitindo que a reflexividade também aconteça de forma mais livre. É relevante ressaltar, ainda, que a reflexividade não possui uma prescrição e depende de critérios do pesquisador, por isso a parte metodológica da pesquisa foi apresentada de forma criteriosa para expor o cuidado com o método e com os dados obtidos.

Busca-se através dessa pesquisa trazer inovação à literatura da Administração sobre a população em situação de rua de BH; refletir para além do ato de “habitar” um espaço público,

considerando também os fatores que desencadeiam esse fato; apresentar as práticas da PSR adotando uma postura de auto-crítica sistemática como pesquisadora, de forma a se evitar romantizar as ações, fazer juízo de valor e/ou apontar modelos ideais de como devem lidar com esse fenômeno; tendo a intenção de revelar algumas das diversas práticas invisibilizadas no meio da cidade de forma a possibilitar contribuições para a PSR do país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Sociedade de controle, “Capitalismo *Hardcore*” e o sistema metabólico das cidades contemporâneas

2.1.1 *Sociedade de controle dos corpos*

Para Hissa e Nogueira (2013) existe um disciplinamento que se “especializa” por uma espécie de fixação. Esse disciplinamento favorece o controle minucioso das atividades, por ser operado por uma vigilância constante e anônima de sanções normalizadoras. O seu objetivo fim é de extrair mais conhecimento, mais trabalho e mais saber. Nesse regime esboça-se o que é nomeado como biopolítica, que é sustentada pela regulação e manejo do poder gerado no âmbito da sociedade disciplinar, e que gerencia os espaços e corpos-subjetividades como também a arquitetura e a tecnologia, concentrando em seu fim a produção de corpos disciplinados.

Essas estratégias de controle praticadas pela biopolítica garantem a obediência e a organização da sociedade. Os procedimentos sutis são introjetados de forma coletiva, inseridos diretamente e diariamente no corpo de forma individual. “Do mesmo modo, ele se inscreve diretamente nos modos de subjetivação, bem como, simultaneamente, na produção do espaço” (Hissa & Nogueira, 2013, p. 67). Romagnoli (2007) afirma que, com o enfraquecimento da sociedade civil e o fortalecimento das instituições transnacionais e do mercado mundial, o poder ganha uma outra configuração, pois a biopolítica atuará no controle das condições de vida, em todos os lugares e todos os dias, “administrando as formas de vida e o cotidiano” (Romagnoli, 2007, p.99).

Essa introjeção de controle faz com que a sociedade aceite certos tipos de normas sem questioná-las, abrindo lugar à docilização generalizada que domestica os desejos, os afetos e as singularidades, aceitando “a imposição da reprodução social, inclusive tendo a violência como integrante do processo” (Hissa & Nogueira, 2013, p. 67). Nesse sentido, ser dócil não impede a emergência da agressividade nas suas mais variadas formas de violências, como guerras de todos os tipos e patologias sociais e individuais (Hissa & Nogueira, 2013). Por isso, na medida em que o corpo é alisado e controlado para se tornar “saudável” e principalmente produtivo, ele, ao mesmo tempo, entra em uma categorização para favorecer a regulação do comportamento pré-estabelecido nas relações de poder, o que desenha um cenário de normalidade e delinquência, em que o louco emerge como figura que reforça a normalidade e

garante o lugar do cidadão normal ou comum, que vive dentro das normas (Hissa & Nogueira, 2013).

O discurso do corpo saudável, disciplinado e forte para o trabalho e para a reprodução dos modos de vida capitalísticos, é resultado de uma especialização que se efetiva na transformação do corpo produto, derivado de uma necessidade de proteção e autovigilância constante para manter-se no foco da produção para acumulação e consumo (Hissa & Nogueira, 2013), o que obedece o interesse da biopolítica.

2.1.2 “*Capitalismo Hardcore*” e a acumulação por espoliação

Para Meira (2013) o capitalismo se multiplica nos espaços sociais esvaziados e estes espaços se tornam ou se tornarão excludentes, quando a acumulação primitiva se apresentar (Harvey, 2005). Essa acumulação primitiva não seria um simples episódio do capitalismo, mas uma formatação para o seu padrão histórico de expansão (Meira, 2013).

A acumulação primitiva é denominada por Harvey (2005) como uma acumulação por espoliação, que pode ser interpretada como um custo necessário ao desenvolvimento capitalista, com forte apoio do estado (Harvey, 2005). Ela só será constituída de fato quando um sujeito se apropriar de algo que não “o pertence” pois, deixará de lado a regulação social de proteção do trabalho e do meio-ambiente, o que desencadeará uma degradação geral como nos direitos sociais em domínio do mercado privado. Esses são “sinais flagrantes da acumulação primitiva sob a forma de espoliação” (Meira, 2013, p. 121).

Harvey (2005) afirma que a mercadificação e a privatização da terra propiciam a expulsão violenta de populações camponesas (zonas rurais). Retiram-lhes o direito à apropriação das suas possibilidades, tornando-as exclusivas da propriedade privada por meio da mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo (além dos processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos, inclusive de recursos naturais). Estes são alguns dos meios radicais dessa organização de acumulação primitiva.

[...] a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou “normalizou” em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas (“normalizados”) e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrário são formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países (Fontes, 1996, p. 64).

Meira (2013) e Harvey (2005) mencionam que o Estado, no seu papel desenvolvimentista que mantém a lógica territorial capitalista do poder, possui a tarefa nessa acumulação por espoliação de ampliar a mercantilização generalizada, tornando, assim, o estado em um negócio, como uma carteira de investimento a ser disputada pelo capital privado como alternativa de lucro, o que deixa de lado os interesses sociais (Meira, 2013). Harvey (2005) afirma também que o braço armado da acumulação por espoliação é a privatização que aquece o mercado, para que o capital acumule e forme novos negócios lucrativos, com maiores receitas que financiam a sua própria ampliação.

O processo de proletarização, por exemplo, está totalmente ligado a esse mecanismo. Ele envolve um conjunto de coerções e apropriações de capacidades, relações sociais, conhecimentos, hábitos de pensamento e crenças pré-capitalistas por parte dos que são proletarizados, que tem ligação com parentesco, organizações familiares e domésticas, relações de gênero e autoridade. Estas são exercidas por meio de instituições e religiões, que possuem um papel relevante para desempenhar estruturas e funções violentamente repressoras (Harvey, 2005) para adequar-se ao modelo do proletariado.

A acumulação é um processo econômico puro, tendo como fase mais importante uma transação entre o capitalista e o trabalhador assalariado... aqui, ao menos formalmente, a paz, a propriedade e a igualdade prevalecem, e foi necessária a aguda dialética da análise científica para revelar que o direito de propriedade se transforma, no curso da acumulação, em apropriação da propriedade alheia, que a troca de mercadorias se torna exploração e a igualdade vem a ser regime de classe (Harvey, 2005, p. 116).

Harvey (2005) menciona que o capitalismo internaliza práticas consideradas como “canibais, predatórias e fraudulentas”. Isso ocorre na medida em que sustenta uma destruição recorrente dos recursos ambientais globais, como a terra, o ar e a água, que degrada os habitats e impedem o desenvolvimento, exceto as formas de capitais intensivas de produção agrícola, pois esta última é resultado da mercadificação por atacado da natureza. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual, envolve espoliações em larga escala. Harvey (2005) afirma que o que a acumulação por espoliação faz é liberar um conjunto de ativos, incluindo a força de trabalho a um custo muito baixo ou até mesmo a custo zero, o que permite que um capital sobreacumulado se aposse e se torne cada vez mais lucrativo.

Harvey (2005) afirma que no caso de uma acumulação primitiva em termos Marxistas, significaria tomar uma terra, cercá-la e expulsar a população residente para criar um proletariado sem-terra. Essa mesma terra então, seria a principal corrente privatizada da acumulação do capital. Essa privatização da habitação social, das telecomunicações, do

transporte, da água, dentre outros, tem aberto, por exemplo na Inglaterra, amplos campos a serem apropriados pelo capital sobreacumulado. Meira (2013) afirma que esse é o “*Capitalismo Hardcore*”, que se expressa por meio de políticas neoliberais vigentes em quase todo o mundo. Essa configuração contribui para uma violência social que tende a tornar-se uma endemia. É a causa direta de um número crescente de indivíduos destituídos de direitos, saúde, trabalho, recursos naturais etc., mas também de um número decrescente que concentra quase a totalidade da renda planetária: a acumulação por espoliação (Harvey, 2005) que, em seu último momento, é a derivação do capitalismo que gera exclusão.

Fontes (1996) menciona que ninguém pode ser excluído do mercado, porque ninguém pode sair dele, pois, “o mercado é uma forma ou uma ‘formação social’ que não comporta exterioridade” (Fontes, 1996, p. 5). Se alguém for expulso do mercado, este alguém será mantido em suas margens e suas margens estão sempre ainda em seu interior.

Não seria o mercado essa estrutura ou instituição social paradoxal, talvez sem precedentes na história, que inclui sempre suas próprias ‘margens’ (portanto seus próprios ‘marginais’) e que, finalmente, somente conhece exclusão interna? (Fontes, 1996, p. 5).

Para Fontes (1996) e Meira (2013), os indivíduos são empurrados sistematicamente para a margem, ou seja, são “espoliados”, e a questão central dessas exclusões, que se tornam duradouras, perpassam o desconcerto com a classificação “excluído”. Isso faz com que uma nova liminaridade da dinâmica estrutural das relações sociais capitalistas produza uma posição social de inclusão, só que por falta.

Essa inclusão se dá por uma restituição realizada pelo Estado, visando um reequilíbrio estrutural da sociedade na medida em que se percebe que esse indivíduo necessita de uma inclusão por ter uma parte que lhe falta (Meira, 2013). Fontes (1996) chama essa ação de inclusão forçada, considerando a exclusão histórica existente e perpetuada, que assegura a própria existência do sistema capitalista no processo de mercantilização da vida social e da força do trabalho.

Portanto, a contradição estará sempre presente. Ao mesmo tempo em que se movimentam a reprodução do capital, as exposições das bases produtivas e a mercantilização generalizada, abre-se espaço também para a constituição do desemprego e exclusões internas, que expulsam do sistema alguns indivíduos que reconstituem sem cessar grupos sociais e formas de desigualdades atravessadas por “segregação, discriminação e *apartheids* étnicos e sociais” (Meira, 2013, p. 123). São essas formatações que determinam riqueza e pobreza e que empurram os indivíduos para a margem e ativam o mecanismo de periferização (Meira, 2013).

Meira (2013) menciona que aqueles que são dotados do *poder dinheiro* terão não apenas o direito à acumulação de riquezas, como também o direito à terra, que fornece recursos e capacidades produtivas que são resultantes dela. Nesse sentido, o poder do dinheiro bloqueia o acesso a outras formas das vozes marginais de serem ouvidas (Meira, 2013).

De acordo com Boltanski e Chiapello (2002) e Harvey (2005), o regime salarial e a forma de organização do trabalho norteiam a relação desigual. Essa é uma afirmação da ideologia dominante para assegurar o consentimento do dominado, pois o interesse individual contribui ao interesse geral e essa premissa tem sido a base da garantia moral da atividade econômica. Essa é uma das razões que faz com que o capitalismo se resguarde por trás de um discurso de que a riqueza de um membro da sociedade deve supostamente constituir uma melhoria do bem-estar social, o que se espalha por entre os discursos políticos, empresariais, jornalísticos, entre outros, reafirmando as ações da acumulação.

Um dos absurdos do sistema capitalista, de acordo com Boltanski e Chiapello (2002), é o trabalhador não poder sobreviver muito tempo sem trabalhar, pois, do contrário, não conseguirá sobreviver. Com isso, os trabalhadores perdem a propriedade sobre o resultado do seu trabalho e, junto a isso, perdem também a possibilidade de ter uma vida ativa sem insubordinação, o que não possibilita a escolha na medida em que é uma necessidade manter-se comprometido com o trabalho/emprego para receber um salário.

O chamado Espírito do Capitalismo é precisamente um conjunto de crenças associadas a uma ordem do capital, que contribui para justificar a ordem e manter os modos de ação e as disposições que são coerentes com os formatos locais e globais favoráveis ao estilo de vida capitalista (Boltanski & Chiapello, 2002). Por isso Meira (2013) ressalta a necessidade de pensarem alternativas para a cidade, para o sistema político, para as organizações de produção, de distribuição e consumo, além de levar em conta o direito coletivo de decidir como esse sistema deve ser reconstruído. Segundo ele, o *Capitalismo Hardcore* produz seguidas crises e precariedades, e menciona que os cartazes de protesto em Wall Street sintetizam bem, com ironia, ao dizerem que: “*um dia, os pobres não terão o que comer a não ser os ricos*” (Meira, 2013, p. 131).

Harvey (2005) afirma que nada disso teria assumido a importância que tem hoje se não tivesse uma recusa política de tentar uma solução para os problemas derivados do capitalismo. Os problemas crônicos de sobreacumulação de capital por meio da reprodução expandida trouxe o aumento da importância em repensar o acúmulo por espoliação. Como resposta a isso, atualmente, simboliza-se a ascensão de uma política internacionalista de neoliberalismo e

privatização, que está vinculada a surtos periódicos de desvalorização predatória de ativos em uma ou outra do mundo, que provoca crises e guerras.

2.1.3 O Metabolismo Urbano

Bursztyn (2000) afirma que viver no meio da rua não é um problema novo e sugere que, se esse fator não for tão antigo quanto à própria existência das ruas e da vida urbana, é pelo menos uma questão que surge junto ao renascimento das cidades no início do capitalismo.

Derivada das miseráveis cidades industriais na era da pós-revolução industrial, as ruas tornaram-se locais de sobrevivência e ali se expressavam-se as condições de privação que fundavam o sistema servil. Nesse sistema em que não se tinha interesse em prestar atenção nas classes desfavorecidas, a consequência do descaso era a ausência de necessidades básicas, como falta de habitação, comida e trabalho. “Muitos trabalhavam e viviam no meio da rua, pois os que viviam no patamar inferior aos circuitos econômicos eram jogados para fora do sistema e excluídos do processo de geração de riqueza e da distribuição dos seus frutos” (Bursztyn, 2000; Lefebvre, 2011).

Com isso, nota-se que os problemas urbanos são muitos, são complexos e antigos (Carvalho, 2001). As reflexões acerca da natureza das cidades serviram de inspiração para intervenções mais práticas em termos de planejamento, políticas públicas urbanas e sociais, que partiram de dois grupos bem demarcados. Foram os que, em tese, apresentavam uma postura sensibilizada aos problemas derivados das novas relações de trabalho (Maia & Fortuna, 2016) e os que tinham interesses nos recursos, valores, acordos e convenções que articulam Estado, mercado e a sociedade, “tendo a cidade como ponto de confluência e protagonismo no processo de desenvolvimento local e regional” (Fischer, 2002, p.13). Nesse entremeadado, situavam-se também os que se dirigiam às críticas à sociedade industrial, repercutindo e provocando o meio cidadão (Maia & Fortuna, 2016).

Para Maia e Fortuna (2016), a cidade surge como um ambiente degradado, marcado pela insalubridade, doenças, poluição ambiental e por práticas sociais empobrecidas. Isso frente ao complexo quadro de sociabilidades urbanas que, para os autores, é compreensível uma ordem de regeneração embora seja paradoxal, na medida em que a ordem na cidade nunca existiu. Maia e Fortuna (2016) mencionam que a ideia de regeneração surge na tentativa de aprisionar a decadência e impedir que a cidade possa se deteriorar ainda mais (Maia & Fortuna, 2016).

Maia e Fortuna (2016) mencionam que as transformações realizadas na Europa serviram de modelos para as cidades na América Latina, o que trouxe inspirações para as reformas

empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, entre 1902-1906, e que revelaram “uma profunda inspiração francesa, ficando evidenciada na força do discurso higienizador que marcava as intervenções urbanas naquele momento” (Maia & Fortuna, 2016, p. 487). Os autores ressaltam que foi no contexto da degradação socioambiental que surgiu o que se nomeou como “classes perigosas”, uma categoria usada inicialmente pela burguesia para classificar uma massa humana que não se enquadrava no projeto de modernidade da burguesia, que eram: os desempregados, vagabundos, retardados e delinquentes juvenis (Maia & Fortuna, 2016). Tornou-se usual, desde então, reconhecer certos cidadãos por essas nomenclaturas no meio social.

Sendo assim, regenerar a cidade entraria não apenas numa condição de modernizá-la, “mas também higienizá-la, e torná-la livre de tudo o que pudesse macular sua imagem, com destaque para a degradante pobreza, ou o potencial insurrecional das classes perigosas” (Maia & Fortuna, 2016, p. 487). Nas palavras de Singer “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano fez com que a posse de uma renda monetária se tornasse requisito indispensável à ocupação do espaço urbano” (Singer, 1982, p. 33).

Por isso, Maia e Fortuna (2016) questionam se o caráter inadequado da cidade traz em sua essência um próprio caráter inadequado de regeneração, já que, se a cidade foi moldada de forma imprópria e problemática e nunca teve uma situação ótima de salubridade e organização, empregar a preposição de regeneração seria apropriado?

O que esses autores questionam é que, tanto em nível local quanto global, os debates envolvem atores sociais em diferentes partes do mundo, nas quais residiam questões urbanas como: “poluição, violência, falta de habitação, desprezo em relação ao patrimônio, desemprego, pobreza, desigualdade etc” (Maia & Fortuna, 2016, p. 490)”. Estas são pautas frequentes nos espaços promovidos pela ONU, Rio+20, o Fórum Urbano Mundial, entre outras importantes convenções e encontros que tem como foco o movimento da justiça social global e que nem sempre caminham de acordo com o foco nos problemas.

Maia e Fortuna (2016) mencionam que, ao longo do século XX, as relações capitalistas se transformavam e davam à expansão urbana novas necessidades, novos “padrões de organização e gestão da produção e do consumo que se colocaram levando a uma alteração da própria natureza das cidades, bem como do próprio sentido da regeneração urbana (ou, quem sabe, de uma melhor compreensão do seu sentido)” (Maia & Fortuna, 2016, p. 488-489). Mas esses receituários foram escritos por arquitetos e urbanistas ou por grupos sociais que se mobilizaram na luta por uma “cidade para todos”, ou até mesmo a academia, que se mobilizou

e que se mobiliza para a cidade como um “objeto de investigação”, discutindo planos e projetos de intervenções possíveis.

O Plano Diretor surge como um instrumento básico de desenvolvimento, expansão e gestão urbana, com a proposta de ampliar as possibilidades de organização da cidade. O plano diretor é subordinado ao Estatuto da Cidade, e com ele, busca-se articular diferentes políticas de planejamento para construir uma cidade mais abrangente e abrangente, ampliando os planos nacionais, regionais e estaduais (Carvalho, 2001).

O Estatuto da Cidade reforça a natureza democrática da política ao estabelecer que os poderes Legislativo e Executivo garantam a elaboração de um Plano Diretor que implemente fiscalização e promoção de audiências públicas, incluindo debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade junto aos documentos e informações produzidos (Carvalho, 2001). O Estatuto da Cidade é o instrumento de regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição Federal, que contêm as referências e institutos jurídicos e políticos básicos para a intervenção urbana (Carvalho, 2001). Mas, ao mesmo tempo em que é um estatuto regulador de gestão ordenada, nem sempre assume seu objetivo de sair do papel.

De acordo com Broto, Allen e Broto (2012), a cidade é dinâmica, complexa e adaptável. Liga-se à sistemas sociais e ecológicos, como interferências de atividades humanas, práticas de gestão, impactos biofísicos do ambiente e, por isso, não se deve ajustar fluxos metabólicos a modelos idealizados de ecossistemas urbanos, mas sim permitir maior resiliência frente aos inevitáveis choques internos e externos que afetem as áreas urbanas. Nesse sentido, as reflexões sobre as entradas e saídas metabólicas podem estar ligadas às formas urbanas, estilos de vida e paisagens infraestruturais, desenvolvidas por métodos adicionais que produzem os modelos de metabolismo, agregando qualidade ao sistema.

O conceito de metabolismo urbano para Broto *et al.*, (2012) consiste em uma área urbana como um ecossistema. Estes autores afirmam que é sabido o tamanho do desafio dessa proposta, pela complexidade de incluir questões sociais e políticos junto à necessidade da manutenção dos níveis de emprego e estabilidade social. Inicialmente pode causar uma sensação de perda entre aqueles que têm que reduzir seu consumo, levando em consideração o argumento de que é necessário reconhecer que “a acumulação de capital está relacionada não só à degradação ambiental” (Broto *et al.*, 2012, p. 855), mas tendo como base a análise dos sistemas mundiais que evidenciam que, no capitalismo, algumas regiões e os estados que estão na “periferia” global permanecem estruturalmente dependentes daqueles que estão no “núcleo” das nações desenvolvidas. Portanto, para não haver um subdesenvolvimento contínuo, que leva

em conta a necessidade de distribuição desigual de recursos e que desenha a cidade parasita que carrega a ideia de um metabolismo urbano de insustentabilidade (Broto *et al.*, 2012), há de mudar a lógica de desenvolvimento e, em consequência, alterar o metabolismo urbano.

Para esses mesmos autores o conceito de metabolismo urbano no sistema capitalista ressalta a ideia de que os seres humanos se afastaram das condições naturais de sua existência, explorando a ecologia para a expansão capitalista. Essa condição acaba gerando distúrbio metabólico entre países e áreas rurais e urbanas. Eles argumentam que “na reprodução da desigualdade urbana em relação a fluxos materiais e não materiais, tanto por redes de infraestrutura e padrões espaciais de urbanização” (Broto *et al.*, 2012, p.856), como também para a internacionalização do capital baseado na produção da força de trabalho que modela o metabolismo através de um reforçamento neoliberal, pode ser uma possibilidade “não só normalizando a acumulação capitalista através da produção da sustentabilidade, mas também, dando origens a novas lutas de base urbana para confrontar um governo de crise em múltiplas escalas” (Broto *et al.* 2012, p. 856).

Também mencionam que a desigualdade está intimamente relacionada aos impactos dos fluxos urbanos e que o controle dos fluxos metabólicos é essencial para compreender a reprodução de estruturas de poder. Por isso, a política urbana dos estudos de ecologia examina como as condições materiais de ambientes urbanos são controladas para servirem a propósitos específicos, pois geralmente estão associados a estratégias para alcançar ou manter posições relacionadas ao poder social.

Nesse sentido, existe a necessidade de encontrar um equilíbrio considerando a complexidade urbana e o desenvolvimento de ideias que podem se tornar operacionais na elaboração de políticas, planejamento e processos de *design* que visem à sustentabilidade em seu sentido mais amplo (Broto *et al.*, 2012). Os autores ressaltam que o metabolismo urbano é produzido através de relações sociais e fluxos de recursos e discursos, mas que grandes diferenças são encontradas ao refletir sobre as teorias do metabolismo urbano e a sua prática, na medida em que elas se esbarram nas heterodoxas abordagens que “se concentram no desenvolvimento de ferramentas para apoiar conhecimentos existentes em engenharia e planejamento” (Broto *et al.*, 2012, p.858). Estas são abordagens que desafiam a reengenharia das cidades e a vida urbana, o que acaba mantendo a cidade insustentável e desigual.

Há um interesse na ideia de metabolismo urbano pelos impactos globais existentes devido a crescente demanda por recursos e a alta produção de resíduo que, consecutivamente, elevam o aumento dos conflitos ecológicos. A sustentabilidade urbana exigirá uma transformação fundamental nos padrões de produção e consumo existentes nas cidades, levando

em consideração todos os fluxos: de materiais, energia, pessoas, significados e poder, o que é um desafio enorme para regular o metabolismo nas cidades urbanas (Broto *et al.*, 2012).

Canclini (2002) ressalta que o sentido urbano construído pela mídia reforça a ideia de uma cidade massificada e não colabora com o metabolismo urbano. Isso por que se concentra nos centros históricos ou em regiões centrais, publicando informações de lugares facilmente identificáveis tendendo a oferecer elementos discursivos que deem ênfase na centralidade e no consumo. Essa mídia vende centros históricos e regiões centrais para comércios de hotelaria, o que cria uma cidade de espaços homogêneos, contribuindo apenas para que o ornamento da cidade seja a reprodução do capital, o que não permite que o cidadão seja o protagonista.

2.2 Território, espaço, paisagem, lugar e o não-lugar na gestão das cidades

Existe uma linha tênue que separa os conceitos de território, espaço, paisagem, lugar e não lugar na gestão das cidades, que são problematizados de acordo com a perspectiva teórica, autores ou linhas epistemológicas. Geralmente esses conceitos são trabalhados, principalmente, em bases teóricas que se propõem a pensar o planejamento das cidades, e esses termos inicialmente estão ligados à Arquitetura, o Urbanismo ou à Geografia; e, em linhas mais gerais, nas Ciências Sociais ou nas Ciências Humanas, como a Filosofia, Antropologia e Sociologia, entre outras linhas de conhecimento, que possibilitam o entendimento dos termos dependendo do campo de investigação.

Segundo Lefebvre (2008, p. 111), “a cidade se escreve nos seus muros e nas suas ruas”, mas o espaço da cidade sempre estará, de alguma forma, relacionado ao seu valor potencial; entre a extensão do território que é dominado por relações de poder, junto às exigências de uma organização severa que prima por interesses e que busca, no primeiro momento, adequar no espaço as iniciativas privadas que vive de consumo para, em um segundo momento, apropriar-se dele, “desenvolvendo processos de gentrificação e higienização” (Jackson, 2011; Saquet & Silva, 2008; Deverteuil, 2011; Lees, 2012; Zukin, 2011) focados em fins econômicos.

O espaço, nesse sentido, é entendido como uma instância que está relacionada às produções das relações sociais de um determinado local (Santos, 1978), mas sem desconsiderar as imposições do contexto econômico entendidas como “desenvolvimento local” numa perspectiva mercadológica. É aí que reside a linha tênue entre o espaço e o território, pois o território como recorte espacial está contido no espaço e este está (ou estará), ao mesmo tempo no território, em um movimento dialético (Saquet & Silva, 2008).

Para Bretas e Saraiva (2013), o território, por ser constituído a partir do espaço, é necessariamente anterior à dimensão espacial devido a necessidade de haver primeiro uma apropriação concreta ou abstrata de um determinado ator que produz naquele determinado espaço. Por meio de relações sociais e a partir disso, é que esse espaço será transformado em território, possuindo linhas, limites e fronteiras estabelecidas, sendo este um local político, caracterizado por relações de poder e de controle. O conceito de território está ligado, portanto, a uma espécie de demarcação que envolve certa privatização daquele espaço, independentemente se esta privatização se refere a uma ordem pública ou privada.

Mesmo que exista uma imposição baseada em lucro financeiro que é resultado da “mercadorização” espacial, o espaço pode ser entendido, pensado e investigado como condição e resultado de processos sociais (Low, 2013, p.17-19), numa ordem de duplos significados constituídos a partir de ação, sem desconsiderar as imposições da modernidade. Nesse sentido, os cientistas sociais compreendem o espaço com todos os elementos que o constituem, sendo estes decorrentes de práticas em constante movimento, juntamente às interações das relações de poder que controlam e dominam esse espaço.

Para refletir sobre os atores investigados nesta pesquisa e os locais que são ocupados por eles, fez-se necessário escolher uma abordagem teórica que compreendesse as interações sociais derivadas de conexões com o próprio espaço urbano. Nesse sentido, buscamos nos estudos de Fraya Frehse, pesquisadora brasileira que, ao percorrer o meio urbano, analisou os transeuntes de praças entendidas como marco zero de grandes metrópoles brasileiras, como São Paulo. É por esta base teórica, que se pauta também em Henry Lefebvre, que iremos discutir a perspectiva espacial.

2.2.1 O espaço social em Fraya Frehse e Henry Lefebvre

A decisão de abordar Frehse surge por se tratar de uma pesquisadora brasileira contemporânea que contextualiza as questões culturais do país por uma dimensão espacial usando o método lefebvreano, na perspectiva regressivo-progressivo, para compreender as interações dos cidadãos nos espaços públicos da cidade.

Por esta pesquisa considerar a espacialidade na perspectiva sociológica - na qual o espaço físico e as interações que são produzidas nele e a partir dele, identificadas como práticas sociais dos cidadãos que estão “nos” e “através” dos objetos e espaços que povoam o dia-a-dia das cidades impactadas pela história e modernidade (Frehse, 2016a) -, tomamos a dimensão espacial por esses autores por entender que o espaço é um conjunto de relações (Frehse, 2013b),

assim como as normas instituídas ao longo do séculos, como o neoliberalismo e as ações do Estado, por serem fruto de ações sociais dessas derivações.

O conceito de espaço para Frehse (2015) é caracterizado como um conjunto de relações ou um produto social que influencia a produção de práxis e que caracteriza a cidade como um espaço que compõe as atividades sociais que “talham, modelam e ocupam” (Frehse, 2015, p.76) o percurso histórico. Tem também um papel relevante “para a compreensão de uma cidade a partir de uma historicidade das atividades sociais que articulam o passado, o presente e o possível” (Frehse, 2015).

Frehse (2013a) acredita que é importante conceituar a natureza simbólica que circula o espaço, sem desconsiderar a sua relevância física, por ser justamente onde a vida social transcorre. A autora menciona que algumas contradições sociais ficam implícitas quando observamos o uso das ruas e praças públicas e ressaltamos a sua relevância conceitual no tempo histórico e na reflexão contemporânea sobre a produção do espaço urbano (Frehse, 2015). A cidade, nesse sentido, atua como um conjunto de condições para que os atores acessem ou não determinados bens e serviços, e as carências urbanas acarretarão diversas demandas políticas que podem ser capazes de se cristalizar em organizações, associações, movimentos sociais e outros tipos de atores coletivos (Souza, 2017), que nem sempre iremos conseguir compreender em primeiro momento. Por isso, para Frehse (2015), devem-se discernir em termos conceituais algumas diferenças entre cidades, levando em consideração os processos econômicos, sociais, culturais e contraditórios que demandam uma análise de urbanização (histórico-analiticamente) e o desenvolvimento de atividades sociais para considerar a mediação do espaço urbano e como ele é produzido.

Frehse (2015) define a praça pública, por exemplo, como um lugar de passagem, principalmente nos centros históricos, quando observada a permanência física prolongada do comportamento corporal dos transeuntes e não transeuntes, que mantêm o “ir” e “vir” de forma regular. Nessa análise, Frehse (2015) menciona que, ao mesmo tempo em que a praça pública foi considerada um espaço para manifestações político-religiosas e de resistência por parte dos mais diversos grupos sociais durante a ditadura militar, ela é também o local de registro histórico do assassinato em massa de sete pessoas em situação de rua, em meados de 2004. Ainda assim, ao mesmo tempo, as praças são locais de marco zero (caracterizada pelo ponto central das cidades), marcados através de estatuetas consideradas importantes, que dão ênfase ao *marketing* urbano (Costa, 2012; Zukin, 2011), além de promoverem a revitalização do centro histórico em prol de mais turistas e mais investimento policial ostensivo, demarcando também a consolidação física no espaço abstrato por elementos imateriais, tornando esse espaço um

local de contradições históricas, simultâneas à produção espacial da circulação fugaz, como, também, um ponto atrativo à permanência de não transeuntes, como pessoas de rua, vendedores ambulantes, aposentados, desempregados, ciganas, pregadores evangélicos, artistas de rua, artesãos e engraxates, remetendo ao funcionamento de um espaço abstrato.

De acordo com esta mesma autora, as contradições sociais são de natureza histórica e as relações sociais e representações trazem, em primeiro plano, as contradições das modificações históricas dos campos empíricos. Por isso, ela nos questiona quais são as possíveis transformações sociais espaciais que futuramente iremos analisar em função da nossa historicidade? (Frehse, 2015).

Para a práxis analítica de Frehse (2015) e Lefebvre (2000) devem ser percebidas a atuação corporal “no” e “pelo” espaço urbano através do uso do corpo, do emprego das mãos, dos membros e dos órgãos sensoriais. Não obstante essa percepção do espaço não se separa de outras espacialidades, como: o espaço vivido, o simbólico e o imaginativo, junto às representações dos habitantes que são os usuários desse espaço, assim como dos especialistas que o analisam, como os planejadores, urbanistas e tecnocratas que se propõem a modificá-lo e “melhorá-lo”. Isso demonstra a complexidade do espaço urbano e todas as nuances que interferem e o modificam permanentemente.

Lefebvre (2000) aponta que quando se analisa um espaço, devem ser levados em conta processos mais abrangentes que consideram a história do espaço, o espaço absoluto, que é um espaço formal quantificado que não “nega as diferenças, tanto aquelas que provêm da natureza e do tempo histórico, quanto aquelas que vêm dos corpos, idades, sexos, etnias” (Lefebvre, 2000, p. 61). O mesmo se aplica à dialética espacial, que nos leva à produção neocapitalista que abriga o poder hegemônico do capitalismo e que envolve a contradição chamada por ele de tempo-espaço local (Lefebvre, 2000).

Para Lefebvre (2000), o espaço abstrato determina a relação estreita ao capitalismo, pela transformação da praça pública a partir da década de 1970, como “um local de circulação de transeuntes e fixação dos não transeuntes em um espaço instrumental manipulado pelas autoridades” (Lefebvre, 2000, p. 61). Entretanto, o autor também menciona que, ainda assim, o urbano, contido na produção industrial e na dominação técnica da natureza, há de se considerar que na perspectiva dialética, concebida na dualidade das contradições, abriga também os processos espaciais concebidos a partir das relações sociais, sejam estas intensificadas pelas contradições mais dolorosas.

A realidade urbana, no próprio âmago de sua deslocação, persiste e se densifica nos centros de decisão e de informação. Os habitantes (quais? cabe às pesquisas e aos pesquisadores encontrá-los!) reconstituem centros, utilizam certos locais a fim de restituir, ainda que irrisoriamente, os encontros. O uso (o valor de uso) dos lugares, dos monumentos, das diferenças, escapa às exigências da troca, do valor de troca. É um grande jogo que se está realizando sob nossos olhos, com episódios diversos cujo sentido nem sempre aparece. (Lefebvre, 2000, p. 84).

Nesse sentido, a “espacialidade” ou uma produção espacial será marcada pelas contradições, mesmo aquelas que ainda não foram visualizadas nesses tempos.

Frehse (2015) afirma que o espaço é, ao mesmo tempo, espaço de consumo e espaço de convivência. Para essa constatação, basta observar as praças públicas que são ocupadas corporalmente como lugar de passagem e, ao mesmo tempo, como um local de vivência simbólica e imaginativa. E isso pela permanência mais prolongada, apontando aí, claramente, a postura dialética e contraditória de ocupação do espaço físico como uma transformação socialmente construída (Frehse, 2015).

Há exemplo disso, é possível citar o consumo “improdutivo” das pessoas em situação de rua que transforma a permanência prolongada nas praças públicas como uma alternativa ao que é considerado marco zero, quando transformam as estatuetas, os bancos das praças e os canteiros das árvores (Frehse, 2015) em novos significados de uso. Lefebvre chama esse fenômeno de espaço diferencial, unindo o que o espaço diferencial ao mesmo tempo separa, apontando “as funções, os elementos e os momentos da prática social” (Lefebvre, 2000, p. 64).

Frehse (2015) afirma que para observar as contradições das produções espaciais, devem ser considerados os elementos materiais e imateriais, a exemplo da materialidade física urbanística do espaço urbano por meio das aparências arquitetônicas e dos elementos imateriais que compõe o espaço, junto às regras comportamentais de circulação e atividades sociais variadas.

Esta mesma autora também argumenta que, quando o assunto é a realidade social que se reproduz no dia a dia, as praças, mediante os pedestres, têm uma datação histórica que carrega um espectro significativamente variado, de gente desprivilegiada socioeconomicamente e de uma pulverização da popularização do centro histórico, o que explica o porquê da existência desse espaço contraditório (Frehse, 2015). Entretanto, ressalta que algumas contradições emergem do tempo histórico, sendo elas necessárias para a compreensão da nossa contemporaneidade, por isso é importante uma análise que abriga a compressão de um espaço em sua completude.

Frehse (2016a) menciona que nas décadas finais do século XIX, as cidades viraram “palcos de intensas transformações socioeconômicas, demográficas, políticas, urbanísticas e

culturais, relativas à realidade social e cultural sintetizada em meio à crise da escravidão africana” (p.143). Além disso, a autora afirma que começaram a ser ditadas as regras de representações urbanísticas que guiam ações de condutas, como recomendações do que pode ser agradável ou não aos olhares dos cidadãos. Isso norteia os gestores públicos a desenharem o que é possível ou não de ser realizado no meio da cidade.

Por isso ela afirma que, para pensar a cidade, é importante voltar às contribuições marxistas em relação à alienação multiplicada pela exigência da divisão do trabalho para assim refletir sobre a utopia necessária de uma cidade reveladora de contradições históricas que aproximam e afastam os seres humanos, como meio de favorecer e dificultar o urbano. Lefebvre (2000) ressalta que, é no encontro das diferenças, da obra e do produto, que o homem se humaniza na realidade social mais emblemática, o que tende a sua explosão-implosão. Frehse (2012) menciona que a emancipação humana marxiana, junto à noção de direito à diferença de Lefebvre, que trabalha o encontro das particularidades das relações vividas, conflituosas e apaziguadas, que permitem o aparecimento de uma utopia, de uma cidade como lugar, que não tem lugar.

Com isso as cidades são estruturadas nas relações capitalistas e seus sistemas vão se organizado em torno de consumo. Frehse (2012) menciona que, para se chegar às ideias de liberdade, igualdade e racionalidade, deve-se caminhar para um solo histórico que emerge da utopia urbana e das possibilidades de desalienação humana. O que a autora chama de utopia urbana são lugares como possibilidades de transformações efetivas, com padrões de convivência social referenciadas ao passado, e vistas ao futuro.

Frehse (2012) afirma que as cidades viraram objetos de representações de cidade. Nesse sentido, seria necessário, talvez, retomar os vínculos entre desigualdade social espacial urbana no Brasil para compreender as dimensões simbólicas das desigualdades e como essas atribuições, significados e mediações contribuem para a reprodução de assimetrias no espaço social nos tempos atuais de globalização, que se perpetuam historicamente e culturalmente na reprodução da desigualdade na vida cotidiana dos cidadãos brasileiros.

Resumidamente, Frehse (2015) afirma que as “contradições sociais no uso das praças das cidades contemporâneas inevitavelmente carregam em si uma dimensão histórica” (p. 111) sobre o prisma regressivo-progressivo que, basicamente, considera todas as perspectivas que levaram o espaço público a ser pensado da maneira em que é tido. A partir de um determinado tempo de análise - e esse momento serve para mensurar e compreender todas as nuances do espaço público - a autora afirma que o tempo histórico assegura para si, um lugar próprio na

reflexão sobre a produção do espaço urbano contemporâneo, produção esta, que contribui involuntariamente, dia a dia, pela mediação de práticas sociais espaciais.

O pesquisador regressivo-progressivo, portanto, é levado a relativizar a profundidade histórica dos elementos materiais e imateriais, capturando também uma espécie de ruptura de paradigma para analisar empiricamente o dia a dia dos habitantes “no” e “pelo” espaço urbano, de maneira a contribuir para compreensão das diversas formas do atual mundo urbano, buscando uma mediação passível de revelar as contradições de modo específico (Frehse, 2015).

Nesse sentido, o termo utilizado aqui será o de espaço, levando em consideração o limiar que existe entre este e o território. Também levantaremos algumas questões sobre o “não lugar”, ressaltando o interesse econômico imposto aos espaços e as saídas encontradas pelas apropriações e ressignificações criadas neles e a partir deles.

Compreender o conceito de “não lugar” é relevante para esta pesquisa para situarmos os efeitos que se relacionam à população em situação de rua quando esta ocupa um espaço que é, em tese, considerado pelo poder público como um “não lugar”.

2.2.2 A ocupação do “Não Lugar”

Uma rua é geometricamente definida pelo urbanismo, mas é transformada em espaço pelos pedestres e cada caminhante a transforma em outra coisa. Cada qual com seu significante espacial, dando ênfase ao que Certeau (1994) menciona sobre um espaço, que é gerado a partir das apropriações, vivências e simbolizações.

De acordo com Sá (2014), os “não lugares” são espaços multifuncionais, cujo objetivo é possibilitar, cada vez mais, mais acessos ao mesmo espaço. Entretanto, existe um paradoxo que entremeia o “não lugar”. De acordo com Augé (1994), ao mesmo tempo em que o “não lugar” é o espaço empiricamente identificável como um aeroporto, um hipermercado ou um monitor de televisão, se olhar por outro ponto de vista, este mesmo espaço criado e pensado para ser um “não lugar”, para outros, será um lugar.

Os passageiros em trânsito num aeroporto utilizam esse determinado espaço apenas como lugar de passagem, ou seja, como um não lugar, mas os que trabalham neste aeroporto diariamente o têm, por exemplo, como o lugar de trabalho, de interação com os colegas de trabalho, etc. Portanto, para Augé, seria uma espécie de espaço dos outros sem a presença destes outros (Augé, 1994).

Para Saquet e Silva (2008), se um espaço pode ser definido como identitário, relacional e histórico, um local que não pode ser definido nestes termos será, então, um “não lugar” (Augé,

1994). O “não lugar” e o lugar seriam, portanto, esferas antagônicas, porém complementares, na contradição entre suas existências que constituem um dos traços da contemporaneidade (Augé, 1994), marcadas por inter-relações contraditórias, mas que, ao mesmo tempo, abrem possibilidades às heterogeneidades que permeiam os espaços e “não lugares”.

Dessa maneira, a definição de “não lugar” representa o que podemos considerar como lugares de circulação que não podem ser habitados durante longa permanência, como as estradas, as lojas, os postos de gasolina, as rodoviárias, as estações de trem, os aeroportos ou os shopping centers (Augé, 1994), como também os canais de comunicação, como as telas, os cabos, o ciberespaço e as redes sem fio que cruzam a cidade (Sá, 2014). Essa definição se torna relevante na medida em que percebemos uma ocupação do que é considerado como “não lugar” pela apropriação física e simbólica realizada pelas pessoas em situação de rua, nas habitações de marquises, viadutos e ruas. Essa ocupação altera essa delimitação de um local que não pode ser ocupado, o que dá abertura aos conflitos e gera expulsões e violações de direitos.

Para Coimbra e Saraiva (2014), a rua não é apenas um lugar transitório, de passagem ou de circulação de pessoas, ela tem desde funções informativas até funções lúdicas e simbólicas. É o que Certeau (1994) nomeia como práticas microbianas, que são as composições do espaço vivido que ampliam o sentido singular atribuído ao espaço urbano e ao “não lugar”.

2.2.3 Apropriações simbólicas (no e do) espaço urbano

Low (2013) afirma que os espaços podem se tornar relevantes de diferentes maneiras, tanto para orientar oportunidades de acesso ou exclusões, o que para Honneth (2009) pode funcionar como campos de controvérsias na luta de reconhecimento e redistribuição.

Romagnoli (2007) afirma que o capitalismo elege territórios-padrão, nos tornando mercadoria de consumo da nossa própria subjetividade. Entretanto, essa mesma biopolítica que produz modos de subjetivação assujeitados, alienados, consumistas e “*prêt-à-porter*”, também é potência de vida, pois permitem reinvenções e apropriações sem atrelação total ao capital, o que abre possibilidades para ressignificar também o sentido dos “não-lugares”.

Rolnik (2003) menciona que existe a invenção sequestrada do homem vivo enquanto potência, resistência e criação, que está situado em uma existência urbana globalizada cercada pelo capitalismo que transforma territórios subjetivos em territórios homogeneizados, o que torna aqueles que estão fora do “sistema” como “subjetividades-lixo”. Estes são classificados como gente “sem”: gente sem teto, sem-terra, sem camisa, sem documento, gente “sem”.

Esses sujeitos que vivem no permanente desconforto da existência sem valor, no que diz respeito ao sistema capitalista, transformam, ao mesmo tempo, os processos da cidade por meio de suas necessidades e singularidades, criando novos agenciamentos de fluxos e coletivos (Romagnoli, 2007) produzidos pelas várias possibilidades que o espaço permite (Hissa & Nogueira, 2013).

Como exemplo, Honorato e Saraiva (2016) nomeiam como ordinários as pessoas que constroem a sua própria concepção de cidade, traduzindo através das suas práticas as suas representações. Os catadores de materiais recicláveis (CMR) poderiam ser classificados como “ordinários” nessa concepção de Honorato e Saraiva (2016); são os grupos de pessoas que se colocam na cidade constringendo as estratégias mantenedoras do seu uso “adequado” por criarem um ponto de interrogação na vida urbana ressignificando a noção de espaço, rua, lugar, não lugar, planejamento e território, demonstrando o seu poder de resistir ainda que em pequena escala de oposição, com a sua movimentação livre de regras dentro da cidade.

Considerar o espaço da cidade como algo rígido e apenas transitável é reduzir a possibilidade de apreender o seu sentido dual. Como afirma Frehse (2016), o problema não é a condição social dos mendigos e “moradores de rua”, mas sim os atributos comportamentais que são considerados indevidos no ato da mendicância e do morar na rua. Para a autora, tratam-se de imagens do espaço marcadas por valores e concepções morais sobre o quê e quem estaria certo ou errado, como se as pessoas em situação de rua fossem caracterizadas por traços morais negativos, em um viés estereotipado como: a aptidão para o crime e para o não trabalho, implícitas nas noções de “maloqueiro” e “mendigo” versus o bom sujeito e bom trabalhador e que, por isso, não são tão aceitos na ocupação do espaço urbano.

Mendes e Cavedon (2012) e Cleps (2009) mencionam o mercado informal como forma de apropriação simbólica do espaço urbano. O próprio conceito de cidade, nesse sentido, altera-se, concretizando uma verdadeira (re) significação das atividades sociais e econômicas que foram constituídas. É assim que Seixas e Costa (2011) concebem a noção de criatividade no desenvolvimento urbano e na promoção econômica e territorial das cidades, sendo esta uma “forma de invenção e linhas de fuga” (Cassiano & Furlan, 2013), como uma espécie de saída criada pelos próprios atores da cidade.

Um exemplo citado por Varanda e Adorno (2004) como apropriação simbólica do espaço urbano é “Feira do Rolo”, que é realizada na cidade de São Paulo pelas pessoas em situação de rua, junto a outros vendedores informais. Esta feira está em paralelo ao comércio de materiais novos e usados e agrega vendedores de todos os tipos. Nela, tudo é permitido encontrar: a maioria são objetos usados ou com pequenos defeitos, como peças decorativas, ferramentas,

lanternas, vasos sanitários, liquidificadores, rádios, relógios, ferros de passar, discos de vinil, entre muitos outros objetos aleatórios ou até mesmo aqueles que são encontrados no lixo.

Ao mesmo tempo em que a mobilidade das pessoas em situação de rua aciona o desapego material, a efemeridade das relações e a simplicidade, também desencadeiam a emergência de uma criatividade imposta pela necessidade, o que faz com que desenvolvam algumas táticas de sobrevivência, como a mendicância, o roubo, a vigilância de carros, a prostituição, o tráfico de drogas e a venda e troca de objetos através da reciclagem do lixo, nascida de um agrupamento de pessoas em busca de autopreservação no espaço urbano (Fragella, 2010; Fiorati, Carretta, Kebbe, Cardoso e Xavier, 2016; Varanda & Adorno, 2004).

Nessa busca por sobrevivência, surgem trocas, compras ou comunhão de objetos, como comida, roupas, bebidas, drogas entre outros, que dão liga a uma rede de solidariedade e que permitem a circulação de objetos, além de uma incessante disputa de recursos e territórios (Fragella, 2010). Os nômades urbanos criam e ressignificam valores, hábitos e práticas de códigos sociais pré-estabelecidos (Fragella, 2010, p.37), ao mesmo tempo que ressignificam o espaço urbano.

Nos domínios do visível, nós podemos considerar o conceito de paisagem. Entretanto, conforme mencionam Hissa e Nogueira (2013), “do mesmo modo como não basta ao corpo se expor como paisagem, a paisagem, tampouco, é apenas visão” (Hissa & Nogueira, 2013, p. 64). O corpo-imagem da população de rua é unificado à paisagem quando passamos pela pessoa de rua e a encaramos como algo embutido àquele espaço.

Para Maximiano (2004), na concepção geográfica de paisagem está incutido o aspecto visual, de cenário, como resultado de eventos naturais e sociais. Existe também a hierarquização de classes de paisagem que, por exemplo, atribui a vegetação como origem do próprio conceito, mas a taxonomia da concepção geográfica de paisagem permitiu identificar as unidades em escalas maiores e menores e, por isso, é possível adotar alguns parâmetros de classificação ampliando os enfoques. Isso permite a presença humana embutida no conceito, mas considerada como ações antrópicas, identificadas pelo uso do solo e frequentemente responsáveis pela fragilização de ambientes. “Como ambiente vivido e/ou captado pela consciência humana, a paisagem, de alguma maneira, sempre existiu junto com os seres humanos, levando ora à utilização prática de seus recursos, ora à contemplação e encantamento” (Maximiano, 2004, p. 89-90).

Assim, a paisagem pode ser entendida como o produto das interações entre elementos de origem natural e humana de um determinado espaço, que se organizam de maneira dinâmica ao longo do tempo e do espaço, resultando daí condições dinâmicas diferenciadas ou repetidas.

Por isso, quando a população em situação de rua é compreendida como “moradores de rua”, ou seja, pessoas comuns àquele espaço que o transformam em local de habitação, essas pessoas são entendidas como unificadas ao espaço público e, mesmo que sem intenção, como algo inerente a paisagem, sendo ela vista como agradável ou não (Maximiano, 2004).

Portanto, a forma de visualizar essa população no espaço público, atualmente, atribui um sentido e significado comum ao meio urbano, uma vez que a população em situação de rua é vista como própria daquele espaço, como parte da paisagem, ao fazer a sua gestão do cotidiano em meio ao centro, fazendo uso de todos os objetos disponíveis para eles e ressignificando o sentido de lixo, rua, praça, trabalho, moradia etc.

Para Meira (2013), as táticas de ocupação do espaço público se revelam como fundamentais. Ocupar ruas, parques, praças e todo o espaço público é relevante para retomar o conceito de cidade, o que contrapõe os debates e discussões que surgem sobre a presença física das pessoas no espaço público como uma ameaça à ordem social. Essa visão “manifesta a força da anti-estrutura, que interrompe a conexão entre estrutura e propriedade” (Meira, 2013, p. 128-129).

2.3 A gestão do cotidiano da população em situação de rua

2.3.1 Moradores de Rua, População em Situação de Rua ou Pessoa em Situação de Rua?

O fenômeno da PSR pode ser observado em diversos países em todo o mundo (Fiorati *et al.* 2016; Bursztyn, 2000), portanto, essa não é apenas uma problemática brasileira.

A PSR é caracterizada pelo ato de viver nas ruas. Em decorrência dessa vivência, muitas dessas pessoas são marcadas pelo distanciamento do trabalho formal, pela ruptura de vínculos familiares e comunitários (Fiorati *et al.*, 2016; Cohen *et al.*, 1988) e pela ausência de moradia e sustento (Brasil, 2009). Por esses fatores, elas são habitualmente nomeadas como “Moradores de Rua”, “Pessoas em Situação de Rua” ou “População em Situação de Rua”.

Existe uma diferença entre os termos “morador de rua”, “sem teto” e “população em situação de rua” ou “pessoas em situação de rua”. As pessoas que são nomeadas como “sem teto” geralmente são pessoas que mantêm as suas conexões familiares, o que possibilita a criação de grupos e movimentos sociais que reivindicam o direito à moradia através de ocupações. Em decorrência da criação de laços com famílias na mesma situação, essas pessoas não são consideradas com termos pejorativos como “mendigos ou pedintes”, mesmo sendo estigmatizadas de outras formas pela sociedade.

O termo “morador de rua” é a expressão considerada equivocada nas pesquisas atuais sobre essa população. Esse termo não é muito usual devido ao fato de considerarem que essas pessoas estão na rua por uma condição que não é definitiva. Por isso, não podem ser consideradas como “alguém que é dá rua”, mas sim, “que está na rua”, sendo essa uma condição do presente, que pode ser alterada. Nesse sentido, os termos considerados como adequados para nomear essas pessoas são: pessoas em situação de rua e população em situação de rua.

Prates e outros autores alegam que é ignóbil considerar um sujeito como alguém da rua, pois dizer que “um sujeito é de rua, seria o mesmo que considerar que alguém é de casa ou de apartamento” (Prates *et al.*, 2011, p. 194). Por isso, essas pessoas não podem ser consideradas como “moradores de rua”, mas sim como “pessoa em situação de rua”, como uma situação atual que pode alterar e não como uma condição definitiva. PSR também é usualmente utilizado por gestores públicos numa tentativa de definir essas pessoas em termos populacionais.

Há também uma diferença entre as pessoas em situação de rua e as pessoas que fazem da rua seu local de sobrevivência, utilizando práticas iguais às das pessoas em situação de rua, como a mendicância e a realização de trabalhos informais ou precários. Mesmo tendo essas atividades como um trabalho em comum, essas pessoas “retornam para suas casas no final do dia e, portanto, não se caracterizam como alguém que habita as ruas” (Prates *et al.*, 2011).

De acordo com o IPEA, o Brasil não conta com dados oficiais sobre a PSR do país. Essa ausência de dados é justificada pela dificuldade operacional de contabilizar uma população sem domicílio fixo (condição da complexidade da população), prejudicando a ampliação de políticas públicas que viabilizem a diminuição do desamparo dessas pessoas, tais como o “desconforto ante as intempéries, a insalubridade e a insegurança, que gera iniquidades no acesso aos serviços” (IPEA, 2016).

Fazel *et al.*, (2008) afirmam que existem cerca de 380 mil pessoas no Reino Unido e 740.000 indivíduos nos Estados Unidos vivendo em situação de rua. Pearson *et al.* (2007) analisam as políticas públicas derivadas da Lei chamada *Mckinney* nos EUA, que tem como princípio básico promover a provisão de habitação e apoiar as pessoas sem-abrigo para capacitá-los a viver da forma mais independente possível. Observando essa e outras pesquisas percebe-se que o ato de morar na rua não é apenas uma questão brasileira, mas que também está presente em diferentes sociedades permeadas por distintas dinâmicas urbanas. Vale ressaltar também que cada país tem uma política para lidar com a problemática. Nos EUA, por exemplo, existem pessoas que vivem em carros e mantêm um vínculo com o mercado formal, o que demonstra uma diferença gritante entre a PSR deste país com a realidade brasileira.

2.3.2 *Quem são essas Pessoas em Situação de Rua?*

A população de rua constitui um segmento social particular no espaço urbano. Trata-se de uma categoria que passa a habitar os “cantos” da cidade impensáveis ao planejamento urbano, como as ruas, os espaços vazios embaixo de viadutos, as praças, as calçadas ou os locais concebidos como de passagem, após desvincularem dos formatos convencionais da economia e da sociedade (Frangella, 2010).

Geralmente estão desprovidos de condições materiais e de tradições identitárias convencionais, como o trabalho e o mundo da casa e estão desconectadas de relações sociais, que acabam por criar fronteiras de ordem urbana, o que transforma a dinâmica nas ruas em contínuas andanças em busca de recursos e sobrevivências (Frangella, 2010). Alguns trabalham, mas não são empregados; obtêm renda, mas de maneiras assistenciais e pouco convencionais, o que os conectam diretamente ao poder público, que encara esse fenômeno com episódios de omissão, repressão e caridade (Bursztyn, 2000).

Por não terem uma atividade considerada como qualificada, muitas pessoas de rua são excluídas da visibilidade. São tidas como parte de uma sociedade incivil por não estarem inseridos na lógica social de atividade essencial considerada como qualificatória, que é o trabalho formal e, por isso, são também apartados dos direitos e possibilidades, sendo consecutivamente excluídos socialmente. Isso os leva a viver o cotidiano com experiências de miséria, relações de violência, vínculos com a criminalidade, preconceito, impotência, solidão e desespero. São submetidos a situações de roubo, estupro, brigas, disputas por objetos e território, além de sofrerem com o preconceito generalizado e ações de violência por parte da sociedade (Gustin, 2014).

Para Fontes (1996), a partir dos anos 1960 que começam a ser discutidos, mesmo que indiretamente, os processos econômicos que geram segregação, exercidos de forma a regular a sociedade. Os modelos prisionais, penais e hospitalares mostram o confinamento e o encarceramento como uma constituição da norma social, reforçada pela generalização do liberalismo.

Com isso, o que gera indiretamente ou diretamente a exclusão da PSR é o fato de esta se manterem em locais que não pode ser habitado e também, por não estarem vinculados às formas tradicionais consideradas adequadas, como o trabalho formal. Por não trabalharem formalmente, são atrelados ao “não trabalho” e, em decorrência disso, à vagabundagem, que é caracterizada por aquele que não trabalha.

Cleps (2009) ressalta que o crescimento do setor informal é alimentado pelo número de trabalhadores que não se enquadram na lógica capitalista ou pelo desemprego, em decorrência das oscilações da economia do sistema vigente, em que alguns profissionais acabam ficando sem possibilidades no setor formal, encontrando a sobrevivência na informalização, o que leva, em alguns casos, à precarização das formas de vida em decorrência de outros fatores.

Em vários estudos menciona-se que as famílias dos sujeitos em situação de rua estão, há várias gerações, inseridas em segmento social de extrema pobreza. Estão ligadas a atividades laborais de baixa renda, integrando zonas de vulnerabilidade social, que apresentam problemas e dificuldades de ordem econômica, cultural, social e de saúde (Fiorati *et al.* 2016; Varanda & Adorno, 2014). Geralmente, constata-se entre estas pessoas que o nível de educação é muito baixo (Mallol, 2009; Brasil, 2006) e o olhar discriminatório provoca desistência pela busca por auxílios, seja entre instituições psicológicas ou jurídicas (Mallol, 2009).

Dessa maneira os vínculos familiares são marcados por processos de intensas rupturas. Podemos citar, entre alguns, a morte prematura dos progenitores ou dos irmãos, desavenças familiares; rupturas na infância e na adolescência devido à ausência de membros importantes da família, como marcas de abandono devido à ligação afetivo-amorosa com novos parceiros ou ligações de progenitores a instituições prisionais; situação de pobreza; fome; abuso sexual; relações de violência física e moral imputados por adultos; e uso problemático de substâncias psicoativas (Fiorati *et al.* 2016). Tudo isso evidencia as marcas de exclusão e desigualdades de ordem social, econômica, cultural e política (Mallol, 2009; Fiorati *et al.*, 2016; Bursztyn, 2000), não possibilitando o desenvolvimento dos capitais sociais, simbólicos e econômicos (Bourdieu, 2008), dificultando que saiam dessa situação de rua.

Há na literatura sobre a PSR a necessidade de reconhecer a heterogeneidade da população e, como consequência dessa heterogeneidade, a necessidade de ter estratégias e técnicas que contemplem as particularidades desses sujeitos para possibilitar a superação dos processos de rualização. Isso evitaria abordagens massificadas e violentas contra as singularidades, abrangendo a criação de serviços específicos e de profissionais capacitados para o atendimento (Prates *et al.*, 2011).

Nesse sentido, existem vários tipos de PSR. São eles: homens, mulheres, crianças, adolescentes, idosos, lgbtqx e famílias, vivenciando cotidianamente as dificuldades da rua. Cada população com suas limitações, dificuldades e necessidades.

De acordo com Biscotto, Jesus, Silva, Oliveira e Merighi (2016), as mulheres em situação de rua, por exemplo, sofrem com situações de violência, que são perpassadas pelo potencial risco de serem violentadas e, nesse sentido, cada seguimento necessita ser

compreendido de forma diferente para se respeitar as particularidades que envolvem cada grupo.

2.3.3 O Corpo precário como sinal de exclusão

Graeff (2012) define o corpo como múltiplo e complexo e afirma que ele pode ser entendido de diferentes dimensões, descrevendo-o da seguinte maneira: (I) corpo-aparência, sem o qual o homem não existiria; (II) corpo trágico, incorporando o mundo pela consciência de sua finitude e precariedade; (III) corpo doloroso, marcando na carne as ameaças que pesam sobre a sua condição humana; (IV) corpo perigoso, definido como um lugar de contágio e proliferação de rumores e humores; (V) corpo político, que resiste aos efeitos de dominação social e aos abusos de poder; (VI) corpo agente, que reinventa o seu cotidiano ao mesmo tempo em que se submete às dinâmicas históricas; (VII) corpo capital, receptáculo de signos e valores cuja rentabilidade responde aos sistemas de classificação e às equivalências entre o que é considerado físico e o moral; e, por fim, o (VIII) corpo produto cultural, ponto de partida para a análise da cultura e do self.

O corpo, portanto, carrega marcas simbólicas das lutas cotidianas que envolve a sobrevivência que as pessoas em situação de rua necessitam carregar “nas costas”, por um peso de sua condição social de não ter onde viver. Por isso, “dormir na calçada ou embaixo de uma ponte, urinar sobre a via pública, atravessar a cidade em roupas usadas ou até mesmo se alimentar em centros de distribuição, são práticas que podem depreciar moralmente o indivíduo e colocá-lo em risco (Graeff, 2012).

De todo modo, no universo da rua a visibilidade do corpo coloca problemas como, por exemplo, como encontrar um local seguro para dormir ou localizar um pouco de intimidade para higiene pessoal, além de gestos que carregam dificuldades de ordem prática e que, ao mesmo tempo, são repletos de significados e sentido. O corpo da pessoa em situação de rua é, portanto, marcado pela precariedade, levando-se em conta o caráter rebaixante de “aliviar-se” em espaços públicos e o medo de dormir ao léu num parque qualquer (Graeff, 2012).

De acordo com Graeff (2012), as relações entre o universo da rua e a precarização do corpo estão relacionadas às tentativas de “dar conta” do corpo precário “junto à mal-estares marcados pelo frio, cansaço, fome, dores e pelas fraturas, estando exposto expressamente ou silenciosamente ao ‘abandono do corpo’ que ficam evidentes” (Graeff, 2012, p.767). E, se houver uma luta contra o abandono do corpo, não quer dizer, necessariamente, que isso implicará busca por formas de reconhecimento social, porque pode significar apenas uma forma

de tentativa de se livrar da sensação de desconforto e de mal-estar. “Sob esse ponto de vista, autoestima e estima social caminham juntas e não cessam de se reforçar ou rebaixar mutuamente no universo da rua” (Graeff, 2012, p.767).

O corpo, nesse sentido, é apresentado ao meio urbano como uma exposição da falta de possibilidades, que é integrada à paisagem da rua como uma necessidade de impor esse corpo da maneira que é possível. É a desqualificação desse corpo considerado inútil pelo mecanismo do capitalismo que contribui para a exclusão e segregação, e também para o desejo de retirada da paisagem urbana e do “meio da rua”.

De acordo com Graeff (2012), é no quadro delicado de difícil superação que se inscrevem as práticas de pesquisas, assistências sociais, voluntariado solidário, entre outros, que buscam tentativas individuais e coletivas para superar a miséria e a precariedade do universo da rua. Busca-se com isso “tirar a rua do corpo”, o que “requer relações processuais capazes de transformar duravelmente as dimensões da autoconfiança, do auto respeito e da autoestima” (Graeff, 2012, p.770).

Este mesmo autor afirma que existem condicionantes “microsociológicos que tornam toda tentativa de “tirar a rua” do corpo uma verdadeira luta cotidiana” (Graeff, 2012, p.767). Nenhum banho e nenhuma roupa nova é capaz de desfazer as experiências de maus-tratos e violência ou de recuperar os direitos individuais e sociais perdidos pela passagem no universo da rua. Logo, é nessas esferas de reconhecimento social que as políticas de reinserção social dos burocratas da rua procuram agir. Isso não minimiza a sensação de impotência frente às demandas ou tentativas de “tirar a rua” do corpo, dos que lidam com a população de rua, mas talvez seja preciso trabalhar para além dessa perspectiva.

O lugar *onde a vida acontece* pertence aos acontecimentos históricos e existenciais do mundo que decorrem da presença ativa do corpo nos lugares. O lugar é, portanto, *lugar-corpo*. Isso é relevante para a pessoa em situação de rua porque o significado de lugar tem, de fato, uma ligação experiencial com o espaço. Essa relação experiencial da pessoa em situação de rua é, de fato, no próprio corpo e, por isso, é difícil alterar a condição dessa situação, pois quando se procura fazê-lo, os sentidos que assim o qualificavam ficam esvaziados ou ainda mais esvaziados, uma vez que já estavam esvaziados. Assim, o sentido momentâneo que se dá por meio do simbólico se desloca e se reordena no próprio corpo de forma vorazes (Hissa & Nogueira, 2013).

Percebe-se que algumas lideranças públicas e técnicas atuam de modo a reforçar a estigmatização do corpo, reiterando os processos de interdição de direitos, o que impacta na avaliação das políticas de atendimento, pois ao mesmo tempo em que a população de rua é

tratada com compaixão, é também tratada com repressão, preconceito, indiferença e violências (Prates *et al.*, 2011).

2.3.4 Os “Gadgets” como norteadores da virtude capitalista

De acordo com Garcia (1993, p.21), a vida social é constituída a partir de instituições que são representadas pela escola, pelo trabalho e pela moral, que são marcadas por descontinuidades. Cada instituição registra significados na vida de cada pessoa, que atribuem sentidos de acordo com a sua subjetividade.

Para Braunstein (2010) o ser humano que vive buscando satisfação com o capital numa produção de venda de sua mais valia em troca de mercadorias, buscando apenas um “mais-de-gozar”, opera em uma lógica incessante pelo que lhe causa desejo, atrelado a um dispositivo imperativo que o determina consumir (Braunstein, 2010; Barillot, 2016), que exercita a satisfação em seu nível máximo sem se preocupar com outra coisa.

É na compra de objetos, os *gadgets*, que atua a pretensão de preencher o vazio existencial que consome os indivíduos. Com esses objetos é criado o que Lacan chama de laço-social, que representa o vínculo criado com a sociedade e que o mantém ligado à lógica social, estabelecendo um laço um pouco menos sofrido de viver, já que viver é trabalhar para consumir na dada atual “sociedade de consumo, como dizem por aí.” (Lacan, 1991, lição de 17 de dezembro de 1969).

Esses objetos produzidos massivamente, carregados de um saber misterioso para seus usuários, condenados a uma rápida obsolescência, vertiginosamente descartados e substituídos por outros, deram um novo rosto à sociedade do capitalismo tardio e são a concreção material de um novo discurso, ao qual podemos caracterizar com os matemas da álgebra lacaniana. O objeto a é, assim, o agente do discurso do mercado. É preciso evitar eventuais confusões e lembrar: “o agente não é forçosamente aquele que faz, mas sim aquele a quem se faz agir”. E a quem fazemos atuar? Aos servomecanismos, tanto para fotografar as luas de Júpiter, como para falar ao telefone (Braunstein, 2010, p.156).

Aqueles que estão fora desse discurso capitalista são, em última análise, os que seguem a lógica contrária, que não buscam objetos da ordem do consumo para criarem laços. Na necessidade de substituir esses vínculos, muitas vezes recorrem ao uso de substâncias químicas (Barillot, 2016), que fazem com que permaneçam suportando precariamente a forma de existir (Braunstein, 2010, p. 156).

Brandão (2013) diz que ninguém é capaz de ser feliz sozinho a partir do gozo e da mercadoria adquirida, por isso são fundadas cidades de mercados, praças e universidades. Nelas colocamos toda nossa “pulsão” para trocar experiências, saberes, memórias, competências, produtos e afetos, capazes de compensarem a fragilidade da nossa natureza na condição

moderna, disfarçando nossa fragilidade, incompletude e precariedade enquanto ser mortal. Por isso, é importante questionar se os indivíduos carregam toda e qualquer liberdade de escolha.

A PSR também possui os seus objetos necessários à subsistência, entretanto, as ligações com esses objetos são diversas. Essa diversidade possui uma relação com a dificuldade ou impossibilidade de carregá-los e guardá-los, como também ligada à possibilidade de conseguí-los.

A relação da PSR com os objetos, nesse sentido, é realizada por meio de materiais reaproveitáveis, que são reutilizados e facilmente descartados. A maioria da população em situação de rua se limita a carregar o mínimo possível de objetos, não apenas pela dificuldade de mobilidade, mas, também, para evitar as ações higienistas de limpezas urbanas que são realizadas pelos gestores públicos em nome da prefeitura. A ligação da PSR com os objetos é realizada pelo que é essencial para o cotidiano, na medida em que o interesse não é pela acumulação e consumismo puro, mas sim, pela sobrevivência.

2.3.5 O Management versus Organizing

Para Gaulejac (2007), a gestão de acordo com o manuais de Administração é baseada em um conjunto de técnicas destinadas a otimizar e racionalizar o funcionamento das organizações, para: (a) práticas direcionadas às empresas, evidenciando como o gestor deve orientar suas estratégias para definir políticas estruturais internas; (b) discursos para organizar ou pôr em ordem a produção, ordenando o tempo e o espaço de pensar a empresa de uma forma racional; (c) uso de técnicas, processos e dispositivos que conciliem as atividades, o estatuto e as regras que definem o funcionamento, sendo a gestão um sistema de organização de poder. Isso, sob a aparência objetiva, pragmática e operatória em uma perspectiva ideológica, traduz atividades humanas em indicadores de desempenhos, de custos e benefícios que dão suporte ao poder gerencialista (Gaulejac, 2007).

A gestão gerencialista é uma mistura de “regras racionais, prescrições precisas, instrumentos de medidas sofisticadas, técnicas de avaliação objetivas e também regras irracionais, prescrições irrealistas, painéis de bordo inaplicáveis e de julgamentos arbitrários” (Gaulejac, 2007, p. 37). Por trás da racionalidade fria e objetiva dos números, dissimula-se um projeto baseado em quantificações que transforma o homem em uma medida.

Nesse sentido, a gestão gerencialista provoca uma instrumentalização do humano através da tecnocracia, com as normas, regras e processos sociais. “A sociedade se torna uma vasta empresa que integra aqueles que lhe são úteis e rejeita os demais” (Gaulejac, 2007, p.177).

Os trabalhadores, assim como os desempregados são convidados a se tornarem empreendedores (Gaulejac, 2007, p.178).

Para este mesmo autor, o mundo está focado em fazer negócios de todas as formas possíveis, como na beleza, na identidade, no conhecimento, nas relações sociais, na carreira etc. Com isso, a sociedade é levada a enxergar valor econômico e fazer comércio em tudo como meio de permitir o poder de compra, o que transforma o homem em empreendedor para um mundo produtivista, excluído para fora dele quem não seguir o mesmo padrão e objetivo de vida.

O tempo livre, nesse modelo, necessita ser aproveitado da melhor maneira possível contra o risco de se ter um tempo morto ou improdutivo, até mesmo na família, que é encarada para fabricar um indivíduo empregável junto a seus capitais econômicos, cognitivos, relacionais, culturais e outros (Gaulejac, 2007).

Nessa perspectiva, cada indivíduo pode ser objeto de uma avaliação objetiva sobre “aquilo que ele custa e aquilo que ele produz para a sociedade” (Gaulejac, 2007, p.178). Portanto, não se trata somente de ganhar a vida, mas de gerenciar bem o corpo, seu capital saúde, suas capacidades intelectuais, além de manter boa classificação em qualquer desempenho físico ou intelectual com foco na gestão carreira, mantendo também a normatividade da sexualidade, considerando que na sociedade hipermoderna a vida se torna um plano de carreira e quem não fizer um gerenciamento de si estará fora do modelo esperado e aceitável. A gestão de si mesmo é transformada em um imperativo que exprime a inflação galopante de obras que lhe são consagradas, como: “melhor pilotar sua vida e tornar-se eficaz” (Gaulejac, 2007).

2.3.6 O Organizing da População em Situação de Rua em Certeau

Certeau (1994) concentra seu olhar na liberdade gazeteira das práticas para compreender as micro diferenças que se opõem muitas vezes à obediência e à uniformização. Essas táticas silenciosas e sutis compõem mecanismos de resistências, “reconhecendo o vestígio de uma concepção ignaciana do agir” (Certeau, 1994, p.20).

Esse agir estará ligado à concepção de arte ou estilo. São noções que se ligam ao que Certeau (1994) chama de “Artes de Fazer” para compreender as práticas culturais e interpretar culturas, como a cultura ordinária, que ele chama de ordem exercida por uma arte que, ao mesmo tempo em que é exercida, é burlada. São trocas sociais e invenções técnicas de um estilo de resistência moral.

Para Certeau (1994), existe um conjunto de práticas de uma cultura popular ou de marginalidades que portam uma bandeira de contracultura. Muitas vezes são realizadas por grupos que se reinventam em mil maneiras de caças não autorizadas no cotidiano. “São astúcias multimilenárias dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados” (1994, p.38), que em todo caso é ocultada por uma racionalidade dominante no ocidente e que se escondem sob consumidores e estatutos de dominações em sistemas urbanísticas e comerciais totalitários. Essa cultura dominante determina alguns modos de fazer através de alguns processos de organizações sócio-político de vigilância, mas que também abrem espaços para outras práticas sociais.

Certeau também menciona que a marginalidade atual não diz mais de pequenos grupos, mas sim de uma marginalidade de massa, e isso não quer dizer que ela seja homogênea porque, ainda sim, será permeada por singularidades.

Mas que como o direito (que é um modelo de cultura), a cultura articula conflitos e volta e meia legítima, desloca ou controla a razão do mais forte. Ela se desenvolve no elemento de tensões, e muitas vezes de violências, a quem fornece equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários. As táticas do consumo engenhosidades do fraco para tirar partido do forte, vão desembocar então em uma politização das práticas cotidianas (Certeau, 1994, p. 44-45).

Este autor menciona que existe uma espécie de táticas e estratégias que são tipos de cálculos de relações de força que se tornam possíveis a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolado de um ambiente. Nesse sentido, é postulada uma espécie de gestão de relações com a exterioridade, como um modelo estratégico. As táticas como um fazer geral, ou maneiras de fazer como astúcias, que se articulam às estratégias.

A arte de conversar, por exemplo, é construída por retóricas da conversa ordinária, que são práticas transformadoras de “situações de palavra” ou produções verbais:

Onde o entrelaçamento das posições locutoras instaura um tecido oral sem proprietários individuais, as criações de uma comunicação que não pertence a ninguém. A conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular “lugares comuns” e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torna-los “habitáveis”. (Certeau, 1994, p. 50).

Certeau alega que as táticas relativas e as situações particulares abrem a possibilidade de analisar o campo de arte de fazer de diferentes modelos e de determinadas culturas. Mas é preciso considerar, sem dúvida, as diferenças sociais, econômicas e históricas entre os praticantes para abrir espaço as relações conflituosas ou competitivas entre os mais fortes e os mais fracos, como também as solidariedades, as alianças e o lucro.

Algumas táticas do cotidiano como falar, caminhar, cozinhar, ou seja, a inventividade artesanal ou a discursividade que decompõe o que é chamado de vagabundagem, reproduz um sistema que compõe o que é chamado pelo autor de *patchworks*, que seriam uma espécie de colagens ou recortes do cotidiano.

A estratégia, para Certeau, não é algo estabelecido como no *Management*, pois ela acontece no cotidiano e não possui uma estrutura e ordem, ela apenas opera (Honorato e Saraiva, 2016). “A tática é uma espécie de movimento dentro do campo de visão do inimigo, dentro do espaço controlado por ele” (Certeau, 1994, p.100). Em suma, é uma espécie de arte do fraco, pois a astúcia é uma prestidigitação relativa a atos, que sugere que “a arte de dar um golpe é o senso da ocasião (...). “A tática, portanto, é determinada pela ausência de poder assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder”. (Certeau, 1994, p. 101).

2.3.6.1 O condicionamento das práticas e as variadas táticas e estratégias de sobrevivência para a “Gestão do Cotidiano” da População em Situação de Rua

Fragella (2010) afirma que o movimento itinerante condiciona as práticas sociais das pessoas em situação de rua, firmando um universo sedentário em uma lógica de domesticação do meio urbano e do planejamento urbanístico. São através dos serviços temporários que eles criam alternativas de trabalho para garantirem um mínimo recurso diário de subsistência. “O deslocamento pela cidade delinea os caminhos de procura dos serviços, traçando linhas entremeadas de movimento” (Fragella, 2010, p. 36), sempre em busca da sobrevivência, que é, em sua maioria, determinada pelo dinheiro, pela comida e pelo abrigo (Cohen *et al.*, 1988).

Greene, Ennett e Ringwalt (1999) apontam, através de uma pesquisa nos EUA, uma estratégia de sobrevivência frequente, por meio da troca de sexo por drogas, entre os jovens de rua e de abrigo com uma faixa etária entre 12 e 21 anos. Através dessa pesquisa percebe-se a relação entre o sexo e sobrevivência para 27,5% dos entrevistados, sendo o maior percentual encontrado entre os homens. Eles ressaltam que o sexo como sobrevivência é mais comum entre gays e bissexuais jovens, que estão atrelados a conflitos sobre orientação sexual devido a não aceitação de familiares sobre a orientação sexual dos filhos, que fazem com que tenham que sair de casa na busca por sobrevivência. Esses dados trazem uma reflexão importante sobre o ato de morar nas ruas no qual algumas ações podem estar ligadas diretamente a questões culturais, pois cada local, com as suas especificidades - que estão relacionadas ao clima, as leis, às políticas públicas e ao interesse político de “tratar” algumas questões - dá formatos a algumas práticas de sobrevivência dos itinerantes, que irão variar de acordo com as micro e

macrorregiões.

Uma pesquisa em Belo Horizonte apontou que as estratégias de gestão do cotidiano das pessoas em situação de rua variam. As mais utilizadas são a catação de materiais recicláveis; a vigilância de carros (os flanelinhas); “a mendicância”, que é considerada como aquele que pede, “o pedinte”; o camelô informal; o trabalhador de construções; o descarregador de caminhões; o vendedor de artesanato, que é vista como uma atividade dos “hippies”; os trabalhos domésticos e serviços gerais; o roubo ou o furto; os serviços de jardinagem; a prostituição; as atividades ligadas às drogas ou o recebimento de alguns benefícios previdenciários ou assistenciais (Brasil, 2006).

Para Deleuze e Guattari (1997), o nômade tem um território e segue trajetos costumeiros em busca das suas necessidades. A água, por exemplo, pode ser adquirida com uma maior facilidade nos centros urbanos; por isso os pontos determinam os trajetos, e por essa determinação as pessoas em situação de rua acabam ficando subordinadas a alguns espaços devido a algumas necessidades. Como seres socializados, os humanos percebem a “materialidade por meio de um sistema tradicional de atribuições de sentido e, assim, de marcadores simbólicos” (Low, 2013, p. 29). Ou seja, o nômade só vai de um ponto a outro por consequência e necessidade de fato, o que Deleuze e Guattari nomeiam como um espaço liso, que ele ocupa, habita, mantém e reside:

O nômade sabe esperar, e tem uma paciência infinita. Imobilidade e velocidade, catatonia e precipitação, "processo estacionado", a pausa como processo: o espaço sedentário é estriado, por muros, cercados e caminhos entre os cercados, enquanto o espaço nômade é liso, marcado apenas por "traços" que se apagam e se deslocam com o trajeto. Mesmo as lamínulas do deserto deslizam umas sobre as outras produzindo um som inimitável. (Deleuze & Guattari, 1997, p.43).

A gestão de si da pessoa em situação de rua quebra a lógica hegemônica de gestão com foco em produtividade em função do capital, uma vez que não seguem modelos tradicionais da vida cotidiana. Considera-se, nessa proposta, o termo Gestão por entender que a dinâmica cotidiana da população solicita pontos e trajetos que são percorridos de acordo com as necessidades, tendo o caráter indispensável de uma programação diária de obter pontos estratégicos para comer, dormir, fazer uso de alguns equipamentos para higiene pessoal, além de ter o acesso a auxílios do governo e de organizações da sociedade civil.

A rua possui uma precariedade que exige constantes reinvenções, como, por exemplo, os processos de interação, que pedem negociações e comunicação mínima para que reciprocidades possam daí emergir (Silva, 2010). Os obstáculos são diversos; vão desde a organização pessoal, estocar alimentos, roupas e objetos pessoais, num universo que se esbarra

com lugar, rua, paisagem, espaço e território, e em que o espaço privado se confunde com o público (Graeff, 2012).

Para Hissa e Nogueira (2013), na gestão, tudo que envolve o corpo e o contato tem algum significado. O corpo é o principal meio de gestão do cotidiano por ser *locus* de produção e enunciação da experiência do universo nômade. Por isso, é através dele que são atualizadas cotidianamente as ações de violência e de exclusão (Frangella, 2010). O caminhar, por exemplo, seria um modo de devolver à cidade a explicitação da sua condição nessa relação dialética entre a *cidade-corpo* e o *corpo-cidade*. “Os passos que percorrem terrenos não apenas marcam a trajetória que se faz. Eles são a expressão do movimento do corpo que atravessa a cidade: e a transpõe, infiltra, perpassa e experimenta” (Hissa & Nogueira, 2013, p. 73). O caminhar não é necessariamente direcionado “o caminhar é apenas um meio” (Hissa & Nogueira, 2013, p.74) de apresentar os significados da dimensão afetiva das espacialidades cotidianas.

Ao caminhar, os corpos percorrem e perfazem diversos feixes de caminhos na cidade. De forma mais ou menos invisível, elaboram novos textos, outras regências, reescrevem o discurso urbano. Andar é escrever, ler, significar, reescrever a partir de nossos olhos para o mundo. Deste modo é que o andar – como uma modalidade de ocupação do espaço urbano –, em contraste com o uso do automóvel, pode ser uma experiência que confere possibilidade de ruptura ao disciplinamento e controle, justamente por abrir os sentidos ao mundo. Se as cidades parecem perder cada vez mais coesão, o andar parece ser capaz de conferir sentido aos seus pedaços. Mas, há que se sublinhar: há várias formas de caminhar (Hissa & Nogueira, 2013, p. 73-74).

A comida seria o principal eixo norteador das andanças e deslocamentos. Sendo assim, algumas escolhas são direcionadas aos locais que possuem bares e restaurantes, ou locais onde os grupos caritativos, religiosos e filantrópicos podem garantir essa subsistência. Nessa aquisição da alimentação é possível notar como a sociabilidade das organizações são criadas nesse universo, “sobrepondo-se aos mecanismos de aparente ‘incivilidade’ que sugere a dificuldade para obter regularidade no alimento diário e os utensílios que o cercam” (Silva, 2010, p.137). Para Silva (2010), os grupos compartilham informações relacionadas aos usos do espaço de acordo com as suas necessidades básicas. Ainda segundo este autor, “a distribuição geográfica obedece, lugares em que há maior oferta de água, alimentos e/ou doação, formando um nicho territorial que sugere uma itinerância espacialmente circunscrita” (p.136).

O intuito, portanto, é examinar como é organizada o que chamamos aqui de “Gestão do Cotidiano”, que são as estratégias para as necessidades mais básicas, como almoçar, tomar banho, dormir, guardar seus pertences, se esquivarem de conflitos e violências, conquistarem vagas nos abrigos, buscarem auxílios de políticas públicas, conseguirem roupas, mochilas e dinheiro para o tabaco, a bebida, entre outras coisas. Além disso, busca-se constatar como fazem

para irem de um local ao outro quando necessitam chegar até as instituições que fazem acolhimento e doações, ou quando precisam chegar a outros estados, gerenciando muitas vezes o dinheiro que recebem do Bolsa Família, do Bolsa Moradia ou através de esmola, observando as suas práticas de sobrevivências: como escambos, trabalhos manuais (hippie), trabalhos informais (flanelinhas), compra e venda de objetos para geração de renda (roupas e sapatos usados) e a coleta de materiais recicláveis com os carrinhos de supermercado.

O termo “Gestão do Cotidiano” delimitado para a presente investigação carrega o princípio da Gestão utilizada na Administração, porém, com seu sentido ampliado para além da Gestão Administrativa, Administração do Tempo e Gestão de Pessoas, entre outras concepções. Tem-se a pretensão de usar o conceito junto à noção de Cotidiano, numa tentativa de compreender como os atores pesquisados vão organizando sua rotina e como fazem para gerenciar o dia a dia, utilizando estratégias e recursos que estão disponíveis ou que são criados para sobreviverem no meio urbano.

Aqui também cabe destacar que a opção epistemológica e ontológica reside na compreensão do fenômeno social da Gestão como um rol de práticas e atividades que só podem ser compreendidas em sua amplitude e complexidade a partir de sua inserção em realidades sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais específicas. Em suma, opta-se pela visão oposta ao do chamado *Management*, que concebe a Administração como estratégia e prática organizacional ahistórica, apolítica, desvinculada da cultura e guiada fundamentalmente pela maximização do auto interesse a partir de bases economicistas de interação nos mercados e na sociedade.

O objetivo de analisar o termo é verificar se essa gestão impacta o direito à cidade da PSR. O termo Cotidiano é utilizado por Certeau (1994), que enxerga o espaço como uma constituição de práticas e o define pelas apropriações, vivências e simbolizações, compondo um espaço vivido com um sentido muito singular. Nessa composição dos dois termos, propomos a noção de “Gestão do Cotidiano”, que será construída através de uma pesquisa de campo.

De acordo com Carrieri, Perdigão e Aguiar (2014), o cotidiano e a gestão, que é chamada por ele de ordinária, deve ser percebida para dar vozes aos diversos sujeitos que habitam os chamados lugares de passagem. Esses sujeitos fazem uso de diversas práticas, estratégias e táticas e, para que seja possível compreender as práticas organizativas que muitas vezes são estigmatizadas, estas devem ser analisadas de forma ampla. Para o autor, a Administração como uma ciência social aplicada busca um conhecimento sobre a gestão baseada em uma razão instrumental de aperfeiçoamento de técnicas, mas afirma que os pesquisadores atuais devem ter

em mente a temporalidade capitalista que podem exigir outras temporalidades, outros saberes, outras formas intersubjetivas não tão deslocadas das relações histórico-sociais. “Cabe, então, ao pesquisador, experimentar o mundo olhando, ouvindo e, até mesmo, escrevendo” (2014, p. 171)

Para Joaquim (2012), a gestão é conceituada de várias formas e, por isso, não há uma definição consensual. Mas a autora afirma que se tomássemos emprestadas as lentes interpretativistas poderíamos concluir que a gestão é subjetiva e, por isso, cada sujeito teria uma maneira própria de gerir. Sendo assim, o contexto e os sujeitos envolvidos nos processos definiriam como seria essa gestão.

Carrieri *et al.* (2014) chama atenção para a diversidade de formas que os sujeitos vivenciam a cidade moderna e, com isso, ressalta a necessidade de registrar e catalogar a vivência e o papel de cada um dos elementos sociais em relação aos impactos que esses sujeitos causam nas perspectivas socioculturais e econômicas, que se relacionam diretamente às cidades, aos espaços coletivos, públicos e simbólicos. Nesse sentido, os sujeitos criam formas diferentes de ver o mundo, com novos sentidos, interpretações e significações para essa nova possibilidade de compreender o social, que decorre de mecanismos inter-relacionais, históricos e sociais.

O que Carrieri *et al.* (2014) propõe são novas formas de apresentar a “descrição de atos do cotidiano como os usos e costumes” (p.27). Pretende-se aqui, conforme sugere o autor, “fugir do anacronismo enraizado nos estudos do campo da gestão, desvelando a memória que remete às práticas delineadas em contextos de outrora e que influenciam as realidades vivenciadas na contemporaneidade” (p. 29). O intuito é apresentar o que influencia o fazer dos sujeitos, revelando como os indivíduos se adaptam ao espaço, ao papel e ao lugar que lhe eram dados numa determinada estrutura social e como esses sujeitos vão alterando a sua história.

De acordo Costa, Seifert, Meira e Hocayen-da-Silva (2018), mediante ao colapso econômico, social e ambiental, fica cada dia mais evidente que não se deve continuar ignorando certas experiências e práticas organizacionais que resistem em meio aos sistemas convencionais, mesmo estas sendo entendidas e malditas como anomalias ao sistema econômico dominante. Para os autores, é necessário ampliar o campo de investigação, tendo em vista a possibilidade de trazer contribuições significativas aos fenômenos sociais por meio de quebras das hegemonias, até mesmo as hegemônicas concepções teóricas, epistemológicas e metodológicas vigentes, indo ao encontro a uma ciência de forma mais reflexiva e livre.

2.4 Da “vagabundagem” ao “direito à cidade”

2.4.1 Os Capitais como forma de apropriação do espaço social

Para Bourdieu (2008), o espaço social possui posições sociais que são traduzidas pelo que ele chama de *habitus*. Estes são como sistemas que diferenciam ou definem as posições do espaço social, organizados por propriedades dos agentes ou pelas classes construídas com os agentes, que são determinadas pelos bens que possuem.

Cada classe de posições corresponde, necessariamente, a uma classe de *habitus*. Para Bourdieu os *habitus* são produzidos por condicionamentos sociais que estarão diretamente associados ao *habitus* e suas capacidades geradoras, como um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculados entre si por uma afinidade de estilos.

Os *habitus* seriam uma espécie de geradores de práticas distintas, que podem ser exemplificadas como: o que o operário come ou, sobretudo, a sua maneira de comer; o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo; suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las, entre outras características que definem os esquemas classificatórios e que são os princípios de classificações ou princípios de visão e de divisão das práticas e gostos. Essas classificações irão estabelecer as diferenças entre o que é bom e mau e entre o bem e o mal, desenhando o que podem ser considerados como “distinto ou vulgar”.

Para Bourdieu, o essencial a considerar e a ser percebido por meio dessas categorias sociais de visão e de divisão, são as suas diferenças nas práticas, nos bens possuídos e nas opiniões expressadas, que se tornam diferenças simbólicas que constituem uma verdadeira linguagem que pode ser associada às maneiras e ao funcionamento das sociedades.

Na imagem abaixo, Bourdieu mostra como esse *habitus* pode ser apresentado por capitais culturais, sociais e econômicos.

Figura 1: Espaços das posições sociais e espaços dos estilos de vida



Fonte: Bourdieu (2008, p. 20)

De um lado, os que possuem capital cultural junto ao capital econômico podem ter como *habitus* práticas que exijam certas afinidades por atividades que possuem certa complexidade, tendo como foco conhecimentos específicos. O capital cultural, nesse sentido, demanda uma busca por aplicação de aprendizagens adquiridas. Assim, em alguns momentos necessita-se de gastos iniciais para a aquisição de cultura/conhecimento.

Esse *habitus* é expressado geralmente por jogos que possuem certa complexidade, como o xadrez; gostos por algumas bebidas mais caras, como o uísque; e as práticas de descanso podem não ser esportes tão convencionais, entretanto são acessíveis porque demandam certo acesso e conhecimento a respeito, ativando a procura e a prática. Podem ser, por exemplo, o alpinismo, a natação e caminhadas turísticas, ou afinidades por instrumentos musicais, como a guitarra.

Do outro lado, quem possui apenas o capital econômico pode ter como *habitus* o jogo de tênis, a caça e o champagne, que são atividades que não demandam certo tipo de esforço intelectual, mas que são acessíveis geralmente à pequena parte de grupos por não serem tão usuais e, em consequência, não tão acessíveis por serem mais caros.

Para os que não possuem capital econômico, mas possuem um pouco de capital social, geralmente têm como *habitus* empregos em escritórios ou em comércios, e como atividades de lazer usufruem da cerveja, do truco e do futebol. Os que possuem um pouco mais de capital econômico, mas não tão elevado, teriam como *habitus* o vinho, a pesca e o futebol. Outros tipos, nessa mesma categoria, poderiam ser pequenos comerciantes que teriam as práticas artesanais ou trabalhos rurais para o auto sustento.

Vale ressaltar que quanto maior for o capital econômico, maior será o acesso às práticas não tão acessíveis e convencionais para a maioria da população; quanto menor o capital cultural, os trabalhos exercidos podem ser encaixados em atividades de ordem braçal ou em cargos que não possuem algum tipo de especialização e estudo, salvando algumas exceções. Mas o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, nos princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos e nas opiniões expressadas tornam-se diferenças simbólicas e criam uma verdadeira constituição de linguagem. As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, aos bens, às práticas e, sobretudo, às maneiras que funcionam em determinadas sociedades - como diferenças constitutivas de sistemas simbólicos ou como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos constitutivos de um sistema mítico - traduzem os signos sociais (Bourdieu, 2008).

Bourdieu afirma que a diferença só se torna signo de distinção se lhe aplicamos um princípio de visão e de divisão. Por exemplo, o modelo das distâncias que profetizam os encontros, as afinidades, as simpatias e até mesmo os desejos, que pode significar que pessoas situadas no alto espaço social terão pouca probabilidade de se casar com as pessoas situadas no baixo espaço social porque há pouca probabilidade de que elas se encontrem fisicamente, a não ser que ocorra uma transgressão das fronteiras sociais e permita que essas distâncias espaciais não sejam um empecilho (Bourdieu, 2008).

Esse espaço social, que para o autor não se pode mostrar nem tocar, é quem organiza as práticas e representações dos agentes, vinculadas às propriedades determinadas por oposições e diferenças aparentes de classificações que, em conjunto permitirão predizer as outras propriedades, que são os elementos que distinguem e agrupam os agentes que mais se assemelham ou se afastam. Ou seja, a proximidade no espaço social predispõe à aproximação, que significa que as pessoas inseridas em um espaço restrito serão mais próximas por suas propriedades e suas disposições e, consecutivamente, mais inclinadas a se aproximar, além de também mais fáceis de abordar, mobilizar e interagir.

Essas categorias sociais promovidas por proximidades permitem as convergências de *habitus* e, consecutivamente, mantêm os agentes nas mesmas categorias, salvando-se exceções.

Souza (2015) menciona que o acesso ao capital social, que é operado por meio de relações pessoais, é decisivo para o sucesso individual em qualquer contexto social, podendo ser percebido como secundário em relação ao capital econômico e cultural, mas estando estritamente interligado. Nesse sentido, só se pode ter capital cultural e econômico se houver acesso a relações privilegiadas (capital social), o que possibilitará o encontro aos outros capitais. Como exemplo, o autor menciona a naturalização da desigualdade permitida devido à sutil violência da ideologia da meritocracia, que impede, consecutivamente, o acesso aos outros capitais.

Na prática, pessoas que possuem relações com pessoas que possuem os capitais econômico e social terão maior probabilidade de ampliar todos os outros capitais. Do mesmo modo, se possuir pouco capital social, logo o acesso a estes capitais será precário e isso afetará também o acesso às possibilidades de trabalho, dificultando a obtenção de empregos que garantam uma melhor qualidade de vida na sociedade capitalista. Portanto, para Souza (2015), é a opacidade do processo social de apropriação dos capitais que decidirá o pertencimento de classe e o acesso privilegiado aos bens e recursos.

2.4.2 A exclusão social por meio da “desqualificação” do homem urbano

Malow (2009) e Pizzio (2009) afirmam que a pobreza está relacionada a fatores de desqualificação social, o que para os autores é que abrangem processos de exclusão. Paugam (2003), por sua vez, complementa dizendo que essa exclusão estará relacionada à trajetória de vida, que é constituída por conceitos de identidade e territorialidade, considerando todas as particularidades dos processos espaciais que abrigam os processos excludentes. Estes processos fazem com que as pessoas deixem até de procurar emprego, o que pode transformar o percurso em uma espécie de aceitação ou uma soma de fracassos, levando à marginalização dos indivíduos.

O que chama atenção nos processos excludentes são os formatos de inclusão dos chamados excluídos na sociedade capitalista, pois carrega formas muito perversas (Martins, 2003). Pizzio (2009) afirma que é útil perceber como a dinâmica da sociedade realiza o movimento de exclusão para em outro momento incluir. Nesse sentido,

Contrapor-se ao pressuposto de que as pessoas que vivem nas ou das ruas não cabem em rótulos essencializados que destacam os processos de perda, de afastamento, de algo que se desfaz, implica também levar em conta, com cautela, os outros sentidos expressos por práticas sociais só apreendidas em termos do protagonismo, fundamental à vivência nas ruas, a despeito das condições precárias de vida. (Silva, 2010, p. 136).

A inclusão carrega um sentimento de “desumanização ou coisificação do ser humano, que são constituídas por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de anulações e também de inclusões enganadoras” (Martins, 2003). Na sociedade brasileira existe um reforço à exclusão de maneira sutil, pois existem mecanismos que a promovem e fazem com que até mesmo o excluído a aceite e a defenda, numa atmosfera social de conformismo que acaba tornando essa exclusão como algo natural, reforçando e elaborando novas formas de reprodução desse sistema (Sawaia, 1999).

As formas de inclusão e exclusão são percebidas, muitas vezes, através das atividades de trabalho, nas quais se manifestam as exigências por qualificação, o que acaba por rotular e classificar o indivíduo como útil ou inútil para determinadas atividades.

Pizzio (2009) afirma que entende a qualificação como algo que está diretamente relacionada ao mundo do trabalho. Sendo assim, a qualificação social e profissional diz de uma mesma coisa, pois, ao mesmo tempo em que alguém se torna desqualificado profissionalmente, este estará privado de possibilidades e oportunidades. Para o autor, “a qualificação passa a ser condição *sine qua non* para assegurar uma atividade produtiva decente para os trabalhadores, na pluralidade inerente à condição de seres humanos” (Pizzio, 2009, p. 226). Após vivenciar um processo de qualificação, os sujeitos passam a ter maiores chances de se integrarem ao processo produtivo na própria sociedade em que vivem, e os que são desqualificados, nesse prisma de avaliação, conviverão, por óbvio, com os processos de exclusão.

O conceito de desqualificação social está atrelado, portanto, à naturalização da desigualdade entre indivíduos mais “qualificados” se comparados aos que são considerados “desqualificados”, levando-se em conta a meritocracia. Essa comparação é um artifício de um acordo social excludente, resultado de uma cidadania que é distinta para uns e outros, assim como os direitos e oportunidades, forçando os desqualificados a se colocarem em uma posição de inferioridade social. Isso não permite o sentimento de pertencimento e abre espaço para a interiorização de uma condição estigmatizada, afetando a autoestima e as condições sociopolíticas (Pizzio, 2009; Bursztyn, 2000).

Nesse processo de qualificação e desqualificação surge a segregação social e a estigmatização. De acordo com Melo (2014), a violência social se constrói em três etapas consistentes com a teoria do fascismo social, que são: (I) a elaboração de um discurso

ideológico de desqualificação, em que é construída uma imagem de demonização do “outro”, associada geralmente a problemas de desordem, insegurança, epidemias e criminalidade, legitimando um discurso de contrato social; (II) a desvinculação, que expressa a rejeição de indivíduos considerados “desqualificados” ou afastados dos processos produtivos reconhecidos, se refletindo diretamente em baixa autoestima, acarretando em isolamento social e psíquico; e a (III) a eliminação do indivíduo, que pode se dar tanto pelo extermínio, quanto pela esterilização ou genocídio cultural, mesmo que pela deportação.

A PSR convive com o fascismo social o tempo todo, pois é colocada em uma posição de eliminação por estar desvinculada das possibilidades que permite que se constitua como sujeito autônomo, o que acaba por transformá-los em dependentes do estado e das ações assistenciais. Silva (2010) menciona que “a exclusão social como não cidadania se impõe em relação à forma de distribuição de acesso aos bens materiais, culturais, de oportunidades de trabalho e de participação política” (Silva, 2010, p. 134). Graeff (2012), por sua vez, aponta que “é justamente esse corpo ‘abandonado’ às condições precárias de vida que se tornará o repositório de experiências de desrespeito social” (Graeff, 2012, p. 767).

Esses processos excludentes irão ocorrer pela coerção física realizada por meio de tecnologias de vigilância do espaço urbano e por ações violentas de policiais ou agentes urbanísticos, além de atitudes de ofensas e humilhações sociais que marcarão os processos de estigmatização contínua (Frangella, 2010). As rupturas dos vínculos sociais, sendo eles sociais, comunitários e individuais, em uma sucessiva crescente de rupturas, também fazem parte desses processos de exclusão. Eles podem não estar ligadas à desigualdade social com distribuição diferenciada de riqueza e até podem ser entendidos de formas separadas, mas geralmente estão atrelados (Nascimento, 1994).

Outro tipo de exclusão que ocorre por meio da desqualificação do homem urbano é através da violência simbólica. Esta é consequência do descaso das políticas públicas que pouco atendem as pessoas que são vítimas de assassinato, tuberculoses, doenças sexualmente transmissíveis - especialmente o vírus da imunodeficiência adquirida (HIV) - e hepatites B e C, que são doenças adquiridas e, que no caso da PSR, são agravadas nas ruas (Brito *et al.*, 2007; Castañeda-Hernández *et al.*, 2013; Fiorati *et al.*, 2016; Moquillaza-Risco *et al.*, 2015). Para Melo (2014), os dados sobre crimes contra a população de rua são precários, mas são claros sinais das tentativas de extermínio e higienização que não são nem mesmo noticiadas, uma vez que alguns tipos de violência podem nem mesmo serem notados pela sociedade.

Silva (2010) afirma que as trajetórias de rupturas parciais, vivenciadas por meio de processos excludentes, elevam a precariedade e a vulnerabilidade social e podem, em

consequência, elevar o rompimento total com trabalho, família e comunidade. Quando os processos de exclusão são compreendidos por um ordenamento social, é possível construir políticas que reduzam as desigualdades e que forneçam, ao mesmo tempo, possibilidades para criação de resistências dos sujeitos que vivenciam esses processos excludentes (Prates *et al.*, 2011). Isso pode permitir também a ampliação de processos autônomos.

De acordo com a fala de um membro da PSR, citada por Cohen *et al.* (1988), a rua pode ser um local de intensa provocação de ansiedade:

Eu posso esticar, mas não consigo relaxar meu corpo, me deitar e dormir. Toda vez que alguém passa, eu estou acordado. Meus nervos são na borda, porque eu vi pessoas atacadas no parque (p. 62).

As pessoas em situação de rua, por terem sua presença visível, perturbam o cenário social com sua feroz imobilidade que borra os limites entre público e privado, transformando-se em habitantes do local de passagem. São dotados dessa qualidade paradoxal ao mesmo tempo em que provocam uma dúvida entre os “sujeitos comuns”, quanto a dar ou não algo quando são solicitados (Gayet-Viaud, 2010).

2.4.3 O Estigma de habitar a Rua

Pessoas em situação de rua perpassam historicamente o imaginário social através de diferentes visões e atribuições, que vão desde as imagens do sofredor urbano até as figuras que povoam as margens da sociabilidade (Fiorati *et al.* 2016). Mas geralmente são conhecidas principalmente por “serem” vagabundos, bêbados, sujos, esfarrapados e com pouca saúde (Mallol, 2009) ou pela falta de laços sociais tradicionais (Cohen *et al.* 1988); como também maloqueiros, trecheiros, mendigos e sofredores da rua (Varanda & Adorno, 2004). Não têm moradia, emprego formal, vivem em condições precárias e estão sujeitos à fome, miséria, doenças, violências e preconceitos (Junior & Silva, 2014).

De acordo com Gustin (2014), o estigma ao qual está sujeita a população de rua, materializada por meio da rejeição, da discriminação e da indiferença, pode ser considerado como uma forma de violência psicológica que, ao afetar emocionalmente esses indivíduos podem afastá-los do convívio social causando depressão, dependência química e suicídios.

Para Goffman (1988), o termo estigma foi criado pelos gregos para referenciar os sinais corporais que evidenciavam o status moral de quem se apresentava. Estes sinais eram registrados no próprio corpo, com cortes e fogo, para avisar que o portador era um escravo, um

criminoso ou traidor. Goffman (1988) afirma ainda que a sociedade estabelece critérios de meios de categorização entre pessoas nos ambientes sociais, e estes critérios são sutis, previstos sem atenção ou reflexão particular. Nesse sentido, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos nos permitem prever a sua categoria e os seus atributos sociais, que podem ser consideradas uma identidade social ou status social. Nessa categorização, a sociedade acaba transformando essas preconcepções em expectativas normativas, com exigências apresentadas de modo rigoroso.

Como são ignoradas tais exigências ou o que elas significam, enquanto o estranho está à nossa frente podem surgir evidências de que este tenha atributos que o torne diferente de outros, possibilitando encontrar algumas categorias que o incluam numa espécie de menos ou mais indesejado, como num caso extremo, de uma pessoa completamente má, perigosa, fraca, estragada ou diminuída. Estas características são definidas por Goffman (1988) como estigma.

Para Goffman (1988), isso está relacionado a questões afetivas, quando fazemos afirmativas em relação àquilo que o indivíduo que está a nossa frente deveria ser ou fazer, a partir de um critério pessoal que imputamos. Dessa forma, são atribuídos a estes outros um defeito, uma fraqueza ou desvantagem, que constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real, que nos fazem reclassificar um indivíduo antes situado numa categoria socialmente prevista, colocando-o numa categoria diferente que pode alterar positivamente ou negativamente a avaliação.

Costa (2002) menciona que o conceito de identidade ou de identidade cultural, tornou-se um conceito de muitas análises dentro das ciências sociais. Na base de muitos equívocos e efeitos, estão concepções redutoras, essencialistas e reificantes de identidades culturais, e estas concepções parecem estar inscritas em profundidade na lógica de boa parte de categorizações culturais e movimentos sociais, como o movimento feminista, o movimento Lgbts e outros. Mas, para este autor, as concepções do conceito de identidade podem ser consideradas ou chamadas de identidades experimentadas, identidades designadas e identidades tematizadas.

As identidades experimentadas ou vividas são as que têm relação aos sentimentos de pertença aos coletivos de qualquer espécie (categoriais, institucionais, grupais, territoriais ou outros); são um conjunto de pessoas que partilham suas experiências de vida ou situações de existência social. As identidades designadas ou atribuídas estão relacionadas às construções discursivas ou coletivas por meio daqueles que as produzem, não possuindo nenhuma relação subjetiva de pertença; as identidades tematizadas, ou políticas de identidade, são estratégias de colocação pública de uma situação social sob a égide de uma determinada problemática

identitária, que em geral está relacionada à constituição ou à potenciação de dinâmicas de ação social, com foco em mudança (Costa, 2002).

O estigma de identidade da pessoa em situação de rua é construído por uma lógica vinculada à não produtividade e à ociosidade, por não estarem inseridas no mercado de trabalho formal e nem oficializadas no mercado informal, além da ocupação de um local considerado impróprio. Nesse sentido, conceituar ou chegar à uma concepção de identidade não se torna tão relevante, uma vez que a identidade social da PSR é estabelecida através do estigma. Portanto, o termo estigma, nesse caso, é utilizado para referenciar uma forma depreciativa, sendo, nas palavras de Goffman (1988), “uma marca individual que desqualifica e impede o indivíduo de ser plenamente aceito pela sociedade” (p. 7). Entretanto, esse mesmo atributo que deprecia o sujeito, pode ao mesmo tempo, confirmar a sua normalidade, por isso ele não é por si só nem honroso, nem desonroso. “Um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo” (Goffman, 1988, p. 13).

Goffman (1988) menciona três tipos de estigma nitidamente diferentes, que são: as deformidades físicas; em segundo, os distúrbios mentais, como vícios, alcoolismo, homossexualidade, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical; e em terceiro o de raça, nação e religião. Em todos esses exemplos mencionados por Goffman (1988), inclusive o que era considerado para os gregos, encontrasse as mesmas características sociológicas que consideram que um indivíduo pode ser recebido em uma relação social cotidiana, mas sem possuir uma característica diferente do previsto, pois, do contrário, ele será afastado negativamente das expectativas particulares.

Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida. Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação de maneira característica, sem pensar no seu significado original. Tendemos a inferir uma série de imperfeições a partir da imperfeição original e, ao mesmo tempo, a imputar ao interessado alguns atributos desejáveis, mas não desejados, frequentemente de aspecto sobrenatural como “sexto sentido” ou “percepção” (Goffman, 1988, p. 15).

O indivíduo estigmatizado tende a possuir as mesmas crenças sobre a identidade que os que estigmatizam, devido aos padrões introjetados “levando-o inevitavelmente mesmo que em alguns poucos momentos a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser” (Goffman, 1988, p. 17) e isso se torna uma questão de aceitação.

Para este autor, algumas pessoas estigmatizadas tentam corrigir essa situação. Por exemplo, quando algumas pessoas fisicamente deformadas fazem plásticas ou quando corrigem de maneira indireta uma deficiência, como uma pessoa deficiente que se torna jogador de tênis ou nadador etc., entretanto, sempre haverá uma sensação de não saber sobre o que realmente o coletivo estará pensando. Essa incerteza acontecerá porque este indivíduo não sabe em qual categoria ele será colocado e se essa colocação o colocará em uma espécie de exibição.

O reconhecimento do estigma é uma crença pessoal validada pelo coletivo; este reconhecimento, por sua vez, valida o próprio estigma. Uma vez que a nossa sociedade tenha modelos de identidade que não permitem aceitar os atributos estigmatizados, é inevitável o surgimento da ambivalência em relação ao “eu”, mantendo uma aliança íntima com os iguais. Nesse sentido, por exemplo, a rede de relacionamentos que são compostas por indivíduos que se conhecem e que se relacionam com o núcleo de instituições de serviços que fornecem base territorial para grupos estigmatizados, se manterá unida. Estes que então são reconhecidos como desviantes sociais são temporariamente tolerados nessa rebeldia e, nesse sentido, serão convidados, mesmo que de maneira simbólica, a se restringirem às fronteiras de sua comunidade (Goffman, 1988).

Nessa lógica, a visão dominante direcionada à população em situação de rua é pautada pelo estigma da desordem, da incivilidade, da passividade e do não pertencimento à sociedade, que casa com o discurso da exclusão social, ao mesmo tempo em que denuncia as tramas da desigualdade social articulada aos ditos “excluídos socialmente” (Silva, 2010).

Sobre esse estigma baseado no imaginário social da própria população em situação de rua, é possível notar através de uma pesquisa realizada por Prates (2011), que a invisibilidade e a estigmatização estão presentes nos discursos da própria PSR, como crenças introjetadas por elas: “Vagabundos, drogados, bêbados e loucos, essa é a visão da sociedade e até de muitos técnicos em relação à população de rua... [...]” (Prates *et al.*, 2011, p. 205). “Só tenho uma resposta, eles não veem o morado de rua... Eles não veem, só veem o lado deles. O negócio é o seguinte: eles têm medo de enxergar a realidade do morador de rua” (Prates *et al.*, 2011, p. 205).

As carências materiais não necessariamente correspondem às ausências dos vínculos, mas remetem às invenções e conexões realizadas no meio público. Constituem um sistema de significados que define papéis, vincula e constitui agenciamentos coletivos, tendo como consequência a exploração da rua como um espaço social possível (Silva, 2010).

Graeff (2012) menciona que a pessoa em situação de rua que faz de tudo para parecer “normal”, trocando de roupa, tomando banho e retirando do campo da visibilidade qualquer signo que anuncie a sua condição, demonstra uma ação de transformação subjetiva em relação

ao próprio corpo e aparência, que pauta os sentimentos de impotência e sofrimento frente às situações de desrespeito social, mas, ao mesmo tempo, “os efeitos do desconforto, dos mal-estares e das dificuldades de higiene repercutem na *hexis* corporal que, por sua vez, se revela automaticamente nas experiências de humilhação e de estigmatização social” (Graeff, 2012, p.770).

Graeff (2012) pontua que uma vez que são incorporadas essas experiências de privações de direitos e de degradação moral, se impõe automaticamente a dificuldade de reabilitação física e psíquica. “O estigma são marcas, cicatrizes, cheiros, roupas, maneiras de falar e de agir: são inúmeras as disposições corporais distintivas que contribuem para denunciar a condição social” (2012, p.767). Os efeitos do desconforto, dos mal-estares e das dificuldades de higiene repercutirão imediatamente na *hexis* corporal e irão revelar, cada vez mais, as suscetíveis experiências de humilhação e de estigmatização social.

De acordo com Prates *et al.* (2011), existe uma questão central ligada ao imaginário social em relação à discriminação e ao estigma, que está diretamente ligada ao trabalho. O autor também menciona que a exclusão de direitos pode se dar exatamente pela restrição e menosprezo aos direitos, e que estes fatores podem ser propositais ou não.

2.4.4 A “liberdade” como uma condição do “eu trabalhador”

Para Brandão (2013), liberdade pode ser entendida de duas maneiras, sendo estas: I - de origem anglo-saxônica, entendida como a liberdade negativa, que prima pelo não constrangimento de nossas ações e desejos; e: II - a liberdade positiva, que é baseada em uma tradição italiana e francesa, que visa a liberdade de realização de potencialidades individuais e coletivas, que só são possíveis mediante a convivência, o encontro e o diálogo com o outro. Entretanto, Foucault (1978) questiona se existe liberdade e se esta pode cessar com a intervenção do Estado.

As cidades possuem “muros” sociais, econômicos e físicos que se multiplicam no eu interior (Brandão, 2013). Nesse entremeadado, o capital esmaga sob sua bota todos os outros modos de valorização de uma vida que não o segue (Guattari, 1992), agindo com total auxílio do Estado quando este proíbe que os indivíduos atuem com práticas consideradas “do mal”.

Posada e Ordonez (2017) afirmam que o neoliberalismo individualiza, captura e gerencia os desejos dos sujeitos, segurando-os sob suas asas através de práticas governamentais e por meio de um discurso capitalista que capitaliza corpos, mentes e relações bancárias. Essa regulação atua na produção de uma subjetividade dócil e contida, que toma posse da ideia do

sentido e do corpo, adornando-o como um lindo quadro de ouro com precificação e um plano de financiamento.

Nesse sentido, consideram como um corpo indisciplinado aquele que experimenta, destrói, muda as cores, joga, é desterritorializado, cria, canta, leva o mundo como uma criança, que explora um laboratório com seus modos de jogar, de resistir e de fazer seus territórios (Posada; Ordonez, 2017). Portanto, na lógica da sociedade atual você pode ser livre desde que não desestabilize a ordem do capital.

A pessoa em situação de rua, muitas vezes, é vista como um louco ou um esquizofrênico no mundo. Uma esquizofrenia que trai qualquer doutrina, qualquer moral, qualquer nação, provocando um vazio naquele que o visualiza. É uma existência que não busca nada, que não constrói nada porque não evolui ou desenvolve de acordo com a noção social de evolução e desenvolvimento. Eles não têm professores e não querem saber de nada, como se fosse uma libertação budista e profana da vida, tornando-se uma espécie de dionisíaco que destrói a identidade, o eu, a subjetividade e a mente (Posada; Ordonez, 2017).

Passeti (2011) mencionam que é possível pensar na pessoa em situação de rua não como um esquizofrênico, mas como um anarquista que desestabiliza a lógica social, que habita o “não lugar” e faz dele a sua casa, desorganizando a ordem do Estado e inventando uma nova vida a resistir aos efeitos de dominação e exploração quando recua à imposição soberana e promove uma vida libertária. Essas pessoas resistem quando compõem um fluxo alternativo no qual escrevem e reescrevem uma polêmica ao Estado e à economia, ao mesmo tempo em que se mantêm no campo imanente do “terror” anárquico quando apresentam a sua presença suja e sem destino nas ruas.

O corpo indisciplinado resiste criando (Deleuze & Parnet, 1996) traçados de cartografia micropolítica, provocando novas formas de ser e serem feitas no mundo, tornando-se uma metodologia menor que decompõe o dispositivo neoliberal (Posada & Ordonez, 2017). Ao mesmo tempo em que o corpo indisciplinado resiste, resiste também o fluxo do capital que produz um imenso canal de poder através dos que gozam à sua maneira no “devir-dinheiro”, o que reinventa o capitalismo e cria neo-capitalismos (Deleuze & Guattari, 1995).

A vida não é apenas o alvo supremo do capital, mas é justamente a sobreposição de linhas paradoxais entre liberdade e dominação, pois, ao mesmo tempo em que há o poder e a dominação, há também insubordinação. O sequestro operado pelo capital é marcado no corpo e nas relações com o espaço e nas operações de resistências (Hissa & Nogueira, 2013; Foucault, 1988). Manter a disciplina e se permitir estar subserviente aos mecanismos dos aparelhos de controle, estando sempre na modalidade de um quadro específico das relações sociais

(Menezes, 2011), traz também a emersão de processos de subjetivação que capta os elementos de determinadas situações e constrói suas próprias práticas e teorias (Guattari, 1992). Porém, elas podem ser aceitas ou negadas pelas políticas públicas.

Para se problematizar essa condição de escolha e liberdade na cidade, é preciso observar como as políticas públicas e as mídias visualizam as pessoas em situação de rua. Como exemplo, é possível citar uma pesquisa de censo realizada em Belo Horizonte em 2005 e 2006 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que tinha como intuito realizar ações de inclusão sócio-produtiva e assistencial para a população em situação de rua no Brasil (Brasil, 2006). O interesse era saber quais eram as profissões exercidas por essas pessoas, classificando-as quantitativamente e definindo quais eram as tarefas mais realizadas por elas para descreverem, futuramente, as possíveis receitas de inclusão dessas minorias no mecanismo de trabalho. A ordem pública, nesse sentido, interessa o “eu” trabalhador, que é construído na convivência social e nas formas de produção do trabalho que estão relacionadas às vivências do capitalismo, com a venda da força humana como mercadoria (Alves, 2011).

Na medida em que se escolhe viver de forma produtiva, o trabalhador, na “liberdade” de escolher fazer o que quiser desde que seja por jornadas de trabalho (muitas vezes com carga horária excessiva, falta de segurança no trabalho, qualidade de saúde precária, com salários baixos e extrema competitividade entre os próprios trabalhadores), se enquadra como peça da máquina do *self* coletivo do eu trabalhador, que domina a estrutura do trabalho e envolve os mecanismos de produção, desconsiderando, muitas vezes, a condição humana (Alves, 2011).

Viver o ócio, portanto, não é uma escolha para o “eu trabalhador”. E não se trata, contudo, de fazer a apologia à pobreza, uma vez que no sistema capitalista quem busca estar fora da engrenagem da venda da força de trabalho, consecutivamente, entra em um processo de invisibilização (Hissa & Nogueira, 2013).

Singer (1996) ressalta que os pobres sempre careceram de empregos, pois se não carecessem, não seriam pobres. É provável, pois, que o desemprego contribua para o aviltamento da pobreza. Nesse sentido, estar na ociosidade ou na vagabundagem, que são significantes atrelados às pessoas que estão fora do meio do trabalho, é abrir brechas para a pobreza.

Snow e Anderson (1992) mencionam que houve uma mudança na percepção da vagabundagem, que acompanhou a aprovação de leis. A preguiça e a ociosidade eram vistas como uma preocupação em 1485 por serem norteadoras das atividades de ladrões e feiticeiros, que supostamente tinham “pacto com o diabo” e possuíam o vício espiritual do pecado. Atualmente, não é para tanto, e por isso não é considerado como algo cabível de punição

jurídica, mas continua sendo, de certa forma, cabível de punição simbólica, tanto para o Estado como para os trabalhadores que rotulam as pessoas em situação de rua como “vagabundos” que, como o próprio nome diz, assim o são por estarem fora do mundo oficial do trabalho. Vagabundar é, portanto, para o senso comum, aquele que não executa nenhuma atividade de trabalho. Ressalta-se também que, no dicionário, o termo está atrelado à ociosidade e à vadiagem.

Até 2009 existia a lei 11.983, do artigo 60 do Código Penal brasileiro, que classificava como contravenção penal o ato de mendigar. Pedintes ou mendigos são definidos como pessoas que perderam atributos sociais, como a casa e o vínculo familiar e, por isso, sobrevivem da rua, apresentando-se sujos e maltrapilhos, além de não trabalharem. A mendicância, portanto, é atribuída apenas ao “mendigo”, que foi expulso ou não absorvido pelo mercado de trabalho e funciona como recurso aceitável para a sobrevivência (Neves, 2010; Tolentino & Bastos, 2017). Se alguém decide ser pedinte, sem possuir os estigmas do mendigo, logo é criticado pela sociedade porque a mendicância não pode ser considerada um trabalho ou uma atividade entendida como digna.

Para Neves (2010), é necessário compreender a mendicância como uma alternativa de vida, como um recurso básico ou complementar para os momentos de crise e para o salário insuficiente, ou como um meio de sobrevivência para os indivíduos que, por razões diversas, não conseguem fazer de sua força de trabalho uma mercadoria.

O autor ressalta que, por exemplo, houve uma reclassificação e uma recriação do ato de catar materiais recicláveis, pois quando os catadores de materiais recicláveis foram reconhecidos como trabalhadores, essa lógica re-hierarquizou a miséria na medida em que estes se tornaram trabalhadores e foram promovidos a uma escala acima das pessoas em situação de rua. Vale considerar também que a catação é uma atividade aceitável atualmente devido à coleta de materiais recicláveis ser reconhecida como necessária para a ordem social, pois auxilia nos excessos e desperdícios da sociedade de consumo produzidos pela aceleração do capitalismo (Fragella, 2010). Entretanto, os catadores de materiais recicláveis ainda são desprezados por muitos por revirarem os lixos urbanos em busca de “seu ganha pão”, mas os pesquisadores de sustentabilidade já reconhecem estes trabalhadores como sendo essencialmente importantes na gestão dos resíduos sólidos dos centros urbanos, porque eles são capazes de fazer a coleta em locais abandonados pelo poder público.

Essa alteração do olhar que a sociedade teve em relação aos catadores de materiais recicláveis pode servir de exemplo para pensarmos como eles já foram vistos e como são vistos hoje. Essa mudança de percepção pode nortear uma reconsideração sobre a visualização das

pessoas em situação de rua, longe de preconceitos.

No parágrafo nono do artigo 5º dos princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), está registrada a necessidade de: IX - implantação e ampliação das ações educativas destinadas à superação do preconceito e de capacitação dos servidores públicos para melhoria da qualidade e respeito no atendimento deste grupo populacional, além de solicitação, no décimo parágrafo, de democratizar o acesso e fruição dos espaços e serviços públicos para a PSR. Nesse sentido, é necessário desmistificar o conceito puro do vagabundo atribuído à pessoa em situação de rua, uma vez que essa palavra está colada ao não trabalho, o que não condiz com o real planejamento da PSR. Em muitos casos essa população exerce trabalhos informais para proverem seu sustento, mas não são consideradas no universo do trabalho por habitar um local de passagem e por possuir estigmas sociais.

Quando se volta o olhar para a população em situação de rua, questões ligadas à gestão do cotidiano emergem. Poderia um indivíduo se valer do ato da mendicância como um trabalho? Ou deveriam ser levadas em consideração as formas de exclusão social, a precariedade do trabalho e uma escolha subjetiva de fazer o ato de solicitar recursos ao outro, sem nenhuma obrigação de retribuição? Essas perguntas são necessárias porque estão relacionadas ao ato de habitar a rua e fazer dela um modo de vida, e cada pessoa de rua tem uma estratégia/motivos, sendo o uso dessa estratégia uma questão de escolha (Snow & Anderson, 1992).

Dada à inexistência de políticas públicas construídas em conjunto e de forma intersetorial para atender à população em situação de rua no país, de forma a combater exclusão e permitir o acesso aos direitos humanos, se caracteriza uma incoerência criticar as estratégias do cotidiano que essas pessoas criam como possibilidade de inserção no sistema capitalista.

O que o poder público fornece é uma equipe ostensiva de controle, que Araújo Filho (2014) chama de burocracia do nível da rua, sendo formada por policiais, agentes de fiscalização e assistentes sociais. Eles representam o Estado em uma cadeia hierárquica municipal, cujo objetivo central é o controle de qualquer comércio irregular com foco em manter as ruas e a cidade limpas. Para o autor, a burocracia do nível da rua traz os dilemas dos funcionários que trabalham diariamente com o público de políticas públicas que, por meio dessa abordagem próxima, acabam tendo um ponto de vista privilegiado sobre os serviços governamentais, ocupando um lugar muitas vezes de conflito para serem fieis às leis:

A burocracia do nível de rua está alocada num nível essencialmente problemático da burocracia. Isso ocorre porque são cobrados intensamente tanto da organização pela qual trabalham - uma vez que estão no último nível de execução das políticas e carregam consigo grandes responsabilidades sobre o sucesso destas -, quanto pelos cidadãos alvo dessas

políticas - uma vez que representam uma das principais interfaces do Estado (2014, p.48).

Andrade *et al.* (2014), nesse sentido, questionam o termo “situação de rua”, colocado pelas políticas públicas, que diz de uma condição que não é permanente e que necessita ser alterada por não poder existir. Entretanto, alguns membros desta população estão há anos fazendo desse lugar o seu lugar, por isso, os autores questionam: é realmente inadequado usar o termo morador de rua para aqueles que realmente moram nela? A mudança do termo “morador de rua” para “pessoa em situação de rua” nos faz refletir sobre a desconstrução dos termos que são realizados ao longo dos anos. Para alterar essa nomenclatura, essa situação deveria ser realmente temporária, o que, no momento, não é uma realidade.

Fazendo uma ponte entre terminologias, o termo vagabundagem, ligado ao ato do não trabalho, liga-se também à uma analogia à manifestação: “A Marcha das Vadias”, que surge com o intuito de alterar no imaginário simbólico da sociedade a palavra vadia, atribuída a mulheres que não seguem as normas sociais do patriarcado. “Vadia”, nesse caso, não está ligado ao sentido do não trabalho, mas possui o sentido pejorativo quando se refere a mulheres que se permitem ter uma vida sexual ativa, da maneira que quiserem. O movimento feminista, nesse caso, levanta uma discussão para a desconstrução do termo “vadia” por meio de movimentos sociais nos quais as mulheres protestam pela liberdade do corpo feminino, impondo ao social o corpo nu com o objetivo de desconstruir a ideia de que a mulher é uma vadia apenas por ter liberdade de escolha.

Aquele que vive fora do sistema capitalista, mas dentro dele - utilizando estratégias para sobreviver no meio da rua, muitas vezes gerando microeconomias ou atribuindo novos significados aos “novos” objetos - pode ser cogitado também na desconstrução do termo vagabundo como aquele que trabalha, reconhecendo as práticas que exerce para se manter vivo no meio da cidade. Para isso, fazem uso de atividades informais de meios de subsistência ou simplesmente um trabalho (porque trabalho nada mais é do que a venda de uma força em troca de dinheiro), e todas as atividades descritas acima como as mais realizadas pela PSR demonstram que não é permissível uma vida completa de ociosidade e um aproveitamento total de tempo livre (que significaria a vagabundagem), o que aponta uma contradição nessa liberdade da PSR.

2.4.5 Tempo Livre versus “Vagabundagem”

Para Adorno (2009), a distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e inconsciência das pessoas. Baseado em preceitos marxistas o autor discute que a

sociedade burguesa tornou a força de trabalho uma mercadoria, ou seja, coisificou o trabalho. Nesse sentido, a palavra *hobby* surge como algo contrário a essa coisificação, o que traz uma separação rígida entre a vida do trabalho e a vida como um *hobby*. Mas, ao mesmo tempo, nesse mesmo modelo, são inseridas as formas de vida social organizada seguindo o regime lucrativo, em que o próprio *hobby* é alocado e organizado em função de lucro.

Segundo Adorno, o esquema de conduta do caráter burguês está tão concentrado no trabalho que até mesmo o tempo livre está direcionado à uma energização, para que depois se possa trabalhar melhor e não pensar em mais nada além do trabalho, porque o tempo livre é mero apêndice do trabalho. O autor ainda nos diz que esta é a razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre, pois, “por baixo do pano”, são introduzidas formas de comportamento próprias do trabalho, as quais não dão folga às pessoas, e essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que subjuga quase completamente o tempo livre.

Adorno também menciona que a maneira mais simples de compreender a ideologia do *hobby* é através da pergunta sobre o qual fora escolhido:

Ai de ti se não tens um hobby, se não tens ocupação para o tempo livre então tu és um pretensioso ou antiquado, um bicho raro, e caís em ridículo perante a sociedade, a qual te impinge o que deve ser o teu tempo livre. Tal coação não é, de nenhum modo, somente exterior. (Adorno, 2009, p. 64).

Para Adorno (2009), “no estado de letargia culmina um momento decisivo do tempo livre nas condições atuais, que é o tédio. (...) [que] existe em função da vida, sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho” (p.66). Ainda de acordo com o autor, o tédio se instaura na figura do tempo livre porque as pessoas estão tão condicionadas a terem uma ocupação total do tempo, “por estarem acorrentadas ao trabalho e ao sistema que adentra para o trabalho” (p.67) que, “se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam” (p.66).

Adorno afirma que o tempo livre só seria produtivo para pessoas emancipadas, pois o tempo livre está numa posição tão ligada ao trabalho, que só existe na sombra dele. A emancipação poderia contribuir para um tempo livre verdadeiro, pois só ela permitiria a liberdade.

Nota-se que o tempo livre da PSR se torna um problema por não estar vinculado ao trabalho formal. No imaginário social, a PSR vive a ociosidade e o tempo livre na sua completude, e essa ideia reforça estereótipos, preconceitos e exclusões na medida em que essa população é visualizada como produtores de “nada”.

2.4.6 Direito à Cidade

Lefebvre (2011) acredita que o direito à cidade busca romper o sistema. Não para substituí-lo, mas para criar possibilidades, na medida em que o destino da cidade é servir à sociedade urbana e à vida cotidiana. A cidade, no formato atual, depende do valor de uso e de troca entre a mobilização de riqueza e o investimento na cidade. O autor traz o termo tecido urbano para descrever o modo de viver da sociedade urbana, que está relacionado à cultura dos fins econômicos, o que ele descreve como sendo um núcleo de consumo interessante para fazer sobreviver o lugar de consumo e o consumo de lugar, que são resultados da industrialização. Mas o Direito à Cidade para o autor explora as contradições do meio urbano exatamente para questionar os processos de acumulação que acontecem na produção do capital através das mercadorias. Isso gera a tríade entre trabalho, produção e forças homogenizadoras, que estende a problemática da fábrica para a cidade e que não permite saídas desse sistema.

O autor propõe confrontar o mundo moderno e trazer uma nova sociedade humana carregue o direito à cidade como projeto do cidadão, e que busca, por meio da produção do espaço, as possibilidades que surgem do cotidiano na luta pela cidade. É, segundo ele, com os movimentos sociais que abrirão espaço ao direito à diferença, que compõem as apropriações e representações do espaço urbano. Com isso, Lefebvre prorroga a utopia marxiana para pensar o que não está constituído, propondo refletir sobre o *habitat*, não apenas como ato de morar, mas abarcando o sentido mais amplo de habitar.

Souza (2017) afirma que o tema da crise urbana renova o vocabulário em torno dos Movimentos Sociais Urbanos (MSU) e das contradições urbanas, que é um conceito remanescente das teorias dos anos 1980 e que estão na base das mobilizações de junho de 2013.

Para Rolnik (2013), as manifestações de junho são complementares aos movimentos urbanos de resistência, como o movimento sem-teto, o movimento estudantil, entre outros. Souza (2017) retorna ao movimento de junho de 2013 para compreender as manifestações populares e os movimentos sociais como uma formação heterogênea que, junto a eles, residem as distintas interpretações do direito à cidade. Segundo o autor, para muitos estudiosos junho de 2013 foi marcado por diversas manifestações que eram organizadas por comitês que resumiam uma série de novos movimentos sociais urbanos. Isso demonstra que “essa onda de indignação global ecoa em diversos projetos de tomada da cidade como um espaço para negócios” (p.139).

Para Souza (2017), é necessário salientar que a proeminência do capitalismo como processo transformador, tanto das cidades quanto das estruturas de classes, junto às

manifestações, deve ser encarada para além dos temas levantados, como a corrupção ou as mazelas do sistema político, que ressoavam como os principais questionamentos dos jovens nas mobilizações de junho. Segundo Vainer (2013), é necessário relacionar intimamente essas questões às velhas questões urbanas. Já segundo Souza (2017), as questões espaciais e urbanas podem ser resumidas em duas vertentes específicas, como: “1) foco nas causas estruturais do fenômeno; e 2) a presença ou ausência de certos atores coletivos nos protestos e o processo de significação simbólica dos espaços urbanos” (p.136). Essa linha de argumentação levanta a questão entre cidades, globalização e mudança política, pois os processos de globalização se ligam estreitamente aos processos de segregação urbana, que estão diretamente ligados às posturas políticas e às formas que essa política encara e percebe a sociabilidade.

Souza (2017) afirma que, no seu entender, os movimentos urbanos dizem respeito aos questionamentos advindos das contradições urbanas de inacessibilidade ao direito à cidade. Estas emanam as desigualdades de acesso ao consumo coletivo, que é a questão urbana, e que deveria ser repensada à luz dos conflitos ideológicos em torno do poder de acesso aos equipamentos e bens coletivos da cidade. Essas ideias do autor foram produzidas, sobretudo, a partir das relações de antagonismo social oriundas da luta de classes, numa perspectiva marxista inspirada em autores como Castells e Lefebvre.

As mobilizações do movimento da PSR têm uma atuação no Brasil todo, com lideranças ativas em torno de lutas do movimento e uma postura por uma reivindicação de direitos. Mesmo que não direcionem a qual ponto carece de mais atenção, acontecem junto aos demais movimentos políticos, o que acaba por criar um espírito de luta por reconhecimento da população, e algumas pautas trazem a noção de redistribuição e justiça social, mesmo que sem intenção direta. As pautas desses movimentos, em alguns momentos, sempre esbarram na luta pela moradia, entretanto, como afirmar o direito à moradia para pessoas que são consideradas como vagabundas e que são entendidas como pessoas que não querem trabalhar?

2.4.7 Reconhecimento, Redistribuição e Justiça Social

De acordo com Costa (2002), as ciências sociais têm mostrado que as identidades culturais são socialmente construídas e, por isso, são múltiplas, mutáveis e relacionais. Por produzirem relações sociais, as identidades envolvem categorizações culturais que destacam atributos simbólicos seletivos de algum ou alguns atributos sociais. O autor também afirma que a identidade cultural atua na reflexividade e reconhecimento, e os poderosos e abrangentes processos de globalização conduzem à uma espécie de proliferação de identidades culturais

segmentadas e diferenciais. Nesse sentido, no que se refere à especificidade relacional simbólica dos fenômenos identitários, há quem atribua importância aos processos de homogeneização cultural massificada ou de atomização individualista generalizada, com relação direta aos fenômenos de expansão capitalista.

Para Saavedra e Sobottka (2009), o reconhecimento tem relação direta com a identidade cultural coletiva. Esta, por sua vez, liga-se à noção de redistribuição e justiça, pois são conceitos que estão inteiramente ligados.

De acordo com Honneth (2006), se cada sujeito humano é dependente de um contexto de relações sociais, organizado a partir dos princípios normativos do reconhecimento recíproco, “o desaparecimento das relações de reconhecimento resulta em experiências de desprezo e humilhação, que não passam sem consequências para a formação identitária do indivíduo.” (p. 134). Por isso, a construção de uma identidade estará ligada a uma condição de se reconhecer em uma unidade identitária.

Fraser (2006a; 2006b) argumenta que existem dois tipos de reivindicação por justiça, que têm relação com a redistribuição mais justa dos recursos e das riquezas junto ao reconhecimento da diferença, integrados socialmente à noção de direito e respeito. Por isso, a luta por reconhecimentos das diferenças tem se tornado um conflito paradigmático no fim do século XX, sob as bandeiras da nacionalidade, etnicidade, “raça”, gênero e sexualidade, que de certa forma suplanta o interesse de classes como principal mobilização política. Nesse sentido,

Lutas pelo reconhecimento ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material – desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer; e também, mais cruamente, de ingestão calórica e exposição à contaminação ambiental; portanto, de expectativa de vida e de taxas de morbidade e mortalidade (Fraser, 2006, p. 231).

Fraser (2006a; 2006b) afirma que, ao invés de rejeitar ou endossar a luta por questões identitárias, deve-se ter em mente a tarefa intelectual e prática de desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento que assuma a política cultural do reconhecimento das identidades, combinando coerentemente com a política social da igualdade que formule um projeto de justiça social que exija tanto redistribuição quanto reconhecimento. Esses princípios precisam ser sustentados juntos, um ao outro, ao invés de se aniquilarem, porque existe, em ambas as concepções, coerência. Na medida em que a privação econômica existe, logo surge também o desrespeito cultural; ambos se entrelaçam e se sustentam simultaneamente.

A autora menciona que é importante, nesse caso, compreender o sentido da injustiça econômica, que se estrutura na política econômica da sociedade com a exploração do trabalho

e privatização. Tais fatores levantam questões do que pode ser ponderado como igualitarismo, levando às noções de injustiça cultural e simbólica.

O que ela trata como um possível remédio para essa injustiça, no que diz respeito à redistribuição, seria uma “redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, controles democráticos do investimento ou a transformação de outras estruturas econômicas básicas” (Fraser 2006, p. 232). Em relação ao reconhecimento, necessita de uma valorização positiva da diversidade cultural, envolvendo uma transformação abrangente dos padrões sociais de representação, transformando, assim, o sentido do “eu” de todas as pessoas.

Em outro momento, Fraser (2009) aponta que a luta por reconhecimento é necessária, uma vez que, com frequência, são realizadas formas de chamar atenção para especificidades de grupos. Isso contribui para uma ideia valorativa, diferenciando esses grupos e atribuindo importância maior ou menor em relação a alguns, o que levanta duas questões que são dilemas contraditórios: o reconhecimento acaba por lutar por uma única identidade e isso acaba indiretamente provocando uma divisão de grupos. Nesse caso, vale ressaltar que o que Fraser defende, no caso do reconhecimento, é a ideia da luta contrária, pois trata-se de valorizar o sentido de grupo, independentemente de qual identidade tenha.

Por isso, a autora provoca um dilema que chama de redistribuição-reconhecimento, apontando que pessoas que estão sujeitas às injustiças cultural e econômica necessitam tanto de reconhecimento como de redistribuição. Essa premissa se baseia na ideia da coletividade, combinando características da classe explorada com características da sexualidade desprezada, e considerando tanto os oprimidos e os subordinados que sofrem as injustiças derivadas da economia política e cultural.

Gênero e raça, por exemplo, são paradigmas de coletividades bivalentes e, embora cada categoria tenha suas peculiaridades, que não são compartilhadas pela outra, ambas abarcam dimensões econômicas e dimensões culturais-valorativas. Gênero e “raça”, portanto, implicam tanto redistribuição quanto reconhecimento (Fraser, 2009). Nesse sentido, a discussão sobre redistribuição e reconhecimento não podem andar separadas, porque elas questionam o mesmo carácter, que é a luta por justiça social.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

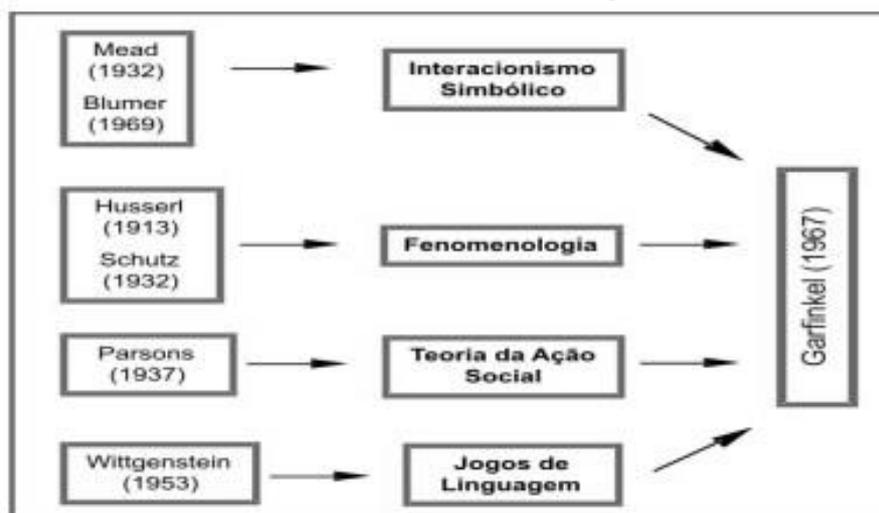
3.1 A estratégia de pesquisa e o método de investigação

Para compreender significados singulares, como motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, em oposição à operacionalização de variáveis (Minayo; Deslandes & Gomes, 2002), acreditamos que a estratégia qualitativa seria a melhor opção para analisar o campo investigado. Portanto, esta é uma pesquisa qualitativa.

Levando em consideração “a certa liberdade” que permite a pesquisa qualitativa, o método de investigação proposto para a coleta e análise de dados foi a Etnometodologia.

A Etnometodologia, criada por Harold Garfinkel nos anos 1960, é um método constituído a partir de elementos encontrados no interacionismo simbólico, na fenomenologia e na teoria da ação, que contém também algumas influências significativas dos jogos de linguagem de Wittgenstein (Sacchini, 2009; Bispo & Godoy, 2014).

Figura 2: Os influenciadores de Garfinkel na construção da Etnometodologia



Fonte: (Bispo & Godoy, 2014, p.112)

De acordo com Bispo e Godoy (2014), a Etnometodologia possui uma perspectiva sociológica que se opõe à ciência positivista, indo ao encontro de uma postura interpretativista que valoriza a subjetividade. Nesse sentido, o que norteia o método são os atores sociais e suas práticas contínuas de “saber fazer”, nas quais as atividades realizadas pelos sujeitos são consideradas como as partes mais importante do processo de investigação.

Por esta pesquisa orientar-se na compreensão das organizações a partir do conceito de *organizing*, esse método se fez relevante para analisar os fenômenos organizacionais que

conduzem a epistemologia orientada no cotidiano e nas práticas diárias dos atores sociais. Nesse sentido, o ato coletivo dessas práticas implicará diretamente na construção de uma organização que, ao mesmo tempo, influenciará as práticas cotidianas, os procedimentos, as regras de conduta e o olhar do “Etnometodólogo”, que irá considerar às práticas oriundas do meio através de negociadas, compreendidas e interpretadas (Bispo & Godoy, 2014).

O termo Etnometodologia refere-se a uma metodologia de todo o dia, que se constitui na junção do termo etno (membro de um grupo ou uma relação do próprio grupo em si) e na metodologia, que se refere ao método dos membros, o que traz a importância efetiva da prática situada (Bispo & Godoy, 2014).

Maynard e Clayman (1991) afirmam que a base da Etnometodologia está nas atividades práticas dos atores, que produzem e reconhecem as circunstâncias nas quais estão inseridos. A etnometodologia irá se situar exatamente no sentido atribuído à essas práticas para investigar e compreender os procedimentos que os atores ou grupos utilizam, observando suas operações lógicas na vida cotidiana.

Garfinkel afirma que é importante “prestar a mesma atenção, tanto às atividades banais da vida cotidiana, quanto aos acontecimentos extraordinários, preocupando-se em apreendê-las como fenômenos de pleno direito” (2006, p.1). Para Bispo e Godoy (2014), cabe ao etnometodólogo analisar as crenças, os comportamentos e a conduta socialmente organizada, além de compreender o grupo como um todo, tomando como referência as suas práticas para construir as observações de forma imparcial. Ao mesmo tempo, é necessário a interação e aproximação ao meio para conseguir examinar os métodos e sentidos. Tudo é essencial nessa observação, sejam as atividades triviais ou eruditas.

Bispo e Godoy (2014) também afirmam que existem cinco conceitos chaves que são norteadores para trabalhar com a etnometodologia, que são: a prática, a indicialidade, a reflexividade, a relatabilidade e a noção de membro.

Quadro 1: Os cinco conceitos chave da Etnometodologia

Conceito	Conteúdo
Prática / Realização	Indica a experiência e a realização da prática dos membros de um grupo em seu contexto cotidiano, ou seja, é preciso compartilhar desse cotidiano e do contexto para que seja possível a compreensão das práticas do grupo.
Indicialidade	Refere-se a todas as circunstâncias que uma palavra carrega em uma situação. Tal termo é adotado da linguística e denota que, ao mesmo tempo, em que uma palavra tem um significado, de algum modo “genérico”, esta mesma palavra possui significação distinta em situações particulares, assim, a sua compreensão, em alguns casos, necessita que as pessoas busquem informações adicionais que vão além do simples entendimento genérico da palavra. Trata-se da linguagem em uso.
Reflexividade	Está relacionada aos “efeitos” das práticas de um grupo, trata-se de um processo em que ocorre uma ação e, ao mesmo tempo, produz uma reação sobre os seus criadores.
Relatabilidade	É como o grupo estudado descreve as atividades práticas a partir das referências de sentido e significado que o próprio grupo possui, pode ser considerada como uma “justificativa” do grupo para determinada atividade e conduta.
Noção de membro	O membro é aquele que compartilha da linguagem de um grupo, induz a uma condição de “ser” do e no grupo e não apenas de “estar”.

Fonte: (Bispo & Godoy, 2014, p. 116)

Estes autores mencionam que o etnometodólogo não deve formular problemas antes de ingressar ao campo de investigação, devendo apenas estar atento aos métodos que os participantes usam, não havendo, pois, espaço para concepções a priori. Essa ideia se aproxima do conceito de “suspensão” da fenomenologia, levando em consideração que, para que seja possível a compreensão de como as práticas cotidianas funcionam, deve-se ater ao significado e sentido das ações para os membros do grupo em investigação. Ou seja, o etnometodólogo deve ir a campo, observar e compreender os membros do grupo, buscar perceber como agem e como se apoiam nas suas relações sociais, sem muitas postulações prévias.

3.2 A aproximação com o campo

A aproximação com o campo se deu antes da entrada no mestrado, em um estágio curricular de Graduação em Psicologia, no qual estive durante dois meses, todos os sábados, por quatro horas, acolhendo a PSR em uma instituição religiosa, a partir da perspectiva da Psicologia Social.

Durante o estágio, houve a percepção de que, para além das dificuldades da vida no meio da rua, essa população desenvolvia estratégias no cotidiano que considerei como estratégias de sobrevivência, junto às possibilidades que encontravam com as instituições sociais. Essa foi a primeira percepção que se tornou uma curiosidade de pesquisa.

Esse estágio, ocorrido no ano de 2016, permitiu o desenvolvimento da proposta do projeto do mestrado, uma vez que, analisando o aporte teórico sobre a população de rua, não foi localizado nenhuma pesquisa que dissertasse sobre essas estratégias. Por esse motivo, houve a possibilidade de trabalhar esse tema como mestranda, e o campo foi desenvolvido com esse objetivo em mente.

Assim, a entrada em campo se deu nesse primeiro momento em 2016 na Fundação Espírita Divino Amigo (FUNDAMIGO). Trata-se de uma instituição espírita localizada no Bairro Padre Eustáquio, em Belo Horizonte, que tem como objetivo acolher pessoas em situação de rua e de baixa renda, que necessitam de roupas, sapatos e objetos, como livros e materiais escolares de todos os tipos, e uma alimentação que geralmente é oferecida aos sábados, às 12/13 horas. Todos esses objetos são recolhidos de doações de pessoas ligadas ao espiritismo ou não, mas que decidem por algum motivo fazer doações materiais.

Durante esse tempo, desenvolvi entrevistas com essa população, e todo material decorrente deste momento foi arquivado, com o intuito de analisá-lo nesta pesquisa. Esse estágio era desenvolvido com uma outra aluna que ficava responsável por tomar as notas enquanto eram realizadas as entrevistas. Acordou-se com a supervisora do estágio que essas entrevistas seriam utilizadas posteriormente, então o roteiro foi estruturado com perguntas específicas.

Havia também a necessidade de descrição criteriosa das entrevistas para a entrega de um relatório final de disciplina, que era considerado como o único trabalho do semestre. Portanto, se tratava de um documento importante que tinha que conter todas as atividades realizadas, com registros rigorosos. A exemplo disso, não era permitida a entrada e saída da instituição sem assinatura que registrasse os horários de frequências.

Vale ressaltar que nesse primeiro contato houve duas perspectivas diferentes. Por duas horas foram realizadas entrevistas com homens em situação de rua, cujo objetivo era compreender como funcionava os meios de subsistência e se havia, de alguma forma, algum tipo de interação com a reciclagem, pois naquele momento também era realizada uma pesquisa de Iniciação Científica com o orientador desta pesquisa sobre catadores de materiais e reciclagem, que em muitos casos são realizados por PSR ou ex PSR. Nas outras duas horas, foram realizadas rodas de conversa com LGBTs em situação de rua, cujo objetivo era acolhimento e escuta por meio da Psicologia Social.

O segundo contato, em 2017, se deu através de um registro fotográfico desenvolvido para uma disciplina isolada do Mestrado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que tinha como objetivo fotografar a economia de rua de Belo Horizonte.

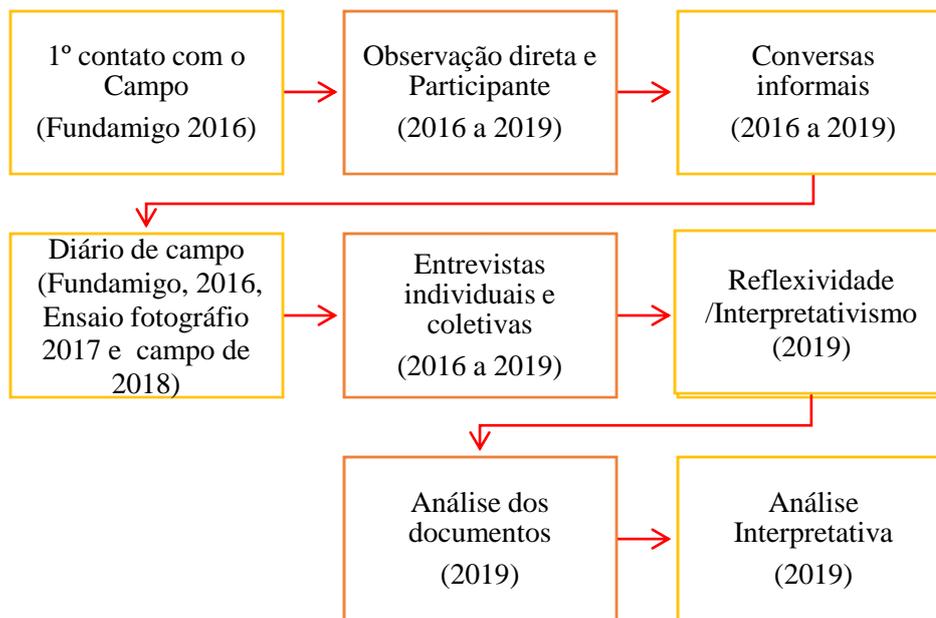
Nesse ensaio foram coletados materiais com inspiração etnográfica com foco na gestão do cotidiano da PSR. O objetivo era analisá-lo posteriormente, uma vez que já estava no processo de elaboração da pesquisa, tomando notas de campo. Esse ensaio, realizado em meados de 2017, foi posteriormente publicado na “Revista Farol” (Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade da UFMG). Algumas figuras serão apresentadas nesta pesquisa, além de toda a coleta de campo que foi necessária para o registro fotográfico.

O terceiro contato com a PSR, realizado em 2018, foi mais objetivo e localizado devido aos dados prévios recolhidos em que já possuía maiores informações sobre a Gestão do Cotidiano e a localização cotidiana dessa população no espaço urbano. Esse campo foi realizado em setembro e outubro de 2018, durante 20 dias, em horários variados entre manhã, tarde e noite e com, no máximo, duas horas de duração em campo.

3.3 A vivência etnometodológica

Conforme mencionado, o primeiro contato com o campo foi realizado em 2016. Desse contato gerou-se um relatório detalhado dos encontros que foi considerado nesta pesquisa por acreditarmos que tanto o problema quanto os objetivos saíram justamente desse primeiro contato. O segundo foi através do ensaio fotográfico em 2017; e o terceiro e último foi através da vivência cotidiana no centro de Belo Horizonte em 2018. Entretanto, vale ressaltar que, inevitavelmente, qualquer oportunidade de interação com a PSR se tornou indispensável e, por isso, alguns dados também foram coletados em 2019. Segue abaixo um mapa detalhado da vivência de campo.

Esquema 1: A vivência Etnometodologica



Adaptado de Bispo e Godoy (2014)

3.3.1 A prática, a indicialidade e a noção de membro.

Seguindo a proposta do método, minha postura se manteve em *flanar* pela cidade sem roteiro pré-definido, assim como a PSR experimenta a cidade. Em outros momentos houve o deslocamento até locais que a PSR costuma frequentar, como praças, viadutos, restaurantes, bares, entre outros locais, a exemplo de lugares que costumam receber assistência, assim como em eventos realizados para eles, exatamente para seguir os mesmos passos e localizar algumas práticas realizadas pela PSR de BH na vivência cotidiana.

Aconteceram muitos encontros não programados, como em abordagens no sinal, em meio a manifestações, em bares, eventos de rua, no hospital, em abordagens para mendicância ou até mesmo em situação de venda de mercadorias. Essas práticas foram ficando muito recorrentes. Ao longo da pesquisa percebeu-se que ao caminhar pela cidade haverá sempre algum tipo de contato com a PSR. Por isso, se tornou um costume andar com bloco de anotações para tomar notas dos acontecimentos inesperados. A cidade se tornou meu campo e o meu cotidiano se tornou uma constante observação da PSR.

A vivência em campo buscou resgatar a interação da população com o espaço urbano e com as associações; o intuito era observar as suas práticas. Isso ocorreu tanto com as associações de apoio às pessoas em situação de rua, quanto com as interações com os comércios locais do centro da cidade, assim como também com a sociedade civil, entre os diversos outros

variados tipos de associações que são realizadas entre eles, sendo elas com transeuntes, animais e objetos.

Parar em alguns pontos e observar como funciona a Gestão do Cotidiano foi determinante, principalmente nos pontos que são mais conhecidos pelo senso comum, onde geralmente estão as pessoas de rua. Por isso, os primeiros locais observados foram as praças da cidade; praças que, como habitante de BH, tinha conhecimento prévio de que haveria a presença dessa população. As mais frequentadas, foram: a Praça da Estação, a Praça da Rodoviária, a Praça Sete, a Praça do Coração Eucarístico, a Praça Raul Soares, a Praça da Liberdade e a Praça da Savassi, além de algumas outras menores e seus arredores, mas toda a cidade se tornou ambiente de campo. É perceptível, para quem vive em Belo Horizonte, que existe um grande número de pessoas em situação de rua por todos os cantos da cidade e, por isso, se caminhar, pegar ônibus ou andar próximo às vias do metrô, avistará ou será abordado por alguém da PSR.

Depois de um tempo, foi perceptível que meu olhar detectava essas pessoas com uma maior facilidade, porque, ao questionar se as pessoas notavam que eles estavam ali, frequentando os mesmos espaços, como padarias, praças, manifestações, entre outros lugares, muito raramente os transeuntes se davam conta que se tratava de PSR. Principalmente porque muitos deles andam limpos e com roupas consideradas “adequadas”, seguindo o “padrão de vestimenta de um centro urbano” e, quando estão “limpos”, passam despercebidos em meio à multidão de pessoas que circulam o centro.

Existem pontos de concentração da PSR em BH, sendo que o centro da cidade é realmente o mais atrativo. Para Varanda e Adorno (2004), a habitação central existente nos centros urbanos pelas pessoas em situação de rua se dá: (1) pela falta de dinheiro para locomoção; (2) pela desobstrução das ruas à noite, devido ao número de pedestres que não frequentam esses locais fora do horário comercial; (3) pelas amplas marquises, que são consideradas por eles como um bom local para se esconderem da chuva; (4) pela localização comercial, por estarem próximos à bares e restaurantes que oferecem as sobras de comida e, em alguns casos, permitem o uso do banheiro se estiverem “bem apresentados”; e (5) por ter os comércios que acumulam um grande volume de papelão que é despejado nas calçadas, que é uma forma de improvisarem uma cama e negociarem alguns trocados através da reciclagem. De acordo com o levantamento do Ipea (2006), 90% das pessoas em situação de rua se concentra em centros urbanos devido aos processos migratórios do campo para a cidade e a supervalorização econômica dos espaços centrais das cidades urbanas.

Esse conjunto de fatores transforma os centros urbanos em uma boa opção para a pernoite sem o incômodo de residências, pois os moradores poderiam acionar a polícia ou os

serviços de resgate da prefeitura solicitando a retirada dessas pessoas. Em alguns casos, a presença das pessoas em situação de rua na porta de estabelecimentos comerciais serve, na contramão, como uma segurança adicional contra a violência urbana (Varanda & Adorno, 2004), ao mesmo tempo em que, quando possuem alguns movimentos nesses pontos fixos (como os bares), as PSR também acabam se sentindo mais protegidas das agressões gratuitas que acontecem devido à não aceitação das “moradias” no meio da rua.

Entretanto, algumas pessoas em situação de rua vivem em “errância” e, normalmente, não possuem pontos tão fixos e determinados. Mas nota-se a existência de uma preferência por alguns pontos em que costumam fixar-se, e o curioso é que, não necessariamente, esses locais estão no centro da cidade. É possível encontrar pessoas em situação de rua em muitos bairros fora da região central, como: Coração Eucarístico, Padre Eustáquio, Lagoinha, Prado, Serra, Carlos Prates, Minas Brasil, Calafate, Caiçara, Cachoeirinha, Pedreira Padre Lopes, Barroca, entre outros.

A observação contou, na maioria do tempo, com uma estratégia de precaução. Alguns locais escuros ou pouco movimentados não foram acessados para garantir a minha segurança. Com isso, quando percebia-se que algumas pessoas estavam muito alcoolizadas, entorpecidas, delirantes ou em um agrupamento que não tivesse mínima segurança de aproximação, esse contato não era realizado. Esse pode ser um dos limitadores desta pesquisa, pois o fato de não poder me aproximar em qualquer situação por não sentir segurança, não me sentir convidada ou por uma própria resistência de não poder ficar muitas horas dentro do campo, pode ter bloqueado algum acesso a informações relevantes. Contudo, nunca houve a pretensão de resgatar todas as práticas realizadas pela PSR de BH por ter ciência das múltiplas possibilidades que envolve uma gestão do cotidiano por pessoas que passam grandes dificuldades. Por isso, sabe-se que muitas informações podem ter ficado fora do alcance e, então, foram resgatadas apenas as que se fizeram presentes diante da pesquisadora.

Houve certa dificuldade de aproximação com alguns integrantes da PSR durante as abordagens de rua. Se não acontecesse de forma natural, sempre apresentavam muita desconfiança. Na maioria dos casos, a estratégia foi permanecer na praça até ser abordada por eles e isso não demorava muito tempo para acontecer, porque sempre abordavam para pedir dinheiro ou comida.

Quando alguém da PSR está sozinho, existe uma maior resistência de acesso; quando estão em grupo, o acesso é facilitado. Sempre há um questionamento sobre quem é este que se aproxima e por qual motivo aproxima-se de um morador de rua. Ao me observar, sendo eu uma mulher, jovem, de baixa estatura – que, de certa forma, pode causar uma sensação de fragilidade

- em alguns casos não houve a confiança para a aproximação, mas sempre busquei respeitar a recusa e o certo limite estabelecido. Isso até mesmo na permissividade, uma vez que a violência é como um mecanismo de defesa para a própria proteção deles, e alguns costumam andar com facas e serem agressivos para se manterem seguros ou protegerem seus poucos pertences.

Em um campo houve uma desconfiança muito incisiva por parte de uma pessoa da PSR quando percebeu que deu muitas informações pessoais e questionou recorrentemente se eu estava gravando. Senti muito medo de ter a minha bolsa revistada por ele e, mesmo estando em uma praça extremamente movimentada. Percebi que a maioria das pessoas que passavam não faziam ideia de que aquela pessoa fazia parte da PSR;

O tempo reservado para esse terceiro contato foi de vinte dias, por duas horas diárias, em dias e horários alternados. Essa definição de horários e dias teve uma variação com o intuito de compreender as diversas nuances que influenciam a vivência na rua. Por exemplo, o clima e as diferenças entre a vivência do cotidiano diurno e noturno. Dependendo da produtividade da observação e do risco da interação com o campo, essas horas poderiam ser ampliadas ou diminuídas, ou seja, se houvesse uma riqueza de dados maior que a esperada, a quantidade de horas em campo aumentava ou diminuía. Porque não é difícil interagir e fazer uma pessoa da PSR falar, o difícil é compreender os discursos muitas vezes desorganizados e sem sentido. Quando encontrava alguém que estivesse disposto ao contato, o mantinha até que eu fosse dispensada.

Geralmente, duas horas diárias era o máximo que eu conseguia suportar na rua. Passadas essas horas, surgia uma sensação de desespero muito grande em virtude da sujeira impregnada por pegar nos objetos deles, abraçar, segurar as mãos e por sentar no banco, no chão e ficar observando a precariedade. A sinceridade aqui é necessária, pois não é fácil enfrentar a rua e, assim como para eles é extremamente difícil a vivência do cotidiano, para mim também não foi nada fácil. O medo de violência e assalto era constante. No primeiro dia de campo (do terceiro momento da pesquisa) fui de mochila; no último, usava apenas uma bolsinha interna dentro da calça jeans com cinco folhas de caderno, o celular, o cartão de passagem para voltar para casa e um cartão de débito e outro de crédito. A violência é inerente às ruas no Brasil, portanto ela os afeta e afetou a mim também; o medo que sentem eu também senti mas, obviamente, é impossível comparar. Também sofri assédio, perseguição e uma vivência de quase assalto, mas tudo dentro do programado para uma mulher em um campo de maioria masculina que vive em meio ao risco urbano.

Evitei participar de campos com instituições para não receber muito a influência e ficar na posição de instituição. Sempre que haviam ações com a PSR eu aparecia como uma pessoa

que estava participando, mas não como alguém do Estado, da Psicologia ou da Comunicação, mas me mantinha observando e interagindo normalmente.

Em alguns casos, eles me nomeavam como psicóloga por fazer perguntas; em outros, tinham curiosidade de saber do que se tratava a pesquisa; em alguns casos não me sentia confortável de dizer que era pesquisadora, pois muitas pessoas em situação de rua, por fazerem uso recorrente de drogas, acabam ficando persecutórias. Quando isso ocorreu me senti encurralada por dizer que se tratava de uma pesquisa.

Alguns são ex-presidiários, não gostam de revelar os verdadeiros nomes, não querem contato com a família e, às vezes, depois de falarem muito sobre suas vidas, pediam para não publicar informações na Internet e ficavam muitos desconfiados. Na FUNDAMIGO, em uma entrevista na qual fiz anotações na frente de um homem da PSR, na semana seguinte este mesmo homem pediu o papel com as anotações dizendo que lá estava anotada toda a vida dele. Essa situação foi muito difícil de contornar e, depois desse dia, tive apenas mais duas vivências na instituição. Fiquei com um receio muito grande do que poderia acontecer porque lá se escuta de tudo. Por exemplo, ouvi: “pega lá uma bala de 22”.

Para além das observações da PSR, observei ações de OSCs, instituições religiosas e interações da PSR com lojas do centro. Estive na ASMARE, observei a ligação da PSR com o Centro POP, abrigos, o consultório de rua e ações de coleta de material para análise de doenças (tuberculose, HIV, dentre outras doenças) realizadas por agentes de saúde a pedido da prefeitura. Participei da construção de lei e de muitos eventos que ocorreram para essa população (principalmente no final de 2018) e observei como a gestão do cotidiano da PSR passa despercebida pela maioria das pessoas que circulam o espaço público.

De todos os dados, as observações no meio da rua foram as mais valiosas e curiosas, na minha opinião. A rodoviária, o Parque Municipal da cidade, praças no centro da Avenida do Contorno, a Área Hospitalar, o Restaurante Popular, as ruas, os viadutos no entorno do centro, o Centro de Referência da Juventude - que é um local público que tem banheiros para uso e está do lado da Estação Central do metrô - e a Savassi (região boêmia da cidade que tem muitos bares), entre outros locais, foram os mais importantes para observação. Foram muitos locais observados, e a cidade de Belo Horizonte acabou se tornando um grande “laboratório de análise”.

Como a rua trouxe maiores informações, priorizei sua observação, considerando que se analisasse, por exemplo, as questões dos abrigos em si, resultaria em outra pesquisa com outros objetivos, por possuir a questão do controle dos corpos institucionalizados.

A partir da interpretatividade, percebi que o abrigo não pode ser ótimo para não manter a permanência da PSR por muito tempo; essa é uma intenção velada. A ideia da criação de abrigos é pela limpeza urbana e higienização, e não por puramente pensar na situação da PSR. O relato do prefeito de Belo Horizonte, conforme demonstra a figura da página 120, confirma essa constatação. Cada instituição daria uma pesquisa relevante, por isso o foco foi a PSR na cidade e a apropriação desse espaço.

A ideia de estar junto às diversas organizações foi apenas um complemento para não apenas entender como funciona as práticas. Tratou-se também de observar como se dá a inter-relação com os diversos atores: os espaços, objetos, animais, polícia, entre outros, sempre tendo em vista que o perfil da população em situação de rua é diverso e perpassa várias possibilidades no que se refere ao gênero, classe social, etnia e naturalidade, sendo possível encontrar: crianças, adolescentes, idosos, homens, mulheres, gays, lésbicas, transexuais etc.

Para restringir o olhar, considerando que as práticas de cada grupo dessas pessoas são diferentes, escolheu-se como público alvo nesta pesquisa os homens em situação de rua, por serem maioria no campo. Assim, essa análise respeita as diferenças das práticas e costumes, e a percepção do espaço público e da gestão do cotidiano de cada perfil, abrindo espaço para investigar a gestão do cotidiano de outros perfis futuramente.

Esse detalhamento tem como objetivo apresentar os dados de forma transparente e com critérios que traduzam a confiabilidade do processo realizado, uma vez que é importante que o leitor saiba de todos os critérios e que estes foram categoricamente realizados, arquivados e analisados.

Toda a pesquisa de campo contou com gravações, registros fotográficos, entrevistas estruturadas e não estruturadas, anotações e diário de campo. Os armazenamentos dos dados foram realizados em bancos de dados online e em nuvem, e foram processados semanalmente para catalogar os materiais de uma forma mais facilitada. Usou-se também dados secundários, como revistas científicas ou não, divulgações no Facebook, reportagens jornalísticas e folhetos recolhidos em ações. Conforme relata Bispo e Godoy (2014), é importante considerar na coleta de dados técnicas como a observação direta, observação participante, diálogos entre conversas informais e entrevistas, gravações de vídeo, gravações em áudio, notas de campo, fotos, análises de documentos, entre outros, para registrar a seriedade da pesquisa.

3.3.2 A reflexividade

A construção dessa análise rompe com as normas tradicionais das pesquisas em administração por assumir a reflexividade e o interpretativismo como forma de análise. Embora ainda exista uma busca por precisão representacional para apresentar a validação de uma pesquisa quantitativa, buscou-se seguir uma categórica análise dos dados para mostrar a seriedade da pesquisa.

Bourdieu e Wacquant (2002) e Bourdieu (2008) destacam como relevante, em um processo de Reflexividade em pesquisa, o rompimento da generalização dos dados, atribuindo autonomia ao pesquisador e permitindo que seja reflexiva até mesmo a postura do processo.

Para a análise dos dados, realizou-se avaliação de todo o conteúdo produzido para a condução da reflexividade e interpretativismo, e estas foram orientadas e baseadas por meio do esquema teórico que foi proposto de acordo com os resultados do campo na medida em que eram coletados. Mas estes foram apresentados por uma ordem daquilo que consideramos como as principais questões levantadas, em duas principais categorias: as Vagabundagens e o Direito à Cidade. Essas são algumas dicas para se analisar a etnometodologia de acordo com Oliveira e Piccinini (2009), e foi dessa maneira como seguiu a análise dos dados levantados.

É preciso ressaltar uma crítica realizada por Bourdieu e Wacquant (2002), que foi nomeada posteriormente por Oliveira e Piccinini (2009) de “Habitus Sociológico”. Segundo os autores, é necessário ressaltar os limites da reflexividade do pesquisador em uma pesquisa antropológica/sociológica ou, até mesmo, em qualquer pesquisa científica.

Bourdieu e Wacquant (2002) fazem menção à pesquisadores estadunidenses, citando, por exemplo, análises sobre o racismo no Brasil, que exigem toda uma contextualização crítica que envolve as noções de cultura, economia e questões sociais próprias do país, levando em conta o que fundamenta as condições de vida de uma população em todas as suas nuances. Nesse sentido, os autores afirmam que esse tipo de pesquisa exigirá do pesquisador uma aproximação sincera, pois, do contrário, podem ser criados e produzidos falsos problemas pelo próprio *habitus* do pesquisador, que é determinado por toda a sua formação cultural e suas próprias questões, conforme mencionado no capítulo anterior.

Sendo assim, segundo Bourdieu e Wacquant, (2002) todo tipo de crença política, por exemplo, pode chegar a um duplo paradoxo, que, querendo ou não, todos nós pesquisadores estamos vulneráveis a “sofrer”, que é o de não se afastar minimamente do seu “objeto” de pesquisa, respeitando a prática social para conduzir os dados da melhor maneira. Se não houver esse cuidado, o pesquisador pode chegar ao que esses autores criticam como sendo uma

condução de uma pesquisa baseada por ideologias dominantes neoliberais que podem levar, em consequência, ao reducionismo neoliberal. Entretanto, é preciso chamar atenção que o contrário também pode ocorrer, na medida em que o pesquisador pode ser conduzido por um viés contrário às ideias dominantes, pregando também sua demonização. Por isso é necessário prestar atenção no seu próprio percurso e discurso.

Oliveira e Piccinini (2009) afirmam que a reflexividade força o pesquisador a realmente levar em conta o seu *self*, que exige exatamente a condição de que se possa olhar criticamente para o seu próprio papel na realização do estudo e de todo o contexto da pesquisa.

Levando em consideração tudo isso, ressalto que a minha postura em relação à reflexividade foi criteriosamente cautelosa. Desde a reflexão sobre as escolhas teóricas, até toda a vivência de campo na coleta de dados e na apresentação destes. Sempre ponderadas junto às perguntas da pesquisa que me propus a responder, questionando até mesmo estas perguntas.

Todas as anotações do campo, principalmente as sensações obtidas nas vivências, foram registradas, e não apenas as descrições e informações coletadas com as entrevistas. Para Oliveira e Piccinini (2009) é na reflexividade que o pesquisador é chamado a voltar-se para si mesmo, conhecendo os motivos que o encaminharam para este tema ou questão de pesquisa. Isso requer consciência e autoconhecimento em relação aos motivos sobre a escolha do campo de pesquisa.

Afirmo que fui chamada a voltar para mim mesma em vários momentos. Do porquê dessa escolha; do porquê de me colocar em situação de tanta dificuldade em meio a um campo tão desafiador, sem essa necessidade imposta; de colocar meu corpo tantas vezes em risco; de ter que aguentar o mau cheiro, principalmente do álcool; de ouvir devaneios longos sem nenhuma conexão; de ter medo dos delirantes, de assaltos, da possibilidade de levar uma facada por mal entendido; de ser interrompida pelas intempéries do cotidiano, como a chuva, o sol ou a noite; e principalmente por comparar a minha pesquisa com a dos demais colegas e refletir sobre a dificuldade a que me propus em relação à vivência e à escolha teórica que demandaram uma vivência de um cotidiano difícil e muitas horas de leitura.

Também me questioneei em relação ao distanciamento necessário, e se estava, de certa forma, romanceando a vivência da rua por ser um ato transgressor ou se realmente escolhi buscar ver o outro lado da história. Em alguns momentos, me perguntei se acreditava realmente no que eu estava propondo, entretanto, mesmo com as diversas perguntas, sempre me peguei surpresa diante das diversas práticas que não fazia ideia e que, provavelmente, só saberia se frequentasse muitos bares à noite e ficasse bastante tempo sentada em praças da cidade esperando o contato com alguma pessoa nessa situação de rua. Mas, mesmo assim, isso se

perderia se não tomasse nota e pensasse sobre o contato, pois o cotidiano de um, se perde em contato com o cotidiano do outro em meio à tantas questões se não houver a reflexividade.

Algo que sentia muitas vezes quando chegava em casa era, pensar que fui para o campo, coletei dados e voltei para minha casa quente, acolhedora, tomei o meu banho quente e comi a minha comida satisfatória; muitas vezes me sentia muito mal por isso. Esse sentimento foi algo que consegui me distanciar algumas vezes, mas outras não.

Depois de um dia de campo, por exemplo, deparei-me com uma pessoa em situação de rua enquanto comia comida japonesa. Me senti horrível por ele se aproximar e eu lhe oferecer uma comida que ele nem fazia ideia do que se tratava. Em outro momento, fiquei incomodada de ver uma pessoa em situação de rua no mesmo lugar que frequenta todos os dias, olhando fixamente para o nada; me incomodou profundamente o nada que ele habitava naquele momento. Esses momentos me acompanharam, mas outros também trouxeram perplexidade pela criatividade de algumas táticas criadas por eles, o que permitiu a reflexividade também de forma dialética.

Basicamente, a reflexividade foi realizada de forma livre, com o intuito de caminhar ao que Oliveira e Piccinini (2009) mencionaram sobre voltar a si mesmo. A experiência da reflexividade me possibilitou olhar para o fenômeno e pensar sobre ele a partir das minhas próprias questões considerando o meu *self*.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Os atores sociais entre “Belo e o Horizonte” e a dialética espacial

A cidade pesquisada foi pensada e planejada para abrigar a nova capital do estado de Minas Gerais em substituição à colonial Ouro Preto. As inspirações para essa mudança surgem de observações de diversas experiências modernas de planejamento urbano que vigoravam na Europa da época, como a de Paris em 1853-1870 (Salgado, 2013, p.278).

Em meio a vários acontecimentos históricos do país - como a abolição da escravatura, a proclamação da República, os avanços das ciências e das técnicas e as várias implicações do desenvolvimento industrial que modificaram as cidades e geraram as migrações das populações que viviam em zonas rurais e passaram a viver em zonas urbanas - Belo Horizonte emergiu junto às confecções de planos urbanísticos de salubridade, como os cemitérios, os locais de incineração do lixo, os fornos crematórios etc (Baggio, 2009).

A antiga Arraial do Curral D’el Rey tinha como objetivo centralizar a ordem, que se limitava ao interior da Avenida do Contorno, principal avenida que contornaria a ordem social “harmônica, unitária, onde não houvesse lugar para a chamada “desordem urbana” (Passos, 2016, p. 338). Na capital mineira “nada poderia ser mais atraente do que um espaço modelar, disciplinado, com conceitos e condutas traçados para que se revelasse tudo e ensinasse como as relações entre coisas e pessoas deveriam ser” (Passos, 2016, p. 340) e seguir.

Esse espaço urbano, moderno e ordenado foi planejado para abrigar as elites mineiras, o que trouxe uma fronteira que separava a vida urbana à suburbana, que possuía para, além das marcações de moradias sofríveis e dos serviços precários, o cinturão verde ao qual pertencia a zona rural, que “abasteciam a Capital de frutas, legumes, verduras e matéria prima para a sua construção” (Oliveira, 2004, p. 34-35).

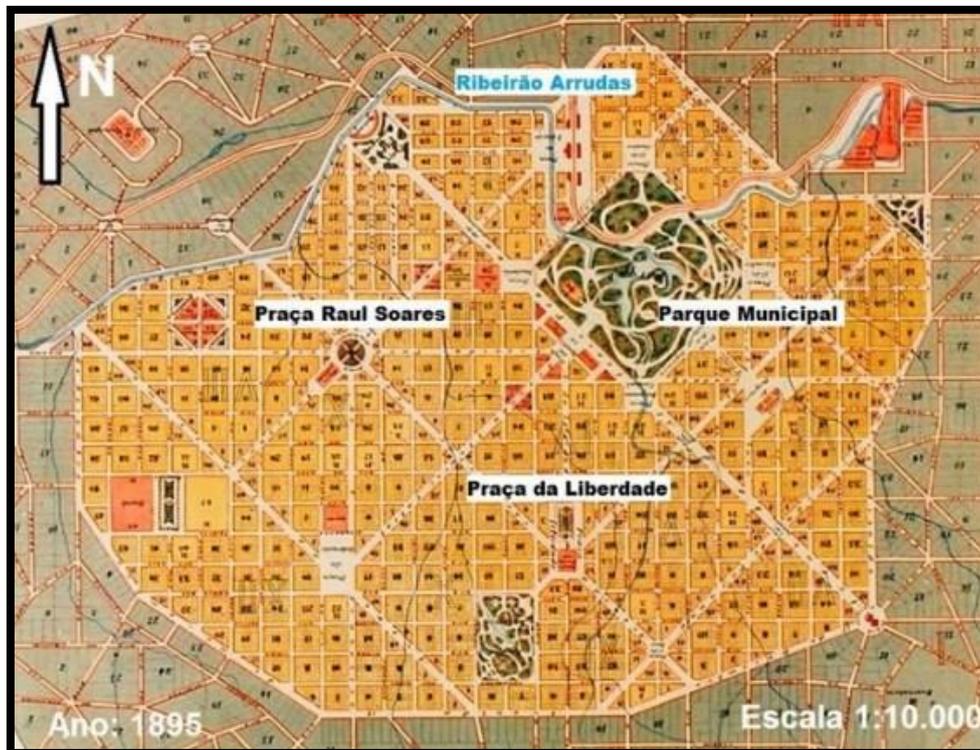
Abaixo, apresentaremos as plantas do que inicialmente foi pensado como a capital de Minas Gerais.

Figura 3: Planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte



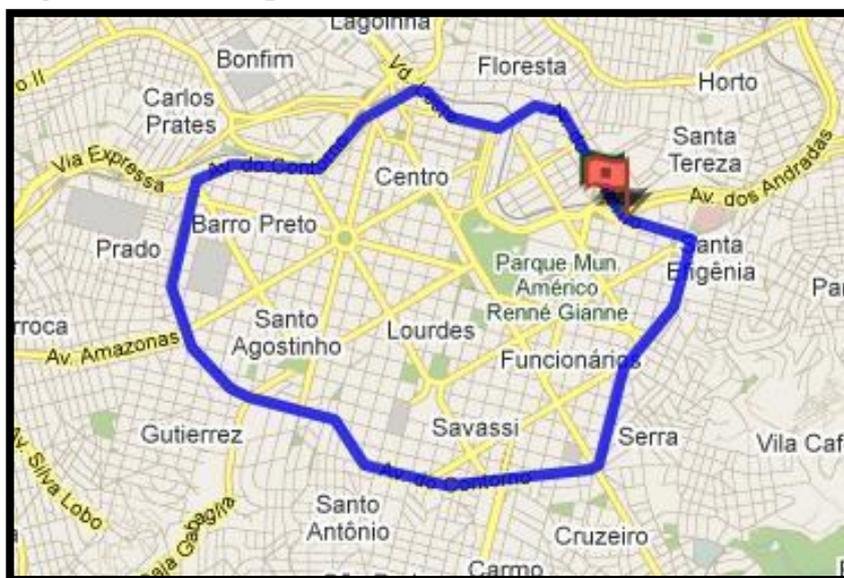
Fonte: Henriques (2016)

Figura 4: Planta de Belo Horizonte



Fonte: Henriques (2016)

Figura 5: Bairros que circulam a Avenida do Contorno



Fonte: <http://vivoparacorrer.blogspot.com/2011/01/volta-internacional-da-contorno.html>

A expansão de Belo Horizonte não foi exatamente planejada, pois o interesse inicial era implantar as sedes do governo e limitar-se à capital da ordem na linha demarcada. Entretanto, esse crescimento permitiu a expansão de áreas que não tinham tanta atenção do poder público, o que trouxe o crescimento das favelas e dos loteamentos periféricos pobres, que já existiam como fruto da herança que o Brasil tem da escravidão; ou seja, questões que demarcavam as significativas desigualdades históricas que existiam e que ainda existem no país, o que desencadeou também, por outro lado, diversos debates e movimentos sociais criados por pessoas que necessitavam e reivindicavam seus direitos por moradia (Maricato, 2013), por não possuírem outras alternativas.

A dinâmica de concentração social e espacial da riqueza envolve investimento público e privado, mas expressa-se como entidade autônoma, sempre agindo com auxílio do Estado, mesmo que de forma velada (Baggio, 2009). Ao mesmo tempo em que surgiram os shoppings centers e condomínios com crescimento notável - que são consequências das montagens urbanas formadas pela inclusão de infraestrutura e serviços básicos por interesse público em determinadas áreas (Baggio, 2009) - cresciam, também, as periferias.

Passos (2016) menciona, como exemplo, o bairro Funcionários, que foi criado inicialmente para abrigar o funcionalismo público e que se configurou em uma espécie de cartão de visitas com ótimas instalações sanitárias. O autor chama atenção ao fato de que essa localidade abrigava tanto o funcionalismo público, como os desembargadores, quanto os serventes de escola. A área central, por concentrar os serviços urbanos mais modernos e possuir

um território mais elegante, também era o local mais valorizado, especificamente próximo às ruas da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, que se tornaram áreas da elite. Os pobres, que também habitavam essas áreas, “ficavam restritos apenas ao Barro Preto, ao bairro do Quartel (atualmente conhecido como bairro de Santa Efigênia) e ao bairro do Comércio (atual Hipercentro, ou Centro da Cidade)” (Passos, 2016, p. 343).

Anos depois, com o crescimento da cidade para além da Avenida do Contorno e com a concentração massiva de recursos econômicos em determinados espaços da cidade, avançaram também as gentrificações, que expulsaram indiretamente as pessoas mais pobres para as periferias da cidade. Estas não conseguiam sobreviver com a hipervalorização econômica central, o que abriu ainda mais espaço para o crescimento da favelização, acompanhando a dinâmica de desenvolvimento desigual das cidades em todo o país.

Antes de mais nada, como mencionado anteriormente, as cidades seguem, a priori, (como qualquer cidade brasileira e talvez como a maioria das cidades-capitais), “um modo de produção capitalista instituído na sociedade moderna, que marca uma clara hierarquização em seus diversos campos” (Coimbra & Saraiva, 2014, p.4). Isso reflete o caráter político-ideológico do planejamento urbano, que nos permite questionar a quem se destina esse planejamento e “qual a lógica do sistema para o qual tais planejamentos são necessários” (Blay, 1979, p. 17).

De acordo com Jackson (2011), essa lógica de crescimento desenfreado das cidades baseado em gentrificação, expulsa indiretamente as pessoas dos centros urbanos por uma filosofia econômica que desconsidera os vínculos e laços sociais criados dentro de determinados espaços, o que ignora as singularidades e traz o entendimento de que esses sujeitos são “habitantes de nada”. Jackson também afirma que quando um planejamento urbano é realizado com foco no lucro e no capital, os espaços são transformados em mercadoria. Nesse sentido, não haverá nem serviço nem pessoas, pois esse será um espaço para comercialização de “não coisas” para “não trabalhadores”, na medida em que esses se tornam apenas objetos de um sistema.

Com a gentrificação, Belo Horizonte começa a criar outras demarcações e fronteiras de muitas espécies. Brandão (2013) cita como exemplo o Bairro Belvedere, um dos mais caros da cidade, que possui prédios que não conversam mais por uma exigência de um gozo imediato ligado à satisfação particular de indivíduos e comunidades restritas, que impedem de construir um bem comum que permaneça e dure. Brandão também afirma que isso não se trata exclusivamente de um desejo dos administradores da cidade, mas de todo um pensamento de cidade como local de gozo e não como um local para a construção do bem comum, manifestando o que ele chama de *refeudalização soft*, com predominância de ideias de

afastamento da cidade ao invés de uma inclusão nela. Isso liga-se a uma noção de indivíduo “autossuficiente que tem uma identidade que não passa por sua interação com os outros e é capaz de ser feliz sozinho a partir do gozo e da mercadoria que adquire” (Brandão, 2013, p.45).

Segundo este mesmo autor, essas considerações implicam uma ideologia de cidade contemporânea como lugar de espetáculos e eventos marcados no calendário mundial da mídia e da indústria do turismo, pensadas apenas em uma cidade como lugar de diversões e prazeres:

Como Las Vegas, como as *dreamlands* contemporâneas que transportam a Disneylândia para as cidades atuais do Oriente Médio ou da Ásia, como as intervenções urbanas pensadas exclusivamente para olimpíadas e copas do mundo e que retalham as cidades em vários monumentos e edificações feitas de forma rápida e sem coesão entre si ou ainda como as cidades concebidas como paraísos de consumo e direcionadas apenas para satisfazerem um gozo e um consumo imediatos (Brandão, 2013, p. 43).

Essa cidade criada para uma mercadorização espacial perde a ideia da cidade “como o local do diálogo, de encontro e da troca (...) e os condomínios fechados, a multiplicação das festas restritas e patrocinadas pela esfera particular em detrimento da festa cívica e dos locais de encontro promovidos pelo mundo público” (Brandão, 2013, pp. 43-44) cria a divisão da sociedade em tribos de todas as espécies, o que traz o predomínio da ideologia da segurança versus a liberdade.

De acordo com Sassen (2009), as cidades providenciaram historicamente economias, políticas e sociedades com foco em centralidade, e esta centralidade urbana envolve densidade que atinge determinadas aglomerações e determina benefícios e malefícios a alguns setores. Sassen também destaca que a densidade urbana é uma vantagem para o mercado, pois traz consigo formas de trabalho, redes de empresas e concentrações maciças mas, ao mesmo tempo, cria também vários problemas derivados dessas concentrações, como, por exemplo, as questões de mobilidade, que são um dos maiores problemas das capitais brasileiras.

Em meio às concentrações das atividades econômicas derivadas das escolhas de concentrações espaciais, surgem também as desigualdades sociais (Sassen, 2009; Bursztyn, 2000), que são manifestadas nas cidades por meio de apropriações simbólicas como formas alternativas de sobrevivência em meio às hegemonias econômicas (Hissa & Nogueira, 2013). O mercado informal (Cleps, 2009), à exemplo disso, demarca as constantes transformações das cidades (Santos & Queiroz, 2012), evidenciando que, para além das edificações e sanções reguladoras, o espaço urbano também é constituído por práticas sociais (Coimbra & Saraiva, 2014; Jiménez, 2013), o que bagunça a lógica de planejamento urbano e escancara as transformações determinadas pelos atores sociais.

Hissa e Nogueira (2013) mencionam que a cidade é marcada pelos modos de fluir, circular, consumir e experimentar. Por isso cabe reconhecer que esta mesma cidade que convive com disputas políticas, de território e que luta para preservar os bairros de classe média revitalizando praças, instalando câmeras de segurança e etc, evidenciam também as barreiras que existem dentro desta cidade, quando demarcam suas sucessivas e contínuas transformações dos espaços (Hissa & Nogueira, 2013). Essas contradições fortalecem as heterogeneidades descontínuas de ordem e a desordem (Moassab, 2013) do meio urbano.

Moassab (2013) acredita que planejar um território baseado em uma cidade de base modernista significa sempre estar à volta de normatizações incumpríveis e defasadas das dinâmicas da ocupação territorial. O autor acredita que, independentemente do tamanho da cidade, o crescimento acelerado irá, muito em breve, transformar os centros urbanos em locais de pobreza, mesmo essa sendo uma perspectiva contrária às noções de planejamento urbanístico dos gestores locais. Moassab (2013) também possui uma visão pessimista em relação aos avanços das cidades urbanas, mas é importante destacar que, ao mesmo tempo em que a aglomeração populacional hiper-numerosa cria conflitos e divisões, fruto de uma desigualdade de oportunidades, abre-se espaço também à improvisação, a criatividade e adaptação como formas de lidar com o desenvolvimento territorial nas suas diversas dimensões, o que configura novas esferas econômicas, sociais, culturais e também ambientais (Costa; Seixas & Oliveira, 2009).

Na medida em que os corpos vão experimentando a cidade, a cidade é reinventada, o que cria novos desenhos a partir da mista heterogeneidade que nela reside, numa configuração plural, cambiante, híbrida e contraditória (Hissa & Nogueira, 2013). Da mesma forma que a aglomeração da população em um espaço limitado cria o mercado e a divisão do trabalho (Rolnik, 1988), esta aglomeração também pode criar, na contramão, apropriações de locais operadas por atribuições simbólicas que se ressignificam social e espacialmente de acordo com as necessidades que inicialmente foram negadas pelo Estado (Baggio, 2009).

É nessas ocasiões que geralmente acontecem as apropriações das pessoas em situação de rua, que escolhem os centros urbanos como local de habitação e sobrevivência pela dinâmica de centralização das cidades. Nesse cenário, em Belo Horizonte, podemos considerar, por exemplo, o que foi chamado por Viegas, Reis e Teodósio (2017) como economias de rua, uma economia informal exercida não apenas pela população de rua, mas pelas pessoas que encontram no trabalho informal formas de sobrevivência. São os flanelinhas, os lavadores de carro, os vendedores de água, ou vendedores ambulantes em geral, assim como os malabaristas de rua, os catadores de materiais recicláveis, entre outros.

A criatividade dos atores que compõem as cidades urbanas trazem à tona novas formas de intervenções, que podem ser mais transversais, ultrapassando as velhas dicotomias e conflitos em termos de domínios e formas de atuação, como a economia *versus* cultura; público *versus* privado; efêmero *versus* permanente; local *versus* global, permitindo ensaiar soluções políticas potenciais, institucionais e de governança, uma vez que a criatividade dos atores pode trazer soluções inovadoras para o meio urbano (Costa *et al.*, 2009). É preciso levar em consideração que uma cidade pode ser um espaço para diferentes manifestações sociais que resultam em diferentes interesses econômicos (Cleps, 2009).

Agier (2015) afirma que o fazer-cidade é um processo sem fim e uma construção permanente por lidar com a expansão contínua dos universos sociais e urbanos. Belo Horizonte foi pensada inicialmente para se limitar e, no decorrer da sua história, expandiu-se de forma inimaginável pelos urbanistas da época. A cidade que tinha como objetivo o “Belo”, da organização, da estrutura impecável e da ordem, hoje mantém no centro o que os projetistas não queriam, como o mercado informal no meio das calçadas, os flanelinhas no meio do trânsito, as pessoas em situação de rua com casas feitas de papelão, a poluição visual e sonora derivada do trânsito conturbado, entre outras questões que, nesse “Horizonte”, permite também que a cidade seja um aglomerado de paradoxos e tensões compartilhadas. Ou seja, é uma paisagem que não unifica, mas que em alguns momentos possui sentidos estanques para alguns que nela habita (Sousa & Bechler, 2008). Entretanto, vale ressaltar que a meta de controle individual e coletivo (Januta, 2013) existente no projeto inicial de uma cidade limitada em um contorno não se perdeu, mesmo que em alguns momentos este controle não se faça presente de forma visível.

Assumindo o espaço como uma produção sócio espacial por meio das práticas exercidas, levando em consideração o método regressivo-progressivo em Lefebvre que considera a história da produção espacial, as mudanças constantes, a dialética que envolve a produção do espaço nas suas contradições (Frehse, 2016a; 2016b), consideramos, além de analisar a PSR como um fenômeno urbano, considerar-se também, o misto de fatores que modelam as suas interações cotidianas nos níveis micro e macro.

Pode-se observar essa apropriação simbólica “do” e “no” espaço de Belo Horizonte a partir da Feira do Rolo, na Praça da Rodoviária. Este espaço, que para muitos se constitui em um “não lugar”, um local de passagem, um caminho para a rodoviária de BH no centro da cidade, é também, ao mesmo tempo, um local para compartilhamento de práticas e experiências do cotidiano, experimentadas por pessoas que criam possibilidades no espaço público em alta resistência às dicotomias do que é autorizado e negado (Viegas; Reis & Teodósio, 2017).

Figura 6: “Feira do Rolo” na Praça da Rodoviária de Belo Horizonte



Fonte: Viegas, Reis e Teodósio (2017, p. 1605)

Essa feira passa quase despercebida pelos transeuntes “Belohorizontinos”. É uma forma com a qual a PSR encontrou para vender ou trocar objetos que ganham, encontram ou que conquistam através de ilegalidades. Essa feira é formada sempre no mesmo local, todos os dias da semana, no meio da praça; é feita de forma discreta. Pode-se observar a troca de pertences de maneira disfarçada e ali é possível encontrar todo e qualquer tipo de objeto. Nessa observação e pelo contato e conversa com algumas pessoas em situação de rua, pode-se perceber que nesse local encontra-se desde ferro elétrico, à espelho, celular, roupas, tênis, entre vários outros objetos (Dado coletado no registro da figura 5 acima - ensaio fotográfico em abril e maio de 2017; mediante informação de contato anterior com grupos de PSR na FUNDAMIGO em meados de 2016).

A feira do rolo é muito conhecida entre a PSR. É lá que esta troca, vende ou compra objetos que encontra, rouba ou compra em algumas instituições como a FUNDAMIGO. Nesta instituição em especial, compram algumas peças de roupas por dois reais e revendem até por vinte reais, dependendo da emergência da pessoa em situação de rua e se ela se propor a pagar. (Informação de grupo de PSR na praça da rodoviária em 2017, no dia do ensaio fotográfico; informação com contato anterior com grupos de PSR na FUNDAMIGO em meados de 2016).

Essa feira é formada em sua maioria por homens em situação de rua. Nessa praça também existem muitas pessoas ligadas à essa população que mantêm uma permanência mais delongada, utilizando carrinhos de supermercado, papelão e muitos objetos; outras apenas frequentam a feira e partem para outros locais da cidade. (Observação realizada em momentos diferentes na Praça da Rodoviária onde ocorre a feira, pelo menos uma vez por ano nos anos

em que a pesquisa estava em andamento e a feira sempre estava em movimento, com sua maioria masculina).

Quando houve tentativa de aproximação, foi possível observar um notório incômodo de pessoas da PSR questionando os motivos do contato. Houve perguntas como: “Você é jornalista? Por que você quer saber?” (Dado coletado no ensaio fotográfico em maio de 2017 - apresentado na figura abaixo -, em que foi apresentada a questão pelo homem de camisa bege, que preferiu não ser identificado por estar incomodado com a pergunta). Havia um desconforto aparente com minha presença, mas não hesitaram em oferecer o objeto abaixo:

Figura 7: Negociação na “Feira do Rolo” de Belo Horizonte



Fonte: Viegas, Reis e Teodósio (2017, p. 1105)

O espelho foi oferecido: “Quanto você dá?”. Diante da recusa, foi oferecido o valor de oito reais e, em seguida, de cinco reais. Ou seja, havia o desejo de negociação a qualquer custo (Dados de pesquisa do ensaio fotográfico em maio de 2017).

Foi possível perceber que, quando ocorre mudança climática, a feira muda de lugar, mantendo a atividade do comércio, junto à interação das PSR, mas debaixo de uma marquise ao lado da praça conhecida como praça da rodoviária no centro de BH (Dados de pesquisa do ensaio fotográfico em maio de 2017).

Figura 8: O deslocamento da “Feira do Rolo”



Fonte: Viegas, Reis e Teodósio (2017, p. 1106)

É notório que, para a maioria das pessoas que transitam por ali diariamente, essa aglomeração da PSR não se trata de um comércio informal de rua. Talvez a quantidade de pessoas que passam apressadas e por ser um local que dá acesso a uma das principais estações do metrô da cidade, justificasse essa aglomeração de pessoas como transeuntes do cotidiano. Por isso, não houve uma sensação de que essa feira incomodasse a cidade de alguma forma, uma vez que, talvez, por essas pessoas estarem (muitas delas) limpas e vestidas de acordo com os padrões aceitáveis pela sociedade, não configurasse, assim, nenhuma rejeição ou insatisfação por estarem ali diariamente. (Dado coletado no ensaio fotográfico em abril /maio de 2017 e em nova observação em outubro de 2018).

Eles ocupam a praça na presença da polícia que, muitas vezes, está presente para garantir a segurança local. Tornou-se recorrente em Belo Horizonte, a partir de 2017, a presença de um carro com 3 a 5 policiais que observam a movimentação das pessoas em praças públicas. Como a PSR é algo recorrente na cidade, a polícia não costuma questionar a sua presença em alguns locais, mas isso desde que não provoque algum tipo de transtorno aparente, como a manifestação de violência em brigas e assaltos. Se a PSR não fizer nada, ela geralmente não será questionada pelos policiais. É o que se observou com presença de policiais e PSR em praças públicas (observação na praça da rodoviária em outubro de 2018; na Praça do Padre Eustáquio em outubro de 2018; Praça do Coração Eucarístico em outubro de 2018; Na avenida Afonso Pena em outubro de 2018); No quarteirão fechado da Rua dos Carijós em outubro de 2018). Quando questionados, os policiais apenas comentam sobre a permanência no local, mas não questionam; é como se fizesse parte da paisagem da praça. (Dado de campo coletado em entrevistas com policiais em praças públicas - burocratas do nível da rua - Praça do Coração Eucarístico em outubro de 2018; Praça Padre Eustáquio em outubro de 2018).

Por outro lado, para além da apropriação da PSR no espaço urbano e do controle físico explícito dos policiais, existe também um controle implícito simbólico. Nas praças públicas foi possível observar outras formas de controle exercidas para barrar essas ocupações. As fotografias apresentadas por Santos e Soares (2017) demonstram como são realizadas as intervenções do poder público para garantir que o “não lugar” mantenha o seu significado. Com isso, o espaço urbano não permite que haja ocupações com outros fins, de forma que até os locais que foram construídos para sentar sejam transformados em locais proibidos para todos, inibindo o seu uso por pessoas ligadas à PSR. Essas são algumas das formas de controle para impedimento da apropriação do espaço, controlados através de arquitetura higienista que inibe o comportamento das pessoas que ocupam a cidade. (Em uma observação anterior à pesquisa, a presença de PSR neste local se fazia constante, por isso acredito que foi imposto o controle simbólico. O local abaixo é na rua carijós, onde ainda possui presença cotidiana de PSR e transeuntes que ficam em permanência delongada no local. Essa observação prévia se deu pelo motivo de passar por este local durante oito anos por trabalhar nos arredores, por isso observei, mesmo antes dessa pesquisa essa mudança).

Vale ressaltar que as imagens registradas por Santos e Soares foram feitas para a mesma disciplina isolada na UFMG, enquanto também fazia o levantamento de dados para o ensaio fotográfico e coleta de dados em 2017. Estávamos levantando as mesmas experiências organizacionais na cidade naquela mesma época, por isso as figuras são desenhos relevantes.

Figura 9: Controle ostensivo à permanência de Pessoas em Situação de Rua



Fonte: Santos e Soares (2017, p. 1605).

Figura 10: Arquitetura “antimendigo” na Avenida Afonso Pena



Fonte: Santos e Soares (2017, p. 1607).

Nesse sentido, as praças públicas de Belo Horizonte são mantidas por um controle simbólico, e seu uso só é permitido como local de passagem, deixando claro o que são consideradas “atividades sociais e tipos humanos moralmente condenáveis” (Frehse, 2016a, p.144).

A figura abaixo apresenta a introjeção de um elemento material que impede que a PSR faça uso desse espaço para além do objetivo primeiro, não deixando emergir o que Frehse (2016a) chama de personalidade, que é a interação simbólica que o pedestre tem com o espaço público.

Figura 11: Práticas de controle físico e simbólico no centro de Belo Horizonte



Fonte: Santos e Soares (2017, p.1600).

Lefebvre (2000) afirma que é pela linguagem que são produzidos o que chamamos de lugares, porque o conceito de lugar, na perspectiva histórica, tem ligação com o espaço-tempo-local, que decorre do uso do espaço e da prática espacial produtora, que palavras como lugar dizem compor. O banco dessa praça pública em Belo Horizonte representa para o poder público um lugar que só pode ser ocupado para sentar. Ao fazer uso desse espaço para deitar, a PSR traz ao poder público a ideia de uma intervenção para manter a lógica de cidade limpa e organizada, assim como foi proposto a função da cidade de Belo Horizonte, ou seja, de determinar, delimitar e demarcar qual é a única forma de utilização e ocupação desse espaço público.

As apropriações dos espaços públicos de Belo Horizonte por parte das pessoas em situação de rua e, em contrapartida, as ações do poder público que auxiliam e prejudicam essas pessoas, são relevantes de serem resgatadas. As ações da PSR interferem nas ações e medidas do poder público, evidenciando o que Frehse (2016b) e Lefebvre (2000) propõem como contradições sociais que aparecem das relações sócio-espaciais analisadas de forma dialética no método progressivo-regressivo de Lefebvre.

De acordo com Melo (2015), a mesma prefeitura que é responsável por acolher a população em situação de rua, deixa claro os locais que podem ser apropriados ou não, evidenciando os “mecanismos de disciplinar o comportamento humano e o ‘revitalizar’ do centro da cidade” (Carrieri *et al.*, 2009, p. 329). As pedras da figura abaixo, colocadas pela prefeitura, demonstram que a PSR não é bem-vinda de forma permanente no espaço público,

além de intervir e normatizar as formas de utilização da cidade.

Figura 12: Pedras sob a passarela



Fonte: Melo (2015, p. 342)

Frehse (2015) menciona que a permanência delongada dos “socialmente desprivilegiados nos remete menos a uma resistência política dos pobres em relação às elites, do que a profundidade histórica dessa regra de comportamento, que se desenvolve (e modifica) historicamente nas e pelas praças urbanas” (Frehse, 2015, p. 111). Para Frehse (2016b), o espaço impacta na desigualdade através das disparidades de oportunidades de inclusão de pessoas no processo econômico, sejam essas em relação à igualdade de oportunidades, acesso a políticas públicas, mercado de trabalho ou contato sociais. Essas restrições impossibilitam a inclusão e o “empoderamento” desses atores, enfatizando categorias sociais inferiores. Podemos citar: pobres, camadas populares e comunidades de baixa renda que não acessam bem materiais, podendo residir e ter acesso à apenas determinados espaços. Isso os distancia significativamente de outras produções espaciais, sendo levados à segregação, auto segregação ou à chamada gentrificação.

Essas associações sociais impostas implicam trabalhos informais, moradias precárias e disparidades de posicionamento social, conforme será apresentado a seguir. Frehse (2016a) também menciona que, quando observado o comportamento corporal da permanência delongada em espaços públicos ou praças públicas, é possível observar que esta vem acompanhada dos atributos corporais de privação de material pela menor quantidade de material

que a PSR carrega. Em meio às observações foi possível perceber que a escolha desses pertences se dá por meio de táticas e estratégias do cotidiano.

Além dessas repressões simbólicas foi possível constatar através da observação de campo, várias outras formas de impedir a presença da PSR. Estas ações são realizadas por trabalhadores de pequenos estabelecimentos no centro de Belo Horizonte, na frente de bares, restaurantes e principalmente padarias. Em alguns locais possuem pessoas responsáveis para barrar a entrada da PSR.

“Tenho que expulsar os mendigos para não atrapalhar os clientes. Eles ficam pedindo dinheiro aqui todo dia”. (Fala de um garçom do bar na Avenida Amazonas, no Centro de Belo Horizonte em novembro de 2017).

É frequente a abordagem de PSR, principalmente em bares na Praça da Savassi, na Rua da Bahia e na Avenida Afonso Pena, mas em muitas lanchonetes no centro da cidade também foi observada a hostilidade em que a população em situação de rua é tratada ao entrar em um local para comprar algo ou para pedir dinheiro. Em algumas lanchonetes no centro, foi notado que era proibida a entrada da PSR, sendo possível pedir dinheiro apenas na porta do estabelecimento (Notas de campo de setembro e outubro de 2018, em locais dentro da Av do Contorno).

4.2 “As Vagabundagens”: Táticas e Estratégias na “Gestão do Cotidiano”

4.2.1 A comida

As táticas e estratégias do cotidiano da PSR são norteadas por três princípios básicos de sobrevivência: a comida, a “moradia” e o banho. Todas estas, basicamente, funcionam em relação à estas questões primordiais que acabam por nortear os pontos de localização da maioria da PSR de Belo Horizonte (Síntese das notas de campo de observação de 2016 a 2019).

Conforme menciona Certeau (1994), as táticas são como astúcias e funcionam numa espécie de esquemas multimilenares, “como as dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados” (p. 38). As táticas são as espertezas que as PSR encontram para sobreviver no meio urbano. Dada a condição da alimentação como uma necessidade básica para sobrevivência de qualquer ser humano, esta, também funciona como uma das táticas para a mendicância.

Os modos de vida da PSR são ditados principalmente pela centralidade urbana, conforme menciona Sassen (2009), que é onde se relacionam as concentrações maciças que

envolvem a densidade urbana nos pontos centrais das cidades. A produção espacial da PSR, nesse sentido, leva em consideração as oportunidades que são apresentadas a ela como meio de possibilidade de existir frente a um sistema que é ditado pelo dinheiro, tendendo a seguir, portanto, a estratégia hegemônica da centralidade urbana.

Na falta de dinheiro, a PSR alimenta-se principalmente por meio de doações de instituições assistenciais. Um homem em situação de rua relatou que não é possível passar fome em BH, porque existem muitas pessoas que fazem doações. Este mesmo homem mencionou que diariamente se alimenta por meio doação.

“Você acha que eu como naquele restaurante popular? Não gosto daquela comida ruim... eu como marmiteix quentinho todo dia... acha que eu sou bobo? Olha a minha barba feitinha, o meu cabelo...”. (Dado de campo na Avenida Amazonas em novembro de 2017, em uma área boêmia. A PSR deu dois nomes durante uma conversa longa na mesa do bar. Ele sentou na mesa e ficou por mais de uma hora tomando cerveja com as pessoas que estavam na mesa).

Esta fala demonstra uma possibilidade de alimentação por meio de escolhas conscientes entre as pessoas que não estão completamente entorpecidas pelo uso de drogas.

A PSR tem a opção de fazer a solicitação de um cartão de alimentação, permitido pelo Governo do Estado para pessoas que estão há mais de três meses em situação de rua. Para conseguir almoçar com o cartão alimentação, ela precisa ir até ao Cadastro Único, no centro de Belo Horizonte (que é o local nomeado por eles como escadão – dado de campo coletado no Ação Integra Pop no Parque Municipal, em outubro de 2018) para fazer a solicitação.

Entretanto, para fazer a solicitação do cartão, a PSR precisa saber os números do CPF ou ter em mãos o Registro de Identidade. Isso demonstra um empecilho porque muitas pessoas da PSR estão debilitadas pelo uso excessivo de álcool e outras drogas e não possuem estas informações. Nesse caso não conseguem se alimentar no Restaurante Popular com isenção do valor. Entretanto, o almoço neste lugar não é muito caro, o que permite que pessoas que não possuem o benefício o paguem e almocem se assim o desejarem. O Restaurante Popular fica ao lado da rodoviária de BH, local que possui muitas PSR ao redor.

É importante destacar que a PSR precisa criar o hábito de guardar os documentos, caso queira fazer uso dos equipamentos. Considerando que não possui locais para guardar objetos, estes ficam sob a responsabilidade de cada um. Vale ressaltar que algumas PSR sempre mostravam os documentos quando queriam provar algum tipo de responsabilidade.

“Este é o meu documento, do curso de cabelereiro que eu estou fazendo... Agora minha filha, eu vou sair da rua se Deus quiser” (Fala de uma PSR na FUNDAMIGO em 2016 – A.).

“Eu decidi voltar pra escola. Este é o caderno que eu estou usando, olha... Eu te falei, eu não quero mais essa vida pra mim.” (Fala de uma PSR na FUNDAMIGO em 2016 – W.).

“Estou na faculdade, estou fazendo serviço social, nossa senhora, não está nada fácil. Até conversei com o coordenador do curso essa semana, mas se Deus quiser eu vou conseguir terminar. Olha os livros que tô usando...” (Fala de uma ex-PSR que entrevistei na FUNDAMIGO em 2016 e reencontrei no Fórum Técnico em junho de 2018 – F.).

“Este é o meu nome, pra você ver que eu não estou mentindo, meus documentos estão todos aqui” (Fala de uma PSR no Ação Integra Pop no Parque Municipal em outubro de 2018 – B.).

Algumas outras opções foram relatadas, como a de almoçar nos abrigos da cidade. Uma PSR disse que pegava um marmitex e doava para outro colega que não tinha o cartão alimentação. Isso permite observar que existe uma espécie de solidariedade entre eles e registrar a prática de escambo existente na cidade. (Dado de campo coletado no Ação Integra Pop em outubro de 2018).

Existem também várias instituições assistenciais que fazem doação de alimentação na cidade. Muitas destas instituições têm ligação com instituições religiosas, com objetivo de acolher essas pessoas sem fazer nenhuma cobrança em troca. Muitas doações são realizadas por grupos pequenos de pessoas que fazem ações em épocas pontuais. Percebeu-se um universo de organizações que circulam durante a noite para fazer doações de comida à PSR.

Uma Igreja tem um ponto fixo de doações para pessoas que estão na “Cracolândia” de BH (conhecido assim pelas pessoas que moram no bairro – Fala de duas entrevistadas abordadas em janeiro de 2019, na porta da Igreja Batista da Lagoinha Pedreira, que estavam no local como responsáveis para vender vencidos usados para a PSR); são ações que envolvem café da manhã, almoço e jantares em datas alternativas. Uma moradora local reclamou das ações da igreja porque segundo ela, estas ações fixou a PSR naquele ponto, que já havia sido realizada a remoção e o encaminhamento pela prefeitura devido a uma obra existente atualmente no local. (Fala de moradora local, coletada em janeiro de 2019).

O ponto da “cracolândia” não fica dentro da região da Avenida do Contorno, mas se localiza próximo à rodoviária da cidade, na região da Lagoinha. Ao lado da igreja da chamada por moradores de “cracolândia”, há uma padaria, onde foi possível observar que a PSR a utiliza de forma tão recorrente que alguns trabalhadores já conhecem e interagem de forma amigável com essas pessoas que possuem aparência “limpa” e que não estão entorpecidas. Pessoas da PSR que frequentam a padaria, mas que estão com odores fortes ou alteradas por uso de drogas, têm um tratamento mais distante. Curiosamente, observa-se que nessa padaria é necessário pagar antes de consumir, o que foi possível notar uma certa precaução do estabelecimento para

evitar roubos (observação realizada no Morro das Pedras ao lado da Igreja Batista da Lagoinha Pedreira, em janeiro de 2019).

Além dessa padaria, observa-se que muitas PSR estacionam em frente a outras padarias abordando pessoas para comprarem um lanche. Isso foi observado principalmente em duas grandes padarias nos bairros Coração Eucarístico, na rua Dom Joaquim Silvério na altura da praça, e na rua Dom José Gaspar em vários momentos em 2018 – por frequentar diariamente o local); também no Bairro Padre Eustáquio, na Praça Padre Eustáquio em outubro de 2018, mas também em muitas lanchonetes no centro da Cidade e em frente a restaurantes no bairro da Savassi, como mencionado anteriormente. (Síntese de observações realizadas em muitos locais em 2017 e principalmente em 2018).

As noções de centralidade criada na cidade determinam os pontos de táticas e estratégias. Isso porque na medida em que há concentração de grandes comércios e pessoas circulando nos centros, aumenta-se a probabilidade de haver recursos como comidas dos restaurantes, facilitando a mendicância, a venda de objetos e o acesso aos recursos descartados no lixo. Percebe-se que é muito comum em BH, pessoas descartarem restos de refrigerantes ou comidas; logo após o descarte passa alguma pessoa em situação de rua para recolhê-los. Notou-se também que é muito comum pessoas compartilharem algum alimento quando abordadas por alguém da PSR; é muito comum também ver pessoas em situação de rua abrindo sacolas de lixo no centro da cidade, seja para pegar materiais recicláveis ou tentar localizar restos de comida. (Notas de campo de observações e vivências no centro da cidade em 2018, principalmente aos arredores da praça 7 e na rua Rio de Janeiro próximo ao Shopping Cidade e Igreja São José).

Uma prática detectada, mas não tão usual, é a de pessoas que fazem a própria comida. Um homem em situação de rua disse que tinha esse hábito e mostrou que havia cozinhado arroz e feijão, mas o local em que foi percebida essa prática foi abandonado por ele alguns dias depois (Notas de campo coletadas no ensaio fotográfico em 2017 e em setembro de 2018).

A comida não pareceu ser um problema tão grande para a PSR que não está tão entorpecida pelo uso de álcool e drogas e que faz uso de táticas e estratégias para consegui-la. Embora essa seja a maior preocupação de qualquer ser humano e também uma preocupação da PSR, há uma diversidade de locais que possibilitam a alimentação gratuita, como a FUNDAMIGO, Irmãos Glauco, abrigos, Restaurante Popular, banho do amor, “Macarronada Solidária”, ações da prefeitura e etc., além de estabelecimentos comerciais que doam (padarias e restaurantes) e diversas organizações sem fins lucrativos que se mostram solidárias na cidade. Entretanto, vale ressaltar que a maioria dos homens em situação de rua possui uma aparência

magra; poucos são os homens que possuem aparência de nutrição adequada. (Síntese de notas de campo).

Alguns relatos demonstram os motivos dessa desnutrição, por comerem comida estragada ou por, em alguns momentos, não conseguirem desenvolver as estratégias do cotidiano para sobreviver:

“As vezes eu tenho surtos e vou para o centro da cidade e fico bebendo nas ruas. Chego a ficar quatro dias nas ruas catando latinha e vendendo no ferro velho perto de onde fico. Com esse dinheiro dá pra sobreviver nas ruas, e só depois de um tempo decido voltar para a casa da minha mãe” (Relato de uma PSR coletado na FUNDAMIGO em 2016).

“Às vezes o ferro velho fecha antes de conseguir chegar. Ou está muito cheio e não sobra dinheiro para comprar de quem está no final da fila. O ferro velho fecha às 17h, por isso tenho que entregar antes desse horário. O dinheiro que eu ganho é o dinheiro que eu como. Se eu não consigo vender, eu não consigo alimentar, e por isso eu como mal por comer comida estragada”. (Relato de uma PSR coletado na FUNDAMIGO em 2016).

Os relatos acima demonstram que existe o empenho de desenvolver atividades de trabalho informal, como a reciclagem, para possibilitar o recurso primordial de sobrevivência.

4.2.2 A “moradia”

A população em situação de rua possui várias formas de “moradia”, que podem ser concebidas como táticas e estratégias.

O ponto mais comum observado, foi o uso de marquises no centro da cidade. Muitas pessoas da PSR têm o costume de fazer pequenos grupos de habitação em baixo desses espaços. Nota-se essa prática como uma forma de proteção em meio à violência urbana, já que existem pessoas que não aceitam que a PSR permaneça no espaço público. Notícias recentes divulgaram ataques à PSR com ovos e até mesmo fogo em outros estados, mostrando que a violência contra esta população existe cotidianamente (Observação realizada debaixo de viadutos e marquises próximo à rodoviária, que permitiu constatar a aglomeração de grupos – Dados de 2017 no ensaio fotográfico e em vários momentos durante passagens pelo local em 2018).

Algumas estratégias foram percebidas como meio de proteção. Uma pessoa da PSR disse-me que durante o dia ficava na praça ao lado do Parque Municipal, mas à noite dormia ao lado de um posto de gasolina, mencionando que era mais seguro devido ao fato de o posto funcionar 24h por dia (Dado de campo do ensaio fotográfico em 2017).

Percebeu-se que algumas pessoas em situação de rua buscam locais públicos para dormir, como a rodoviária. Em meio à madrugada, por exemplo, houve quem dormisse dentro da rodoviária, próximo às cadeiras de espera dos passageiros. Nenhum guarda expulsou quem dormiu no local nesse dia (Dado de campo noturno em setembro de 2018 dentro da rodoviária de BH). Uma outra PSR relatou dormir dentro de um galpão de recicláveis, mas que estava “de favor” naquele espaço a pedido do dono do próprio estabelecimento (Dado de campo no dia do ensaio fotográfico em 2017).

Também foi possível perceber que muitas pessoas mudam de local na medida em que a prefeitura as expulsa de alguns pontos, inclusive tomando os seus pertences. Para evitar contratempos, muitas pessoas preferem dormir durante o dia, por medo de sofrerem violência ou com receio de terem seus pertences recolhidos ou roubados até mesmo por pessoas que integram a PSR (Dado de campo da FUNDAMIGO em 2016 e da ação do Integra Pop em outubro de 2018).

É possível notar várias formas de “moradia” ou o ato de dormir na rua. Algumas pessoas simplesmente estacionam no meio do passeio e outras buscam locais mais estratégicos; outras têm colchão e outras usam o papelão que, entre os objetos para dormir, é o mais recorrente, talvez pela facilidade de consegui-lo no centro da cidade e por ser fácil de manuseá-lo, montando uma estrutura de proteção para o frio. É possível notar também que muitos possuem cobertores, lençóis ou plásticos que acabam se transformando em “casas” alternativas. Isso é mais perceptivo em épocas de chuva ou frio; no calor, muitos dormem apenas por cima do papelão. (Notas de campo de observações realizadas em 2017 e em 2018).

Seguem abaixo algumas das diversas possibilidades encontradas pela PSR para dormir na cidade:

Figura 13: PSR dormindo em uma estrutura montada para a proteção da chuva



Fonte: Fotos da autora registradas em meses diferentes (outubro e novembro 2018 – Bairro Coração Eucarístico, na rua Coração Eucarístico de Jesus) – noite chuvosa e dia ensolarado.

Figura 14: Estrutura montada com lençóis



Fonte: em.com.br (https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/07/20/interna_gerais,974594/aumento-de-moradores-de-rua-fora-do-centro-muda-estrategia-da-pbh.shtml).

Foi possível perceber que, nos últimos, anos aumentou significativamente a quantidade de pessoas com barracas de camping. Talvez pelo avanço da economia no Brasil, que facilitou o poder de compra nas últimas décadas; ou talvez pela condição socioeconômica de algumas pessoas em situação de rua. Nota-se na, imagem abaixo (figura 15), que este homem em situação de rua possui uma ligação forte com os animais e com as plantas. Tem em seu espaço três potes de ração para cachorro, uma casa para o cachorro, dois carrinhos para mobilidade na cidade, uma barraca e, ainda, um galão de água. Nota-se também (síntese de notas de campo em setembro e outubro de 2018) que a maior parte da PSR dentro da Avenida do Contorno, não anda acompanhada de cachorros, mas é possível observar algumas PSR que tem o animal como companheiro das ruas.

Uma observação que chamou a atenção é que, como esta pessoa, em especial, muitas que compõem a PSR atualmente, não tem uma aparência de sujeira e precariedade, mesmo que estes, geralmente, são aspectos associados ao “morador de rua”. Isso talvez devido às novas condições de acolhimento de organizações da sociedade civil, como o “Banho do Amor”, ou talvez pela mudança de perfil de PSR. (Observação na manifestação de Belo Horizonte “Ele Não” em setembro de 2018 na praça da estação – análise da interação da PSR com manifestantes; síntese de outros momentos em setembro de 2018 na Praça da Estação, principalmente em conversas informais que ocorreram na espera pelo “Banho do Amor” em frente a escadaria do Metrô da Estação Central.

Figura 15: O “Habitar” da PSR



Foto: Consultório de Rua

(<https://www.facebook.com/Consultorioderuabh/photos/a.508196016187424/764418483898508/?type=3&theater>)

Percebeu-se que, para o Poder Público, o abrigo é o local adequado para a habitação dessa população, que representa o serviço de acolhimento institucional. Também há “prioridade de retorno dos migrantes para as suas cidades, tirando da prefeitura a responsabilidade sobre eles”. (Fala de um membro do movimento da população de rua - L.A - no Fórum Técnico em junho de 2018, amplamente discutida pelos gestores públicos locais presentes, também na formatação do Plano para a PSR no Fórum Técnico).

Figura 16: Serviço de acolhimento institucional para a população de rua



Fonte: Melo (2015, p.338)

PSR relataram que o maior problema do abrigo é a quantidade de pessoas diferentes que, em alguns casos, tem mau cheiro, estão sob o efeito de drogas e fazem “baderna” dentro do abrigo (Nota de campo da Praça da Estação em setembro de PSR em 2018, da FUNDAMIGO em 2016; de duas pessoas no Integra Pop em outubro de 2018). Uma dessas

peessoas reclamou da entrada de drogas no local:

“Eles fazem vista grossa. Entra tudo quanto é tipo de droga e os guardas fingem que não sabem (Fala de C, no Integra Pop no Parque Municipal em 2018).

Essa mesma pessoa mencionou que os migrantes acabam tendo prioridade nos abrigos. Isso porque podem ter vaga fixa no espaço pela condição de migrante, vantagens com as quais entrevistado não concorda, mesmo sendo migrante vindo do Rio de Janeiro. (Entrevista com C no Integra POP em outubro de 2018).

Vale ressaltar a notícia publicada pelo jornal *O Tempo*, em que o prefeito de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, afirmou no dia 20 de julho de 2018 que não iria jogar as pessoas em situação de rua ao mar, mas também não faria da cidade um hotel cinco estrelas, anunciando a criação de mais cinco abrigos para a capital.

Figura 17: Declaração do Prefeito da Cidade



Fonte: O Tempo (<https://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%A3o-vamos-jog%C3%A1-los-ao-mar-nem-fazer-de-bh-um-hotel-5-estrelas-diz-kalil-1.2003074>)

A cidade conta com sete abrigos, de acordo com o site da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). A listagem consta em anexo nesta pesquisa. Segundo uma PSR, quem está há mais tempo nessa situação acaba fixando-se em alguns quartos melhores. (Dado de campo no Integra POP, Entrevista com M.).

Notou-se que depois dessa declaração do prefeito, uma ação de higienização foi realizada no centro de Belo Horizonte. Em uma observação realizada em janeiro de 2019, percebeu-se que muitas pessoas em situação de rua se fixaram em novos pontos com seus colchões, sendo contrários à limpeza da prefeitura.

As maiores reclamações percebidas sobre abrigos, segundo relatos, é a entrada obrigatória às 17h e a presença de percevejos nas camas (Dado de campo da FUNDAMIGO, em 2016, por três pessoas, em dias diferentes). Uma pessoa relatou que tem dias que prefere ficar na rua, porque 17h é muito cedo para entrar no abrigo; outra comentou que os bancos da praça acabam sendo uma opção mais viável, pela limpeza e por não ter “baderna”. (Dado de campo noturno na Avenida Amazonas, em uma região boêmia do centro, em novembro de 2018).

Outra estratégia detectada em Belo Horizonte foi a “casa na árvore”, localizada na Avenida Barão Homem de Melo, no Bairro Jardim América, que está fora da Avenida do Contorno. Esta casa foi construída por homens em situação de rua, em cima de uma árvore. A casa tinha dois andares e duas pessoas em situação de rua viviam nela. Havia muitos objetos e a casa tinha uma lógica concreta de separação por cômodos.

Reportagens relatavam a insatisfação dos moradores e comerciantes locais, que perceberam a desvalorização de imóveis mediante a moradia irregular. Em 2018, a casa foi queimada quando seus moradores se ausentaram para visitar colegas. À época, a polícia relatou que o ataque pode ter acontecido de forma intencional. Atualmente, o local foi revitalizado e construiu-se uma biblioteca comunitária.

Figura 18: A “Casa da Árvore”



Fonte: Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=uwhbON-VS00>)

Outra tática percebida em um dia corriqueiro foi a de um homem de cobertor verde que chegou até à Unidade de Pronto Atendimento Noroeste (UPA). Este cumprimentou um vigilante, colocou uma mochila pequena debaixo do banco, estendeu o cobertor e ficou deitado por horas. Em um momento levantou-se, foi até o ventilador de acesso apenas aos funcionários e o desligou – pois estava com frio – e logo voltou a dormir; dormiu profundamente e não observava os chamados para atendimento. Notei que ele usava uma pulseira branca, amassada e desgastada, elementos me fizeram perceber de que se tratava de uma pessoa em situação de rua que faz de uma cadeira da UPA, ligado ao SUS, como seu local de descanso. Esta UPA fica ao lado da chamada por moradores como a “Cracolândia” de BH. (Notas de vivência em campo, em dezembro de 2018, na UPA noroeste na rua Pereira Passos próximo a Pedreira Padre Lopes.

Ressalta-se que todas as pessoas na fila de espera são marcadas com fitas para a fila de atendimento. A fita vermelha demonstra urgência; a laranja, muito urgente; a amarela, urgente; a verde, pouco urgente; e a azul não é urgente. Portanto, não existe uma especificação para a fita branca, mas, como não existe nenhum impedimento dos seguranças e funcionários, ele não foi em momento algum questionado (Dado de campo na UPA, em dezembro de 2018, durante 5 horas de observação).

Figura 19: PSR dormindo na Unidade de Pronto Atendimento



Fonte: Fotografia registrada no dia 27 de dezembro na UPA Odilon Behrens

Além dessas estratégias percebidas, algumas táticas para dormir podem ser utilizadas em prédios abandonados no centro de Belo Horizonte. Entre as conversas e entrevistas, nenhuma pessoa relatou frequentar prédios abandonados, mas em muitos prédios abandonados percebe-se que existem ocupações irregulares. Entretanto, não foi possível detectar se essas

ocupações são realizadas por PSR ou por movimentos sem moradia.

Muitas moradias irregulares podem ser notadas em muitos pontos da cidade, de forma coletiva ou individual, permitindo que essas práticas sejam diversas e impossíveis de serem localizadas em sua completude. Muitas permanecem por longo período, outras mudam de locais diariamente. (Observações de campo focadas em barracas e casas improvisadas feitas dentro e fora da Avenida do Contorno em setembro e outubro de 2018).

É importante mencionar que nesta última foto existe também uma PSR que estava com um cheiro muito forte e que se irritou pelo tempo de espera (de toca rosa). Depois de três horas de espera, ele foi embora aos gritos, dizendo que até funcionários da UPA já morreram “nessa desgraça” pelo tempo de espera. Ele mencionava que estava com dores fortes na barriga e não estava mais aguentando. Encontrava-se com os sapatos abertos, sem cadarços e saiu se arrastando, segurando suas calças. (Dados de campo em dezembro de 2018).

A cidade acaba se tornando o local de “moradia”. Os pontos específicos são escolhidos de várias formas e muitas variáveis interferem nesta escolha. Alguns locais são escolhidos mediante a facilidade de acordar no outro dia e ter outras práticas atendidas, mas onde for viável estacionar, se estaciona. Alguns preferem pontos fixos, outros não.

4.2.3 O banho e os meios de higiene

O banho da população em situação de rua, entre as três questões prioritárias que norteiam a Gestão do Cotidiano, é a última. Entretanto, percebe-se que há o hábito de tomar banho, e este hábito também norteia o trajeto dessa população.

Muitos tomam banho e passam despercebidos no meio urbano. Em observações em manifestações no meio da cidade percebeu-se que os cidadãos só observam a PSR quando seus membros estão com cheiro forte ou com roupas sujas (Notas de campo de observações realizadas em manifestações durante a eleição presidencial em 2018 – “Ele Não”, e em praças e padarias em setembro e outubro de 2018).

Uma das formas mais usadas pela PSR para o banho e higiene pessoal são os abrigos. Porém, há quem use a rodoviária em caso de emergência ou impossibilidade de usar o abrigo e outros equipamentos (Relatos de PSR à espera do “Banho do Amor” em setembro de 2018; no evento Ação Integra Pop em outubro de 2018 e FUNDAMIGO 2016).

O uso da cidade como “banheiro” é muito recorrente. É possível perceber que muitas pessoas utilizam a rua para “aliviar-se”, mas muitas usam banheiro de bares e estabelecimentos possíveis. Na praça da estação, por exemplo, há o Centro de Referência da Juventude que possui

banheiros que podem ser usados por essas pessoas. Como alguns participaram de eventos realizados pela prefeitura, localizaram essa opção como possibilidade estratégica, principalmente para os que frequentam a Praça da Estação na parte da manhã e da tarde. O Centro da Referência da Juventude é um espaço público, mas é ocupado por jovens e algumas pessoas em situação de rua se sentem acanhadas em fazer uso do local, mesmo que seja permitida a entrada de qualquer pessoa. (Observação realizada na Praça da Estação, no dia do evento “Redução de Danos pelas Ruas da Cidade” em setembro de 2018).

Antigamente, há uns oito ou nove anos, era possível encontrar com PSR no banheiro do Shopping Cidade, que fica no centro. Porém, começaram a cobrar o uso a fim de restringir a presença dessas pessoas. Com isso, muitos pararam de ter essa opção. O banheiro da rede McDonald’s do centro de BH também era muito utilizado, mas atualmente é vigiado e restrito para clientes exatamente para inibir essa população. Alguns bares aos arredores do centro também recorreram a esta estratégia de cobrança por uso de banheiro, para inibir a presença da PSR. (Observação de campo em bares perto da praça Raul Soares).

Um banheiro muito utilizado por algumas pessoas é o do cinema Belas Artes, em um bairro da Zona Sul. Como não possui nenhum impedimento, muitas pessoas que frequentam a Praça da Liberdade utilizam o banheiro do cinema privado, de forma bem disfarçada e rápida.

A Igreja Batista da Lagoinha Pedreira, que é a igreja que fornece auxílios à PSR que frequenta é chamada “cracolândia”, era um local onde se podia utilizar o banheiro. Segundo uma funcionária da igreja, com a recorrente sujeira e drogas encontradas, eles acabaram proibindo o uso, mas, em alguns dias da semana é realizado um projeto em que permitem o banho. Percebe-se através da fala da funcionária que, mesmo acolhendo essas pessoas, algumas ações não são toleradas; em uma hora ou outra, se não submeterem às regras, não podem ocupar os espaços.

O “Banho do Amor” foi uma outra tática detectada a partir da fala de um homem em situação de rua na Praça da Estação em setembro de 2018. Trata-se de um caminhão itinerante que possibilita o banho quente por meio de um banheiro na rua. Esta ação é realizada por voluntários e foi colocada em prática por um empresário.

Figura 20: O Banho do Amor

Fonte: Banho do Amor

(<https://www.facebook.com/projetobanhodeamor/photos/a.1721789998151482/2092864047710740/?type=3&theater>)

A ação acontece todas às terças feiras, às 17h, na Praça da Estação, e muitas PSR fazem uso dessa possibilidade. Em uma ação percebeu-se uma fila de muitos interessados pelo Banho do Amor, entre muitos homens, algumas mulheres e LGBTs de rua. Além do banho, eles fornecem sabonetes, pastas de dente, escova de dente, shampoo, toalha e roupas - entre cueca, camisa, calça, chinelo e sapatos-, que são recebidos por meio de doações e parcerias; além disso, possibilitam o corte de cabelo e barba. Também auxiliam com a presença de um médico, um advogado que fornece ajuda jurídica, se houver necessidade, além da possibilidade de cadastro para inserção no mercado de trabalho entre parceiros do projeto. Uma refeição após o banho também é oferecida, permitindo aos interessados que, após o banho, não fiquem sem o jantar. Vale ressaltar que se o Banho do Amor for uma opção, o abrigo deixa de ser uma possibilidade pela restrição de horário.

Percebe-se que as ações da prefeitura sempre há parcerias com Igrejas, que fazem corte de cabelo e barba das pessoas que desejarem. Muitos voluntários se prontificam a participar dessas ações. (Nota de campo em ação com foco em saúde, da Prefeitura de BH, no Parque Municipal, em outubro de 2018 – Ação Integra POP).

Existe um evento na Praça da Estação chamado Praia da Estação, sendo comum no verão. Geralmente, liga-se uma espécie de chafariz no chão que jorra jatos de água em uma

parte da praça. Muitas pessoas em situação de rua aproveitam o evento para fazer a higiene pessoal. (Observações de campo em 2017).

Podem existir várias outras ações que possibilitam o banho da PSR, mas que não puderam ter sido identificadas nesta pesquisa. Isso pela quantidade de pessoas que ampliam a possibilidade de táticas e a criatividade, além dos atos de solidariedades de muitas, que acabam acolhendo a PSR e ampliam, consecutivamente, as múltiplas táticas no centro da cidade.

Um cidadão, por exemplo, flagrou alguém tomando banho em um bueiro e o filmou; o vídeo circulou na Internet no final do ano passado. Esse bueiro é localizado ao lado do Parque Municipal da Cidade, em frente ao Hospital IPSEMG, onde observei por várias vezes práticas variadas, mas não detectei pessoalmente essa atividade.

Figura 21: Banho no Bueiro



Fonte: <https://www.facebook.com/portalbhz/posts/ap%C3%B3s-v%C3%ADdeo-de-um-morador-de-rua-tomando-banho-em-bueiro-de-bh-viralizar-o-bhaz-f/2264536400246194/>

Percebe-se que o descaso com o próprio corpo eleva a condição de exclusão, até mesmo no que se refere à ocupação do espaço público. Alguns estabelecimentos do centro expulsam pessoas que estão aparentemente sujas – a exemplo das padarias –, mesmo se estiverem com dinheiro, por uma própria condenação das pessoas que frequentam o local.

Em uma observação de campo, uma pessoa em situação de rua sentou-se em uma mesa do bar em que eu estava. Todo o bar ficou completamente perplexo que uma pessoa em situação de rua estivesse ali. Ele não quis comer, só tomou um pouco de cerveja e seu maior interesse era interagir. Deixou a mochila distante, como se não fizesse completamente parte do ambiente, mesmo com a autorização para estar ali. Por duas vezes, pessoas do estabelecimento vieram expulsá-lo da mesa, não entendendo que ele poderia ficar sentado ali. (Notas de campo em um bar na Avenida Amazonas, no centro de BH, em 2017).

Conforme menciona Graeff (2012), o corpo-aparência já demonstra em si uma condição na existência. Este corpo coberto por precariedades em decorrência da situação de rua apresenta, ao mesmo tempo, um imaginário de um corpo perigoso e contagioso, que não possui as marcas do capital que determina a classificação valorosa, apresentando, ao mesmo tempo, uma condição sem valor que determina uma série de valores morais transmitidos para aqueles que o observam.

É relevante ressaltar essa condição porque, no decorrer do tempo e da vivência da rua, assim como mencionou Graeff (2012), a espacialidade da PSR se torna o próprio corpo, misturando este à própria cidade. As marcas da precariedade vão se fixando a partir das experiências cotidianas, sendo estas, em sua maioria, decorrência da violação de direitos, o que torna ainda uma maior dificuldade de separar esse corpo precário da condição de vivência da rua.

4.2.4 O uso de substâncias químicas como uma necessidade

O uso de substâncias químicas para a PSR funciona como uma necessidade para a Gestão do Cotidiano. Essa necessidade se assemelha e se articula à comida, à moradia e ao banho. Em alguns casos, usar o álcool ou qualquer tipo de substância química se torna uma forma de conseguir lidar com a fome, a falta de possibilidade de dormir por medo da violência ou a impossibilidade de sair da condição de rua.

As recorrentes experiências de miséria, relações de violência, vínculos com a criminalidade, preconceito, impotência, solidão e desespero etc, os levam a várias situações, como o roubo, as brigas por objetos ou território, assim como afirmou Gustin (2014), o que torna as drogas não apenas uma condição da rua, mas também uma necessidade.

Muitas PSR dizem:

“Eu não gosto de usar drogas” (Depoimento de uma pessoa da PSR na Praça da Estação).

“Estou tentando me livrar do crack, mas é muito difícil parar de usar” (Depoimento de uma PSR na FUNDAMIGO).

“Na rua, o papo é de droga e o assunto é só isso. Agora escuto novos assuntos e saí daquela pressão. Muito moradô de rua ainda oferece, mas eu sou um exemplo de mudança, por isso sou voluntário na igreja, porque agora posso ajudar”. (Depoimento de um ex PSR na Igreja Batista da Lagoinha Pedreira).

Usar algum tipo de droga, para a PSR, funciona como um alimento em um labirinto. A cada dia que não encontra formas de saída desse labirinto, que no caso é a rua, o uso de substâncias químicas se torna quase uma obrigatoriedade para continuar seguindo em frente. Todas as pessoas em situação de rua com quem tive contato fazem ou fizeram uso de algum tipo de droga, como forma de lidar com a experiência de viver na rua. Vale ressaltar que nenhuma delas fala da droga como uma forma de interação e descontração. Em todos momentos mencionam como um aspecto negativo. Mas vale ressaltar também, que todas as PSR que falaram com tom de negatividade sobre as drogas, estavam sóbrios, pois os que estavam entorpecidos não gostavam de tocar no assunto “drogas, álcool, etc”..., talvez pelo fato de se sentirem julgados.

4.2.5 A mobilização de recursos na Gestão do Cotidiano.

A geração de trabalho e renda que acontece no centro de Belo Horizonte e que, conseqüentemente, eleva a concentração de pessoas na área central, desenha e dá acesso à algumas práticas da Gestão do Cotidiano da PSR. Conforme mencionado anteriormente a centralidade transforma o espaço público em um local interessante para a sua circulação, principalmente nos pontos mais centrais dentro da Avenida do Contorno, facilitando a aquisição de recursos.

A população de rua tende a desenvolver algumas táticas de mobilização de recursos para a Gestão do Cotidiano, que estão interligadas às necessidades básicas para sobrevivência. Entre as táticas e estratégias, percebeu-se o trabalho informal, considerado aqui como trabalho informal² (ao quadrado).

Essa tática do cotidiano chamou atenção pela relação que os atores possuem com os objetos. Isso é relevante porque essa relação envolve o consumo da população em situação de

rua com o descarte da população da cidade e as movimentações para reciclagem e produção de geração de renda. Nesse sentido, observou-se que o trabalho informal desenvolvido pela população em situação de rua pode ser chamado de um trabalho informal ao quadrado e uma economia de rua, na medida em que esse trabalho informal, não é em si, reconhecido como um trabalho.

De acordo com Carrieri *et al.* (2009), atribui-se a origem do trabalho informal à crise do modelo fordista e, particularmente, pela deficiência na oferta de empregos devido à baixa industrialização, o que leva parte da população a “optar” por subempregos e condições de trabalho precárias. Portanto, o trabalho informal pode ser encarado como uma realidade como forma e meio de inclusão social e econômica de parte da população excluída do ambiente formal, principalmente por meio de criatividade exercidas.

A PSR desenvolve algumas práticas de trabalho reconhecidas como trabalho informal como o flanelinha, mas o trabalho é invisibilizado pela condição dessas pessoas estarem na rua e possuírem o estigma do vagabundo, entendido como aquele que não trabalha ou não quer trabalhar.

O trabalho informal² da PSR é desenvolvido com objetos descartados pela sociedade, como plástico, papelão, garrafas, latinhas e metais, entre outros objetos, mas também com objetos que são doados por instituições assistenciais. Estes são transformados em novos objetos e reincluídos no mercado de rua para revenda.

Os homens em situação de rua criaram um comércio paralelo de objetos recebidos de instituições assistenciais. Após a revitalização desses objetivos, lavando ou consertando, eles utilizam um sistema de revenda, principalmente na Feira do Rolo ou em pequenos “shoppings” de rua criados por eles e para eles (Nota de campo da Instituição FUNDAMIGO, maio/2016; e notas de campo do ensaio fotográfico em 2017).

As figuras 22 e 23 apresentam como esse comércio de rua acontece. Os homens em situação de rua recolhem os objetos que podem ser reaproveitáveis, transformam esses objetos, expõe como vitrine na calçada e revendem informalmente no centro de Belo Horizonte.

Figura 22: Comércio Informal de Rua no Bairro Floresta



Fonte: Viegas, Reis e Teodósio (2017, p.1088).

Conforme menciona Gaulejac, (2007) “a sociedade se torna uma vasta empresa que integra aqueles que lhe são úteis e rejeita os demais” (Gaulejac, 2007, p.177). Os trabalhadores, assim como os desempregados, são convidados a se tornarem empreendedores, mas, na falta de possibilidades, acabam reinventando as formas de fazer dinheiro. Honorato e Saraiva (2016) afirmam que o ato de morar na rua é uma prática exercida como forma de praticar a cidade, ou seja, o sujeito compõe da sua forma o fluxo de sua existência, trafegando, agindo e recebendo influência cotidiana, ao mesmo tempo em que opera de forma subversiva em relação ao controle estabelecido pelos gestores.

A relação com os objetos é, entendê-los sempre como possibilidades de escambo e venda. Tudo pode ser negociado e, ao mesmo tempo, nada é tão valioso que não possa ser descartado facilmente por eles. (Observação de descarte de colchões no centro, próximo ao shopping cidade em 2017 e em 2018).

Os homens em situação em situação de rua negociam a qualquer custo. O registro fotográfico abaixo foi realizado mediante o pagamento solicitado pelo vendedor informal². Por ser um comércio de rua e por ser considerado como economia de rua (Viegas; Reis; Teodósio), o pagamento foi feito como possibilidade de registrar o material de venda disponível naquele momento. O negócio foi feito por meio de venda de uma fotografia que custou 10 reais. (Vivência de campo em frente ao Hospital IPSEMG, atrás do Parque Municipal, em 2017).

Na figura 23 a seguir, intitulada “Escambo e venda à qualquer negócio no Centro de Belo Horizonte” é possível observar que, ao mesmo tempo em que os homens de rua transformam o espaço em local de habitação, este pode ser também um local para o trabalho informal². No momento deste registro fotográfico havia comida do almoço feita minutos antes.

O que chamou atenção sobre os objetos para venda foi a bebida. Ele relatou que a bebida verde era para consumo próprio, e a pequena era para venda (Dados de campo do ensaio fotográfico em 2017).

Figura 23: Escambo e venda a “qualquer negócio” no Centro de Belo Horizonte



Fonte: Viegas, Reis e Teodósio (2017, p.1089)

É possível considerar a partir desses dados de campo que os objetos que não possuem mais nenhum significado para algumas pessoas, que os doam para instituições de caridade, são transformados, em alguns momentos, em objetos de consumo e geração de valor e renda para a população em situação de rua e, em especial, para os homens de rua. Como mencionou Fontes (1996), ninguém pode ser excluído do mercado, porque ninguém pode sair dele, pois “o mercado é uma forma ou uma ‘formação social’ que não comporta exterioridade” (p. 5). Se alguém for expulso do mercado, este alguém é mantido em suas margens e suas margens estão sempre ainda em seu interior.

O homem em situação de rua, que geralmente é tido como vagabundo, ressignifica o espaço público e os objetos, realizando um trabalho informal². Ao atribuir novos sentidos aos objetos descartados e aos espaços, é que o *organazing* dos homens em situação de rua, aparece.

Chama atenção o fato dos homens em situação de rua serem estigmatizados e considerados como vagabundos, por supostamente não fazerem “nada” durante o dia. Note-se que este “nada” está relacionado ao fato de não estarem inseridos no mercado formal. Entretanto, conforme dados de campo coletados, foi possível observar que as estratégias criadas por eles para adquirirem recursos para sobrevivência são trabalhos informais².

Por estes comércios serem realizados em um espaço que não pode ser ocupado de forma permanente - por ser considerado um “não lugar” e por exporem objetos que não possuem

procedências garantidas -, este trabalho se torna ainda mais informal e ainda mais inaceitável. Essa informação é relevante, porque na medida em que essas atividades são entendidas como um não trabalho, por serem práticas invisibilizadas e por não serem validadas pelo meio social, elas são entendidas como uma ação sem valor ou uma produção de “nada”.

Nesse sentido, a PSR é vista como composta por pessoas que não fazem “nada” e, por isso, são consideradas desqualificadas. Assim, como afirmam Malow e Pizzio (2009), além de serem desqualificadas para o mercado formal, não produzem riquezas com foco na acumulação, o que foge do padrão aceitável no capitalismo. Isso reforça a exclusão, principalmente por não se enquadrarem nos *habitus* sociais validados, nem nos níveis mais baixos da cadeia da sociedade, e isso articula e configura a imagem do vagabundo pela desqualificação e principalmente pelo “não trabalho”.

A construção social do vagabundo com os estereótipos do mendigo, considerando as ideias de Goffman (1988) em relação ao estigma que se liga à construção da identidade estigmatizada, é ressaltada pela lei do Brasil que já considerou o “não trabalho” como prática do vagabundo. Isso liga-se ao que Adorno (2009) menciona sobre o tempo livre poder ser apreciado somente se estiver ligado ao trabalho. Como a PSR tem um tempo livre considerado pela sociedade como um tempo integral, é entendida como composta por pessoas vagabundas.

Esse sujeito que é considerado um vagabundo liga-se também à ideia do “flanar”, do substantivo francês *flâneur*, que significa errante, vadio, caminhante ou observador. Esse caminhar sem destino pela cidade articulado ao tempo livre integral é estigmatizado e considerado uma vagabundagem. Nesse sentido, com essa construção de uma figura de um vagabundo que produz vagabundagens, atribui-se sentido pejorativo a qualquer prática desenvolvida pelos homens em situação de rua, uma vez que esse sujeito encara a vida urbana do modo não tradicional, que não é nem pelo trabalho formal e nem pelo trabalho informal já reconhecido atualmente como aceitável. Este será sempre visto como um vagabundo quando for visualizado no meio urbano.

Dessa forma, todas as táticas, estratégias e gestão do cotidiano para a sobrevivência serão taxadas como negativas, pela construção de uma identidade e estigma do vagabundo. O mesmo se aplica às formas não tradicionais de banho e alimentação, que contribuem para essa identidade considerada como deteriorada, em que até mesmo a PSR não se reconhecerá como pertencente à cidade e como um sujeito de direitos. Em consequência a essas atribuições validará o estigma, o que significa se reconhecer como homem desqualificado, o que irá impedir a emancipação e novas formas de vivenciar essa cidade. Portanto, o imaginário social da noção

de vagabundagem cria um estigma e faz com que o sujeito estigmatizado se aproprie desse significado.

Entretanto, é relevante considerar o caráter inventivo da PSR sem desconsiderar e desprezar os problemas estruturais vivenciados por eles, como a desigualdade social e as suas múltiplas facetas. Para além disso, é preciso “perceber que eles operam agenciamentos incríveis, ao fazerem da rua um campo de negociações, usos e interesses” (Silva, 2010, p.136).

Assim como mencionado na pesquisa em Belo Horizonte, as atividades mais usadas por eles são a catação de materiais recicláveis, a vigilância de carros (os flanelinhas), “a mendicância”, que é considerada como aquele que pede - “o pedinte” -, o camelô informal, o trabalhador de construções, o descarregador de caminhões, o vendedor de artesanato - que é visto como uma atividade dos “hippies” - os trabalhos domésticos e serviços gerais; mas também o roubo ou o furto, os serviços de jardinagem, a prostituição, as atividades ligadas às drogas ou o recebimento de alguns benefícios previdenciários ou assistenciais (Brasil, 2006). No entanto, foi possível localizar algumas outras atividades.

Em um campo, percebeu-se uma atividade de venda realizada por um homem que vivia em situação de rua, mas que agora vende em bares a sua recriação de latinhas. Ele menciona que a ideia não foi dele e que para cada venda tem que pagar uma “permuta” para o idealizador do projeto. Na pergunta sobre o ofício, explicou que não acha difícil a execução do trabalho, mas que sua mulher não tem paciência; ele vende cada lata por três reais. Observando suas vendas, percebeu-se que ele vende muitas porque chama atenção das pessoas quando as oferece.

Figura 24: O comércio da mini-lata



Fonte: Foto da autora. Dado coletado em campo em dezembro de 2018, no bairro Coração Eucarístico, no restaurante “A Granel”.

Outro dado coletado em campo em junho de 2018, foi a partir da abordagem de um homem em situação de rua que, ao mostrar uma ferida no pé, pediu para que eu comprasse um

chinelo na Farmácia Araújo do bairro Padre Eustáquio. Depois de insistir pela compra, fui até a farmácia, onde ele pediu que eu comprasse um chinelo branco. Questionei a compra do chinelo branco e perguntei se ele tinha certeza sobre ser esse mesmo que ele queria, mas ele foi enfático.

Ele tentou escolher um chinelo mais caro, mas disse-lhe que não poderia fazê-lo; então, ele levou um chinelo que custou R\$39,00. Quando terminei de pagar, a funcionária da Araújo mencionou que este homem em situação de rua sempre entra com clientes na farmácia e compra o mesmo chinelo.

O chinelo branco é para constatar que se trata de um chinelo novo e isso facilita a revenda pela condição apresentada. Trata-se de uma tática para revenda e geração de valor no mercado informal² de rua.

Na Igreja Batista da Lagoinha da Pedreira, foi relatado pela funcionária da igreja que eles vendem roupas por R\$ 1,00 para as PSR. Estas roupas são doadas por membros da igreja, higienizadas e costuradas pela funcionária e expostas para a venda na frente do local, todos os dias da semana. Ela menciona que as roupas que estão em condições um pouco mais precárias, mas que ainda podem ser usadas, são vendidas para a PSR com o intuito de terem que comprar para não ganharem de graça, assim aprendem a dar valor à roupa comprada. A funcionária da igreja também relatou que as roupas em melhores condições são vendidas com preços variados e se eles comprarem roupas boas por preços muito baixos, eles negociam essas roupas a troco de drogas. “Eles não vão comprar uma roupa por R\$15,00 porque isso dificultaria a negociação” [...]. “Muitas pessoas passam por ali, doam roupas e eles acabam subindo e indo para os becos para trocarem as roupas por drogas” [...] (Dado de campo em janeiro de 2019).

Esse relato demonstra a interação da PSR com as OSCs que, de certa forma, condicionam algumas práticas quando não doam as roupas, mas fazem com que paguem por elas, mesmo que seja um valor simbólico. (Essa prática de compra também foi acompanhada na FUNDAMIGO em 2016, sendo o primeiro local em que foi observado a compra, e informada que existia a revenda na Feira do Rolo – Síntese de dados de campo em 2016 na FUNDAMIGO, em 2017 no Ensaio Fotográfico e em janeiro de 2019 na igreja).

Percebeu-se a barganha como meio de negociação na economia de rua da PSR. Se esta PSR vigia os objetos pertencentes ao outro, este favor pode ter uma troca por meio de objetos, drogas, comida ou futuros favores. Uma doação de uma marmita, por exemplo, pode facilitar a aquisição de cigarros em outro momento. (Informação de campo no Parque Municipal em 2018). Essa ação pode ser entendida como companheirismo, mas percebe-se que existe muita desconfiança e briga entre parceiros, portanto, é muito difícil localizar pessoas que

estabeleceram laços fortes com outras pessoas. No mesmo momento em que dizem “esse é meu amigo”, percebe-se que, não necessariamente, sabem os seus nomes, mas isso não parece importar tanto. As relações, no entanto, são muito frágeis (Dado de campo em 2016, na FUNDAMIGO; e 2018, na Praça da Estação; Praça Raul Soares; Parque municipal).

Percebe-se que, com a facilidade de comprar roupas no mercado informal² e ter a doação em muitas instituições, como por exemplo o Banho do Amor, a FUNDAMIGO, a Igreja Batista da Lagoinha Pedreira, Street Store, A Rua do Direito etc., eles acabam não se importando muito em descartar roupas e calçados.

Um dado curioso é que, um dos recursos utilizados por eles é, certamente, o Bolsa Família. O conhecimento sobre essa possibilidade aparece entre eles como uma opção, e pela localização facilitada na região do centro da cidade, muitos recorrem ao benefício. Muitas das pessoas abordadas possuíam o Bolsa Família.

Quando questionados sobre quando entram no banco para sacar o benefício, dizem que “algumas pessoas olham, mas que nunca dizem nada” (Dado de campo, Parque Municipal, 2018).

Um entrevistado disse que junta dois meses de Bolsa Família para viajar para outros estados, o que representa certa gestão desse dinheiro, com foco direcionado (Dado de campo da FUNDAMIGO, 2016 – relatadas por pessoas diferentes / Um grupo me convidou para ir para Brasília na Manifestação a favor da Dilma, quando estava ocorrendo a discussão do Impitiman. Neste caso haveria a possibilidade de viagem sem custos). Vale ressaltar que é percebido que muitos deles viajam, algo que se percebeu pela quantidade de migrantes que existe na cidade e por este relato mencionado acima.

O Bolsa Família, o Auxílio Moradia, o Cartão Alimentação e a Moradia em República são algumas das possibilidades que eles encontram como recursos assistenciais. Em um evento (Redução de Danos pelas Ruas da Cidade) no Centro de Referência da Juventude, uma ex PSR (M.) mencionou que o valor dado para auxílio moradia é precário, muitas vezes tirando a PSR da rua e o colocando-a em locais tão ruins quanto. Mencionou que com R\$400,00, que é o valor dado para auxílio moradia, só pode ter a favela como opção (Dado de campo em um evento do Centro de Referência da Psicologia de Belo Horizonte, em 2018).

Além do citado, notou-se que, o carrinho de supermercado é uma forma de condensar os pertences, sendo um meio de movimentação pela cidade. Percebe-se que muitos deixam os carrinhos estacionados e circulam pela cidade, mesmo que não exista ninguém vigiando. É muito comum encontrar carrinhos de PSR, parados sem ninguém por perto.

Figura 25: O carrinho da Pessoa em Situação de Rua



Fonte: Foto da autora (Fotografia de campo – registrada no bairro Coração Eucarístico, no dia 29 de novembro de 2018)



Fonte: Foto da autora do mesmo carrinho, tirada 7 de janeiro de 2019)

4.2.6 A mendicância como recurso financeiro

De acordo com Prates, “mendigos são aqueles que praticam a mendicância, que esmolam em sinaleiras, nas ruas, na porta de prédios públicos. Mas, muitos dos sujeitos que habitam as ruas não praticam a mendicância” (Prates *et al.*, 2011, p. 194); outros fazem por escolha ou necessidade.

Percebeu-se que, para a mendicância, a tática discursiva é a melhor maneira de conseguir maiores recursos. Frases como as do tipo: “Eu digo que estou com HIV, porque se eu digo que estou com câncer, não comove mais. Câncer não comove mais ninguém, todo mundo tem câncer, mas se eu digo que tenho HIV, aí eu consigo muito dinheiro. Já consegui de uma médica R\$50,00 porque eu falei que estava com HIV” (Dado de campo em 2016, na FUNDAMIGO). De acordo com Honorato e Saraiva “a subversão surge quando os sujeitos

“que não se ajustam” encontram fissuras; fissuras relacionadas ao lugar, material/geográfico, ou pensado, a saber, pelo conjunto de indivíduos que define a política de conduta na cidade. (2016, p.181). Segundo estes mesmos autores,

Ao encontrar tais fissuras encontra-se também uma possibilidade, e possibilidade é poder, tanto etimológica quanto materialmente. Dessa possibilidade é que surge a tática, que é necessariamente uma forma de poder, microbiano, astuto, oportunista, mas, decididamente, poder, em seu fundamento. (Honorato & Saraiva, 2016, p. 181).

Em todas as abordagens, o pedido por dinheiro, cigarro e alimentação era solicitado. É como se fosse uma prática tão corriqueira que em alguns momentos pedem duas vezes, mesmo depois de um ato negado. Percebeu-se que quando a resposta é não, mas de forma gentil, eles demonstram estranhamento. Várias (inúmeras) pessoas me abordaram durante o tempo de pesquisa em campo pedindo dinheiro, mas sempre que eu dizia “não tenho dinheiro, moço, desculpa”, havia um sinal aparente de estranhamento, e percebi que era pelo termo “desculpa”. Sempre depois disso agradeciam e desejavam “vai com Deus”.

A mendicância, em alguns casos, é um ato de sobrevivência; em outros, é um pedido para comprar entorpecentes para sobreviverem em meio às dificuldades de vivenciar o cotidiano das ruas. “A forma como essa população se apropria da cidade constringe normas ‘naturalizadas’ pela sociedade na base de sua fundamentação discursiva” (Honorato & Saraiva, 2016, p. 179).

4.3 Direito à Cidade

4.3.1 A Redistribuição

Foi possível perceber que a redistribuição acontece prioritariamente com a partilha do que não faz falta. Com o consumo acelerado e, em consequência, o descarte acelerado, a produção de resíduos é maciça. Observou-se também que a PSR tende a aproveitar dessa frequência de objetos descartados, que acabam sendo ressignificados.

A redistribuição da comida é a principal forma de redistribuição por ser entendida como primordial para a sobrevivência de qualquer ser humano. Por isso existem centenas de ONGs e OSCs que acolhem a população em situação de rua em Belo Horizonte por meio da doação de comida. Seguem abaixo apenas um dos diversos exemplos:

O entrevistado L.F menciona que tem familiares em Itabirito e em Belo Horizonte, mas que estes sequer sabem que ele está morando nas ruas. Afirmou também que costuma vir para Belo Horizonte para ficar um tempo, sem precisar aturar a “encheção” de saco da família, que o obriga a arrumar um trabalho formal. Ele menciona que o fato de usar droga, geralmente faz com que utilize outros meios mais rápidos de adquirir condições de sobrevivência nas ruas. Cita, como exemplo, descarga de caminhões e pintura, que por mais que ocupem um dia de trabalho, permitem um maior retorno financeiro, sem a demanda de logística de coleta, separação e entrega em depósito. (L.F em entrevista na FUNDAMIGO em 2016)

Refletindo sobre as formas de redistribuição, o dinheiro também é um meio de redistribuir, na medida em que os doadores não questionam o que a PSR fará com o dinheiro. Essa é também uma forma de redistribuição do recurso financeiro adquirido por meio de trabalho, mas os principais meios de redistribuição detectados foram o lixo urbano, a comida e os materiais recicláveis. (Síntese de observações e conversas em campo).

A construção de laços sociais, realizada através da ação de movimentos e organizações da sociedade civil e redistribuições de informações dentre as PSR, é um fenômeno a ser considerado. Na medida em que ocorrem essas interações, vários tipos de conexões, como a possibilidade de saída das ruas, acontecem. (Síntese de entrevistas, relatando descobertas do escadão, como conseguir Bolsa Família, instituições que fazem doações e pontos de auxílios para a PSR).

Uma campanha recente de Internet chamada *#ChapolinChallenge*, desafiou empresas de BH e do Brasil inteiro a doarem alimentos para a PSR. Muitas empresas aceitaram o desafio e postaram nas redes sociais a distribuição realizada. Foi possível perceber com isso uma das interações realizadas entre o mercado e a PSR no que diz respeito à redistribuição. Muitas empresas foram às ruas para distribuir alimentos.

Figura 27: Chapolin Challenge na Praça da Estação



Fonte: Chapolin Challenge - Bolonahora (https://www.instagram.com/p/BtEZU_VjUwO/)

Outra observação realizada foi sobre a interação entre a PSR e lojas no centro de BH. Muitos lojistas da região combinam com pessoas em situação de rua que passarão às 18h - que é o horário em que fecham as lojas de BH -, para recolher o material reciclável, como o papelão para a reciclagem. Esta foi uma das ações percebidas em campo, em que o mercado não apenas contribui com a redistribuição de recursos para a geração de renda e material para a moradia, mas também para darem destinação desse material, uma vez que é proibido deixar o lixo nas calçadas fora do horário da coleta. Isso acaba se tornando uma via de mão dupla para os comerciantes e para a PSR, que pode aproveitar esse material para reciclagem ou para a “moradia” provisória. (Dado coletado na rua Tupinambás, próximo à Av. Afonso Pena).

Outras ações, como o *The Street Store*, também possibilitam a redistribuição de roupas e sapatos para a livre escolha da PSR. A última edição do evento – que já está em sua 9ª edição – ocorreu em Belo Horizonte no dia 29 de novembro de 2018.

Percebe-se que, diferente do que propõe Fraser (2009), a redistribuição acontece de forma momentânea, o que permite suprir necessidades temporárias da PSR, não sendo efetiva do ponto de vista de justiça social, que seria algo que afetaria não apenas de modo momentâneo, mas a longo prazo, trazendo oportunidades para emancipação.

Para Silva (2010), existe um universo institucionalizado de doação que possibilita um alargamento de interlocuções na cidade e que emerge através de afinidades mútuas cultivadas ao longo dos anos de vivência nas ruas. Há interlocutores que mergulharam no desafio da vida nas ruas por anos e que mantêm a relação de ajuda, auxiliando pessoas, seja por vontade ou preocupação em doar. Mas há também a recusa de doar, baseada em preconceitos e ao suposto

parasitismo daqueles que receberiam o dinheiro para subsidiar o álcool ou a preguiça (Gayet-Viaud, 2013). Retomo agora Silva, que discute como ocorrem os vínculos que se formam entre doadores e beneficiários na simbolização que reside sobre o ato da doação alimentar:

Por um lado, tem-se um processo de sacralização pelo qual a comida assume papel de potência evangelizadora. Por outro, a alimentação recebida entra no rol das necessidades básicas, até porque a comida “serve para encher a barriga”. Serve, igualmente, como ponto de apoio em momentos cruciais de carência alimentar ou de recesso na oferta de emprego informal” (Silva, 2010, p.143).

Há de considerar que as ações assistenciais se tornam uma das ações urbanas mais efetivas para a população em situação de rua, uma vez que, quando não tem onde buscar auxílio, é por meio de ONGS e organizações do terceiro setor que a população em situação de rua buscam as suas necessidades mais básicas. Por outro lado, Gayet-Viaud (2013) trata a doação das instituições ou a esmola como presente truncado, pois, para ele, estas são realizadas com o interesse da salvação. O autor frisa também que as instituições sociais assistenciais (instituições estas muitas vezes religiosas) colaboram para o comportamento do “mendigo”, oferecendo-lhe o que falta, mas o tratando como aquele que possui “a falta”, como igual ou como “pobre”, excluindo essas contingências e considerando-as apenas como caráter secundário.

Quando perguntado sobre o motivo das realizações de doações para uma das instituições religiosas, disseram que o maior objetivo é ‘levar a palavra de Deus’, e não a doação. Levar a palavra de Deus é mais importante para que eles restabeleçam o contato com o mundo. A doação é consequência”. (Dado de campo na Igreja Batista da Lagoinha Pedreira em janeiro de 2019).

Outra observação realizada por meio da Macarronada Solidária foi o auxílio de pedagogos, psicólogos e advogados que atuam conjuntamente com o projeto de alimentação aos domingos, oferecendo apoio à PSR. Esta ação é uma redistribuição de conhecimento oferecido por profissionais que se mobilizam para atender voluntariamente essa população.

Percebe-se que o fato de a redistribuição ser por meio da doação ou dos auxílios do governo com as bolsas - tanto o Bolsa Família quanto o Bolsa Moradia -, reforça o estigma do vagabundo, que não conquista por si os seus direitos (compreendendo o quadro do Habitus em Bourdieu), o que é refletido sobre a ideia do sujeito que é desqualificado profissionalmente. Quanto mais fazem uso dos auxílios, mais estigmatizada fica esta população. A lógica hegemônica instituída diz que o ideal é trabalhar formalmente em uma empresa, receber os recursos e pôr em prática o poder da compra.

4.3.2 A Participação

4.3.2.1 A participação na elaboração de Políticas Públicas

A participação da população de rua se dá de diversas formas, mas a principal é por meio dos Direitos Humanos e pelo Movimento da População em Situação de Rua. Estes interagem com os gestores dos direitos humanos da cidade e com pessoas da sociedade civil que têm o interesse em acolher ou incluir pessoas nas atividades da cidade.

Através da liderança da População de Rua de Minas Gerais e do interesse do Poder Público, por meio do poder legislativo com a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG), houve o Fórum Técnico do Plano Estadual da Política para a População em Situação de Rua de Minas Gerais, elaborado, discutido e votado entre o período de março e junho de 2018. Vários membros estiveram presentes.

Nesse processo, participaram ativamente da proposta algumas pessoas em situação de rua de várias cidades, entre homens, famílias e Lgbts, que votaram as pautas de interesse para essa população nas cidades de Betim, Uberlândia, Montes Claros, Belo Horizonte, Juiz de Fora e Ipatinga. O regulamento do Fórum Técnico do Plano Estadual da Política para a PSR informa que este foi promovido pela ALMG em parceria com a Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), organizações da sociedade civil e do Poder Público.

Os objetivos do fórum técnico eram: (I) ouvir as demandas e colher contribuições para elaborar o Plano Estadual da Política para a PSR, com metas e ações claras que superassem as práticas assistencialistas, promovendo, assim, políticas públicas que desenvolvam a autonomia e emancipação da população; (II) pensar a habilitação e outras políticas estruturantes para a saída das ruas; (III) capacitar a população de rua para que esta possa participar do monitoramento das políticas públicas; (IV) conscientizar a sociedade a respeito das condições de vida da PSR de forma a evitar atitudes discriminatórias, engajando-a na transformação dessa condição; (V) mobilização e incentivo dos municípios para que possam aderir à Política Estadual da População em Situação de Rua; e (VI) articular os atores e setores envolvidos na melhoria de vida dessa população, como as entidades da sociedade civil, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Defensoria Pública e órgãos públicos.

Os eixos de trabalho foram desenvolvidos baseados nos temas de Direitos Humanos, Segurança Pública, Cidadania, Mobilização, Participação, Controle Social, Moradia, Trabalho,

Emprego, Geração de Renda, Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano, Assistência Social, Segurança Alimentar, Saúde, Educação e Cultura, Esporte e Lazer

Durante toda a discussão da proposta, as pessoas em situação de rua estiveram presentes para análise, ajustes e aprovação da mesma. Abaixo, estão duas fotos da plenária que ocorreu em Belo Horizonte, no final do fórum (Dado coletado no Fórum Técnico, 2018).

Figura 28: Abertura da etapa final do Fórum Técnico



Acervo da autora (2018)

Figura 29: Votação do Plano Estadual da Política para a População Rua



Acervo da autora (2018)

O que chamou atenção na participação da PSR nas discussões para elaboração de políticas públicas foi a paciência em discutir um plano por mais de cinco horas, intervindo até mesmo nos verbos que, para eles, não estavam adequados na proposta. Alex Maciel, do Movimento da PSR, esteve presente e discutiu ativamente sobre os questionamentos da PSR.

Durante as falas, houve questionamentos sobre passagem de ônibus gratuita para PSR, direito dos idosos e famílias - que devem ter um olhar diferenciado pelo Poder Público -, além

de outras questões que foram incluídas no plano. (Dado de campo coletado no Fórum Técnico em junho de 2018).

Ao final da discussão, o Movimento Nacional apresentou uma carta demonstrando algumas das insatisfações da PSR e solicitaram retorno. A exigência diz respeito à falta de projetos que a inclua a PSR em trabalhos que possibilitem a geração de renda. O documento elaborado pelo Movimento da População de Rua consta nos anexos 1 e 2. (Solicitei uma cópia no Fórum Técnico em junho 2018).

Percebe-se que existe uma participação ativa de ex-membros da PSR nos equipamentos da prefeitura. De acordo com o depoimento de um educador do Consultório de Rua (Burocratas do Nível da Rua), essas oportunidades de trabalho são realizadas para inclusão da PSR e também para facilitação da abordagem. Ao perceberem que se trata de um ex-membro da PSR, isso pode facilitar a aproximação. (Dado de campo no Parque Municipal, Consultório de Rua em setembro de 2018).

Quando a PSR possui o capital social ou o capital cultural elevado, os recursos podem ser facilitados como, por exemplo, em relação à esperteza no que diz respeito aos discursos para a mendicância ou na criação de trabalhos informais², como melhores pontos para vigiar carros, onde conseguir comida ou ter conhecimento sobre quando haverá ações da prefeitura ou de ONGs e OSCs, além de facilitar também a entrada em alguns dos espaços de atuação para ex-membros da PSR por meio da inclusão pelos equipamentos. Isso acaba sendo uma das possibilidades de participação da PSR no mercado de trabalho. Na ausência de capitais econômicos, culturais e sociais, os acessos podem ser dificultados.

Por isso, quando a PSR possui capital econômico prévio, isso pode dificultar a aquisição do Bolsa Família (segundo dado de campo no parque municipal em entrevista com C em setembro de 2018), mas se tiver capital cultural e possibilidade discursiva, pode conseguir convencer a funcionária do equipamento a conceder o benefício. (Segundo dado de campo no parque municipal em entrevista com C em setembro de 2018).

Percebe-se que há vontade de sair da situação de rua, mas se não houver um apoio das políticas públicas e dos equipamentos, dificilmente será facilitada esta saída porque, sem auxílio, a PSR dependerá unicamente de si para conseguir mobilizar recursos econômicos. Sem endereço fixo para conseguir um emprego, dependerá do acesso do capital social e cultural para pensar na possibilidade de se ligar ao abrigo para fornecer endereço para cadastro em fila de emprego; para que isso ocorra, dependerá de terceiros para conseguir tomar banho, e de roupas para participar das entrevistas. Se essas pessoas não tiverem familiares a quem seja possível recorrer, a saída das ruas se torna uma dificuldade enorme não havendo os capitais simbólicos,

sociais e econômicos. (Dado de campo na FUNDAMIGO em 2016, por jovens que moram em repúblicas em BH e por M.; Depoimento de M. [agora ex- PSR e ligado à equipamento da PSR] no CRJ, em evento de Redução de Danos em 2018).

Conforme menciona Bourdieu (2008), a proximidade no espaço social predispõe à aproximação, que significa que as pessoas inseridas em um espaço restrito serão mais próximas por suas propriedades e suas disposições e, conseqüentemente, mais inclinadas a se aproximar, além de também mais fáceis de abordar, mobilizar e interagir. As táticas, por exemplo, são compartilhadas entre eles. Se a PSR preferir ficar sozinha, a dificuldade nas ruas será muito maior. Percebe-se que, pela proximidade do espaço social, aqueles que criam vínculos, os criam entre eles, porque dificilmente terão proximidade com outras pessoas no cotidiano da cidade. Isso dificulta que possam ampliar a rede de contato e frequentar outros espaços além da rua. (Síntese de observações de resistências entre a PSR, 2018).

Na prática, pessoas que possuem relações com pessoas que possuem capitais econômico ou social, logo, existirá maior probabilidade de ampliar todos os outros capitais. Mas se eles não possuírem capital econômico e nem outros capitais, o acesso será precário e, com isso, afetará também o acesso às possibilidades de melhores trabalhos com melhores salários, o que traria melhor qualidade de vida na sociedade capitalista, permitindo a emancipação. Do contrário, a exclusão pode levar à aceitação, o que faz com que as pessoas desistam de buscar outras formas de vivência para além da rua (Paugam, 2003).

Um detalhe observado é que a compra de cigarros ou pequenos lanches é priorizada em comércios informais ou pequenos comércios, dando preferência aos estabelecimentos de classes populares ao invés de estabelecimentos mais elitizados (Observações na área hospitalar ao redor do IPSEMG e em frente ao Hospital Joao XXIII 2018).

Além disso, percebe-se que quando se trata de saúde, depende unicamente da PSR tratar as suas doenças. HIV e tuberculose, por exemplo, que demandam um tratamento mais delongado, depende unicamente da PSR fazer o acompanhamento e recorrer aos locais adequados para fazerem uso da medicação, que não é entregue a PSR. Quando a prefeitura faz ações de coleta de catarro, coleta de sangue ou vacinação (como aconteceu no Ação Integra, em outubro em 2018, no Parque Municipal), depende da PSR ter o compromisso de se ligar aos equipamentos e fazer o acompanhamento da doença. Na ausência de capitais, pode ocorrer um descaso com a saúde, em que esta acaba se tornando uma prioridade apenas para os que reconhecem a importância de fazer o acompanhamento.

4.3.3 Reconhecimento

No 2º Colóquio para a População de Rua em Belo Horizonte, que aconteceu no mês de setembro de 2018 e que teve como objetivo discutir a redução de danos da PSR, esteve presente toda a rede de consultório de rua pertencente ao SUS de Belo Horizonte e Contagem, com a participação de psicólogos, assistentes sociais além da própria PSR.

O evento contou com palestras de pessoas em situação de rua e houve uma presença massiva LGBTs da PSR, principalmente como palestrantes. Havia também homens e mulheres da PSR, mas a existência de uma militância em prol do público LGBT de rua no evento era maior. O reconhecimento e a luta das identidades ativaram o reconhecimento da população LGBT em Belo Horizonte.

Acredita-se que o reconhecimento da PSR LGBTx envolve as discussões que existiram nos últimos tempos sobre as liberdades individuais e de gênero. Na instituição FUNDAMIGO, por exemplo, pessoas LGBTs conquistaram o direito à um banheiro unissex, e mesmo sendo uma instituição religiosa, podem fazer uso tanto do banheiro feminino quanto do masculino. A fila para comprar roupas também entra na regra, por isso a PSR LGBTx pode entrar na fila de itens femininos e masculinos, e percebe-se que existe um respeito para com ambos na compra dos objetos. Em nenhum momento percebeu-se alguma demonstração de preconceito em relação ao grupo LGBTx que frequenta a instituição.

Nesse evento, a mesa contou com LGBTs de rua e mulheres. Um participante do primeiro grupo, com quem tive contato na FUNGAMIGO em 2016, agora faz parte de um dos equipamentos da prefeitura e relatou a sua insatisfação com as possibilidades políticas que poderiam acontecer a partir da eleição de 2018, o que, segundo ele, traria retrocesso ao reconhecimento de direitos. (Depoimento de M, no evento em 2018).

Nesse evento, também houve a presença de homens, mas mesmo que a ação se tratasse de redução de danos pelas ruas da cidade, não havia nenhuma menção ao evento ao público masculino.

O reconhecimento da existência da PSR em BH foi feito principalmente pelo aumento da população. Com isso, a prefeitura fez várias reuniões e criou políticas no segundo semestre de 2018 com o intuito de analisar a situação. O funcionamento do Restaurante Popular foi uma das ações ampliadas; agora funciona também durante os fins de semana. Houve também a informação da abertura de abrigos, além do anúncio de ampliação do Bolsa Moradia. Mencionaram a contratação de pessoas das áreas de Ciências Sociais e Humanas para acompanhamento e inclusão de pessoas no sistema de limpeza urbana, além do atendimento a

pessoas que frequentam a “cracolândia” na Lagoinha, com políticas anti-drogas junto a parcerias com organizações da saúde.

A lei nº 11.149, de 8 de janeiro de 2019, acabou de ser criada com o intuito de inserir a PSR na inclusão produtiva em BH. O programa, intitulado “Estamos Juntos”, visa: I - alocação no trabalho formal; II - inserção produtiva no âmbito do empreendedorismo e da economia solidária; III - exercício e desenvolvimento de atividades, capacitação ocupacional e frentes de trabalho nos órgãos e entidades do Poder Executivo municipal ou em instituições parceiras do Município; IV - qualificação profissional, nas áreas de I - construção civil; II - indústria e comércio; III - serviços gerais e domésticos; IV - jardinagem, paisagismo e limpeza urbana; V - artesanato, criação e moda; VI - artes cênicas, artes plásticas, artes gráficas e audiovisual; VII - logística em eventos, turismo e gastronomia; VIII - beleza e estética. Como ela acaba de ser criada, será importante acompanhar como será o seu andamento e implementação.

O reconhecimento da PSR tem dois lados: como a PSR se enxerga e como são visualizados. Muitos não se reconhecem como “sujeitos de direitos” (Fala de C em 2018), o que leva a internalizar o estereótipo de vagabundo, que não permite que entendam que possuem direitos e os possibilite de frequentarem outros espaços da cidade para além da rua. O outro lado é que, os que trabalham diariamente, como lavadores de carros ou vendendo objetos, não reconhecem essas atividades como um trabalho por entenderem que essa não é uma atividade aceita pela sociedade. (Conclusão a partir da síntese de observações). Mas a PSR apresenta diversas táticas e estratégias do cotidiano no meio da rua, mostrando que, de um jeito ou de outro, faz parte da cidade.

Figura 30: O Natal da População de Rua de Belo Horizonte



Fonte: Foto da autora. Fotografia registrada no dia 15 de dezembro de 2018 na Avenida Grão Mogol, no bairro Funcionários / Savassi.

Essa prática visualizada no meio da rua mostra que a PSR, para além do reconhecimento, redistribuição e participação, desafia o meio urbano com suas táticas microbianas no meio da cidade, experienciando o espaço público da sua maneira. A árvore de natal montada com materiais descartáveis demonstra o espírito natalino experimentado no meio da rua.

Através de sua caminhada, a PSR cria seu próprio mapa urbano, com zonas livres e proibidas, com locais de diversão e descanso. E a partir “do ato de flunar da população de rua – logo que se entendem suas práticas urbanas descritas acima como tal, esta, produz conteúdo simbólico sobre o espaço ao mesmo tempo em que o contempla e o conhece” (Bedran & Dantas, 2017, p. 90).

4.4 Síntese da análise dos dados

A Gestão do Cotidiano das pessoas em situação de rua e, em especial, dos homens em situação de rua, envolve táticas e estratégias de sobrevivência devido à falta de possibilidade de acesso à recursos básicos de sobrevivência e falta de possibilidade de reinserção no mercado de trabalho formal. Diante das dificuldades, eles encaram as oportunidades que são apresentadas a eles, sejam quais forem.

O trabalho informal², como venda de objetos seminovos ou cigarros, sabão em barra fabricados por eles, fios de telefones e outros objetos encontrados no lixo, além dos materiais

ganhados em instituições assistenciais, é o meio de subsistência encontrado, a partir do qual a PSR cria uma “economia de rua”. Nesse processo, o centro da cidade se torna um local interessante para habitação momentânea, uma vez que os recursos para construção de “moradia”, banho, água e dinheiro são possibilitados com maior facilidade pela centralidade urbana.

As instituições assistenciais estão, em sua maioria, ao redor do centro, que acabam atuando nessa proximidade por consequência. Isso torna essa região uma local central para habitação. Nesse sentido, os locais mais habitados por eles são as calçadas e os viadutos perto da Avenida do Contorno, e as necessidades primordiais acabam sendo as básicas, como o banho, a comida e a droga.

Observou-se que a maioria dos homens em situação de rua que saía dessa condição foi por acolhimento feito por instituições, como os consultórios de rua, a pastoral e muitas outras. É possível observar também, que a constatação precisa dos destinos desses homens é incompleta na medida em que as trajetórias de ida e vinda para outros estados; entrada e saída em instituições penitenciais e psíquicas; e retorno à casa de familiares, são difíceis de mensurar. Por isso, são desconhecidas.

O que chamou atenção no campo foi o uso recorrente de celular. Muitas pessoas em situação de rua e, em especial, os homens, possuem telefone. Após interação com alguns, era comum a solicitação de pedidos de telefone ou solicitação de amizade no Facebook. Um homem em situação de rua mencionou que carrega o telefone celular para falar com a família, mas mesmo mantendo o contato, não vê nenhuma possibilidade de retorno para casa. Essa observação mostra que o consumo da PSR também está em consonância com a realidade da maioria das pessoas da cidade, em que grande parte não funciona sem a tecnologia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do trabalho consistia em analisar as práticas da População em Situação de Rua, como meio de compreender de que forma a “Gestão do Cotidiano” impacta o “Direito à Cidade” dessa população que vive em Belo Horizonte. Esta pergunta foi formulada por uma hipótese inicial de que o espaço habitado pela PSR era considerado como “não lugar” e que por isso, essa ocupação estaria ligada à várias implicações por falta, por parte dos gestores públicos. Os objetivos específicos delimitados foram: caracterizar a lógica espacial dos espaços urbanos da cidade; analisar as relações da População em Situação de Rua e os poderes instituídos que regulam a dinâmica urbana, quer seja do Estado, mercado ou OSCs; caracterizar a Gestão do Cotidiano da População em Situação de Rua; e compreender as implicações da “vagabundagem” sobre o Direito à Cidade.

A Gestão do Cotidiano foi formulada nesta proposta com o objetivo de analisar se os meios de vida da PSR influenciam nos direitos, e chega-se à conclusão que: a Gestão do Cotidiano impacta diretamente no seu direito à cidade. O fato de viverem fora do mercado formal e não permanecerem vinculados a instituições como a família e a escola e por não visualizarem os objetos como objetos para acumulação, tornam-se, para a maioria das pessoas, como atos “fora do padrão”. Isso pode ser entendido como fora dos *habitus* identificados como adequados. Como a PSR não visa entrar na figura do *habitus* do burguês da classe média - medido pelo poder do dinheiro que é reconhecido como possibilidade para uma vida social qualificada – são colocados em uma posição de estigma, na medida em que a sociedade é realizada por uma hierarquia ditada pelo consumo e pelo dinheiro.

Não são pessoas lucrativas, logo são vinculadas à categoria do vagabundo. O vagabundo é aquele que não condiciona o ócio e o tempo livre ao trabalho, e quem vive dessa maneira estará em um limiar fora do comum, pois o inadequado não é apenas vivenciar o tempo livre em tempo integral, pois existem pessoas que não trabalham e que vivem a vida sem trabalhar, mas se não estiver vinculado ao *habitus* do imaginário social como aceitável, como, por exemplo, ser um viajante ou um *bon vivant*, ele será considerado um vagabundo. Nesse sentido, a discriminação se liga não apenas ao trabalho formal², mas à condição atribuída como aceitável pelo *habitus*, que está ligada ao dinheiro e também à ocupação do espaço público de forma estacionada, sem aquecer o capitalismo. Por isso, as práticas de dependência do dinheiro do outro só são questionadas se estiverem ligadas à precariedade e à pobreza.

A lógica espacial dos espaços urbanos formatada como um espaço mercadorizado conforme apresentado por Low (2013), não permite a existência de organizações e associações

desvinculadas a essa perspectiva. Mesmo que a produção social de espaço seja constituída por uma permanência delongada de pessoas, as cidades foram constituídas por relações capitalistas e as relações antes de mais nada se organizam em torno do consumo exacerbado, o que não é a realidade da PSR. Conforme afirmou Frahse (2012) as cidades viraram objetos de representações de cidade e atualmente permitem que haja uma dissociação entre desigualdade social espacial, que não compreendem as dimensões simbólicas de desigualdades que reproduzem assimetrias.

Como mencionado no capítulo 2, a ocupação do “não lugar” transformada em espaço pelos transeuntes que se apropriam desses locais e os transformam em locais contraditórios por meio de apropriações simbólicas, apresentam o que Fraya chama de ocupação do e no lugar. Ao mesmo tempo em que este espaço é local de organização para os gestores públicos, ele é também local de escambo, local de passagem, local de mercado, local de feira informaliza, local de contrabando, uso de álcool e outras drogas, local de necessidades básicas e habitação, dentre outras diversas práticas. A espacialidade, portanto, é caracterizada como diversa e pode ser entendida como uma organização do possível, cheia de interferências de clima, dos comerciantes locais, dos outros vendedores informais, dos eventos de caridade e de outras ocupações do espaço público urbano. Essas condições dinâmicas diferenciadas interferem diretamente na gestão do cotidiano da PSR, uma vez que a paisagem de uma cidade não pode ser transformada de acordo com o desejo de nossos corações.

O ato de morar na rua se torna um ato transgressor no espaço público, implicando diretamente o direito de ser cidadão. Mesmo que esteja em uma festa coletiva de rua ou em uma manifestação, os olhares serão de julgamento se essa pessoa não estiver minimamente apresentável e limpa. Se ela passar pelo crivo estético, não haverá muita importância para a maioria dos que compartilham do mesmo espaço, desde que não haja interação.

A PSR interage não apenas com o espaço público, mas também com as organizações não governamentais, como o mercado, a prefeitura, os burocratas das ruas e os transeuntes que fornecem possibilidades de sobrevivência. Por estar fora da lógica tradicional, são excluídos de alguns espaços, mas vez ou outra criam possibilidades para circular - como nos ônibus de viagem e nos ônibus da cidade, além de frequentar restaurantes, bares e equipamentos da prefeitura, dependendo dos capitais envolvidos.

Nessas interações e relações a PSR encontra solidariedade, caridade, regras e auxílios para saírem das ruas, como nos casos de repúblicas e auxílio moradia, mas resumidamente essa interação é marcada por precariedades por não serem eficientes e recorrentes, tendo como exemplo os eventos da prefeitura que acontecem esporadicamente.

O público da PSR é totalmente diverso. Existem pessoas trans, crianças, adolescentes, idosos, mulheres, famílias, grávidas e homens, sendo ele(x)s brancos, negros ou pardos. Alguns já foram presidiários, outros não têm documentos. Há pessoas com baixa escolaridade e diversos têm conflitos familiares e problemas pelo uso excessivo de drogas em decorrência do longo tempo de vivência na rua. Por ser um público diverso, a PSR conta com diversas práticas e estratégias do cotidiano para a sobrevivência. Essas práticas podem diferir ou não, dependendo do público, por isso houve a intenção de cercar o público pesquisado, considerando os homens em situação de rua. Esse fator é relevante porque acredito que a história anterior também poderá determinar as formas de condução da Gestão do Cotidiano.

Como principais táticas e estratégias foram constatados como primordiais as práticas comuns à existência humana, como o ato de comer, a higiene e o dormir. Essas três características norteiam as andanças e determinam os pontos de estacionar. A centralidade urbana, em que possuem as doações da OSC e ONGs, os equipamentos da prefeitura, os principais comércios e grande número de cidadãos, acabam condicionando os pontos da PSR e também o contrário. A Gestão do Cotidiano também permite que haja atores que participam de atividades e movimentos para a PSR, o que também implica e impacta no direito à cidade, como exemplo as duas ex PSR que encontrei participando de eventos para a PSR.

Existem pessoas oriundas de várias classes sociais nas ruas. Os motivos para tal condição são variados. Não necessariamente essas pessoas foram parar nas ruas em decorrência da distribuição desigual de riqueza, embora sejam a maioria, mas a impossibilidade de sair do espaço público é resultado da falta de oportunidades que se relaciona ao estigma de ser “um morador de rua” de acordo com o imaginário social. Foi o percebido em campo.

De acordo com os relatos, o ato de usar drogas é uma maneira encontrada de passar o tempo ou vivenciar a cidade como ela se oferece à PSR. Muitas pessoas em situação de rua se envergonham de usarem o álcool e relatam a vontade de não usar droga, mas isso acaba sendo uma forma de lidar com a violação do direito à cidade, pelos inúmeros tipos de violências que ocorrem no cotidiano. Na medida em que sentem frio ou fome, usam drogas; até mesmo pela falta de esperança de sair da rua - e mesmo que não queiram - usam drogas. Algumas pessoas perdem o vínculo emocional com a realidade e acabam se tornando dependentes das ruas; outras pessoas mantêm vínculos com alguns familiares e, depois de um tempo nas ruas, retornam para suas casas. Vale ressaltar que não foi relatado o uso de substâncias químicas como meio recreativo, embora esse seja um fator de sociabilidade, entretanto, acredito que não tenha sido relatado por receio de julgamento.

Em alguns momentos, percebe-se que há a escolha de permanecer na rua; algumas pessoas não têm outra opção ou têm problemas com a lei que as impedem o restabelecimento dentro da organização da cidade. Em alguns casos, houve a percepção de que viver na rua não é tão ruim como julgava anteriormente – por acreditar que todos tinham o desejo de sair da condição - . Uma pessoa relatou: “aqui eu tenho tudo que preciso”. O que foi percebido é que, para alguns, as estratégias e táticas, somadas às ações assistenciais, possibilitam uma vida minimamente possível e às vezes, a vivência anterior era pior do que a vivência nas ruas, o que minimiza as dificuldades do cotidiano e resulta na resistência da mudança.

A grande surpresa da gestão do cotidiano foi perceber que a PSR gerencia seus recursos financeiros, até mesmo guardando valores do bolsa família, outras usando estratégias discursivas para conseguir dinheiro, outros fazendo o uso do escambo, vendendo latinhas ou criando latinhas, mas acima das práticas foi possível constatar que a PSR está criando recursos em uma economia paralela, a economia de rua, estando fora do mercado formal e informal ao mesmo tempo. Esses pequenos negócios contam com a redistribuição de objetos e informações, ressignificando o lixo e o espaço público.

Este trabalho informal² não reconhecido, que pode ser encarada como vagabundagem, produz uma série de consequências em relação a segregação e direito à cidade. Na medida em que os laços entre a PSR ficam estreitas, isso dificulta a saída para outras possibilidades, o que faz com que a rua seja quase única opção, na medida em que este trabalho informal² não garante sobrevivência fora da rua, e esta é a maior implicação sobre a liberdade na cidade, pois este trabalho criado não permitem que tenham todos os seus direitos, como o de moradia, se assim desejarem.

Nesse sentido, acredito que as escolhas políticas também afetam a realidade da PSR. O antigo prefeito escolheu colocar pedras debaixo dos viadutos e reconhecer a PSR como composta por vagabundos. O atual prefeito decidiu abrir mais abrigos e ampliar o serviço, por dizer que “não iria permitir que BH se tornasse um hotel cinco estrelas para a PSR”. Vale ressaltar que todas mudanças no governo trazem alterações para o processo político, pois as ações do Estado e as políticas públicas são permeadas por dimensões simbólicas e ideológicas ligadas à orientação política dos governantes. A maneira com a qual a PSR é visualizada, pode alterar de acordo com os líderes políticos que assumem a gestão da cidade.

Considerando que em 2019 houve a posse de um novo presidente no país, que se intitula um político conservador nos costumes, há que se considerar – pensando também na nova gestão estadual, de postura mais neoliberal; e na gestão municipal, que flerta com um meio termo (se posicionando como um homem de ação, que está disposto a resolver os problemas mais

relevantes da capital de Minas Gerais), será relevante investigar como serão as ações políticas para a PSR e contra a PSR, no futuro. Essas condições podem trazer ou não novas configurações para esta população, por isso futuras pesquisas podem se tornar relevantes.

É possível localizar pessoas em situação de rua de diversas partes de Minas Gerais ou do Brasil, em BH, pelo sotaque e por relatos. Algumas pessoas, há 2 anos, mencionavam as políticas públicas como um atrativo da cidade. Mas, atualmente, devido ao crescente aumento da população, não se sabe dizer se BH ainda é um lugar interessante para viver.

A cidade de Belo Horizonte possui um clima diversificado, entre chuva, calor e frio no meio do ano. Essas questões podem ser um fator de escolha para viver na cidade, haja visto que algumas cidades possuem frio extremo ou calor excessivo, o que dificulta a gestão do cotidiano, mas não foi pontuado o fator climáticos como uma questão relevante sobre BH, no momento da pesquisa.

Nos últimos dois anos o número da PSR aumentou. Ainda não se sabe se é um fator de crise política, falta de emprego, mais questões de rompimento de laços sociais ou se as questões culturais estão afetando este aumento, como o uso de drogas.

Notou-se através de depoimentos, que muitas pessoas perdem a esperança e param de pensar em sair da rua. As que conseguem sair são acolhidas por OSCs, ONGs ou ações da prefeitura. O que foi percebido é que quando há acompanhamento, houve avanços positivos.

Foi percebido que a trajetória de rua gera marcas muito intensas. Isso traz transtornos até mesmo a para retomada de uma vida em um local fechado, para a vinculação a um trabalho formal, uma condição de aluguel e retorno à forma de vida tradicional. Por isso a imposição de uma retomada por conta própria pode se tornar apenas um pedido sem atenção por parte da PSR.

Tive contato direto com mais de cinquenta pessoas em situação de rua entre 2016 e 2019. Nesse percurso, pode-se concluir que o direito à cidade perpassa participação efetiva nas políticas públicas para reconhecimento e conquista de direitos sociais. No momento o direito à cidade ocorre por via de resistência, por imposição do corpo na cidade, por lutas do movimento e pequenas ações.

Refletindo também sobre a importância do trabalho informal² para a PSR, chego à conclusão de que, algumas escolhas do fazer da PSR são interessantes. Uns gostam da reciclagem, outros odeiam; outros criam possibilidades de vendas, outros possuem o espírito do negócio com o escambo e revenda; outros usam do discurso para mendicância e outros guardam valores do Bolsa Família para viagem, mas o fazer é investido em sobrevivência atual e isso não é um problema em si, mas estacionam no meio da rua sem destino, o que leva ao

vício e a falta de sentido de viver (o que foi observado em muitos casos). Percebe-se que eles não fazem uma reflexão sobre o sentido do fazer (do trabalho), já que trabalhar é algo que já executam. O que ainda não compreendemos é qual o sentido que eles atribuem ao resultado do trabalho, na medida em que o trabalho² que eles executam acaba, muitas vezes, não significando nada. Talvez seja necessário recuperar o que Sennett diz do *Homo Faber*, quando este autor propõe sobre pensar a cultura do fazer, do artifício manual e do fazer junto, coletivamente, para recuperar o que as tiranias da identidade tentam dizimar.

Agier (2015) diz sobre um fazer nascer a partir das margens, das fronteiras, do precário, do vazio e da desordem, em uma dinâmica dialética que é necessária para uma continuidade. Traz uma concepção epistemológica e política sem pretensão normativa, partindo de uma construção e desconstrução da cidade para reflexão analítica. Ele afirma que a cidade é feita de movimento, por isso o olhar sobre ela permite uma análise a partir da relatividade urbana, considerando o tempo e o espaço, pois as cidades nascem, transformam e desaparecem e a compreensão do movimento pode construir contribuições para a cidade.

Observando os acampamentos nas fronteiras, Agier criou o termo “locais fora do lugar”, e cita as favelas, que inicialmente tinham o nome de invasões. Este lugar, que era vago, foi ocupado por alguém, que agora é o proprietário do lugar. Portanto, aquele que cria uma situação radicalmente nova faz movimentos novos, e é nesse sentido que Agier menciona que o fazer cidade complementa o Direito à Cidade de Lefebvre. Ao mesmo tempo em que a cidade possui acampamentos de refugiados e favelas - como as do Rio de Janeiro, que se transformam em bairros depois das tentativas do Poder Público de desapropriação - deixa o fazer cidade à mercê de um fazer contínuo de transformação que permite o direito de usá-la. “Se existe um amplo ciclo de confrontos acerca do ‘direito à cidade’, também existem definições do que seja ‘direito’ e do que seja ‘cidade’ (Souza, 2017).

A cidade não é limpa e organizada, entretanto, o Poder Público coordena uma gestão de cidade cheia de paradoxos e contradições. Os gestores públicos buscam em seu ordenamento tentar maquiá-la, escondendo o que, para eles, não é adequado, mas é preciso ressaltar que o capitalismo produz exclusões e pobreza e por mais que tentem maquiá-la, as “imperfeições” estão a todo momento, circulando pela cidade.

Os abrigos possuem o objetivo do controle dos corpos, no sentido de tirar da rua o que não deveria lhe pertencer, assim como era feito na época da criminalização da loucura. A partir da reflexividade, compreendemos a lógica do abrigo como um local que não pode ser ótimo, para não manter a permanência da PSR por muito tempo, porque o abrigo também não possui a dimensão de pertencimento. A criação de abrigos se dá pela ideia de limpeza urbana e

higienização e não pela preocupação com a situação da PSR. Cada instituição daria uma pesquisa relevante, por isso o foco foi a PSR e a produção espacial na cidade.

Os movimentos sociais ampliam o acesso, o diálogo e o debate político. Para pensar em direitos, deve-se entender também como funciona a violação destes direitos. Por exemplo, a retirada dos pertences, a colocação de objetos para inibição da territorialização, entre outras práticas percebidas que foram realizadas por gestores na cidade de Belo Horizonte nos últimos anos. Logo, os que pregam direitos, são os mesmos que tiram.

É necessário discutir também o que elegemos como problema. Se é a exclusão, a vagabundagem, a redistribuição, a participação ou a luta individual *versus* a justiça social ou o Capitalismo Hardcore. Esse entendimento deixa claro como vamos lidar com os problemas que a perspectiva histórico-local irá trazer para as cidades urbanas.

A Marcha das Vadia está em andamento pela luta de ressignificação do termo vadia. É preciso que exista, também, uma ressignificação do olhar para a PSR, pois, se permanecermos no estigma, este não irá permitir sua emancipação e essa emancipação poderá ser permitida pelo reconhecimento de pessoas que possuem o direito à cidade.

Foi percebido, pela estruturação da cidade, que é preciso reconhecer que existem pessoas que não querem sair da rua e que a cidade como é constituída, levará outras pessoas a visualizar a rua como local para habitação.

Foi percebido também, que os animais foram vistos em alguns casos como uma possibilidade de ancoragem e laço social. Talvez esse seja um meio de capturar pessoas que queiram cuidar de animais abandonados e, assim, resgatar cidadania, direitos e talvez a emancipação. Mas vale ressaltar que a maioria da PSR não tem o costume de andar com os animais.

As limitações deste trabalho residem nas dificuldades de mapear todas as práticas vinculadas à gestão do cotidiano dos homens em situação de rua. Acredita-se que existam muitas outras práticas que não foram descobertas, pelo limite do tempo de pesquisa, pela complexidade do campo e pela impossibilidade de vivenciar a rua na sua completude, o que impede a visualização total do campo.

As contribuições deste trabalho permitem visualizar esses sujeitos para além da dor, do “coitadismo”, sem a romantização do discurso do ato de morar nas ruas. Busca-se apresentar também o outro lado a partir da possibilidade de se enxergar as práticas realizadas por esses sujeitos, por meio de suas próprias narrativas de ocupação do espaço urbano, mas considerando meu lugar de fala, sendo mulher, jovem, que nunca viveu essa realidade de rualização. Por isso,

nunca houve a pretensão de falar pela PSR e sim a partir de depoimentos, entrevistas, relatos e documentos.

As sugestões para futuras pesquisas estão ligadas às possibilidades de se investigar a gestão do cotidiano das crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas LGTB²SI, entre outros, para constatar quais são as diversas práticas desenvolvidas, pois cada gênero permite uma prática e cada pesquisador permite uma reflexão. A mulher, por exemplo, não consegue fazer uso de banheiros ao ar livre, tem necessidades com a menstruação e, quando engravidam, precisam lidar com os procedimentos, além dos riscos que correm pelo estupro e violência entre pares. Isso traz novas possibilidades de pesquisa e corpo teórico. Seria interessante também, comparar práticas do cotidiano entre a PSR em cidades de outros países que apresentem semelhanças com essa população em Belo Horizonte.

REFERÊNCIAS

- Adorno, T. W. (2009). Tempo Livre. *Indústria Cultural e Sociedade*. 5. Ed. Tradução de Maria Helena Ruschel. São Paulo: Paz e Terra, p. 62-71.
- Agier, M. (2015). Do direito à cidade ao fazer-cidade. O antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v.21, n.3.
- Alves, A. F. G. (2011). A constituição do eu trabalhador. In: Spink, M. J. P., Figueiredo, P., and Brasilino, J., (orgs.). *Psicologia social e personalidade* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, ABRAPSO, 169-192.
- Andrade, L. P.; Costa, S. L.; Marquetti, F. C. (2014). A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo. *Saúde & Sociedade*, v.23, n.4, 1248-1261.
- Araújo Filho, T. P. (2014). Burocratas do Nível de Rua: uma análise interacionista sobre a atuação dos burocratas na linha de frente do Estado. *Áskesis*, v. 3, n. 1, 45-57.
- Augé, M. (1994). *Le sens des autres*. Actualité de l'anthropologie. Paris: Fayard, p.204.
- Baggio, U. C. (2009). Da cidade planejada às espacialidades inquietas: subversão e apropriação sócio-espaciais em Belo Horizonte, MG. *GEOUSP Espaço e Tempo*, nº 25, 09-21.
- Banho do Amor. Disponível em: (<https://www.facebook.com/projetobanhodeamor/photos/a.1721789998151482/2092864047710740/?type=3&theater>)
- Barillot, P. (2016). Sair do discurso capitalista?. *Stylus Revista de Psicanálise*, n.33.
- Barragán-Rodríguez, L. (2010). Prácticas cotidianas de personas adultas jóvenes que viven en la plaza Zarco (Ciudad de México). *Rev. Latinoamericana de Ciencias Sociales Niñez y Juventud*, v. 8, n.1.,411-437.
- BHAZ, Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/portalbhaz/posts/ap%C3%B3s-v%C3%ADdeo-de-um-morador-de-rua-tomando-banho-em-bueiro-de-bh-viralizar-o-bhaz-f/2264536400246194/>
- Bedran, L. M.; Dantas, L. E. (2017). A cidade, seus espaços, narrativas e o morador de rua: entre o miserável e o flâneur. *Rizoma*, v. 5, n. 1, p. 90.
- Biscotto, P. R.; Jesus, M. C. P.; Silva, M. H.; Oliveira, D. M.; Merighi, M. A. B. (2016). Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *R. Esc. Enferm, USP*, 50 (5), 750-756.
- Bispo, M. S.; Godoy, A. S. (2014). Etnometodologia: uma proposta para pesquisa em estudos organizacionais. *Revista de Administração da UNIMEP*, v.12, n.2.

- Blay, E. A. (1979). Crise urbana ou crise de reprodução do capital? Em BLAY, E. A. (Org.). *A luta pelo espaço. Textos de sociologia urbana*. Petrópolis: Vozes.
- Boltanski, L.; Chiapello, E. (2002). *El nuevo espíritu del capitalismo*. Ed: Akal.
- Bottil, N. C. L.; Castro, C. et al. (2009). Condições de saúde da população de rua da cidade de Belo Horizonte. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*. v.1, n.2.
- Bourdieu, P. (2008). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. 9º Ed. Tradução: Mariza Corrêa, Campinas, SP: Papirus Editora.
- Bourdieu, P; Wacquant, L. (2002). Racionalidade e reflexividade: nota aos leitores brasileiros. *Preface to Convite a sociologia reflexiva*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, pp. v-vii.
- Brandão, C. A. L. (2013). Um homem livre, uma cidade feliz. *Rev. UFMG*, v. 20, n.1, 36-53.
- Brasil. Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2006). *2º Censo da População de Rua e Análise Qualitativa da situação dessa população em Belo Horizonte: Meta 10 – Realização de ações de atendimento sócio assistencial, de inclusão produtiva e capacitação para população em situação de rua*. Belo Horizonte.
- Braunstein, N. A. (jan./jun, 2010). O discurso capitalista: quinto discurso? O discurso dos mercados (PST): sexto discurso?. *A peste*, São Paulo, v. 2, n. 1, 143-165.
- Bretas, P. F. F.; Saraiva, L. A. (2013). Práticas de controle e territorialidades na cidade: um estudo sobre lavradores e flanelinhas. *Gestão.Org*, vol. 11, nº 2, p. 247-270.
- Brito, V. O. C.; Parra, D.; Facchini, R.; & Buchalla, Cassia Maria. (2007). HIV infection, hepatitis B and C and syphilis in homeless people, in the city of São Paulo, Brazil. *Rev Saúde Pública*, nº41, Supl.2.
- Broto, V. C.; Allen, A.; Rapoport, E. (2012). Interdisciplinary Perspectives on Urban Metabolism. By Yale University. *Journal of Industrial Ecology*, Vol. 16, n.6
- Bursztyn, M. et al. (2000). *No meio da rua: Nomades, Excluídos e Viradores*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Canclini, N. G. (2002). Cidades e cidadãos imaginados pelos meios de comunicação. *Opinião Pública*, Campinas, Vol. VIII, nº1, 40-53.
- Café de Rua. Disponível em: <https://www.facebook.com/cafederuabh/photos/a.396193967148040/1226543697446392/?type=3&theater>
- Carrieri, A. P.; Maranhão, C. M. S; Murta, I. B. D. (2009). Crítica ao manejo humano em Belo Horizonte, *Revista de Administração Pública – FGV EBAPE*, Rio de Janeiro, 43 (6), 1315-1342.
- Carrieri, A. P.; Perdigo, D. A.; Aguiar, A. R. C. (2014). A gestão ordinária dos pequenos negócios: outro olhar sobre a gestão em estudos organizacionais. *Rev. Adm. (São Paulo)*.

vol.49, n.4, 698-713.

Carvalho, S. N. de. (2001). Estatuto da Cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. *São Paulo em Perspectiva*, 15(4).

Cassiano, M.; Furlan, R. (2013). O processo de subjetivação segundo a Esquizoanálise. *Psicologia & Sociedade*, v. 25, n.2, 373-378.

Castañeda-Hernández, D. M. (2013). Epidemiology of Tuberculosis among Homeless Persons, Pereira, Risaralda, Colombia, 2007-2010. *Infectio - Asociación Colombiana de Infectología - Elsevier Doyma*, 17, (1), 48-49.

Chapolin Challenge – Bolonahora. Disponível em:
https://www.instagram.com/p/BtEZU_VjUwO/

Certeau, M. (1994). *A invenção do cotidiano*: 1. Artes de fazer / Michel de Certeau; tradução de Ephraim Ferreira Alves. – Petrópolis, RJ: Vozes.

Cleps, G. D. G. (2009). Comércio informal e a produção do espaço urbano em Uberlândia (MG). *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 21, (3), 237-339.

Cochran, B. N.; Stewart, A. J.; Ginzler, J. A.; Cauce, A. M. (2002). Challenges Faced by Homeless Sexual Minorities: Comparison of Gay, Lesbian, Bisexual, and Transgender Homeless Adolescents with Their Heterosexual Counterparts. *American Journal of Public Health*, vol. 92, n. 5, 773-777.

Cohen, C.; Teresi, J.; Holmes, D. Roth, E. et al. (1988). Survival Strategies of Older Homeless Men. *The Gerontologist*, v. 28, I. 1, 58-65.

Coimbra, E. R. C., Saraiva, L. A. S. (2014). Confrontos entre o espaço produzido e o espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o quarteirão do soul. *Revista Economia & Gestão*, v. 14, n. 37, 28-52.

Coleção Cadernos de Direitos Humanos. (2016). Cadernos Pedagógicos da Escola de Formação em Direitos Humanos de Minas Gerais. EFDH-MG. Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania V.01. David Francisco Lopes Gomes. Belo Horizonte: Marginália Comunicação.

Colosso, P. (2016). A crítica de Henri Lefebvre ao urbanismo moderno. Cidade arquitetura e urbanismo visões e revisões do século XX. *Anais do XIV Seminário de História da cidade e do urbanismo*.

Consultório de Rua. Disponível em:
<https://www.facebook.com/Consultorioderuabh/photos/a.508196016187424/764418483898508/?type=3&theater>.

Costa, A. F. (2002). Identidades culturais urbanas em época de globalização. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, n. 48.

Costa, H. (2012). Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. *Cienc. Hum.*, v. 7, n.1, p. 87-

101.

Costa, P. A., Seifert, R. E., Meira, F. B., & Hocayen-da-Silva, A. J. (2018). Provocações epistemológicas, teóricas e metodológicas a partir de experiências empíricas de organizações alternativas e contra hegemônicas. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 5(13), 477-495.

Costa, P.; Seixas, J.; Oliveira, A. R. (2009). Das cidades criativas à criatividade urbana? Espaço, criatividade e governança na cidade contemporânea. Cabo Verde - Redes e Desenvolvimento Regional. *1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo Verde*. Cabo Verde.

Decreto nº 3.688, de 3 de outubro de 1941. Lei das contravenções penais. Rio de Janeiro. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3688.htm

Decreto nº 7.053 (2009, 23 de dezembro). Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília. Recuperado a partir de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1995). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 1. Tradução de Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, Tradução de: Mille plateaux – capitalisme et schizophrénie.

Deleuze, G., & Guattari, F. (1997). *Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia*, vol. 5; Tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. São Paulo: Ed. 34, Tradução de: Mille plateaux - capitalisme et schizophrénie.

Deleuze, G.; Parnet, C. (1996). *El abecedario de Deleuze. R de Resistência*.

Deverteuil, G. (2011). Resisting gentrification-induced displacement: Advantages and disadvantages to “staying put” among non-profit social services in London and Los Angeles. *Area*, 44.2, 208-216.

Dias, A. L. F.; Borges, A. O.; Cunha, B. El-D. B.; Castro, B. P.; *et al.* (2015). À margem da cidade: trajetórias de invisibilidade e exclusão de travestis em situação de rua, Gerais: *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 8 (2), Edição Especial, dezembro, p. 214 – 233.

Dias, A. L. F.; Cunha, B. E. B.; Souza, L. G.; Godinho, L. F.; Alvares, L. P.; Carvalho, M. C. A.; Martins, V. B. (2014). *O que é seu não lhe pertence: as ações de gestão do espaço público em Belo Horizonte envolvendo a população em situação de rua*. In: Ada Pellegrini Grinover; Gregório Assangra; Miracy Gustin; Paulo Cesar Vicente de Lima; Rodrigo Iennaco. (Org.). Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, v. 1, p. 605-620.

Fazel, S.; Khosla, V.; Doll, H. et al. (2008). The Prevalence of Mental Disorders among the Homeless in Western Countries: Systematic Review and Meta-Regression Analysis. *PLoS Medicine*, v. 5, I. 12.

Ferreira, J. (2010). Tratar, cuidar: valores e práticas terapêuticas na assistência humanitária ao *sans domicile fixe*. *Rev. Antropolítica*, n. 29, 79-97.

- Fiorati, R. C.; Carretta, R.Y.D.; Kebbe, L. M. et al. (2016). As rupturas sociais e o cotidiano de pessoas em situação de rua: estudo etnográfico. *Rev Gaúcha Enferm.* n.37.
- Fischer, T. (2002). *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: Marcos teóricos e avaliação.* [Org. Tânia Fischer]. Salvador, BA: Casa da qualidade.
- Foucault, M. (1978). *História da Loucura na Idade Clássica.* São Paulo: Perspectiva.
- Foucault, M. (1988). *História da Sexualidade: A Vontade de Saber.* Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2002). *Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise.* Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Fontes, V. (1996). Capitalismo, Exclusões e Inclusão Forçada. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3.
- Frangella, S. M. (2010). *Corpos Urbanos Errantes: Uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.* São Paulo: Anablume, FAPESP, 2009, pp.361.
- Frehse, F. (2012). U-topias (urbanas) do pensamento sociológico. *Estudos Avançados*, nº 26 (75).
- Frehse, F. (2013a). Apresentação. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.25, n.2.
- Frehse, F. (2013b). O espaço na vida social: uma introdução. *Rev. Estudos avançados*, 27 (79).
- Frehse, F. (2015). TEMPOS NO CORPO: Contribuições do Método Lefebvriano para a Pesquisa Urbana (Latino-americana). *Estudos de Sociologia*, Recife, vol. 1, n.21.
- Frehse, F. (2016a). Da desigualdade social nos espaços públicos centrais brasileiros. *Sociol. Antropol*, v. 1.6 (1), 129-158.
- Frehse, F. (2016b). Quando os ritmos corporais dos pedestres nos espaços públicos urbanos revelam ritmos da urbanização. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, 100-118.
- Fraser, N. (2006a). Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, v. 15, n. 14/15, p. 231-239.
- Fraser, N. (2006b). La justicia social en la era de la política de la identidade: redistribución reconocimiento y participación. In: FRASER, N.; HONNETH, A. ¿Redistribución o reconocimiento? A Coruña: Paideia, 2006. p.17-88.
- Fraser, N. (2009). Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, São Paulo, 77: 11-39.
- Garcia, C. (org). (1993). *Psicanálise, política, lógica.* São Paulo: Editora Escuta.
- Gaulejac, V. (2007). *Gestão como Doença Social. Ideologia, Poder Gerencialista e Fragmentação Social.* Vincent de Gaulejac. [tradução Ivo Storniolo]. Aparecida, SP: Ideias & Letras. (Coleção Management, 4).

- Garfinkel, H. (2006). *Studios en Etnometodología*. Barcelona: Anthropos.
- Gayet-Viaud, C. (2010). Du passant ordinaire au samu social : la (bonne) mesure du don dans la rencontre avec les sans-abri. *La Découverte*. 1 n° 35, p. 435-453.
- Goffman, E. (1988). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed: Guanabara, 4° ed.
- Graeff, L. (2012). Corpos precários, desrespeito e autoestima: O caso de moradores de rua de Paris-Fr. *Psicologia USP*, São Paulo, 23(4), 757-775.
- Greene, J. M.; Ennett, S. T. et al. (1999). Prevalence and Correlates of Survival Sex Among Runaway and Homeless Youth. *American Journal of Public Health*. v. 89, n. 9, 1406-1409.
- Guattari, P. F. (1992). *Caosmose: Um novo Paradigma estético*. (Trad: Ana Lúcia de Oliveira; Lúcia Cláudia Leão). São Paulo: Ed. 34.
- Gustin, S. (2014). Necessidades humanas, autonomia e o direito à inclusão em uma sociedade que se realiza na interculturalidade e no reconhecimento de uma justiça do bem-estar. (pp. 31-50). Em: *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua* [orgs. Grinover; Almeida; Gustin; Lima; Lennaco]. 2ª Ed. D'placido Editora.
- Harvey, D. (2005). *O novo Imperialismo*. Loyola, São Paulo, Brasil, Tradução Adail Sobral Maria Stela Gonçalves.
- Harvey, D. (2013). A liberdade da cidade Em: *Cidades Rebeldes - Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. Disponível em: https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2014/03/cidades-rebeldes-passe-livre-e-as-manifestac3a7_es-que-marcaram-as-ruas-do-brasil-erminia-maricato.pdf
- Henriques, R. J. (2016). Aspectos geomorfológicos que influenciaram (e influenciam) a ocupação urbana histórica de Belo Horizonte em Minas Gerais. *Revista de Geografia, Caderno Especial PPGE0 – UFJF*, v.6, n° 4.
- Hissa, C. E. V.; Nogueira, M. L. M. (2013). Cidade-Corpo. *Rev. UFMG*, v. 20, n.1, 54-77.
- Honneth, A. (2009). A textura da justiça sobre os limites do procedimento contemporâneo. *Civitas*, v. 9, n.3, 345-368.
- Honorato, B. E. F.; Saraiva, L. A. S. (2016). Cidade, população em situação de rua e estudos organizacionais. *Desenvolvimento em questão*, A. 14, n° 36.
- IPEA. (2006). *Urbanização - Metrôpoles em movimento*. Ano 3, Edição 22. Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=994:reportagens-materias&Itemid=39.
- IPEA (2016). *Estimativa da População em Situação de Rua no Brasil*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- Jackson, J. (2011). *Spaces and Flows: An International Conference on Urban and ExtraUrban*

- Studies*. v. 1, n. 1, p.25-36.
- Joaquim, N. (2012). A gestão (extra)ordinária do cotidiano. *VII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD - EnEO*, Curitiba / PR, 20 a 22 de maio.
- Januta, F. (2013). Construir a cidade genérica. *Rev. UFMG*, v. 20, n.1, p-24-35.
- Jiménez, A. C. (2013). On space as a capacity. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 9, n. 1, p. 137-153.
- Johnson, A. K.; Cnaan, R. A. (1995). Social Work Practice With Homeless Persons: State of the Art. *Research on Social Work Practice*, v. 5, n.3, p.340-382.
- Junior, B. W.; Silva, C. R. V. (2014). As pessoas em situação de rua e o sistema interamericano de direitos humanos: importante instrumento em prol da dignidade humana. Em: *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua* [orgs. Grinover; Almeida; Gustin; Lima; Lennaco]. 2ª Ed. D'placido Editora. p.62-82.
- Karmaluk, C.; Lansky, S.; Parizzi, M.; Batista, G.; Almeida, E.; Natividade, C.; Gomes, B. P. De quién es este bebé? Movimiento social para la protección del derecho de madres y bebés a permanecer juntos, ¡con vida digna!. In: André Luiz Freitas Dias; Gonçal Mayos Solsona. (Org.). *Violaciones de derechos humanos, poder y Estado*. 1 ed. Jundiaí, São Paulo: Paco Editorial, 2018, v. 1, p. 1-26.
- Lacan, J. (1991). *Le Séminaire. Livre XVII. L'envers de la psychanalyse*. Paris, Seuil.
- Lefebvre, H. (2000). *A produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de l'espace*. 4 ed. Paris: Éditions Anthropos.
- Lefebvre, H. (2008). *Espaço e Política*. Belo Horizonte: UFMG.
- Lefebvre, H. (2011). *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro. 5ª ed.
- Lees, L. (2012). The geography of gentrification: Thinking through comparative urbanism. *Progress in Human Geography*, 36 (2), 155-171.
- Low, M. (2013). O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo Social*, v. 25, n. 2, p. 17-34.
- Macerata, I; Soares, J. G. N.; Ramos J. F. C. (2014). Apoio como cuidado de territórios existenciais: Atenção Básica e a rua. *Revista Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, nº. 18, Supl 1.
- Maia, R. S.; Fortuna, C. J. C. G. (2016). Cidade degenerada? Reflexões sobre sua natureza degradada e a (im)propriedade da regeneração. *Boletim Goiano de Geografia*, volume 36, número 3.
- Maynard, D.; Clayman, S. E. (1991). The diversity of ethnomethodology. *Annual Review of Sociology*, v. 17, p.385-418.
- McCay, E.; Carter, C.; Aiello, A.; Quesnel, S.; Langley, J. et al. (2015). Dialectical Behavior

Therapy as a catalyst for change in street-involved youth: A mixed methods study. *Elsevier: Children and Youth Services Review*, 58.

Maricato, E. (2013). *É a questão urbana, estúpido*. Em: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil*. https://ayrtonbecalle.files.wordpress.com/2014/03/cidades-rebeldes-passe-livre-e-as-manifestac3a7_es-que-marcaram-as-ruas-do-brasil-erminia-maricato.pdf

Matraca, M. V. C et al. (2014). O PalhaSUS e a Saúde em Movimento nas Ruas: relato de um encontro. *Interface, Comunicação, Saúde Educação*. 18. Supl. 2.

Mallol, C. S. (2009). Abondance et précarité. Conditions de vie *et* alimentation des sans-abri à Tahiti. *Journal de la Société des Océanistes*, nº129, p. 263-278.

Martins, J. S. (2003). *A sociedade vista do abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. (2a ed.). Petrópolis: Ed.Vozes, 228p.

Maximiano, L. A. (2004). Considerações sobre o conceito de paisagem. *RAE*, n. 8, p. 83-91, Editora UFPR.

Meira, F. B. (2013). Organização liminar: a emergência de organizações no capitalismo hardcore. Notas sobre o movimento Ocupar. *Revista Pensamento & Realidade*. Ano XVI, v. 28.

Melo, C. F. (2014). População de Rua. Entre a exclusão e a justiça social. In: Grinover, Ada Pellegrini. et al. (Org.). *Direitos fundamentais das pessoas em situação de rua*. (2a ed), Belo Horizonte, D'placido Editora, p. 51-64.

Melo, A. S. D. (2015). Belo Horizonte e os moradores de rua: reinserção ou limpeza? *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade, Belo Horizonte*, v. 2, n. 3, p. 327-349.

Mendes, L., Cavedon, N. R. (2012). A atividade de camelô como prática urbana no contexto das cidades. *Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 4, n. 1, p. 123-140.

Menezes, A. B. N. T. de (2011). Foucault e as novas tecnologias educacionais: Espaços e dispositivos de normalização na sociedade de controle. In: *Cartografias de Foucault*. [orgs. Durval Muniza de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho]. 2ed. – Belo Horizonte: Autêntica.

Minayo, M. C. S, Deslandes, S. F., Gomes, R. (2002). *Pesquisa social: Teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 21 ed.

Moassab, A. (2013). TERRITÓRIOS FRAGMENTADOS: Cabo Verde e os aspectos de uma urbanidade insular em tempos de globalização. *Rev. UFMG, Belo Horizonte*, v. 20, n.1, p.190-211.

Moquillaza-Risco, M.; León, E.; Dongo, M.; Munayco, C. V. (2015). Características sociodemográficas y de salud de los adultos mayores en situación de calle en Lima, Perú. *Rev Peru Med Exp Salud Publica*, nº 32(4).

- Nascimento, E. P. (1994). Hipóteses Sobre a Nova Exclusão Social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *Cad. CRH*, Salvador, n.21, p. 29-47.
- Neves, D. P. (2010). Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. *Rev. Antropolítica*, n. 29. p. 99-130, 2.
- Oliveira, É. A. M. (2004). A imigração italiana e a organização operária em Belo Horizonte nas primeiras décadas do século XX. 2004. 93 f. Monografia (Especialização em História) – Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo.
- Oliveira, S. R.; Piccinini, V. C. (2009). Validade e reflexividade na pesquisa qualitativa. *Cad. EBAPE.BR*. vol.7, no.1.
- Passador, J. L. (1993). Os sofrendores da Rua: Estudo de caso da cooperativa de catadores de papel e papelão da Varzea do Glicério, São Paulo. *Tese: EAESP/FGV*, São Paulo.
- Passetti, E. (2011). *Michel Foucault e os guerreiros insurgentes: Anotações sobre coragem e verdade no anarquismo contemporâneo*. In: Cartografias de Foucault. [orgs. Durval Muniza de Albuquerque Júnior, Alfredo Veiga-Neto, Alípio de Souza Filho]. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, (Coleção Estudos Foucaultianos).
- Passos, D. (2016). A formação do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte: um estudo de caso à luz de comparações com as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. *Mediações*, Londrina, v. 21, n. 2, p. 332-358.
- Paugam, S. (2003). *Desqualificação social: Ensaio sobre a nova pobreza*. (C. Giorgetti, T. Lourenço, Trans.). São Paulo: Educ & Cortez.
- Pearson, C. L.; Locke, G.; Montgomery, A. E.; Buron, L. et al. (2007). *The Applicability of Housing First Models to Homeless Persons with Serious Mental Illness*. U.S. Department of Housing and Urban Development Office of Policy Development and Research. Cambridge, MA. p.1-180. Recuperado a partir de: <https://www.huduser.gov/portal/publications/hsgfirst.pdf>
- Pizzio, A. (2009). Desqualificação e qualificação social: uma análise teórico conceitual. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, V. IX, nº 1, p. 209-232.
- Site Em.com.br. Aumento de moradores de rua fora do centro muda a estratégia da Prefeitura de BH. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/07/20/interna_gerais,974594/aumento-de-moradores-de-rua-fora-do-centro-muda-estrategia-da-pbh.shtml.
- Posada, J. E. M.; Ordonez, C. O. (2017). Actitud esquizoanalítica. Esquizoanálisis, un método menor de descomposición del dispositivo capitalista. *Tabula Rasa*, n.26, p. 221-245.
- Prates, J. C.; Prates, F. C.; Machado, S. (2011). Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215.
- Priebe, S.; Matanov, A.; Barros, H.; Canavan, R.; Gabor, E.; Greacen, T. (2013). Mental health-care provision for marginalized groups across Europe: findings from the PROMO study.

European Journal of Public Health.

- Raffaelli, M. (1999). Homeless and Working Street Youth in Latin America: A Developmental Review. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*. v. 33, n. 2, pp.7-28.
- Rizvi, S. Ng. S.; Kunik, M. E. (2013). Prevalence of Homeless Older Adults and Factors Causing Their Homelessness: A Review. *The Internet Journal of Geriatrics and Gerontology*. Volume 8, Number 1.
- Rolnik, R. (1988). *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense.
- Rolnik, S. (2003). O caso da vítima para além da cafetinagem da criação e de sua separação da resistência. *Lugar Comum*, n.18, p.29-40.
- Rolnik, S. (2013). *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In: Vainer, C. et al., *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Romagnoli, R. C. (2007). A invenção como resistência: por uma clínica menor. *Vivência*, n. 32, p. 97-107.
- Rui, T.; Martinez, M.; Feltran, G. (2016). *Novas Faces da Vida Nas Ruas*. São Carlos: Edufscar. p.378
- Sá, Teresa. (2014). Lugares e não lugares em Marc Augé. *Tempo Social - Revista de sociologia da USP*, v. 26, n. 2.
- Saavedra, G. A.; Sobottka. (2009). Discursos filosóficos do reconhecimento. *Civitas*, Porto Alegre, v.9, n.3, p.386-401.
- Sacrini, M. (2009). Da fenomenologia à etnometodologia, entrevista com Kenneth Liberman. *Sci. Stud*, vol.7, no. 4.
- Salgado, N. A. (2013). A Pedra não para: um estudo sobre a cracolândia na cidade de Belo Horizonte/MG. *Rev. UFMG*, v. 20, n.1, p.268-293.
- Santos, A. S.; Queiroz, R. (2012). A Desterritorialização dos Territórios: A Cidade Subjetiva de Félix Guattari. *Comunicação e Cultura: I Jornadas de Doutorandos em Ciências da Comunicação e Estudos Culturais*.
- Santos, L. T.; Soares, F. M. A. (2017). Entre o físico e o simbólico: práticas organizativas de controle no centro de Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, n.4, (11), 1578-1626.
- Santos, M. (1978). *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp.
- Saquet, M. A. et al. (2008). Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ*, Ano 10, v.2, n.18, p.24-42.

- Sassen, S. (novembro, 2009). *Cities Today: A New Frontier for Major Developments*. ANNALS, AAPSS, 626 – The Annals of the American Academy.
- Sawaia, B. (1999). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 156.
- Seixas, J., & Costa, P. (2011). Criatividade e governança na cidade. A conjugação de dois conceitos poliédricos e complementares. *Cad. Metrop.* v. 13, n. 25, p. 69-92.
- Silva, T. L. (2010). A rua como espaço de interação social um estudo antropológico das relações entre população em situação de rua e grupos caritativos. *Rev. Antropolítica*, n. 29, p. 131-149.
- Singer, P. (1982). *O uso do solo urbano na economia capitalista*. São Paulo: Alfa-Omega, Ed. 2ª. (Org. Erminia Maricato). A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial. In: p. 21
- Singer, P. (1996). Desemprego e Exclusão Social. *São Paulo em Perspectiva*, 10(1).
- Snow, D.; Anderson, L. (1992). *Desafortunados: Um estudo sobre o povo da rua*. Editora: Vozes, Petrópolis, RJ.
- Site O tempo. Não vamos jogá-los ao mar nem fazer de BH um hotel 5 estrelas. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/n%C3%A3o-vamos-jog%C3%A1-los-ao-mar-nem-fazer-de-bh-um-hotel-5-estrelas-diz-kalil-1.2003074>.
- Sousa, E. L. A.; Bechler, J. (2008). Labirintos na cidade contemporânea. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28 (2), 390-403.
- Souza, J. (2015). *A Tolice da Inteligência Brasileira ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo: LeYa. p.272.
- Souza, R. (2017). Quando novos temas entram em cena: movimentos sociais e a “questão urbana” no ciclo de protesto de junho de 2013. *BIB*, São Paulo, n. 82, 2º semestre de 2016 (publicada em setembro de 2017), p. 127-152.
- Tolentino, E. S. et al. (2017). População em situação de Rua: Crise do Capital e o desmonte das políticas públicas. *Temporalis*, n. 34, p. 301-331.
- Tsemberis, S.; Gulcur, L.; Nakae, M. (2004). Housing First, Consumer Choice, and Harm Reduction For Homeless Individuals With a Dual Diagnosis. *American Journal of Public Health*, v. 94, n. 4.
- Vainer, C. et al., *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Varanda, W.; Adorno, R. (2004). Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. *Saúde Soc*, v.13, n.1, p. 56-69.
- Viegas, D. C. N. Reis, C. A., & Teodósio, A. S. S. A economia de rua: um olhar sobre Belo Horizonte. *Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 4(10), p.1085-1134.

Vivo para correr. Disponível em: <http://vivoparacorrer.blogspot.com/2011/01/volta-internacional-da-contorno.html>.

Zukin, S. (2011). Reconstructing the authenticity of place. *Theor Soc.* 40:161-165

**ANEXO 1: CARTA DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA DE
MINAS GERAIS, DIRECIONADA AO PODER PÚBLICO DO ESTADO.**

CARTA DO MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA/MG

MOÇÃO DE APOIO

À (o):

Governador do estado de Minas Gerais;

Assembleia Legislativa de Minas Gerais;

Aos prefeitos das cidades de: Uberlândia, Montes Claros, Governadores Valadares, Ipatinga, Betim, Juiz de Fora, Ubá, e demais prefeituras que não puderam se fazerem presentes;

Comitê estadual;

Comitês Municipais;

Representantes dos serviços socioassistenciais;

Aos representantes dos consultórios na rua;

Às camarás municipais;

CEDDH;

Rede de parceiros da sociedade civil;

A quem mais possa interessar;

Nós moradores de rua e em trajetória de rua presentes no Fórum Técnico do plano estadual para a população de rua viemos através desta simbólica carta manifestar nosso posicionamento acerca das discussões realizadas neste importante evento.

Gostaríamos de ressaltar a importância da assembleia legislativa de Minas Gerais na pessoa dos deputados Rogerio Correa e Andre Quintão e da coordenação do Comitê Estadual no processo que culminou com a realização das etapas regionais e neste momento vivido por representantes da população de rua das diferentes regiões do estado.

Na curta trajetória desta caravana que percorreu os territórios mineiros colhendo sugestões e ouvindo as reivindicações das pessoas em situação, pode se notar diversas

violações de direitos as quais relatamos abaixo e salientamos a importância de providências urgentes as questões apontadas.

Uberlândia: Abuso de poder por parte das forças policiais e de seguranças privadas

Juiz de Fora: ausência de uma política de aluguel social que propicie saída definitiva das ruas;

Betim: retirada de bebês de famílias em situação de rua;

Governador Valadares: Ausência de políticas e profissionais capacitados para a abordagem e atendimento às mulheres em situação de rua;

Ipatinga: política de oferta de passagens condicionada a não receber mais atendimento durante um ano no município;

Belo Horizonte: Ausência de projetos de inclusão da população em situação de rua em projetos de trabalho e geração de renda.

Montes Claros: Ausência de uma política de saúde voltada à população de rua;

Diante disso reafirmamos nosso compromisso, com a defesa dos nossos direitos, e manifestamos nosso apoio a este encontro como momento de suma importância na construção da política estadual para a população de rua;

O MNPR nesta oportunidade manifesta seu total repúdio as violências ocorridas corriqueiramente contra a população de rua, com destaque neste momento a esterilização criminosa cometida contra Janaina na cidade de Mococa SP e a retirada compulsória de crianças filhas de pais e mães em situação de rua na cidade de Belo Horizonte e em outros municípios brasileiros.

Por fim agradecemos a oportunidade de poder reunir lideranças de diversas regiões.

POVO DA RUA POVO DE LUTA

Belo Horizonte, 13 de junho de 2018

**ANEXO 2: DOCUMENTO APROVADO NO FÓRUM TÉCNICO ESTADUAL DA
POPULAÇÃO DE RUA**



Documento de Propostas
para a Plenária Final



**PROPOSTAS PARA APRECIÇÃO DA PLENÁRIA FINAL
NOVAS PROPOSTAS PRIORIZADAS PELOS GRUPOS DE TRABALHO**

Grupo de Trabalho I – Direitos Humanos e Cidadania

1. Criar e implementar em caráter de urgência, no Estado, e fomentar a criação, nos municípios acima de 100.000 habitantes, de equipamentos de atenção intersetorial destinados ao acolhimento emergencial destinado a pessoas idosas em situação de rua, vítimas de violência, em situação de fragilidade com insuficiência familiar e de cuidado.
2. Garantir que o poder público seja o orientador e fiscalizador do modelo e dos padrões ético-políticos para elaboração de publicidade, propaganda e metodologias para formação e educação permanente para a população em situação de vulnerabilidade social e para a população em situação de rua.
3. Assegurar o direito ao exercício da maternidade e da paternidade das pessoas em situação de rua, por meio de políticas públicas de proteção, desenvolvimento de eventos, campanhas publicitárias e outras ações educativas, de forma a evitar ações autoritárias de retirada de bebês e crianças de suas famílias.

Grupo de Trabalho II – Moradia, Trabalho e Assistência

4. Orientar os municípios a rever os critérios de acesso aos abrigos e outros equipamentos que atendam a pessoa em situação de rua e/ou o migrante, assegurando esse acesso a qualquer tempo, independente do tempo de permanência ou ausência no município.
5. Criar e implantar em caráter de urgência, no Estado, e fomentar a criação, nos municípios acima de 100.000 habitantes, de equipamentos de atenção intersetorial e moradia assistida, destinados ao acolhimento emergencial de pessoas em situação de rua idosas, vítimas de violência, em situação de fragilidade e com insuficiência familiar e de cuidado.

Grupo de Trabalho III – Saúde, Educação e Cultura

6. Ampliar as residências terapêuticas para pessoas com transtorno mental em situação de rua, em consonância com os princípios da rede de atenção psicossocial.
7. Instituir mecanismos que garantam o acesso e a permanência das pessoas em situação de rua na educação superior.

Moção aprovada pelo Grupo I

- I. Recomendar às instituições de ensino do Estado que, ao realizar trabalhos de pesquisa junto à população em situação de rua, deem retorno aos pesquisados quanto aos resultados obtidos. Recomendar, ainda, que essa temática seja contemplada em projetos de extensão universitária, com a devolutiva dentro dos direitos humanos.

PROPOSTAS APROVADAS COM REDAÇÃO TERMINATIVA PELOS GRUPOS DE TRABALHO

Grupo de Trabalho I – Direitos Humanos e Cidadania

Eixo 1 – Direitos Humanos e Segurança Pública

- 1.1. Desenvolver eventos, campanhas publicitárias e outras ações educativas permanentes que alcancem toda a sociedade e que contribuam para a inclusão social da população em situação de rua, promovendo a cultura do respeito, da ética e da solidariedade, rompendo com toda forma de preconceito e discriminação.

1.2. Implantar, implementar, potencializar, articular e fiscalizar instâncias de planejamento, monitoramento e avaliação, das ações de diferentes áreas das políticas públicas para efetivação da política para a população em situação de rua nos âmbitos estadual e municipal.

1.3. Garantir o acesso dos pré-egressos e egressos do sistema prisional em situação de rua aos programas sociais existentes e à reinserção social e laboral, fortalecendo e ampliando os programas específicos a esse público, tais como o Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional – Presp, em articulação com Estado, municípios e iniciativa privada.

1.4. Desenvolver e fortalecer programas e estratégias de acompanhamento sociojurídico para pessoas em situação de rua, em articulação com a Defensoria Pública e demais órgãos que lidam com o sistema prisional e de defesa de direitos, de modo a se evitar a privação da liberdade por falta de endereço fixo.

1.5. Promover capacitações continuadas e de conhecimento dos equipamentos de rede de proteção para profissionais da área pública, notadamente, os agentes de segurança pública, da defesa civil e de saúde, nos âmbitos estadual e municipais, em temáticas referentes aos direitos humanos e cidadania, com atenção às especificidades da população em situação de rua.

1.6. Articular e orientar os municípios para realizar capacitações sobre os direitos das pessoas em situação de rua para todos os agentes de fiscalização, guardas municipais, defesa civil municipal e agentes de segurança pública que atuem nos municípios, preferencialmente por equipe intersetorial que atua diretamente com as pessoas em situação de rua.

1.7. Incluir a temática população em situação de rua no ingresso e em todas as formações e treinamentos realizados pelos órgãos estaduais das mais diversas áreas, com destaque para os órgãos de segurança pública e administração prisional, em articulação com o Comitê PopRua-MG.

1.8. Realizar atividades de formação em direitos humanos e sobre a rede de garantia de direitos para a população em situação de rua. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.9. Equipar e manter centro estadual de defesa dos direitos humanos, e implantar polos (ou centros) regionais, para a população em situação de rua e catadores de materiais recicláveis, fornecendo suporte técnico aos municípios.

1.10. Fomentar a atuação dos Centros de Referência em Direitos Humanos na promoção e defesa dos direitos da população em situação de rua nos Territórios de Desenvolvimento do Estado. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.11. Criar, implantar, fortalecer, ampliar e divulgar canais de comunicação para o recebimento de denúncias de violência e de violação de direitos contra a população em situação de rua, com os devidos encaminhamentos.

1.12. Criar, implementar e divulgar programas de proteção às pessoas em situação de rua vítimas de violência ou de ameaça de morte, considerando as situações emergenciais e/ou de risco, assegurando o direito constitucional à vida e a integridade física, e garantindo dotação orçamentária.

1.13. Propor e articular com o sistema de segurança, especialmente as corregedorias, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, recursos e instrumentos para responsabilização e enfrentamento à impunidade dos atos de violência cometidos contra a população em situação de rua. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.14. Aperfeiçoar o campo de identificação de pessoas com trajetória de rua nos protocolos de registros de eventos de defesa social e nos IMLs. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.15. Garantir, por meio da criação de protocolos e outras medidas, que os equipamentos de atendimento e apoio às mulheres em situação de violência atendam às mulheres em situação de rua, considerando suas especificidades. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.16. Estabelecer, nos serviços de segurança pública, protocolo de atendimento à população em situação de rua que garanta encaminhamento para a rede de proteção. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

1.17. Desenvolver ações articuladas com os órgãos do Poder Judiciário, em particular com a Corregedoria-Geral de Justiça de Minas Gerais, e outros órgãos afins, para garantir o acesso gratuito à documentação e aos serviços cartoriais, com maior celeridade, bem como a divulgação para conhecimento de todos.

1.18. Aprimorar os canais entre as políticas públicas, os serviços de atendimento e as entidades e lideranças da população em situação de rua para acompanhamento dos casos de pessoas desaparecidas.

1.19. Articular com o Tribunal de Justiça de Minas Gerais, o Ministério Público de Minas Gerais, a Defensoria Pública de Minas Gerais e órgãos públicos estaduais e municipais para garantia de acesso das pessoas em situação de rua às suas instalações, respeitando-se suas particularidades.

1.20. Articular para criação de núcleos de atendimento especializados no tema das pessoas em situação de rua, no âmbito do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, do Ministério Público de Minas Gerais e da Defensoria Pública de Minas Gerais.

1.21. Criar mecanismos para identificar, sistematizar e disponibilizar os dados e as estatísticas de violações de direitos contra as pessoas em situação de rua.

1.22. Articular para ampliar, fortalecer e prover os recursos humanos interdisciplinares e materiais necessários ao funcionamento das Defensorias Públicas em todo o Estado, garantindo o atendimento às pessoas em situação de rua.

1.23. Incluir campo para identificação das pessoas em situação de rua nas bases de dados das políticas públicas que atendem a esse público.

1.24. Criar e garantir a instalação de ouvidoria externa no Ministério Público e na Defensoria Pública como canal de escuta da população em situação de rua, entre outros movimentos sociais, com objetivo de garantir as políticas de regulamentação e fiscalização dos diversos serviços.

1.25. Assegurar que a PMMG, a PCMG e as guardas municipais se abstenham de fazer ações de abordagens à população em situação de rua, principalmente com o intuito de levantamento de informações pessoais e registros fotográficos, exceto nos casos de suspeita de crime, como previsto em lei.

1.26. Articular com a Polícia Militar para que a informação, a integração e a coordenação das redes de proteção e conselhos de segurança não sejam voltadas para higienização e criminalização da população em situação de rua.

1.27. Criar equipamentos de atendimento e acolhimento às mulheres em situação de violência doméstica e social para atendimento às mulheres em situação de rua nas localidades em que não existam, e estabelecer protocolo de atenção a esse público nos equipamentos existentes, garantindo seus direitos com o apoio da segurança pública.

1.28. Elaborar um diagnóstico, junto aos municípios, para identificar possíveis falhas do sistema prisional e socioeducativo que contribuem para que pessoas egressas desses sistemas fiquem em situação de rua, para construir fluxos de acompanhamento e soluções com unidades prisionais e demais parceiros.

Eixo 2 – Cidadania, Mobilização, Participação e Controle Sociais

2.1. Assegurar a realização de atividades de mobilização e formação da população em situação de rua a fim de potencializar o protagonismo para a participação popular, em parceria com organizações da sociedade civil. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

2.2. Incentivar a participação social e política da população em situação de rua em movimentos sociais, coletivos e organizações da sociedade civil, e assegurar que o Centro POP fomenta a participação social para que novas políticas públicas sejam implementadas e incentivadas.

2.3. Reconhecer o protagonismo, garantir e incentivar a participação da população em situação de rua, por meio da flexibilização da legislação de criação de instâncias de participação, em conferências, conselhos, fóruns, comitês e comissões de políticas públicas estaduais, municipais e nos territórios, criando mecanismos para facilitar esta participação (como a garantia de alimentação, transporte e hospedagem), acolhendo as necessidades do cidadão como direito.

2.4. Texto contemplado na proposta 2.3.

2.5. Estimular a criação de comitês intersetoriais paritários de acompanhamento e monitoramento das políticas para a população em situação de rua nos municípios. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

2.6. Assegurar e estimular a criação e a divulgação de instâncias intersetoriais de participação popular, nas diversas políticas públicas que atendam direta ou indiretamente a população em situação de rua, inclusive em municípios de pequeno porte.

2.7. Garantir a transparência da gestão pública, por meio da divulgação, acessível e em locais de maior visibilidade, das informações orçamentárias, financeiras e administrativas e dos critérios adotados para atendimento à população em situação de rua, com uso de linguagem simples e objetiva, inclusive com a apresentação de prestação de contas anual nos comitês estadual e municipais.

2.8. Realizar pesquisas e diagnósticos periódicos sobre a população em situação de rua no Estado, nos municípios e nos territórios, a cada quatro anos, por meio de órgãos especializados em pesquisas, para subsidiar o planejamento das políticas públicas voltadas para este público, considerando e assegurando a participação e as contribuições das pessoas em situação de rua.

2.9. Garantir recursos para transporte, alimentação e hospedagem, para participação em eventos sobre políticas públicas para a população em situação de rua, aos usuários e representantes dos movimentos e organizações sociais envolvidos com a temática, a exemplo do Movimento Nacional da População de Rua.

2.10. Criar linhas de repasse de recursos financeiros para os municípios, a fim de desenvolver as ações deste plano.

2.11. Garantir recursos orçamentários, por meio dos instrumentos de planejamento do governo, como PPAG, orçamento participativo e LOA, visando a execução das ações previstas no Plano Estadual para a População em Situação de Rua, com destaque para as articulações com os municípios, assegurando repasse contínuo de verba para o custeio de ações locais.

Grupo de Trabalho II – Moradia, Trabalho e Assistência

Eixo 3 – Trabalho, Emprego e Geração de Renda

3.1. Incluir as pessoas em situação de rua nos programas de capacitação, profissionalização, qualificação e requalificação profissional, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado e mundo do trabalho. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

3.2. Incluir as pessoas em situação de rua como público prioritário na qualificação profissional, articulando programas específicos que contemplem a elevação da escolaridade e o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para o mercado de trabalho e o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público visando a criação de postos de trabalho.

3.3. Promover e incentivar a criação e organização de grupos de economia solidária com a população em situação de rua, em parceria com prefeituras, universidades, faculdades e organizações da sociedade civil, garantindo estrutura (espaço físico e equipamentos), financiamento e condições logísticas necessárias para seu funcionamento permanente.

3.4. Promover ações de assessoramento, formação e comercialização para os grupos de economia solidária da população em situação de rua, em todo o Estado.

- 3.5. Conceder incentivos fiscais às empresas que desenvolverem programas de contratação de pessoas em situação de rua e com trajetória de rua; bem como fomentar parcerias entre empresas e poder público, almejando implantação de projetos de acompanhamento dos trabalhadores na inserção e permanência no mundo do trabalho.
- 3.6. Destinar cotas de vagas de emprego para as pessoas em situação de rua nos serviços, chamadas públicas e licitações estaduais e em empresas que prestam serviços para o poder público, com oferta de treinamento específico, e fomentar iniciativas semelhantes em âmbito municipal, respeitando as especificidades das pessoas em situação de rua.
- 3.7. Criar programas de apoio às iniciativas de empreendedores da população em situação de rua, em conjunto com o Sistema S e as universidades, compreendendo suas particularidades e flexibilizando o acesso a esse sistema.
- 3.8. Criar linhas de microcrédito com taxas reduzidas para grupos de economia solidária e empreendedores da população em situação de rua.
- 3.9. Articular com os órgãos de fiscalização competentes (Ministério do Trabalho, Ministério Público do Trabalho e outros) a fim de erradicar a exploração de mão de obra de pessoas em situação de rua e garantir seus direitos trabalhistas e previdenciários.
- 3.10. Divulgar em todo o Estado o fundo rotativo solidário e ampliar o aporte financeiro para que contemple as iniciativas de economia solidária da população em situação de rua.
- 3.11. Articular com as demais políticas públicas do Estado e com os municípios para a criação de fluxos de encaminhamento da população em situação de rua para as políticas de trabalho, emprego e geração de renda.
- 3.12. Criar e divulgar ações de apoio à inclusão dos trabalhadores informais em situação de rua nas suas respectivas cooperativas e associações.
- 3.13. Criar mecanismos de mapeamento, monitoramento e avaliação para a criação de indicadores da inclusão da população em situação de rua nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Eixo 4 – Habitação, Moradia e Desenvolvimento Urbano

- 4.1. Consolidar e criar modelos alternativos para as pessoas e famílias (em qualquer de suas modalidades) em situação de rua nas políticas públicas, programas e/ou ações habitacionais visando a superação do modelo de acolhimento institucional.
- 4.2. Garantir a participação e o controle sociais das políticas, programas e/ou ações habitacionais direcionadas às pessoas em situação de rua, garantindo-se a representação de pessoas em situação de rua nos editais de convocação das instâncias de participação e de controle de políticas urbanas.
- 4.3. Incluir critérios de priorização das pessoas em situação de rua nas políticas, programas e/ou ações habitacionais.
- 4.4. Promover articulação entre os Poderes Executivo e Legislativo do Estado de Minas Gerais com os órgãos do governo federal para a revisão e reformulação das modalidades previstas em políticas, programas e/ou ações habitacionais, visando contemplar as pessoas em situação de rua. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)
- 4.5. Criar e implementar política pública, programa e/ou ação de “casa primeiro”, ou seja, garantia de moradia/habitação, como primeira etapa de atendimento às pessoas em situação de rua, antecedendo os serviços das demais políticas públicas e garantindo o acompanhamento social continuado aos beneficiários.
- 4.6. Criar e implementar política pública, programa e/ou ação de “locação social”, consistindo na transferência do usufruto dos imóveis ociosos de propriedade do Estado para a garantia de moradia/habitação às pessoas em situação de rua, realizando-se as adaptações necessárias e incentivar os municípios a adotar medidas semelhantes.
- 4.7. Incluir as pessoas em situação de rua como público-alvo para concessão de subsídio temporário para auxílio habitacional (aluguel social) compatível com o valor de mercado, previsto no inciso XI do art. 4º da Lei nº 19.091,

de 30 de julho de 2010, garantindo o direito à moradia em outras modalidades após o término do subsídio e assegurando o acompanhamento da política de assistência social.

4.8. Realizar o levantamento patrimonial de imóveis ociosos do Estado de Minas Gerais, divulgando-o nos equipamentos que atendem a população em situação de rua e para o Movimento Nacional da População em Situação de Rua, a fim de avaliar e promover o redirecionamento desses imóveis à população em situação de rua.

4.9. Articular para a realização e divulgação de levantamento patrimonial de imóveis ociosos dos demais entes federativos existentes no território do Estado de Minas Gerais.

4.10. Articular, fomentar e orientar para que os municípios implementem espaços/serviços destinados à guarda de pertence, à higiene, ao acesso à água potável e às condições de autocuidado das pessoas em situação de rua, consistindo em banheiros públicos com condições para banhos, sanitários, vestiários, etc., garantindo-se gratuidade para as pessoas em situação de rua e contratando-se, preferencialmente, pessoas em situação de rua, especialmente em locais com grande concentração de pessoas nessa situação.

4.11. Suprimida.

4.12. Suprimida.

4.13. Fomentar ações de mobilidade urbana específicas para a população em situação de rua, garantindo passe livre no transporte, intermunicipal ou interestadual, e articulando em nível municipal a garantia do mesmo direito, de acordo exclusivamente com as necessidades e demandas apresentadas pelos beneficiários, apenas enquanto estiverem em situação de rua.

4.14. Construções de casas populares para as pessoas em situação de rua, com proposta de carência de tempo para início de pagamento e com acompanhamento da política de assistência social.

4.15. Garantir que os equipamentos públicos existentes ofereçam à população em situação de rua, indistintamente, serviços de cuidados de higiene (banhos, cortes de cabelo, *kit* higiene), alimentação, espaço de convivência, lavagem de roupas e guarda de pertences, mesmo que, no momento, a pessoa não manifeste o desejo de saída da rua.

Eixo 5 – Assistência Social e Segurança Alimentar e Nutricional

5.1. Orientar os municípios para garantir o acesso da população em situação de rua aos serviços e equipamentos socioassistenciais existentes, garantindo financiamento para execução e ampliação, como o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua – Centro POP – e o Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

5.2. Apoiar financeiramente e tecnicamente os municípios nas ações de reordenamento dos serviços socioassistenciais existentes, conforme as diretrizes e as normatizações da Política Nacional de Assistência Social, de maneira a aprimorar os serviços, visando à garantia de padrões de qualidade, segurança e conforto.

5.3. Fomentar o funcionamento, nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, e a ampliação dos horários de funcionamento dos serviços de Assistência Social e de Segurança Alimentar e Nutricional que atendem a população em situação de rua, quando houver demanda.

5.4. Capacitar de forma continuada a rede socioassistencial e intersetorial para possibilitar um atendimento adequado, humanizado e não discriminatório às pessoas em situação de rua, com respeito às diversidades de gênero, de orientação sexual, étnico-raciais, de ciclos de vida, de sofrimento mental e de deficiências.

5.5. Ampliar e fortalecer a rede socioassistencial para garantia do atendimento adequado às mulheres, famílias, casais e pessoas idosas, com deficiência e LGBTTI em situação de rua.

5.6. Articular com os demais entes federativos e órgãos a criação de dispositivos e serviços específicos de atendimento na lógica da proteção integral às mães, gestantes, puérperas e famílias em situação de rua, que possibilitem a permanência das mães e pais com seus bebês e crianças.

- 5.7. Ofertar serviços regionalizados de proteção social especial de média e alta complexidade e apoiar a sua organização por meio de consórcios nos municípios de pequeno porte I (até 20 mil habitantes), onde a demanda não justifica a implantação de unidade municipal, para atendimento à população em situação de rua, em consonância com o Plano Estadual de Regionalização dos Serviços de Média e Alta Complexidade.
- 5.8. Oferecer apoio técnico e capacitações continuadas aos municípios no que diz respeito ao aprimoramento dos serviços que atendem as pessoas em situação de rua, inclusive para inclusão no Cadastro Único e acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais, respeitando o modo de vida e a singularidade dessa população.
- 5.9. Monitorar, de forma continuada, os serviços socioassistenciais para a população em situação de rua, pactuando planos de ação para o aprimoramento da política de assistência social, quando necessário. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)
- 5.10. Apoiar e fomentar os municípios a instituírem e efetivarem a Vigilância Socioassistencial, com o objetivo de prover informações, análises e indicadores referentes às situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social para a elaboração de diagnósticos socioterritoriais diretamente relacionados à população em situação de rua.
- 5.11. Incentivar preferencialmente a contratação de pessoas em situação de rua ou com trajetória de vida nas ruas para compor as equipes dos serviços socioassistenciais voltados para esse público, respeitando seu modo de vida e suas singularidades e proporcionando condições para sua permanência no trabalho.
- 5.12. Apoiar e articular, com os demais entes federativos, a implantação e a ampliação dos serviços socioassistenciais para pessoas em situação de rua nos municípios, de acordo com a demanda, incluindo possibilidades de realização de consórcios ou parcerias.
- 5.13. Articular, com os demais entes federativos, para que a criação de novos serviços de acolhimento de adultos e famílias seja na modalidade de repúblicas, que permitam a cogestão do espaço e maior autonomia dos usuários, conforme as diretrizes e as normatizações da Política Nacional de Assistência Social.
- 5.14. Articular, com os órgãos responsáveis pela política de saúde e com os demais entes federativos, a criação de equipamentos e a ampliação dos já existentes voltados para pessoas em situação de rua que visem assegurar a continuidade de tratamentos de saúde, especialmente em caso de alta hospitalar, garantindo a locomoção para o tratamento, com acompanhante terapêutico em caso de necessidade.
- 5.15. Orientar os municípios para a criação de um fluxo intersetorial da rede de atendimento às pessoas em situação de rua, discutido e revisado periodicamente, com destaque para as políticas de saúde, trabalho e moradia.
- 5.16. Estimular, junto aos serviços socioassistenciais, ações de defesa e garantia de direitos da população em situação de rua e a realização de campanhas de mobilização e sensibilização junto aos agentes públicos e à sociedade, além de capacitação continuada dos serviços e agentes públicos.
- 5.17. Fomentar a alimentação adequada nutricionalmente nos espaços de acolhimento e convivência durante todo ano, com atenção às pessoas com restrições alimentares, priorizando a compra de alimentos da agricultura familiar e de cooperativas de agricultores.
- 5.18. Estimular a criação de restaurantes populares, cozinhas comunitárias e/ou similares em áreas de fácil acesso para a população em situação de rua, com gratuidade para a população em situação de rua e em processo de saída das ruas, além de outras formas de garantia da segurança alimentar e nutricional nos municípios que ainda não possuem estes equipamentos.
- 5.19. Orientar para que os municípios realizem ações de educação nutricional, por pessoas devidamente qualificadas, nos espaços públicos de atendimento à população em situação de rua.
- 5.20. Estimular os municípios a promover ações de economia solidária associadas aos programas de segurança alimentar e nutricional, junto à população em situação de rua.
- 5.21. Incentivar, por meio de recurso financeiro, os municípios de médio porte na instalação de, pelo menos, uma casa de passagem para atendimento à população em situação de rua.

5.22. Articular com os demais entes federativos a implantação de centros POP de acordo com a demanda de população em situação de rua.

Grupo de Trabalho III – Saúde, Educação e Cultura

Eixo 6 – Educação

- 6.1. Capacitar gestores e demais profissionais que atuam com a população em situação de rua para que incentivem e apoiem o retorno e a continuação de processos de escolarização ou outros processos educacionais.
- 6.2. Capacitar gestores, professores e demais profissionais de educação e realizar campanhas de conscientização para que acolham a população em situação e com trajetória de rua e estimulem a inclusão e a permanência desta população nos processos de escolarização ou outros processos educacionais.
- 6.3. Realizar mapeamento estadual e apoiar levantamentos municipais sobre as demandas educativas da população em situação de rua, bem como articular escolas de referência que possam auxiliar no atendimento dessas demandas.
- 6.4. Constituir grupo de trabalho estadual e apoiar a formação de grupos municipais, com representação da população em situação de rua e dos órgãos responsáveis, para discutir e propor alternativas de escolarização para essa população, com prazo determinado para a publicação dos resultados desse estudo.
- 6.5. Garantir as metodologias pedagógicas diferenciadas e os critérios de funcionamento da modalidade de educação de jovens e adultos – EJA – para atendimento à população em situação de rua, especialmente no que se refere à alfabetização.
- 6.6. Garantir o ingresso da população em situação de rua, em qualquer época do ano, nas unidades escolares e espaços não escolares nos quais a EJA é ofertada.
- 6.7. Garantir o direito de matrícula e permanência nas escolas de acordo com as realidades das pessoas em situação de rua, com a flexibilização da exigência de documentos pessoais e sem exigência de comprovantes de residência.
- 6.8. Garantir condições para a assiduidade escolar da população em situação de rua, tais como uniformes, materiais escolares, transporte escolar, alimentação, condições de higiene e cuidado, entre outros.
- 6.9. Orientar os municípios para priorização da inclusão das crianças de famílias da população em situação de rua na educação infantil, na faixa etária de creche, de zero a três anos, inclusive daquelas acolhidas na rede socioassistencial, com atenção aos locais de permanência e/ou de trabalho dos responsáveis, garantindo o acompanhamento pelos equipamentos da assistência social.
- 6.10. Incluir a população em situação de rua nos programas de apoio ao desenvolvimento de atividades educacionais, culturais e de lazer em escola aberta, especialmente nos finais de semana, e implantar atividades a partir da realidade da população de rua.
- 6.11. Garantir políticas de inclusão digital para pessoas em situação de rua, especialmente por meio dos telecentros, e orientar os municípios no sentido de promover o acesso dessa população aos espaços e equipamentos públicos.
- 6.12. Incluir o tema população em situação de rua no currículo escolar nas redes de ensino municipal, estadual e particulares como parte da educação em direitos humanos e de outras áreas do ensino, de forma multidisciplinar.
- 6.13. Apoiar as iniciativas de alfabetização comunitária da população em situação de rua por meio da oferta de materiais didáticos, do reconhecimento de educadores sociais e da formação de mediadores e da articulação com os mecanismos de certificação oficiais, como parte da política global de escolarização da população em situação de rua.
- 6.14. Fomentar e divulgar pesquisas, projetos de extensão e produção de conhecimento sobre a temática da população em situação de rua, nas universidades, redes de ensino e setores que atuam diretamente com a população em situação de rua.

6.15. Garantia de vagas em creches para os filhos das mães em situação de rua ou em processo de saída das ruas, com transporte para as crianças irem e virem à creche, em consonância com a proposta 6.9.

6.16. Garantir, como ação do Comitê Estadual da População em Situação de Rua, o estímulo aos conselhos municipais de educação para a criação de comissões municipais para acompanhamento das pessoas em situação de rua na escola regular.

6.17. Criar cursos preparatórios para ensino técnico, pré-vestibulares e pré-Enem para pessoas em situação de rua, promovendo o seu acesso.

Eixo 7 – Saúde

7.1. Promover oficinas e outras ações de educação em saúde para a população em situação de rua baseadas nas prioridades dessa população e nos conteúdos do SUS, reforçando o autocuidado, a prevenção e a promoção da saúde, com base na política de redução de danos.

7.2. Fortalecer e ampliar as ações de promoção à saúde, pelas equipes e programas da Atenção Básica, com ênfase na estratégia Saúde da Família, incluindo prevenção e tratamento de doenças com alta incidência na população em situação de rua, como infecções sexualmente transmissíveis – ISTs –, tuberculose, hanseníase, hipertensão arterial, diabetes, doenças respiratórias, problemas dermatológicos, transtornos mentais, problemas decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, entre outras.

7.3. Criar e garantir fluxos e processos continuados para o cuidado e atendimento para a população em situação de rua, visando à detecção precoce de doenças infectocontagiosas, como a tuberculose, entre outros agravos de saúde, ofertando tratamento humanizado com qualidade, em tempo oportuno e continuado.

7.4. Garantir o atendimento de saúde bucal para a população em situação de rua, nas estratégias de saúde da família e nos serviços de referência de atendimento nos hospitais públicos que prestam este serviço em caráter de urgência e por meio da implantação da unidade odontológica móvel.

7.5. Implantar e ampliar os Consultórios na Rua nos municípios do Estado, com horários de funcionamento ampliados e alternativos, adequados às demandas das pessoas em situação de rua, contemplando os períodos diurno e noturno, em todos os dias da semana, inclusive feriados.

7.6. Implementar unidades de acolhimento enquanto serviço de atenção residencial de caráter transitório da rede psicossocial, conforme Portaria do Ministério da Saúde de nº 121, de 25 de janeiro de 2012 e Plano de Ação de Saúde Mental previsto na Política Estadual de Saúde Mental Álcool e Outras Drogas, aprovada pela Resolução CES-MG nº 5.461, de 19 de outubro de 2016. (Texto validado em todos os encontros regionais – PROPOSTA APROVADA AUTOMATICAMENTE)

7.7. Garantir atenção hospitalar para a população em situação de rua e, em especial, ampliar o número de leitos de cuidados prolongados para o atendimento desse público.

7.8. Fomentar a implementação de um projeto de equipamento de saúde, nos moldes das unidades de acolhimento, para a população em situação de rua que necessite de tratamento continuado de saúde.

7.9. Garantir o acompanhamento às gestantes em situação de rua no pré-natal, parto e puerpério, priorizando os dispositivos que contemplem o parto humanizado e garantindo espaço para a mãe e seu filho, com fluxo articulado com outras políticas públicas para a garantia de acolhimento das famílias.

7.10. Garantir a fiscalização continuada, pela vigilância sanitária, com notificação de demandas observadas aos órgãos competentes necessários, dos espaços de acolhimento/convivência da população em situação de rua, propiciando condições adequadas para o bem-estar em saúde.

7.11. Incluir no processo de educação permanente em saúde dos gestores e trabalhadores de saúde dos diversos pontos de atenção à saúde, em articulação com as demais políticas intersetoriais, os conteúdos relacionados às necessidades, demandas e especificidades da população em situação de rua, de maneira humanizada, sob a lógica da redução de danos.

7.12. Divulgar e ampliar os canais de escuta do usuário, a exemplo do Sistema Nacional de Ouvidoria, Disque-Saúde (136 ou 0800-611997), junto à população em situação de rua, bem como junto às demais instâncias de participação social.

7.13. Regulamentar a profissão de redutor de danos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO – e incluir nos critérios de seleção de agentes sociais e de redutores de danos, previsão de vagas para pessoas em situação ou com trajetória de rua.

7.14. Garantir institucionalmente que os trabalhadores que atuam nas políticas para a população em situação de rua participem de espaços de articulação intersetorial entre a saúde, a educação e as demais políticas públicas, e garantindo a promoção da saúde e proteção social à população em situação de rua.

7.15. Garantir que todos os serviços e pontos de atendimento à saúde atendam toda a população em situação de rua do município, independente da ausência de documento de identificação e comprovante de endereço, na unidade de saúde da sua localização no momento, e realizar identificação, garantindo atendimento *in loco*.

7.16. Fomentar as ações de saúde alinhadas às estratégias de redução de danos para pessoas em situação de rua usuárias de álcool e outras drogas.

7.17. Garantir a atenção integral da população em situação de rua em todos os serviços/dispositivos da Rede de Atenção Psicossocial – Raps: Cersams, Caps AD, Centro de Convivência, CapsI, garantindo o acesso inclusive por busca ativa.

7.18. Priorizar que os recursos dos SUS sejam utilizados para a construção de mais Centros de Atenção Psicossocial, em especial os Caps-ADs nos municípios, em detrimento dos repasses para comunidades terapêuticas e em consonância com as leis da reforma psiquiátrica.

7.19. Garantir o acesso, para as pessoas em situação de rua, aos medicamentos ofertados pelos SUS.

Eixo 8 – Cultura, Esporte e Lazer

8.1. Promover, por meio das secretarias de esporte e cultura, estadual e municipais, o amplo acesso aos meios de informação, criação, difusão e fruição cultural por parte da população em situação de rua.

8.2. Promover a inclusão da população em situação de rua em atividades artísticas, prevendo sua inclusão como público e como artista, em articulação com a sociedade em geral.

8.3. Promover, por meio das secretarias de esporte e cultura, estadual e municipais, ações e debates de ressignificação da rua, deixando de retratá-la como um simples lugar de passagem e passando a percebê-la como palco de encontros, diálogos e construção de identidades.

8.4. Apoiar ações que tenham a cultura como forma de inserção social e construção da cidadania da população em situação de rua, para fomentar ações conjuntas entre as secretarias do desenvolvimento social e de cultura, com o fim de promover ações culturais com a população em situação de rua.

8.5. Desenvolver programas, projetos e ações de formação e geração de ocupação e renda para população em situação de rua por meio de atividades culturais, e considerar a parceria com economia solidária e outras estratégias de geração de trabalho e renda.

8.6. Incentivar e apoiar a criação e realização de projetos culturais que tratem de temas presentes na realidade da população em situação de rua, envolvendo a sociedade com a finalidade de desconstrução de estigmas e mitos sociais.

8.7. Assegurar recursos e meios para participação da população em situação de rua nos programas de esporte e lazer, com execução direta ou com parceria com organizações da sociedade civil.

8.8. Ampliar e estruturar espaços e equipamentos esportivos, culturais, artísticos e de lazer, garantindo o acesso seguro da população em situação de rua.

8.9. Identificar e destinar imóveis ociosos, públicos ou privados, em cumprimento à função social da propriedade, para o desenvolvimento de projetos e ações culturais, de economia solidária e afins, voltados para a população em situação de rua por meio de parcerias.

8.10. Promover o diálogo, a inclusão, a participação e os direitos das pessoas em situação de rua quando forem realizados eventos culturais e esportivos em espaços públicos, utilizando, sempre que possível, a mão de obra da população em situação de rua local.

8.11. Garantir acesso livre e irrestrito aos espaços de cultura, esportes e lazer e parques públicos com equipamentos e acessibilidade para todas as pessoas em situação de rua.

8.12. Promover sessões de cinema e apresentações teatrais ao ar livre, por meio de projetos ou parcerias, de maneira que as pessoas em situação de rua possam participar livremente e que se garanta espaço para a projeção de filmes, documentários e mostras que incluam a situação de artistas que estão em situação de rua, ou que dialoguem com ela.

8.13. Apoiar e orientar a elaboração de projetos de artistas de rua, para que participem de editais das leis de incentivo à cultura estadual e municipais e de outras oportunidades de financiamento.

8.14. Articular, entre as esferas do poder público e polícias militares, para que se assegure a permanência de pessoas em situação de rua em locais públicos como praças e ruas, sem que sejam molestadas durante apresentações culturais e outros eventos.

8.15. Criação e ampliação de locais destinados ao aprendizado, treinamento e qualificação das pessoas em situação de rua, no que tange às culturas musical, visual, de teatro, de dança e de artesanato.

ANEXO 3: INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO (ABRIGOS) DA CIDADE



ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

atualizado em 08/02/2018 | 09:47

Albergue Municipal Tia Branca

Oferta 400 vagas para acolhimento de pernoite a homens adultos. No local, as pessoas em situação de rua recebem alimentação, pernoite e atendimento socioassistencial.

Abrigo Pompéia

Oferta moradia a famílias em situação de rua, por meio de 22 cômodos que normalmente acomodam até cinco pessoas. Os encaminhamentos são realizados pelos outros serviços da rede de atendimento a esse público. O tempo de permanência é determinado em função da autonomia dos usuários, construída a partir do acompanhamento sistemático dos técnicos do serviço.

Abrigo São Paulo

Atende mulheres e homens em situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social em situação de vida nas ruas e migrantes. Podendo atender também famílias atingidas pelas chuvas em situação de emergência. Das 200 vagas, 50 são destinadas ao acolhimento deste público. Das 150 vagas restantes, 50 são destinadas aos homens e 50 às mulheres.

República Maria Maria

Atende 40 mulheres em situação de rua, encaminhadas pelos outros serviços da rede. Oferta moradia, alimentação, acompanhamento socioassistencial e encaminhamento para os outros serviços públicos. O tempo de permanência é determinado pelos técnicos de acordo com a capacidade de autonomia e/ou reintegração familiar e a construção de uma referência de vida fora das ruas.

República Reviver e República Fábio Alves dos Santos

Atendem homens com trajetória de vida nas ruas, maiores de 18 anos, encaminhados pela rede de atendimento após, no mínimo, seis meses de acompanhamento. Ofertam moradia, acompanhamento socioassistencial e encaminhamento para os outros serviços públicos, especialmente para qualifi



profissional e para o mercado de trabalho. Possuem foco na autonomia do sujeito e na construção de uma referência de vida fora das ruas. A capacidade de atendimento é de 40 usuários na República Reviver e 44 na República Fábio Alves dos Santos.

Serviço de Atendimento ao Migrante

Oferece 80 vagas de acolhimento institucional provisório para migrantes adultos, do sexo masculino, em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Realiza encaminhamentos à rede, bem como o acesso aos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e às demais políticas públicas setoriais. Disponibiliza diariamente aos usuários espaço para higienização, alimentação, dormitório e guarda-volume.

Unidade de Pós-Alta Hospitalar

Recebe até 20 adultos (homens e mulheres) com trajetória de vida nas ruas que tenham passado por alguma cirurgia ou tratamento de saúde, tenham recebido alta hospitalar, mas que ainda demandem cuidados especiais, como a administração de curativos, medicamentos e alimentação adequada para pessoas em recuperação.



GOVERNANDO PARA QUEM PRECISA

Av. Afonso Pena, 1212 - Centro | 30130-003

[Política de privacidade](#) | [Mapa do site](#)



Anexo 4: Roteiro de entrevista aplicado nas pessoas em situação de rua que frequentavam a FUNDAMIGO.**Nome:****Idade:****Composição familiar:****Naturalidade:****Escolaridade:**

1. Onde vive? Há quanto tempo?
2. Para você, é uma opção morar nas ruas? Como é morar nas ruas?
3. Você pensa em morar em outro lugar?
4. Você se sente seguro morando na rua?
5. Você tem contato com sua família?
6. Como é a alimentação de quem fica nas ruas?
7. Como é a higienização de quem mora nas ruas? Toma banho? Com que frequência? Onde?
8. Existe conflitos com outros moradores de rua?
9. Como é a relação dos moradores de rua com a polícia?
10. Existe algum tipo de violência nas ruas?
11. Você recebe algum benefício do governo?
12. Como você ganha dinheiro nas ruas para sobreviver?
13. Você já teve algum problema de saúde por morar nas ruas? Como você procurou apoio?
14. Você faz uso de álcool e outras drogas?
15. Você cata objetos nas ruas e utiliza?
16. Você já vendeu algo que pegou nas ruas para ganhar dinheiro?
17. Você conseguiu dinheiro com o que vendeu? Foi pouco ou muito?
18. Você teve dificuldade para vender o que recolheu?
19. Você já vendeu material reciclável em cooperativas?
20. O que você pensa sobre vender materiais recicláveis em cooperativas?